



UNIVERSIDADE DE ÉVORA



***O Instituto Militar dos Pupilos do Exército
como Escola de Tradição e Cidadania:
Implicações Sociais e Políticas***

VOLUME III - APÊNDICES



Dissertação para obtenção do Grau de Doutor em Sociologia

168 299

David Miguel Pascoal Rosado

Orientador: Professor Doutor João Bettencourt da Câmara

Co-Orientadora: Professora Doutora Maria da Saudade Baltazar

2008

ÍNDICE GERAL

VOLUME I

Nota Prévía.....	10
Agradecimentos.....	14
Acrónimos e Abreviaturas.....	17

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

1. A Temática em Análise.....	21
2. Problematização da Pesquisa.....	25
3. Orientações Metodológicas.....	30
3.1. Perspectiva de Enquadramento Geral.....	30
3.2. A Dimensão Epistemológica.....	33
3.3. A Dimensão Teórica.....	35
3.4. A Dimensão Técnica, o Universo da Pesquisa e o Plano Amostral.....	54
3.5. Dimensão Morfológica.....	75
4. Estrutura do Trabalho.....	77

CAPÍTULO I - OS CONTEXTOS HISTÓRICO-POLÍTICOS E A EVOLUÇÃO DO IMPE:

DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

1. O Fundador e o Momento Político da Fundação.....	82
1.1. A Vida e a Obra de António Xavier Correia Barreto.....	82
1.2. Da Crise da Monarquia à Regeneração Republicana: o Nascimento da Instituição.....	106
2. O Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar.....	130
2.1. Implicação de Responsabilidades e Patamares de Influências: da Génese da Instituição, à sua Criação e Impulso.....	130
2.2. Enquadramento ao Decreto de 25 de Maio de 1911.....	137
3. Um Projecto Pedagógico em Evolução: da Obra Tutelar e Social dos Exércitos de Terra e Mar ao actual Instituto Militar dos Pupilos do Exército.....	154
4. O Instituto perante as Conjunturas Políticas e as Mudanças Sociais.....	174

CAPÍTULO II - UMA ESCOLA DIFERENTE: DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO AO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO

1. Um Quadro de Socializações Variadas: Tempo, Espaço e Sistema de Interação Social.....	192
2. O Ensino Básico e Secundário: Sobre a sua Evolução e Caracterização no Contexto Nacional.....	208
3. O Ensino Superior Politécnico.....	222
4. A Educação e o Ensino nos Pupilos do Exército: as Finalidades Cívicas e Políticas da Formação.....	234
5. Educação e Acção Transformadora: A Persistência de um Modelo Pedagógico	258

CAPÍTULO III - A SIMBOLOGIA DO IMPE COMO SISTEMA DE SINAIS E COMO HERANÇA

1. O Patrono e a sua Significação como Imagem Tutelar.....	277
1.1. A Figura de D. João de Castro: Directrizes para uma Escolha	277
2. O Brasão de Armas.....	288
2.1. Descrição Heráldica.....	290
2.2. A Simbologia e Alusão das Peças.....	292
2.3. O Significado dos Esmaltes.....	293
3. O Guião do Batalhão Escolar.....	294
4. O Lema e Divisa de Honra.....	299
5. O Hino.....	303
6. O Estandarte e as Condecorações.....	309
7. O Código de Honra do Aluno do IMPE.....	313
8. A Barretina e o Emblema da APE.....	315
9. O Busto da República.....	319
10. As Placas de Saudade.....	321
11. O Poema “Ser Pupilo”.....	323
12. Análise da Significação e da Consistência (ou não) dos diversos Elementos Simbólicos e das Concepções Doutrinárias e de Poder que exprimem. Confrontação com as Realidades Sociais e Políticas Contemporâneas.....	325

CAPÍTULO IV - FIGURAS MARCANTES E CARREIRAS: PASSADO E PRESENTE

1. Os Directores do Instituto: Perfis, Liderança em Tempos de Mudança e Ideologia Republicana.....	343
2. A Associação dos Pupilos do Exército: com a Força do Passado para Mudar o Futuro.....	388
2.1. Da Génese à Actualidade: o Percurso da Associação e as suas Sedes.....	391
3. Dentre Antigos Alunos: Perfil Social e Mudança Sócio-Política no Contexto dos Desafios das Carreiras Profissionais e dos Pupilos do Exército.....	407
4. Do “ <i>Preparemo-nos para a Vida</i> ” ao “ <i>Querer é Poder</i> ”: Uma Questão de Identidade Pilónica.....	438

CAPÍTULO V - VIDA ACADÉMICA E MILITAR

1. Abordagem aos Regimes de Internato e Externato.....	467
2. A Formação Institucional Civil e Militar.....	493
3. O Controlo Ético e Técnico.....	511
4. Uma Comunidade de Uniforme.....	542
5. Do Controlo Formativo ao Ensino do Patriotismo.....	560

CAPÍTULO VI - OS ALUNOS GRADUADOS: ÉTICA, LIDERANÇA E COMANDO NA JUVENTUDE

1. Nomeações, Deveres, Direitos e Funções dos Alunos Graduados do IMPE.....	598
1.1. O Aluno Comandante de Batalhão	606
1.2. O Aluno Adjunto para o Internato.....	609
1.3. O Aluno Adjunto para as Actividades Culturais e Desportivas	610
1.4. O Aluno Comandante de Companhia	611
1.5. O Aluno Adjunto do Aluno Comandante de Companhia.....	613
1.6. O Aluno Comandante de Pelotão	614
1.7. O Aluno Adjunto do Aluno Comandante de Pelotão.....	616
1.8. Serviços Ordinários de Escala para os Alunos Graduados	617
1.8.1. O Aluno Graduado de Dia ao Batalhão.....	617
1.8.2. O Aluno Graduado de Dia à Companhia.....	619
2. Sobre os Fundamentos da sua Missão e da Simbologia das Insignias.....	621
3. Das Idiossincrasias Vectoriais no Exercício de Funções aos Factores e Requisitos da Liderança.....	643

4.	O Desafio da Responsabilidade e o Culto da Camaradagem.....	662
5.	Relações Formais e Informais de Pertença e Poder no Seio da Comunidade Estudante.....	686
5.1.	Outras Funções de Chefia: o Comando sem Platinas.....	704
5.1.1	O Aluno Chefe de Turma.....	704
5.1.2	O Aluno Chefe de Quarto.....	706
5.1.3	O Aluno Chefe de Mesa.....	707
5.1.4	A Comissão de Direcção da Sala de Alunos.....	710
5.2.	Serviços Ordinários de Escala para Alunos não Graduados.....	712
5.2.1.	O Aluno de Dia à Companhia.....	712
6.	Carácter, Integridade e Cidadania: da Educação da Juventude ao Alvor da Liderança.....	714

VOLUME II

CAPÍTULO VII - AS TRADIÇÕES PILÓNICAS: DA SUA EXISTÊNCIA E SEU SIGNIFICADO

1.	Um Relance sobre Tradição: o Desafio de Suscitar a Moralidade Cosmopolita pela Paixão ...	747
2.	O Dia do Fundador.....	770
3.	O Dia do Patrono.....	773
4.	O Dia do Instituto Militar dos Pupilos do Exército.....	776
5.	A Cerimónia de Apadrinhamento dos Novos Alunos e o Abraço ao Batalhãozinho.....	779
6.	Abertura Solene do Ano Lectivo.....	783
7.	Grito de Guerra: A Jacarezada.....	787
8.	O Cartolas.....	789
9.	O Enterro.....	794
10.	A Récita de Carnaval.....	797
11.	A Batalha Campal.....	800
12.	O Virar da Cama.....	803
13.	A Troca de Graduações.....	804
14.	A Imposição dos Laços de Finalistas.....	805
15.	A Imposição de Insígnias aos Alunos Graduados.....	807
16.	Os Bailes do Instituto.....	810
17.	Em conjunto com os outros Estabelecimentos Militares de Ensino.....	812
17.1.	O Encontro de Coros.....	813

17.2. Os Jogos Florais	815
18. A Complementaridade dos Ritos como Expressão Identitária: Hierarquias, Ideais e Poder.....	818

CAPÍTULO VIII - AS ACTIVIDADES DE COMPLEMENTO CURRICULAR: DA SUA VIVÊNCIA E PROJECCÃO INSTITUCIONAL PARA O EXTERIOR

1. As Actividades Culturais e Desportivas como Extensão Benéfica do Curriculum Tradicional dos Pupilos do Exército.....	831
2. <i>Mens sana in corpore sano</i> : o Significado das Actividades de Complemento Curricular no Quadro da Ideologia e da Formação no IMPE.....	850
2.1. A Imprensa dos Alunos.....	897

CAPÍTULO IX - AS ESCOLAS MILITARES ESTRANGEIRAS: PARALELOS E DIVERGÊNCIAS

1. Uma Diversidade Conspícua.....	913
1.1. O Caso do Brasil.....	919
1.2. O Caso da França.....	942
1.3. O Caso dos Estados Unidos da América	950
1.4. Outros Casos: da Argentina à Venezuela	964
2. A Cultura de Valores como Denominador Comum.....	969

CAPÍTULO X - OS ESTABELECIMENTOS MILITARES DE ENSINO E A DIOCESE DAS FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA

1. A Tradição Laica da Fundação e a Introdução da Formação Religiosa no Instituto: Motivos, Relevância e Significação	1006
2. Um Caminho de Tradição e uma Cultura de Formação de Valores: a Formação Religiosa na Actualidade.....	1030

CAPÍTULO XI - O PATRIMÓNIO HISTÓRICO DO IMPE E O SEU MEIO ENVOLVENTE: A ARQUITECTURA DO ESPAÇO E DO PODER

1. Os Pupilos do Exército e o Convento de S. Domingos de Benfica	1051
1.1. A Ordem de S. Domingos e o Convento de S. Domingos de Benfica	1051
1.2. O Cenóbio Dominicano de Benfica durante a Monarquia: Silepse do seu Percorso Histórico, numa Abordagem Sociológica e Política	1056

2. Os Espaços e o Património do Instituto	1063
2.1. A Capela de Corpus Christi (Capela dos Castros) como Monumento à Memória de D. João de Castro: Mausoléu Familiar e Símbolo Carismático do Instituto	1063
2.2. Sobrevivências do antigo Cenóbio: a Sala do Capítulo, a antiga Capela da Família Castro, os Claustros e outros espaços sócio-histórico relevantes	1079
2.3. A Fonte da Madalena	1083
3. Do Enquadramento Paisagístico e seu Significado à Manifestação da Arquitectura, Espaço e Poder: a Expressão das Hierarquias Formais e Informais no Meio Físico do Instituto.....	1086

CAPÍTULO XII - O FUTURO DO INSTITUTO MILITAR DOS PUPLOS DO EXÉRCITO

1. Prestígio, Auto-Imagem e Avaliação da Sociedade	1099
2. Abordagem Económico-Financeira: Modernização na Gestão e Administração do Exército e do Instituto	1116
3. Da sua Continuidade, Extinção ou Reformulação Organizacional: Cenários Possíveis e/ou Desejáveis	1143

<u>CONCLUSÕES E OBSERVAÇÕES FINAIS</u>	1179
---	------

<u>ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES</u>	1204
---	------

<u>BIBLIOGRAFIA</u>	1216
----------------------------------	------

VOLUME III – APÊNDICES

APÊNDICES

<u>APÊNDICE I</u> – Percursos individuais com relevo no contexto das responsabilidades e influências na génese da Instituição	1363
1. António Augusto de Figueiredo.....	1364
2. Liberato Damião Ribeiro Pinto	1366
3. Vitorino Henriques Godinho.....	1370
4. Vitorino Maximo de Carvalho Guimarães	1372
<u>APÊNDICE II</u> – Os Alunos Comandantes de Batalhão do Instituto.....	1375

APÊNDICE III – O Caminho Social, Político e Histórico da Acção Legislativa relativa ao IMPE:

Síntese Cronológica de Documentos.....1380

APÊNDICE IV – Complementos sobre o antigo Convento de S. Domingos de Benfica1396

1. Os Promotores da Reedificação Seiscentista do Convento de S. Domingos1397
 - 1.1. Fr. João de Vasconcelos: O Prior do Convento de S. Domingos de Benfica1397
 - 1.2. D. Francisco de Castro: O Inquisidor Geral do Reino1403
2. Considerações de índole arquitectónico e tumulária sobre a Capela de Corpus Christi1411

APÊNDICE V – Os Inquéritos realizados.....1417

1. Os Inquéritos por Entrevista1418
 - 1.1. Presidente da Direcção da Associação dos Pupilos do Exército - 2002/20051418
 - 1.2. Presidente da Direcção da Associação dos Pupilos do Exército – 2005/20071428
 - 1.3. Director do Instituto Militar dos Pupilos do Exército – 1987/19891441
 - 1.4. Director do Instituto Militar dos Pupilos do Exército – 2000/20041451
 - 1.5. Capelão do Instituto Militar dos Pupilos do Exército – 2004/20061457
 - 1.6. Bispo das Forças Armadas e de Segurança – 2001/(...).....1461
2. Os Inquéritos por Questionário.....1468
 - 2.1. Modelo aplicado aos Alunos do IMPE.....1468
 - 2.1.1. Resultados Globais: Dimensões Relativas de Classes.....1474
 - 2.1.2. Resultados Globais: Probabilidades Condicionais1475
 - 2.1.2.1. As Covariáveis.....1475
 - 2.1.2.2. As Variáveis1476
 - 2.1.3. Resultados em Detalhe: Probabilidades Condicionais1481
 - 2.1.3.1. As Covariáveis1481
 - 2.1.3.2. As Variáveis1491
 - 2.2. Modelo aplicado aos Antigos Alunos dos Pupilos do Exército1533
 - 2.2.1. Resultados Globais: Dimensões Relativas de Classes.....1539
 - 2.2.2. Resultados Globais: Probabilidades Condicionais.....1540
 - 2.2.2.1. As Covariáveis1540
 - 2.2.2.2. As Variáveis1542
 - 2.2.3. Resultados em Detalhe: Probabilidades Condicionais1547
 - 2.2.3.1. As Covariáveis.....1547

2.2.3.2. As Variáveis.....1559

APÊNDICE VI – Resultados da Gestão Financeira do Boletim da APE (Anos 2003, 2004, 2005 e 2006).....1603

APÊNDICE VII – Material Orgânico Principal do IMPE em 31 de Março de 2006.....1605

APÊNDICE VIII – Previsão global de receitas provenientes das mensalidades dos alunos para o ano lectivo 2006/2007.....1607

VOLUME III – APÊNDICES

APÊNDICE I

**PERCURSOS INDIVIDUAIS COM RELEVO NO CONTEXTO DAS
RESPONSABILIDADES E INFLUÊNCIAS NA GÊNESE DA INSTITUIÇÃO**

1. António Augusto de Figueiredo

Este militar nasce a 29 de Outubro de 1880 e vem a falecer no dia 3 de Novembro de 1915, então com apenas 36 anos.¹ Com uma carreira militar notoriamente curta, é todavia uma das figuras com responsabilidades mais significativas no que diz respeito a todo o trajecto de formulação e instalação dos Pupilos. Sabe-se que frequentou a *Escola do Exército* e que em 1903/04 concluiu o seu curso, sendo que as suas primeiras tarefas e incumbências no Exército foram no campo das transmissões. Analogamente a Correia Barreto, também Augusto de Figueiredo foi um militar com um invulgar perfil. Acima de tudo, era um técnico oriundo da Arma de Engenharia e estava muito ligado ao ensino. Em 1909, está na direcção do Aéreo Clube de Portugal,² e é nessa altura que surge como docente de Química e de Física na *Escola Académica de Lisboa*.³

Seremos tentados a afirmar que a sua vocação ao nível da química pode ter impulsionado a sua proximidade com Correia Barreto, sendo que esta suposição pode conduzir-nos até à possibilidade de eventuais contactos com o movimento revolucionário. A 12 de Novembro de 1910, era agregado à subcomissão de sindicância do serviço de correios e telégrafos, e um mês depois, em Dezembro do mesmo ano, era agregado à comissão de sindicância do serviço interno e externo do Ministério do Fomento.⁴

Por Despacho do Ministro da Guerra, Correia Barreto, no posto de Tenente é nomeado a 3 de Maio de 1911 para Ajudante de Campo do General José Emílio Castelo Branco, durante o governo do Campo Entrincheirado de Lisboa. No ano de 1913 e na situação de adido, é nomeado subchefe da 4.ª Repartição da Direcção Geral da Marinha. A sua proximidade à via do ensino e ainda a sua vertente técnica e académica, levam-no a 16 de Maio de 1914 a ser nomeado provisoriamente lente adjunto das 6.ª e 7.ª Cadeiras da *Escola de Guerra*. Tendo estado presente na comissão de 1910, obtém um louvor pelo “zelo e intelligencia na Comissão encarregada de melhorar as condições de vida dos sargentos e mais praças(...)”.⁵

Ocupou o cargo de Director do Instituto no período de 12 de Dezembro de 1912 a 3 de Novembro de 1913. Ainda no mesmo ano, e acompanhado de Luís da Costa Leal Furtado Coelho⁶

¹ Cfr. Arquivo Histórico Militar – *Processo Individual de António Augusto de Figueiredo*, folhas não numeradas.

² Cfr. CML (org.) – *Lisboa e o Tejo na Aeronáutica*. [catálogo da] *Exposição Biblio-Iconográfica*, 1959, imagens em folha não paginada.

³ Cfr. Santos, António Correia dos – *Problemas Resolvidos de Manipulações de Química. Para uso dos Lyceus (...)*, III volume, Lisboa, Typ. da Cooperativa Militar, 1911, imagens em folha não paginada.

⁴ Cfr. Arquivo Histórico Militar – *Processo Individual de António Augusto de Figueiredo*, folhas não numeradas.

⁵ Cfr. *Idem*.

⁶ Este professor de ginástica, viria também a ser delegado da 2.ª Secção do Instituto ao *IV Congresso Pedagógico* que se realizou em Lisboa no ano seguinte. Desempenhou funções de professor nos Pupilos do Exército até 2 de Março de 1916. Cfr. IMPE – *Livro de Registo do Pessoal Militar e Civil*, Lv. n.º 1, Processo n.º 6.

(então professor de ginástica), foi delegado oficial no *Congresso de Educação Física de Paris*.⁷

⁷ Cfr. IMPE – *Livro de Registo do Pessoal Militar e Civil*, Lv. n.º 1, Processos n.ºs 2 e 6.

2. Liberato Damião Ribeiro Pinto

Nasce na capital em 28 de Setembro de 1880, onde vem a falecer a 4 de Setembro de 1949. Como voluntário, assentou praça na Companhia de Alunos da *Escola do Exército* em 18 de Outubro de 1899. Foi promovido a Alferes em 1902, a Tenente em 1906, a Capitão em 1912 e sabemos que fez o Curso de Estado-Maior com alta classificação. Também como corolário desse facto, em 1915 tomou parte nas Campanhas de África como Chefe do Estado-Maior, pelo qual recebeu um louvor publicado em *Ordem do Exército*.⁸ No Instituto, desde 1912 que Liberato Pinto foi (por várias vezes) relator do Conselho Administrativo, sendo que inclusivamente assumiu (também por diversas vezes), desde 1913, as funções de Director e Presidente do mesmo Conselho.⁹

No período de 1913 a 1914 regeu interinamente as Cadeiras de Vitorino Guimarães, enquanto este se encontrava de dispensa devido à sua actividade política. De igual modo, quando Vitorino Godinho se encontrou no Parlamento ou no Governo, também regeu interinamente as Cadeiras de História e Geografia.¹⁰ Foi um dos delegados do Instituto (nomeadamente da 2.ª Secção) no *IV Congresso Pedagógico* que se realizou em Lisboa no ano de 1914. A 24 de Abril desse mesmo ano foi eleito representante do Instituto junto do Conselho Superior de Instrução Pública. Assumiu ainda as funções de Director Interino de 31 de Maio a 8 de Junho de 1914, voltando a desempenhar essas funções no ano seguinte, de 4 de Fevereiro a 26 de Maio. Sendo Regente da 1.ª Secção, é nomeado Director do Curso Industrial em 1915. E em Junho desse mesmo ano é também nomeado, definitivamente, Professor de Ciências Físico-Químicas e Regente da 2.ª Secção.¹¹ Por Despacho de 31 de Dezembro de 1913 é nomeado provisoriamente Lente Adjunto da 3.ª Cadeira da *Escola de Guerra*,¹² sendo que em 1920 assume as funções de Professor da 7.ª Cadeira.¹³

Exerceu as funções de Chefe do Estado-Maior da GNR no período de 1914 a 1921. É no desempenho destas funções que atinge uma maior visibilidade, como consequência da sua actividade política. Recordemos que a GNR se tornara numa verdadeira potência revolucionária, que de 4575 efectivos no ano de 1918, passara para 14341 efectivos em 1921. Sublinhemos igualmente o facto de que parte significativa dos seus oficiais eram oriundos do Exército, e que desses, a grande generalidade consistia em oficiais milicianos integrados após a Grande Guerra. E os números são

⁸ Cfr. Arquivo Histórico Militar – *Processo Individual de Liberato Damião Ribeiro Pinto*, folhas não numeradas.

⁹ Cfr. IMPE – *Livro de Registo do Pessoal Militar e Civil*, Lv. n.º 1, Processo n.º 37.

¹⁰ Cfr. Pinto, Paulo Mendes – *Pupilos do Exército...*, *op. cit.*, p. 50.

¹¹ Cfr. IMPE – *Livro de Registo do Pessoal Militar e Civil*, Lv. n.º 1, Processo n.º 37.

¹² Cfr. *Idem*.

¹³ Cfr. *Ordem do Exército*, n.º 16, 2.ª Série, 1920.

reveladores: de 142 passaram para 417. De salientar ainda é a circunstância desses militares ganharem mais que o correspondente aos seus homólogos no Exército, quer em vencimentos ou em largas gratificações.¹⁴

Se analisarmos o armamento atribuído a esta Força de Segurança depois do sidonismo, a GNR recebeu quatro Baterias de Artilharia de Campanha e um Batalhão de Metralhadoras Pesadas. Com um potencial de combate expressivo,¹⁵ conjugando efectivos, equipamento e moral elevada, a GNR criou em Lisboa até ao ano de 1921 um clima de ocupação militar, com patrulhas redobradas e altamente intrincada com todos os movimentos conspiratórios que a capital vivia. Constatou-se que esteve efectivamente muito próxima de todos os movimentos políticos que nesses três anos formaram e depuseram governos em Portugal, podendo-se inclusivamente afirmar que fez isso com enorme facilidade, pois com tal poder militar esta Força de Segurança mais se assemelhava a um corpo bem treinado do Exército, do que uma polícia.¹⁶

Será até lícito deduzir que Liberato Pinto poderá ter feito caciquismo militar e político, apoiado nessa imensa força militar que anos antes lhe havia sido posta sob comando. Ainda assim, este militar não era conotado com os radicais, pelo que se constituía como um óptimo oficial de campo dos democratas para comandar esta força de moderação do novo regime. Refira-se que em 1920, esta “*Guarda Pretoriana*” moderna já tinha um poder de tal forma significativo e supra partidário que se revelava como uma alternativa ao militarismo das Forças Armadas que até então tinham tido uma compleição permanente.¹⁷

Aceita o encargo de formar governo a 28 de Novembro de 1920, tendo ficado com a responsabilidade da Pasta do Interior, tutelar da GNR de quem era Chefe do Estado-Maior. Para o Governo chamou Álvaro de Castro, Domingos Pereira, Paiva Gomes, João Gonçalves, Júlio Martins, Lopes Cardoso, Augusto Nobre e Cunha Leal.¹⁸

Este governo tomou posse em Novembro de 1920 e era muito desejado por parte dos sectores democráticos e financeiros, na medida em que esperavam pela sua prática, a condução à reposição da estabilidade. Houve mesmo certas forças sociais que o incitaram a “*ir até onde fosse necessário.*”¹⁹ De facto, o seu Governo merece mesmo a atenção especial de Alfredo da Silva, que

¹⁴ Cfr. Pinto, Paulo Mendes – *Pupilos do Exército...*, *op. cit.*, p. 46.

¹⁵ Para observação dos dados relativos à GNR, cfr. por exemplo, Marques, A. H. de Oliveira, coord. – “Da Monarquia para...” in *Nova História...*, *op. cit.*, pp. 472 a 474.

¹⁶ Cfr. Pinto, Paulo Mendes – *Pupilos do Exército...*, *op. cit.*, p. 46.

¹⁷ Cfr. Ramos, Rui – “As Guerras da República (1911-17)” in Mattoso, José (dir.) – *História de Portugal*, vol. VI, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 622.

¹⁸ Cfr. Ramos, Rui – “As Guerras...”, *op. cit.*, p. 440.

¹⁹ Esta afirmação é de Alfredo da Silva, a 4 de Janeiro de 1921, pela Associação Industrial Portuguesa, e que foi seguida por Cunha Leal e José Maria Álvares. Acrescente-se que o jornal católico *A Época*, fascinado pelo Batalhão de Metralhadoras Pesadas da GNR, incitou-o publicamente a constituir um governo militarizado, que faria dele o “*órgão*

à frente de um grupo de industriais e comerciantes, lhe propõe todo um programa de governo.²⁰

Todavia, em Fevereiro de 1921, constatava-se que este governo era efémero, aliás, como os demais 29 governos que existiram entre 1918 a 1926. Assim, teve o seu término logo no mês seguinte. Após a sua saída do governo, Liberato Pinto caiu em desgraça. A situação não era pacífica, até porque grande parte da GNR nunca aceitou bem o facto de o seu Chefe ter sido afastado do Poder, e também por esse motivo, em Março esboçou uma sublevação com a participação de Procópio Freitas. Esta conjuntura de conspiração manteve-se até Outubro, quando o próprio grupo liberal se embrenhou na chamada noite sangrenta em que foram mortos António Granjo (que formara Governo em 30 de Julho de 1921) José Carlos da Maia e Machado Santos.²¹

Estes acontecimentos originaram consequências diversas, sendo que destacamos aqui a redução dos efectivos da GNR, como evidente medida de segurança. Coube a António Maria da Silva levar por diante essa iniciativa de restrição de meios humanos, que em Março de 1922 realizou e fez com que esta força de segurança passasse a ter apenas 9959 homens. Nesse tempo, e também como corolário dos acontecimentos referidos, encontramos Liberato Pinto em oposição a Correia Barreto, Ministro da Guerra da VI Legislatura. Este último, revela ter uma imagem muito negativa do primeiro, nomeadamente no que concerne à sua conduta depois de 1917. De tal forma estava mal impressionado com ele e tinha-o em tão pouca confiança e conta, que embora não o tenha prendido formalmente (tal como havia sido feito a outros militares), fixou-lhe residência nas ilhas atlânticas.²²

Em *Diário do Senado*, podemos encontrar explicitação desse posicionamento de Correia Barreto aquando de um diálogo com Ribeiro de Melo em 6 de Julho de 1922.²³ O Ministro da

da vontade nacional". Cfr. Ramos, Rui – "O Mito da Política Nacional" in Mattoso, José (dir.) – *História...*, *op. cit.*, p. 623.

²⁰ Cfr. Marques, A. H. de Oliveira (coord.) – "Da Monarquia para..." in *Nova História...*, *op. cit.*, p. 121.

²¹ Cfr. Pinto, Paulo Mendes – *Pupilos do Exército...*, *op. cit.*, p. 47.

²² Cfr. *Idem*, p. 47.

²³ "– Ribeiro de Melo: (...) Mas, Sr. Ministro, como republicano terei o direito de perguntar, porque é que se fizeram estas prisões, quais as razões que levaram o Governo ou a polícia a prender o Sr. Liberato Pinto e outros?

E, ao fazer esta pergunta, teria também o direito de querer saber das razões porque se não investiga a origem da sua fortuna, pois que o Sr. Liberato Pinto, pobretão há meia dúzia de dias, é logo um dos novos ricos.

São afirmações de que eu tomo a maior responsabilidade, tanto aqui como lá fora.

Estranhamos nós, os republicanos, aqueles que vivem exclusivamente dos seus rendimentos ou do lucro da sua profissão honrada e estamos no direito de perguntar: porque é que um oficial militar à data da sua prisão em 1917 pede ao comité de resistência um auxílio para si e para a sua família, e, passado quatro ou cinco anos, este homem atravessa as ruas de Lisboa de limusine, vivendo no luxo, nas melhores casas e aparecendo em todas as festas cheio de honras e de dinheiro?

Sr. Presidente: este acontecimento singular, mas que causa espanto ao povo honesto, deve levar o Governo a encarregar hábeis agentes de investigação e fazer um estudo certo e rigorosamente verdadeiro da maneira como se adquirem tam veloz e rapidamente tamanhas fortunas, porque é necessário dizer ao povo, àquele que ama a República, que lhe quer como à sua própria vida, que a República em Portugal não é uma palavra vã, mas que se afirma pela sua justiça, castigando aqueles que prevaricam e roubam, ou se serviram do poder para se locupletarem com a alta finança, incluindo-se no campo da administração ou no cargo de agentes das empresas comerciais e industriais.

Tenho dito.

Guerra aplicara-lhe uma punição interna, ocultada sob a designação de “licença” e por um período de quatro meses, com residência fixa em Angra do Heroísmo. Apesar das declarações de Correia Barreto no Senado, anteriormente citadas, Liberato Pinto estava de facto sob prisão, sem que lhe tenha sido feita acusação. Curiosamente, numa situação que lembra aquela que o Ministro referia aquando da sua prisão no forte da Graça, “única e exclusivamente por ser republicano”.²⁴

Refira-se que o Fundador do Instituto também chega a pronunciar algumas acusações sobre a GNR, denúncias essas que conduzem a uma auditoria àquela força policial. Desta auditoria resulta uma longa acusação do Conselho de Disciplina em que Liberato Pinto é acusado de ter recebido diversos subornos e de ter usado do prestígio do seu cargo para realizar compras em seu favor. A 13 de Setembro de 1921 é aplicada a Liberato Pinto a pena de 1 ano de inactividade, como resultado prático das investigações.²⁵

- O Sr. Ministro da Guerra (Correia Barreto): Sr. Presidente: respondendo ao Sr. Ribeiro de Melo, devo dizer que o Sr. Tenente-coronel Liberato Pinto não está preso.

No uso de um direito que me dão as leis militares, foi mandado para uma parte do território português, linda terra por sinal que ela é.

Está numa das ilhas dos Açores. Eu também já lá estive e do tempo que ali vivi conservo grandes recordações. Deixei lá optimamente e não voltei a essa ilha por não ter dinheiro.

O tenente-coronel Liberato Pinto andava conspirando. S. Ex.as compreendem que é muito difícil obter provas com factos, só havia provas morais.

A cobardia cívica é enorme. Todos dizem, chegando a afirmar, debaixo da sua palavra de honra, que determinado indivíduo conspira; pede-se-lhe que façam as suas declarações por escrito, mas isso não fazem. Ora, como eu tenho de defender as instituições e como entendo que as instituições fortes têm o direito de se defender, mandei os principais perturbadores para onde menos dano fizessem.

(...)

Quanto à fortuna do Sr. Liberato Pinto, lembro-me de que, quando eu estive preso com ele no forte da Graça, única e exclusivamente por ser republicano, sem que tivesse sido ouvido, tal era o grande crime por que estava preso, esse oficial mandou pedir ao comité revolucionário militar que lhe mandasse dinheiro para consertar o calçado e para poder pagar as subsistências, e o comité militar, que era presidido pelo Sr. Álvaro de Castro, mandou-lhe 300\$.

É isto o que eu posso dizer a respeito da fortuna que então tinha o Sr. Liberato Pinto.” Cfr. *Diário do Senado*, Sessão n.º 73, 6 de Julho de 1922, pp. 9 e 10.

²⁴ Pode-se comprovar esta situação por documentação existente no *Processo Individual* de Liberato Pinto, em depósito no Arquivo Histórico Militar, nomeadamente num requerimento feito pelo próprio e endereçado a Correia Barreto, em que descreve a sua situação. Neste requerimento, datado de 3 de Julho de 1922 e assinado em Angra do Heroísmo, pede a sua libertação, a qual é recusada por Correia Barreto em Despacho sobre o referido documento, logo a 13 do mesmo mês. Cfr. Arquivo Histórico Militar – *Processo Individual de Liberato Damião Ribeiro Pinto*, folhas não numeradas.

²⁵ Cfr. Arquivo Histórico Militar – *Processo Individual de Liberato Damião Ribeiro Pinto*, folhas não numeradas.

3. Vitorino Henriques Godinho

Nasce em Ansião a 19 de Julho de 1878 e vem a falecer no dia 5 de Fevereiro de 1962. Sabemos que assentou praça no ano de 1897, tendo sido promovido a Alferes em 1902. Podemos dizer que após a implantação da República, a sua carreira castrense sofre grandes alterações. De facto, logo a 13 de Outubro de 1910, este oficial é nomeado Adjunto da 1.ª Divisão Militar e é no desempenho dessas funções que recebe o seu primeiro louvor: “*Louvado pelo Ex.mo Sr. Comandante da 1.ª Divisão Militar por ter desempenhado desde a proclamação da República o cargo que lhe foi cometido com muita inteligência, desvelado zelo e notável critério sendo digno de especial menção a dedicação que pelo serviço público manifestou durante o trabalho nos primeiros dias da implantação do novo regime.*”²⁶

Com a patente de Capitão, é nomeado em 15 de Outubro para fazer parte da “*comissão de reorganização do exército*”, da qual resultaria a reforma de grande amplitude de 25 de Maio de 1911, principal marca da passagem de Correia Barreto pela Pasta da Guerra. Por Decreto de 1910, é então nomeado para fazer parte da referida comissão “*com o fim de melhorar as condições de vida dos sargentos e educação dos seus filhos*”, e tal como António Augusto de Figueiredo, vem a ser louvado pelo seu desempenho de funções.²⁷ Lembremos que nos primeiros tempos do novo regime, este oficial ainda fez parte da Comissão encarregada de elaborar “*o regulamento dos serviços de recrutamento em harmonia com as bases estabelecidas no Decreto de 2 de Março de 1911*”, e que em 1913 foi nomeado vogal da *Comissão Técnica de Infantaria*.²⁸

Ao abrigo da lei eleitoral, tem dispensa especial de serviço nos anos de 1913 a 1915, para cumprir o seu mandato no Congresso.²⁹ Do ponto de vista académico, é presente no Instituto em 28 de Novembro de 1912 e nomeado Lente Adjunto da 3.ª Cadeira da *Escola de Guerra* em 1 de Novembro de 1913, assumindo o cargo de Lente da mesma Cadeira a 16 de Maio do ano seguinte.³⁰ A 12 de Janeiro de 1915 é nomeado Director do Curso Comercial nos Pupilos do Exército e, no mesmo ano, é também nomeado Presidente da Comissão “*encarregada de elaborar o Regulamento do Curso Militar*”.³¹ Acrescente-se ainda que tem nomeação definitiva no Instituto como professor do grupo de História e Geografia em 31 de Março de 1916, e que a 11 de Setembro de 1920 é promovido definitivamente a Professor da 15.ª Cadeira da *Escola de Guerra*, actual Academia

²⁶ Cfr. Arquivo Histórico Militar – *Processo Individual de Vitorino Henriques Godinho*, folhas não numeradas.

²⁷ Cfr. Pinto, Paulo Mendes – *Pupilos do Exército...*, *op. cit.*, pp. 50 e 51.

²⁸ Cfr. Arquivo Histórico Militar – *Processo Individual de Vitorino Henriques Godinho*, folhas não numeradas.

²⁹ Cfr. IMPE – *Livro de Registo do Pessoal Militar e Civil*, Lv. n.º 1, Processo n.º 68.

³⁰ Cfr. Arquivo Histórico Militar – *Processo Individual de Vitorino Henriques Godinho*, folhas não numeradas.

³¹ Cfr. IMPE – *Livro de Registo do Pessoal Militar e Civil*, Lv. n.º 1, Processo n.º 68.

Militar.³²

No ano de 1922 foi nomeado Director Geral de Estatística, no Ministério das Finanças. No percurso da sua carreira foram-lhe conferidas a *Comenda da Ordem Militar de Avis* e a *Comenda da Ordem de S. Tiago da Espada*, sendo que pelo seu serviço prestado nas funções de Subchefe do Estado-Maior do Quartel-General do Corpo Expedicionário Português (CEP), foi-lhe atribuída a *Cruz de Guerra de 1.ª Classe* a 17 de Novembro de 1923.³³ Sublinhe-se que se tratou de uma concessão que pecou por tardia e que só se enquadra numa acepção mais positivista do contexto, nomeadamente se tivermos em linha de conta o quadro político posterior quando um ano mais tarde chega a Ministro.³⁴

No período de 6 de Julho a 22 de Novembro de 1924, Vitorino Godinho é o Ministro dos Estrangeiros no Ministério de Rodrigues Gaspar. Chamado novamente para o Poder no governo de Vitorino Guimarães (um dos governos posteriores), assume nessa altura o cargo de Ministro do Interior e da Guerra. Refira-se que Vitorino Guimarães foi também docente nos Pupilos do Exército, entre Fevereiro e Julho de 1925.³⁵

³² Cfr. Pinto, Paulo Mendes – *Pupilos do Exército...*, *op. cit.*, p. 51.

³³ Cfr. Arquivo Histórico Militar – *Processo Individual de Vitorino Henriques Godinho*, folhas não numeradas.

³⁴ Cfr. Pinto, Paulo Mendes – *Pupilos do Exército...*, *op. cit.*, p. 51.

4. Vitorino Maximo de Carvalho Guimarães

Vitorino Guimarães nasceu em Penafiel a 13 de Novembro de 1876 e faleceu a 18 de Outubro de 1957. Foi oficial do Serviço de Administração Militar, onde atingiu o posto de Coronel.³⁶ Na Primeira Grande Guerra desempenhou as funções de Chefe dos Serviços Administrativos da 2.ª Divisão do CEP, tendo prestado serviço durante 23 meses no Teatro de Guerra. Pelo seu trabalho desenvolvido naquele cargo, foi louvado a 1 de Maio de 1919.³⁷

Como oficial do SAM e como corolário das particularidades dessa especialidade, esteve desde o início da sua carreira militar ligado às questões logísticas e financeiras do Exército. Em 1911 pertence à Comissão “*encarregada de harmonizar com a Organização de 25-5-1911 os vários Diplomas legais publicados anteriormente e posteriormente*”,³⁸ em 1916 é nomeado para a Comissão “*encarregada de compilar e simplificar todas as disposições de natureza económica e administrativa relativas ao Exército*”,³⁹ e no ano de 1916 também chega a pertencer à Comissão “*encarregada de regulamentar o funcionamento dos diferentes Serviços de Administração Militar em Campanha*”.⁴⁰ Refira-se ainda que foi membro da Comissão *encarregada de rever e remodelar toda a legislação* que constituía a “*Obra Social e Tutelar do Exército de Terra e Mar.*”⁴¹

Podemos afirmar que explorou de forma significativa a sua formação académica e castrense de origem pela *Escola de Guerra*, na medida em que a sua actividade financeira foi acrisolada. De facto, é da sua autoria o *Regime do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado* de 1915, sendo que no ano de 1919 realiza a reforma do Banco Nacional Ultramarino. É também de sua lavra a marcante reforma tributária realizada a 21 de Setembro de 1922 e que viria a ser regulamentada em 27 de Janeiro do ano seguinte.⁴² Em 1915, 1922 e 1923 foi Ministro das Finanças e assumiu-se como o grande responsável pela significativa expansão durante esse ano da *Caixa Geral de Depósitos* nas capitais de distritos. No período de 1919 a 1921 desempenhou o cargo de delegado de Portugal à *Comissão de Reparações*, como consequência do Tratado de Versailles, e foi também o criador da *Conta Extraordinária da Guerra Europeia e Colonial*. Refira-se igualmente que em 1920 foi o delegado de Portugal à *Associação dos Amigos da Liga das Nações* em Bruxelas,

³⁵ Cfr. Marques, A. H. de Oliveira, coord. – “Da Monarquia para...” in *Nova História...*, *op. cit.*, pp. 734 e 735.

³⁶ Cfr. Arquivo Histórico Militar – *Processo Individual de Vitorino Maximo de Carvalho Guimarães*, folhas não numeradas.

³⁷ Cfr. Pinto, Paulo Mendes – *Pupilos do Exército...*, *op. cit.*, p. 52.

³⁸ Cfr. *Ordem do Exército*, n.º 17, 2.ª Série, 31 de Agosto de 1911.

³⁹ Cfr. *Ordem do Exército*, n.º 15, 2.ª Série, 27 de Junho de 1914.

⁴⁰ Cfr. *Ordem do Exército*, n.º 9, 2.ª Série, 6 de Maio de 1916.

⁴¹ Cfr. *Ordem do Exército*, n.º 27, 2.ª Série, 11 de Dezembro de 1916.

e que nesse mesmo ano desempenhou as funções de embaixador junto da *Conferência Financeira de Bruxelas*. No ano de 1922 e com o antigo Presidente da República Manuel Teixeira Gomes, foi o representante de Portugal na *Conferência Económica da Guerra*.⁴³

Com uma impressionante carreira no âmbito económico-financeiro, cabe-nos sublinhar também que a sua actividade política foi assinalável. Em 1908 tomou parte no movimento contra o governo de João Franco e chegou mesmo a pertencer ao comité militar que desencadeou a Revolução de 5 de Outubro de 1910. Pode ter sido através do Capitão Alfredo Sá Cardoso, nomeado Chefe de Gabinete de Correia Barreto que, nesse mesmo ano, Vitorino Guimarães se aproximou da restante equipa do Ministério da Guerra. Nesse grupo estavam diversos militares, entre outros, os jovens oficiais Álvaro Poppe, Helder Ribeiro,⁴⁴ Américo Olavo e Álvaro de Castro. Todos eram *maçons* à excepção de Álvaro de Castro e todos tinham participado no 28 de Janeiro de 1908, tendo cooperado com Afonso Costa. É ainda de referir que a quase totalidade destes oficiais pertencia à *Loja Portugal*, que depois deu forma à designada *Jovem Turquia*, uma organização secreta e reformista radical que funcionava próxima de uma hierarquia paralela à do Exército⁴⁵ e que, de acordo com Oliveira Marques, era comandada directamente por Correia Barreto.⁴⁶

Eleito para as constituintes de 1911, foi também deputado em todas as legislaturas até 1926, com excepção da Câmara eleita com Sidónio Pais. A sua participação no Partido Republicano foi muito activa, tendo sido escolhido para líder em 1911 (funções que desempenhou por diversas vezes até ao ano de 1916) e chegou mesmo a ocupar um dos postos mais elevados no Directório do Partido Republicano Português. Além de Ministro da Finanças nos anos que referimos, foi também Presidente do Ministério em 1915 e em 1922. Neste último governo, convidou Vitorino Godinho, que também estava ligado ao Instituto. Assumiu ainda interinamente a pasta do Comércio em 1922 e no ano de 1925 foi Ministro da Guerra.⁴⁷

Sabemos também que colaborou em diversos periódicos e que foi inclusivamente autor de

⁴² Falamos da Lei n.º 1368 presente no *Diário do Governo* n.º 197 e que foi regulamentada pelo Decreto n.º 8603 consignado através do *Diário do Governo* n.º 19. Ver neste mesmo propósito Marques, A. H. de Oliveira (Coord.) – “Da Monarquia para...” in *Nova História...*, *op. cit.*, p. 251.

⁴³ Cfr. Pinto, Paulo Mendes – *Pupilos do Exército...*, *op. cit.*, pp. 52 e 53.

⁴⁴ Este oficial desempenhava funções de Ajudante de Campo de Correia Barreto.

⁴⁵ Cfr. Ramos, Rui – “As Guerras...”, *op. cit.*, p. 440.

⁴⁶ Nesta linha de pensamento, cfr. Pinto, Paulo Mendes – *Pupilos do Exército...*, *op. cit.*, p. 53, bem como os “Jovens Turcos” – *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Editorial Delta, 1986, cols. 807 e 808. Aproveitemos para mencionar que a acção deste grupo esteve especialmente activa até 1915. Apresentava-se inclusivamente no Parlamento e no Senado, onde, como já tivemos a oportunidade de referir, vários outros docentes dos Pupilos do Exército estavam. Sublinhemos ainda que na presidência do Senado e do Congresso, estava o Fundador do Instituto, Correia Barreto.

⁴⁷ Cfr. Pinto, Paulo Mendes – *Pupilos do Exército...*, *op. cit.*, p. 53

várias obras publicadas.⁴⁸ Como professor da *Escola do Exército*, exerceu funções de Regente da 11.ª Cadeira. Foi ainda docente no *Instituto Superior do Comércio de Lisboa* e no *Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras*. Nesta última instituição, desempenhava mesmo funções de Professor Catedrático. Nos Pupilos do Exército, há a referir que se apresentou no mesmo dia que António Augusto de Figueiredo, nomeadamente em 12 de Dezembro de 1912. Analogamente a Liberato Pinto, Vitorino Guimarães foi Relator do Conselho Administrativo em 1912 e assumiu, por diversas vezes, as funções de seu Presidente e Director no ano seguinte. Há ainda a assinalar que foi Regente das aulas de Mercadorias e que desde 1915 teve o cargo de Director do Curso Comercial. Foi também nomeado Regente das Cadeiras de Comércio e Contabilidade nesse ano, tendo em 1916 sido nomeado Director do Curso Preparatório.⁴⁹

⁴⁸ No âmbito dos primeiros, referenciem-se o *Rebelde*, a *Revista Militar*, o *Boletim de Administração Militar* e a *Contabilidade Pública*. No que concerne às obras publicadas, podemos destacar algumas das que estão presentes na Biblioteca Nacional: *Os cartagineses na Ibéria*, Lisboa, Gráfica Lisbonense, 1947; *Declaração Ministerial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1925; *Despesas Militares*, Lisboa, Tip. Da Empresa do Diário de Notícias, 1926; *Do Ordenamento das Despesas Públicas*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, 1935; “As Finanças na Guerra da Restauração” in *Revista Militar*, n.º 12, Dezembro de 1940 e também Prefácio a Gomes, António Luís – *Quelques Aspects de l’Activité Patrimoniale de l’État au Portugal*, Lisboa, s. n., 1955.

⁴⁹ Cfr. Arquivo Histórico Militar – *Processo Individual de Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães*, folhas não numeradas.

APÊNDICE II

OS ALUNOS COMANDANTES DE BATALHÃO DO INSTITUTO

Ano Lectivo	Nome	N.º Sócio APE
1912/1913	<i>Não houve nomeação para AlunoCmdtBat</i>	---
1913/1914	<i>Não houve nomeação para AlunoCmdtBat</i>	---
1914/1915	<i>Não houve nomeação para AlunoCmdtBat</i>	---
1915/1916	<i>Não houve nomeação para AlunoCmdtBat</i>	---
1916/1917	Mário António Augusto Soares Pinto	12.015
1917/1918	José da Cruz Barroso Júnior	12.003
1918/1919	Manuel José Lucas de Sousa	12.077
1919/1920	Adelino Miranda Vassalo Pandayo	13.105
1920/1921	José Branco Gomes Barata	15.170
1921/1922	Artur de Mota Freitas	18.061
1922/1923	Mário Martins dos Santos	14.140
1923/1924	José Coelho da Fonseca	14.158
1924/1925	Vasco Serapião das Neves Martins	14.160
1925/1926	Fernando da Silva Caetano	18.013
1926/1927	Rodolfo José Branco Ló	19.192
1927/1928	António Armando Lopes	19.190
1928/1929	José Maria da Mota Freitas	19.167
1929/1930	João Charrito Filipe	22.317
1930/1931	Manuel Honório de Matos Viegas	20.180
1931/1932	Raúl dos Santos	23.195
1932/1933	Fernando Jorge de Fraga da Silva	25.242
1933/1934	Antero Lopes Gouveia	23.197
1934/1935	Manuel Martins	21.009
1935/1936	Humberto Marques das Neves	27.043
1936/1937	João Manuel Castel' Branco Vieira	27.395
1937/1938	Alexandre Pinto Inácio	29.029
1938/1939	José Baptista Serra	27.199
1939/1940	Manuel Alves do Espírito Santo	29.041
1940/1941	João Eduardo Miranda Relvas	34.029
1941/1942	José Maria do Amaral	34.239
1942/1943	António Barata Serodio Rosa	36.137

Ano Lectivo	Nome	N.º Sócio APE
1943/1944	Fernando de Meira Pacheco	36.119
1944/1945	José Aguiar Melgueira	36.083
1945/1946	Fernando Ferreira Figueira	38.196
1946/1947	Feliciano Barata Serodio Rosa	39.376
1947/1948	Afonso Lemos Proença	39.094
1948/1949	José Henriques Rodrigues Carlos Leitão	40.158
1949/1950	Rui Gonçalo do Carmo Moura	41.368
1950/1951	Henrique Carlos Medina Carreira	42.391
1951/1952	Luis Castanho Domingues Baia	44.195
1952/1953	Fernando Queiroz Azevedo	44.286
1953/1954	Manuel José Magro	46.167
1954/1955	António Cardoso Ferreira da Costa	48.249
1955/1956	Manuel António Palmilha Sacramento	48.306
1956/1957	Francisco Pereira Pinheiro	48.054
1957/1958	António Franco Leal	48.372
1958/1959	José Gerardo Barbosa Pereira	51.211
1959/1960	Ramiro Corsino Nunes da Silva	52.077
1960/1961	Manuel António Duran S. Clemente	53.030
1961/1962	Alfredo de Jesus Espinha	54.080
1962/1963	José Nobre Pinto Sancho	56.412
1963/1964	Carlos Henrique da Silva Aguincha	57.120
1964/1965	António Manuel Henriques Cardoso	57.246
1965/1966	Gonçalo Marques de Castro Coelho	57.193
1966/1967	Fernando Franco Leandro	58.372
1967/1968	Carlos Alberto Henriques Cardoso	59.053
1968/1969	Victor Manuel Manjua Domingues	59.243
1969/1970	António Amilcar Mourato Marmeleiro	61.123
1970/1971	Américo Manuel dos Santos Carvalho	60.307
1971/1972	Jorge Manuel Vilar de Moura	64.286
1972/1973	José Augusto Aleixo Dias	62.165
1973/1974	Carlos Alberto de Jesus Alpalhão	63.263

Ano Lectivo	Nome	N.º Sócio APE
1974/1975	Admínio Rito Jorge da Silva	64.315
1975/1976	Francisco José Palma Augusto	65.162
1976/1977	Carlos Manuel dos Santos Neves da Cruz	66.400
1977/1978	Jorge Domingues Lopes	67.032
1978/1979	João Salgado Barbosa	69.071
1979/1980	João Salgado Barbosa	69.071
1980/1981	João Salgado Barbosa	69.071
1981/1982	Mário Neutel Soares Portela	71.115
1982/1983	Manuel António Fernandes Parreira	71.197
1983/1984	Luís Filipe das Neves Fernandes Maneira	73.109
1984/1985	Carlos Alberto Sequeira da Palma	72.075
1985/1986	José Fernando Lourenço da Silva Raimundo	74.003
1986/1987	Jorge Manuel Tavares Magro	77.029
1987/1988	David Nuno Cabrela Pasadas	77.099
1988/1989	Carlos Alberto Lopes da Cruz	78.214
1989/1990	Jorge Manuel Freixo Correia	77.107
1990/1991	João Manuel dos Santos Caramelo	79.235
1991/1992	João Nuno Bernardes da Costa Moreira	80.084
1992/1993	Nelson José Santos Brito	82.525
1993/1994	Nuno Alexandre Coelho Alves	83.219
1994/1995	Marcos Levi Santinho de Faria Miguel	84.081
1995/1996	Paulo Alexandre Mineiro Glórias	85.225
1996/1997	Carlos Miguel Lino Neves	84.511
1997/1998	David José Barroso Correia	87.385
1998/1999	Bruno Manuel Rodrigues	88.039
1999/2000	Nuno Miguel Afonso André	89.233
2000/2001	Ivo Aurélio Pires Romeiro	90.358
2001/2002	André Filipe Batista Luz	91.093
2002/2003	Nelson Gilberto Sousa Barbosa	91.263
2003/2004	André Gonçalves Alves Simão	92.309
2004/2005	David Emanuel Nicolau Reis	94.017

Ano Lectivo	Nome	N.º Sócio APE
2005/2006	Dinis António Dias Afonso	94.153
2006/2007	Miguel Santinho da Silva Eduardo	93.410

APÊNDICE III

**O CAMINHO SOCIAL, POLÍTICO E HISTÓRICO DA ACÇÃO LEGISLATIVA
RELATIVA AO IMPE: SÍNTESE CRONOLÓGICA DE DOCUMENTOS**

Documento 1

Decreto de 27 de Dezembro de 1910, *Diário do Govêrno*, I série, 12 de Janeiro de 1911.

Criação de uma comissão com o fim de melhorar as condições de vida dos sargentos e educação dos seus filhos.

Documento 2

Decreto de 25 de Maio de 1911, *Diário do Govêrno*, I série, 27 de Maio de 1911.

Criando um instituto escolar para os filhos dos sargentos.

Documento 3

Diploma de 1 de Julho de 1911, *Diário do Govêrno*, I série, 4 de Julho de 1911.

Trata dos soldos e gratificações dos oficiais nomeados em 17 de Junho de 1911 (ver Documento 8, apenas publicado a 26 de Julho).

Documento 4

Apêndice a Decreto de 7 de Julho de 1911, *Diário do Govêrno*, I série.

Nomeação dos vogais do Conselho Tutelar e Pedagógico dos Exércitos de Terra e Mar.

Documento 5

Apêndice a Decreto de 7 de Julho de 1911, *Diário do Govêrno*.

Nomeação da Comissão instaladora do Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar.

Documento 6

Decreto de 25 de Maio de 1911, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 166, 19 de Julho de 1911.

[Nova publicação do Documento 2] Criação de Obra Social e Tutelar dos Exércitos de Terra e Mar, do Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar, das Escolas Primárias de Regimento ou de Corpo, e sua articulação com os já existentes Colégio Militar e Instituto Torre e Espada.

Documento 7

Decreto de 17 de Junho de 1911, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 172, 26 de Julho de 1911.

Exonera do Conselho Conselho Tutelar e Pedagógico dos Exércitos de Terra e Mar o Capitão António Augusto de Figueiredo.

Documento 8

Decreto de 17 de Junho de 1911, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 172, 26 de Julho de 1911.

Nomeação do pessoal dirigente, de administração e escolar do Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar.

Documento 9

Decreto de 17 de Junho de 1911, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 172, 26 de Julho de 1911.

Nomeação dos membros da comissão do ensino primário da Obra Tutelar e Social dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar.

Documento 10

Diploma de 19 de Agosto de 1911, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 211, 9 de Setembro de 1911.

Pedido de exoneração de um docente do Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar.

Documento 11

Decreto de 19 de Agosto de 1911, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 258, 4 de Novembro de 1911.

Regulamento provisório do Conselho Tutelar e Pedagógico dos Exércitos de Terra e Mar.

Documento 12

Decreto de 5 de Dezembro de 1911, *Diário do Govêrno*, I série, 298, 22 de Dezembro de 1911.

Por ainda não poderem funcionar as duas Secções do Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar, torna-se a nomear o pessoal dirigente, de administração e escolar mas apenas referente à 1ª Secção.

Documento 13

Decreto de 16 de Julho de 1912, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 165.

Publicação da abertura de concurso de admissão de alunos para o Colégio Militar, Instituto Feminino de Educação e de Trabalho e Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar.

Documento 14

Decreto de 11 de Novembro de 1913, *Diário do Govêrno*, I série.

Considera que o Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar e o Instituto Feminino de Educação e Trabalho se mantêm na dependência geral do Ministério da Guerra exceptuando as questões pedagógicas que são competência do Ministério da Instrução.

Documento 15

Decreto de 20 de Dezembro de 1913, *Diário do Govêrno*, I série, 26 de Dezembro de 1913.

Cria uma comissão encarregue de realizar as alterações necessárias para que o decreto de 11 de Novembro de 1913 seja posto em prática.

Documento 16

Decreto n.º 2:361 de 2 de Maio de 1916, *Diário do Govêrno*, Iª série.

Organização do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército.

Documento 17

Decreto n.º 2:382 de 11 de Maio de 1916, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 91.

Inserindo, com várias modificações, a organização do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército.

Documento 18

Decreto n.º 3:210 de 26 de Junho de 1917, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 102.

Mandando que o 1.º ano do Curso Secundário do Comércio e o 1.º ano do Curso Secundário de Indústria professados no Instituto Profissional dos Pupilos do Exército sejam equiparados ao Curso Preparatório de Administração Militar da Escola de Construções e Comércio e Indústria, para efeitos de matrícula no Curso de Administração Militar da Escola de Guerra.

Documento 19

Decreto n.º 5:142 de 5 de Fevereiro de 1919, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 28, 11 de Fevereiro de 1919.

Aprovando o regulamento do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército.

Documento 20

Decreto n.º 7:710 de 17 de Setembro de 1921, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 190.

Regulando o funcionamento dos cursos professados no Instituto Profissional dos Pupilos do Exército.

Documento 21

Decreto n.º 7:764 de 18 de Outubro de 1921, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 218, 1 de Novembro de 1921.

Mandando pôr em execução as alterações aos regulamentos dos diversos institutos da Obra Social e Tutelar dos Exércitos de Terra e Mar.

Documento 22

Decreto n.º 8:062 de 11 de Março de 1922, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 49.

Altera a alínea c) e o §. 2.º do artigo 4.º do Decreto n.º 7:764, que mandou pôr em execução as alterações aos regulamentos dos diversos institutos da Obra Social e Tutelar dos Exércitos de Terra e Mar.

Documento 23

Decreto n.º 8:063 de 11 de Março de 1922, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 49.

Manda pôr em execução as disposições para regularizar o concurso, classificação e admissão de candidatos a alunos dos estabelecimentos de instrução da Obra Social e Tutelar dos Exércitos de Terra e Mar.

Documento 24

Decreto n.º 8:075 de 23 de Março de 1922, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 58.

Altera a alínea c) e o § 2.º do artigo 4.º do Decreto n.º 7:764, que mandou pôr em execução as alterações nos regulamentos dos diversos institutos da Obra Social e Tutelar dos Exércitos de Terra e Mar.

Documento 25

Decreto n.º 8:063 de 29 de Abril de 1922, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 84.

Nova publicação, rectificada, do decreto 8:063, que mandou pôr em execução as disposições para regularizar o concurso, classificação e admissão de candidatos a alunos dos estabelecimentos de instrução da Obra Social e Tutelar dos Exércitos de Terra e Mar.

Documento 26

Decreto n.º 8:320 de 12 de Agosto de 1922, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 163.

Estabelece as normas a seguir, em harmonia com os novos cursos do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, para a promoção dos alunos aos postos de Primeiros e Segundos Sargentos de Infantaria.

Documento 27

Decreto n.º 8:995 de 18 de Julho de 1923, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 154.

Eleva o subsídio em dinheiro que o Conselho Tutelar dos Exércitos de Terra e Mar pode conceder aos órfãos de militares faltos de recursos. Eleva diversas pensões a pagar pelos alunos dos diferentes estabelecimentos de ensino dependentes do referido Conselho Tutelar.

Documento 28

Decreto n.º 9:104 de 6 de Setembro de 1923, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 192.

Aprova o regulamento do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército.

Documento 29

Lei n.º 1:513 de 14 de Dezembro de 1923, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 266.

Determina que os Officiais do Exército e da Armada, professores da Escola Militar, Colégio Militar, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército e Instituto Feminino de Educação e Trabalho, ao atingirem o posto de Coronel, terão de optar pelo exercício do magistério ou pelo serviço de tropas.

Documento 30

Decreto n.º 12:644 de 13 de Novembro de 1926, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 254.

Altera a organização do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército.

Documento 31

Decreto n.º 15:708 de 12 de Julho de 1928, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 158.

Estabelece não haver durante o ano lectivo de 1928-1929 admissões de novos alunos no Colégio Militar, no Instituto Profissional dos Pupilos do Exército e no Instituto Feminino de Educação e Trabalho.

Documento 32

Decreto n.º 15:709 de 12 de Julho de 1928, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 158.

Promulga a organização da Obra Tutelar e Social do Conselho Tutelar e Pedagógico dos Exércitos de Terra e Mar.

Documento 33

Decreto n.º 16:972 de 17 de Junho de 1929, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 135.

Aprova o regulamento do Conselho Tutelar e Pedagógico dos Exércitos de Terra e Mar.

Documento 34

Decreto n.º 18:470 de 17 de Junho de 1930, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 138.

Dá nova redacção ao n.º 1 do artigo 54.º do regulamento do Conselho Tutelar e Pedagógico dos Exércitos de Terra e Mar e altera a preferência 11.ª do artigo 60.º do mesmo regulamento.

Documento 35

Decreto n.º 18:876 de 23 de Setembro de 1930, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 221.

Aprova o regulamento literário e a organização e plano de estudo do Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar.

Documento 36

Decreto n.º 20:252 de 25 de Agosto de 1931, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 197.

Rectifica o art. 50.º do regulamento da Obra Tutelar e Pedagógica dos Exércitos de Terra e Mar, anexo ao Decreto n.º 16:972.

Documento 37

Decreto n.º 20:839 de 30 de Janeiro de 1932, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 25.

Introduz várias alterações nos regulamentos literários do Colégio Militar, Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar e Instituto Feminino de Educação e Trabalho.

Documento 38

Decreto n.º 21:627 de 30 de Agosto de 1932, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 203.

Regula as situações dos Sargentos Cadetes.

Documento 39

Decreto n.º 21:632 de 2 de Setembro de 1932, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 206.

Introduz várias alterações no regulamento literário do Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar, aprovado pelo Decreto n.º 18:876.

Documento 40

[Rectificação de] 24 de Outubro de 1932, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 249.

Nova publicação, rectificada, do Decreto n.º 20:839 [de 30 de Janeiro de 1932], que introduz várias alterações nos regulamentos literários do Colégio Militar, Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar e Instituto Feminino de Educação e Trabalho.

Documento 41

Decreto n.º 22:094 de 10 de Janeiro de 1933, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 8.

Regula o ingresso dos Sargentos Cadetes oriundos do Colégio Militar e do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar nos quadros permanentes das diversas armas e serviços.

Documento 42

Decreto n.º 22:861 de 21 de Julho de 1933, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 163.

Aprova e manda por em execução o Regulamento do Conselho Tutelar e Pedagógico dos Exércitos de Terra e Mar.

Documento 43

Decreto n.º 24:825 de 29 de Dezembro de 1934, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 305.

Manda continuar em vigor as disposições dos Decretos n.º 18:608, 18:876 e 18:879 (Regulamentos Literários do Colégio Militar, Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar e do Instituto Feminino de Educação e Trabalho) alteradas pelos Decretos n.º 18:896 e 20:839, que ficam revogados.

Documento 44

Decreto n.º 24:956 de 19 de Janeiro de 1935, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 15.

Introduz várias alterações no regulamento do Conselho Tutelar e Pedagógico dos Exércitos de Terra e Mar, aprovado pelo Decreto n.º 22:861.

Documento 45

Decreto-Lei n.º 25:737 de 13 de Agosto de 1935, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 186.

Cria o Corpo de Cadetes do Exército, em que serão alistados, como Primeiros Sargentos Graduados Cadetes, os alunos do Colégio Militar e de alguns cursos do Instituto Profissional dos Exércitos de Terra e Mar que tenham completado o ano escolar de 1935 ou venham a completar de futuro os respectivos cursos.

Documento 46

Decreto-Lei n.º 34:436 de 9 de Março de 1945, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 51.

Considera, até à reforma do Conselho Tutelar e Pedagógico dos Exércitos de Terra e Mar, extinta a Secção Pedagógica, a que se refere o artigo 16.º do Decreto n.º 15:709. Dá nova constituição à Secção Tutelar, a que se refere o artigo 14.º do citado Decreto.

Documento 47

Decreto-Lei n.º 36:056 de 21 de Dezembro de 1946, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 291.

Extingue o Conselho Tutelar e Pedagógico dos Exércitos de Terra e Mar, organizado pelo Decreto n.º 15:709.

Documento 48

Decreto-Lei n.º 36:059 de 24 de Dezembro de 1946, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 293.

Fixa, até à publicação da reforma do Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar, o quadro do pessoal de nomeação vitalícia e contratado.

Documento 49

Declaração de 27 de Outubro de 1947, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 249.

Declaração de ter sido aprovado o quadro e respectivos salários do pessoal assalariado auxiliar e de serventia do Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar.

Documento 50

Decreto-Lei n.º 36:613 de 24 de Novembro de 1947, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 273.

Inserir disposições relativas ao regime de estudos em vigor no Colégio Militar e no Instituto de Odivelas e reorganiza os respectivos quadros de pessoal. Aumenta o pessoal contratado do Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar.

Documento 51

Decreto-Lei n.º 37:136 de 5 de Novembro de 1948, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 258.

Modifica, a partir do ano lectivo de 1948–1949, o plano de estudos do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército.

Documento 52

Decreto-Lei n.º 37:157 de 13 de Novembro de 1948, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 265.

Determina a forma de abonos dos vencimentos, salários, suplemento e outros encargos a que o pessoal dos quadros aprovados por lei, contratado e assalariado da Escola do Exército e do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar tiver direito até 31 de Dezembro próximo, em virtude da execução dos Decretos-Lei n.º 37:135, 37:136 e 37:137.

Documento 53

Tabela de 17 de Dezembro de 1948, *Diário do Govêrno*, I série, n.º 292.

Tabela de classificação e vencimentos do pessoal civil docente do Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar, organizada nos termos do § único do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 37:136.

Documento 54

Decreto n.º 39 919 de 22 de Novembro de 1954, *Diário do Governo*, I série, n.º 261.

Regula o provimento dos cargos docentes de carácter provisório ou eventual nos estabelecimentos de ensino liceal e técnico do Ministério do Exército.

Documento 55

Decreto n.º 40 122 de 8 de Abril de 1955, *Diário do Governo*, I série, n.º 78.

Torna aplicáveis aos estabelecimentos de ensino liceal e técnico dependentes do Ministério do Exército determinadas disposições do Estatuto do Ensino Liceal, promulgado pelo Decreto n.º 36:508, quanto aos professores de serviço eventual, incluindo os destinados à regência de Religião e Moral. Considera de conveniência urgente do serviço público as nomeações ou colocações, no decorrer do ano escolar, de professores auxiliares, agregados ou de serviço eventual para os referidos estabelecimentos de ensino.

Documento 56

Decreto n.º 42 062 de 27 de Dezembro de 1958, *Diário do Governo*, I série, n.º 281.

Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada designada por "*Elaboração dos estudos do plano geral e projecto definitivo do edifício do internato dos Pupilos do Exército*".

Documento 57

Decreto-Lei n.º 42 632 de 4 de Novembro de 1959, *Diário do Governo*, I série, n.º 254.

Reorganiza o Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, o qual passa a designar-se Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército.

Documento 58

Decreto n.º 43 678 de 10 de Maio de 1961, *Diário do Governo*, I série, n.º 109.

Atribui ao Director do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército competência para admitir e despedir, observadas as formalidades legais, o pessoal civil assalariado.

Documento 59

Decreto-Lei n.º 46 377 de 11 de Junho de 1965, *Diário do Governo*, I série, n.º 130.

Estabelece novas condições para o preenchimento de lugares dos quadros do pessoal docente do Colégio Militar, do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército e da Escola Central de Sargentos. Revoga os Decretos n.ºs 31 115 e 40 122 e várias disposições do Decreto n.º 34 093 e do Decreto-lei n.º 42 632.

Documento 60

Decreto-Lei n.º 46 391 de 14 de Junho de 1965, *Diário do Governo*, I série, n.º 132.

Aumenta com um escriturário de 2ª classe o quadro orgânico do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército, anexo ao Decreto-Lei n.º 42 632.

Documento 61

Decreto-Lei n.º 47 429 de 29 de Dezembro de 1966, *Diário do Governo*, I série, n.º 301.

Dá nova redacção ao n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 46 377 (preenchimento de lugares dos quadros do pessoal docente do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército).

Documento 62

Despacho Ministerial de 11 de Novembro de 1967, *Diário do Governo*, I série, n.º 263.

Altera, a título transitório, várias disposições relativas a exames e férias dos alunos do Colégio Militar, Instituto de Odivelas e Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército.

Documento 63

Decreto-Lei n.º 48 973 de 18 de Abril de 1969, *Diário do Governo*, I série, n.º 92.

Manda adoptar no Colégio Militar, no Instituto de Odivelas e no Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército as disposições contidas no Decreto-Lei n.º 47 480, que criou o ciclo preparatório do ensino secundário em substituição do 1.º ciclo do ensino liceal e do ciclo preparatório do ensino técnico.

Documento 64

Decreto-Lei n.º 368/70 de 7 de Agosto de 1970, *Diário do Governo*, I série, n.º 182.

Determina que a matéria de exames, dispensa das respectivas provas e classificação com vista à definição do aproveitamento dos alunos do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército, do Instituto de Odivelas e do Colégio Militar passe a reger-se pelas disposições em vigor nos estabelecimentos de ensino liceal e técnico dependentes do Ministério da Educação Nacional, com as necessárias adaptações e as ressalvas emergentes das características específicas daqueles estabelecimentos de ensino, que serão objecto de regulamento especial.

Documento 65

Portaria n.º 389/70 de 7 de Agosto de 1970, *Diário do Governo*, I série, n.º 182.

Aprova e põe em execução, no Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército e no Instituto de Odivelas, no corrente ano lectivo, várias disposições relativas aos exames do ensino técnico secundário.

Documento 66

Decreto-Lei n.º 371/70 de 11 de Agosto de 1970, *Diário do Governo*, I série, n.º 185.

Estabelece as condições de admissão, distribuição de vagas, ordenação e classificação final dos candidatos, bem como a definição dos grupos de mensalidades, a classificação dos alunos de acordo com esses grupos e a forma como devem ser feitas as mensalidades, relativamente ao Colégio Militar, Instituto de Odivelas e Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército.

Documento 67

Decreto-Lei n.º 239/71 de 31 de Maio de 1971, *Diário do Governo*, I série, n.º 127.

Torna extensivo aos professores de Educação Física e de Canto Coral e aos mestres do Colégio Militar, do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército e do Instituto de Odivelas as regalias constantes do Decreto-Lei n.º 46 377 e do decreto n.º 32 615. Actualiza os vencimentos do pessoal docente dos estabelecimentos de ensino que não foram abrangidos pelas disposições constantes do Decreto-Lei n.º 49 410 (vencimentos e regalias económico-sociais dos servidores do Estado).

Documento 68

Declaração de 19 de Junho de 1971, *Diário do Governo*, I série, n.º 143.

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 239/71 (vencimentos do pessoal docente do Colégio Militar, do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército e do Instituto de Odivelas).

Documento 69

Portaria n.º 247/73 de 9 de Abril de 1973, *Diário do Governo*, I série, n.º 84.

Determina os postos que pode ter o Director do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército.

Documento 70

Decreto n.º 677/76 de 1 de Setembro de 1976, *Diário da República*, I série, n.º 205.

Determina que o Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército passe a designar-se Instituto Militar dos Pupilos do Exército e insere disposições relativas ao seu funcionamento.

Documento 71

Portaria n.º 52/80 de 22 de Fevereiro de 1980, *Diário da República*, I série, n.º 44.

Estabelece as normas de organização e funcionamento da Secção Pedagógica do Ensino Superior no Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

Documento 72

Decreto-Lei n.º 192/80 de 18 de Junho de 1980, *Diário da República*, I série, n.º 138.

Determina que a regulamentação de admissão de alunos ao Colégio Militar, ao Instituto Militar dos Pupilos do Exército e ao Instituto de Odivelas, bem como as respectivas mensalidades, serão estabelecidas por portarias do Chefe do Estado-Maior do Exército.

Documento 73

Portaria n.º 606/81 de 18 de Julho de 1981, *Diário da República*, I série, n.º 163.

Determina que os candidatos oriundos do Colégio Militar ou do Instituto Militar dos Pupilos do Exército que comprovem ter completado o 11.º ano daqueles estabelecimentos de ensino do Exército com classificação final igual ou superior a 14 valores sejam dispensados, desde que nesse sentido o requeiram, das provas de aptidão cultural para a admissão aos cursos de marinha e de engenheiros maquinistas navais da Escola Naval.

Documento 74

Portaria n.º 647/85 de 30 de Agosto de 1985, *Diário da República*, I série, n.º 199.

Actualiza a composição curricular dos planos de estudos dos cursos superiores ministrados no IMPE – Instituto Militar dos Pupilos do Exército e o respectivo regime de precedências.

Documento 75

Decreto-Lei n.º 322/86 de 26 de Setembro de 1986, *Diário da República*, I série, n.º 222.

Regulamenta a contratação de docentes para o ensino superior no Exército, designadamente para os cursos ministrados na Secção Pedagógica do Ensino Superior do Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

Documento 76

Portaria 50/88 de 26 de Janeiro de 1988, *Diário da República*, I série, n.º 21.

Actualiza a composição curricular dos planos de estudos dos cursos superiores ministrados no Instituto Militar dos Pupilos do Exército. Revoga a Portaria n.º 647/85, de 30 de Agosto.

Documento 77

Despacho 112/MEDN/2003, datado de 23 de Maio de 2003

Assegura o reenquadramento institucional do IMPE no âmbito do Ministério da Defesa Nacional e permite a plena actividade lectiva nos EMEns nos seus diversos níveis para o ano lectivo de 2003/2004. Determina ainda a constituição de um grupo de missão sob a articulação da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, para articular os estudos já realizados e apresentar até 30 de Junho de 2003 uma proposta sobre as bases de um novo modelo de financiamento, público e privado, mais equilibrado para os EMEns.

Documento 78

Despacho N.º 144/MEDN/2003, datado de 30 de Junho de 2003

Determina que, sem prejuízo da competência do Chefe do Estado-Maior do Exército em matéria disciplinar, o IMPE passa, a título excepcional, a partir dessa data e até final do ano lectivo de 2003/2004, para a dependência directa do MEDN.

Documento 79

Despacho nº 168/MEDN/2003

Outorga ao CEME, de novo e a partir de 2 de Setembro de 2003, a tutela do IMPE ao Exército. O GM/MDN mantém o acompanhamento do IMPE, no decorrer do ano lectivo 2003/2004, para efeitos de análise e proposta de projecto de reestruturação.

APÊNDICE IV

COMPLEMENTOS SOBRE O ANTIGO CONVENTO DE S. DOMINGOS DE BENFICA

1. OS PROMOTORES DA REEDIFICAÇÃO SEISCENTISTA DO CONVENTO DE S. DOMINGOS

1.1. Fr. João de Vasconcelos: O Prior do Convento de S. Domingos de Benfica

Trata-se de um dos personagens centrais na história do Convento de S. Domingos de Benfica. Observando o contexto social e político do século XVII em Portugal, podemos mesmo afirmar que pelas características intrínsecas da sua personalidade e pelas várias funções que desempenhou, Fr. João de Vasconcelos foi igualmente uma figura de relevo a esse nível. No que concerne ao cenóbio dominicano de Benfica, e em particular aos termos arquitectónicos, este frade foi responsável pela sua passagem para a Idade Moderna. Com efeito, foi ele quem se propôs reedificar o antigo convento, tendo inclusivamente iniciado as suas acções pela demolição do antigo edifício medieval e pela angariação dos necessários fundos para a nova edificação religiosa.⁵⁰

Nascido em Lisboa no ano de 1590, este religioso recebeu o nome de Álvaro Mendes de Vasconcelos em memória de seu bisavô⁵¹ e foi o segundo filho de D. Manuel de Vasconcelos e de sua primeira esposa, Dona Luisa de Vilhena.⁵² Sabemos que o seu pai foi Comendador de S. Izido, Senhor do Morgado do Esporão, Presidente do Senado da Câmara de Lisboa, Regedor das Justiças e membro do Conselho de Estado em Madrid, cidade essa onde veio a falecer em 25 de Abril de 1637.⁵³

Foi ao Padre António da Conceição (depois conhecido como *Beato António*) da Congregação de S. João Evangelista do Convento de S. Bento de Xabregas (contíguo à Quinta dos Vasconcelos) que foi confiada a primeira educação literária de D. Álvaro Mendes de Vasconcelos. Com o religioso terá aprendido gramática e retórica,⁵⁴ sendo que seguiu depois os seus estudos como porcionista do Colégio de S. Pedro de Coimbra, onde estudou Artes e Filosofia.⁵⁵

⁵⁰ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 33.

⁵¹ Cfr. Valdecebro, Andres Ferrer de – *Historia de la Vida del Venerable Padre Maestro Frei Juan de Vasconcellos*, Madrid, Officina de D. Maria Rey, 1668, fl. 2 v. e ainda Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, Vol. II, p. 527.

⁵² Cfr. Monteiro, Fr. Pedro – “Catálogo dos Deputados do Conselho Geral do Santo Officio” in Vários – *Colecção de Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1725, § 40 e Sousa, D. António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo XII, Parte I, Lisboa, Officina Regia Sylviana, 1745-1752, pp. 42 e 43. A mãe de Fr. João de Vasconcelos chega a ser referenciada como Dona Luísa de Mendonça. Aproveitemos também para acrescentar que teve por irmãos D. Francisco de Vasconcelos (o primogénito, que foi Conde de Figueiró, Comendador de S. Izido e Senhor do Morgado de Esporão, que casou com Dona Ana de Meneses e veio a falecer em Madrid em 1653) e Dona Filipa de Mendonça (que casou com D. Francisco Luís de Lencastre, Conde de Alcanede e Comendador-Mor da Ordem de Avis e D. Violante de Mendonça, que professou no Convento de Odivelas).

⁵³ Entre outros, ver Sousa, D. António Caetano de – *História Genealógica...*, *op. cit.*, Tomo XII, Parte I, p. 42.

⁵⁴ Cfr. Valdecebro, Andres Ferrer de – *Historia de la...*, *op. cit.*, fls. 21 v. e 22.

⁵⁵ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 34.

Recolhendo-se no convento dominicano de Santa Maria da Vitória (na Batalha) e ainda que contra a vontade da sua família, tomou o nome de João de Vasconcelos com a conivência do prior.⁵⁶ De facto, sublinhe-se que a oposição familiar não conseguiu demover a sua vontade, tendo chegado a entrar mesmo como noviço no convento dominicano de S. Paulo de Almada, onde veio a professar no dia 11 de Maio de 1608.⁵⁷ No colégio universitário da Ordem Dominicana – o Colégio de S. Tomás de Coimbra – prosseguiu os seus estudos, tendo-se dedicado à Teologia. Recordemos que este colégio era o estabelecimento de ensino onde os frades dominicanos estudavam com vista a efectuarem os estudos superiores pela Ordem, nomeadamente os estudos universitários. Fundado e protegido por D. João III, tratou-se do primeiro dos colégios ligados às várias ordens religiosas que se estabeleceram na universidade portuguesa, após a sua fixação em Coimbra.⁵⁸

Após a conclusão dos seus estudos universitários, Fr. João de Vasconcelos iniciou uma carreira docente no seio da Ordem dos Pregadores. Ministrou no Colégio de S. Tomás de Coimbra e recebeu inclusivamente a incumbência de renovar os cursos de Artes e Filosofia, disciplinas que posteriormente ensinou no Convento de S. Domingos de Lisboa. Foi também professor em Évora, nas matérias de Filosofia e Teologia, até 1623. Foi eleito Prior do Convento de S. Domingos de Benfica.⁵⁹ Sabemos que Fr. João de Vasconcelos foi por duas vezes eleito Prior do convento dominicano de Benfica, sendo que a segunda eleição viria a ocorrer em 1641. Assim, no período compreendido entre os anos 1623 e 1628, o religioso desempenhou as funções de prior deste convento. Contudo, a partir da última data foi designado como *vicario in capite*,⁶⁰ de acordo com os registos de profissões religiosas do cenóbio até 1931 (ano em que efectivamente desaparecem as referências à sua pessoa na documentação deste cariz e relativa ao convento).⁶¹ Na segunda eleição como prior do convento, dirigiu a instituição durante três anos, tendo após esse período

⁵⁶ Cfr. Valdecebro, Andres Ferrer de – *Historia de la...*, *op. cit.*, fl. 25 e respectivo verso.

⁵⁷ Cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. II, p. 529.

⁵⁸ Cfr. Vasconcelos, António de – *Os Colégios Universitários de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora Lda., 1938, pp. 36 a 39.

⁵⁹ Cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. II, p. 529. Neste último, refere-se que o Fr. João de Vasconcelos tinha 35 anos de idade quando foi eleito prior de S. Domingos de Benfica. Ressalvemos todavia que tendo nascido em 1590, e tendo sido eleito prior em 1623, poderia ter 32 ou 33 anos (consoante o mês do seu nascimento e o mês da sua eleição) mas não, certamente, 35 anos de idade.

⁶⁰ Em 24 de Junho de 1629, como *vicario in capite*, Fr. João de Vasconcelos encontrou-se momentaneamente no convento dominicano de Lisboa. Nesse dia chegaram a Lisboa os Padres Fr. Mateus da Cruz e Fr. Pedro Mártir, que eram dominicanos irlandeses, e se dirigiam ao convento: “(...) onde foram recebidos com significações de muyto gosto e benevolencia experimentando-a particularmente em dous religiosos de grande authoridade, quaes eram os Reverendissimos Padres Mestres Frey Joam de Vasconcellos e Frey Alvaro de Castro (...)” Cfr. Pereira, Gabriel e Lima, Durval Pires de – *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, vol. II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950-1972, p. 124.

⁶¹ Convém referir que a partir deste momento, sucedem-se vários vigários *in capite*. Só aparecerá um novo prior do convento no ano de 1632, de seu nome Fr. Tomás da Rocha.

permanecido como *vicario in capite* até 1646.⁶²

Fr. João de Vasconcelos desempenhou ainda outras funções além do estrito âmbito do quotidiano do convento. Com efeito, a partir de 23 de Novembro de 1632 passou a ocupar o lugar que a Ordem dos Pregadores sempre deteve no Conselho Geral do *Santo Ofício*,⁶³ sendo que foi por incumbência do Inquisidor Geral (D. Francisco de Castro) que Fr. João visitou a Inquisição de Coimbra.⁶⁴ No desempenho de funções como deputado desse Conselho Geral, concedeu ainda autorizações para a publicação de obras impressas.⁶⁵

Também inerente à sua ligação com o *Santo Ofício*, está o cargo de Inquisidor Apostólico que assumiu. De facto, foi nessa qualidade que se deslocou à corte espanhola em 1637. Refira-se que à escolha de Fr. João de Vasconcelos para o desempenho destas funções de embaixador extraordinário, não terá sido estranho o facto de seu irmão (D. Francisco de Vasconcelos, Conde de Figueiró) ser nessa época Mordomo-Mor da Rainha.⁶⁶ Eleito também em 1637 para provincial dos dominicanos pelas províncias de Portugal e Espanha (que estavam juntas como reflexo da unificação dinástica e política dos dois Reinos), exerceu o cargo entre 1637 e 1641, sendo que visitou ambas as províncias, tendo ido inclusivamente em peregrinação a Santiago de Compostela.⁶⁷

Aproveitemos para afirmar que Fr. João de Vasconcelos dedicou-se ainda ao desempenho das funções de vigário do Convento do Santíssimo Sacramento de Alcântara (fundado em 1612) de religiosas dominicanas, cuja reedificação também promoveu.⁶⁸ Desempenhou igualmente outros

⁶² Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 35.

⁶³ Cfr. Monteiro, Fr. Pedro – “Catálogo dos Deputados...”, *op. cit.*, § 40. Sobre a concessão deste lugar perpétuo à Ordem dos Pregadores, ver Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. II, pp. 437 a 439. Ainda segundo estes últimos autores (cfr. p. 533), a data de início da actividade de Fr. João de Vasconcelos como deputado do Conselho Geral do *Santo Ofício* seria o ano de 1640, contudo mais à frente no texto, refere-se que o religioso ocupou esse lugar durante 22 anos, o que nos indica um lapso no que concerne à data anteriormente mencionada. Note-se ainda que, de 1632 a 1652 (data do seu falecimento), decorrem naturalmente 20 anos.

⁶⁴ Cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. II, pp. 546 e 547.

⁶⁵ Esse é o caso da licença dada no dia 4 de Dezembro de 1650 à biografia do Vice-Rei da Índia D. João de Castro, da autoria de Jacinto Freire de Andrade, posteriormente publicada em 1651 e encomendada pelo próprio Inquisidor Geral do Reino: Andrade, Jacinto Freire de – *Vida de D. João de Castro Quarto Viso-Rey da Índia*, Lisboa, Officina Craesbeeckiana, 1651.

⁶⁶ Cfr. Valdecebro, Andres Ferrer de – *Historia de la...*, *op. cit.*, fl. 27 bem como Silva, Luís Augusto Rebelo da – *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, 2.^a Edição, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1971–1972 [ed. original 1860-1871], pp. 443 e 444, e ainda Serrão, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Editorial Verbo, 1983-1990, p. 133.

⁶⁷ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 36 e Rosário, Fr. António do (org.) – “Profissões nos Conventos de S. Domingos, Século XVII” in *Cartório Dominicano Português*, Fascículo 2, 1984, p. 30 e pp. 55 a 56.

⁶⁸ Alguns autores, inclusivamente, atribuem-lhe a traça da nova igreja. Entre outros, cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. II, pp. 548 a 550 e a *História dos Mosteiros, Conventos e...*, *op. cit.*, p. 411.

cargos, nomeadamente o de Pregador e Confessor do Rei no ano de 1632,⁶⁹ Membro do Conselho de Estado de D. João IV⁷⁰ e ainda de Reformador da Universidade de Coimbra.⁷¹ Religioso de ideias e princípios vincados, recusou também outros cargos, sendo que dessas recusas contam-se o cargo de Bispo de Miranda,⁷² o de Arcebispo de Braga⁷³ e o de Visitador da Congregação de S. João Evangelista.⁷⁴

Vem a falecer no Convento do Santíssimo Sacramento de Alcântara a 29 de Janeiro de 1652. Embora as freiras tenham insistido para que o corpo do religioso fosse sepultado naquele convento (do qual havia sido vigário) e o Inquisidor Geral, por seu turno, tenha alegado que o corpo fosse para S. Domingos de Benfica (onde Fr. João havia sido por mais do que uma vez prior),⁷⁵ o destino quis que a sua última morada fosse determinada pelo provincial, que decidiu que o corpo do religioso fosse sepultado no Convento de S. Domingos de Lisboa.⁷⁶ O mausoléu onde ainda hoje estão os restos mortais de Fr. João de Vasconcelos foi mandado edificar pelo Cardeal D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor Geral do Reino e seu sobrinho.⁷⁷

⁶⁹ Cfr. Cerqueira, Cruz – “As imagens e os Painéis de S. Domingos de Benfica” in *Olisipo*, Ano IX, n.º 36, Outubro de 1946, p. 219.

⁷⁰ Notemos que uma carta do monarca para o provincial da Ordem de S. Domingos em Portugal, datada de 24 de Abril de 1646, reporta-se a Fr. João de Vasconcelos como membro deste Conselho. Está publicada por Coelho, P. M. Laranjo – *Cartas de El-Rei D. João IV para Diversas Autoridades do Reino*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940, p. 71. Ver também a licença dada à publicação da obra de Jacinto Andrade (Andrade, Jacinto Freire de – *Vida de D. João de Castro...*, *op. cit.*), onde se refere a Fr. João de Vasconcelos como titular dessas funções.

⁷¹ Desempenhou estas tarefas por ordem de D. João IV, o que evidencia uma grande consideração pelo frade dominicano (cfr. Coelho, P. M. Laranjo – *Cartas de El-Rei D. João IV...*, *op. cit.*, p. 47). De facto, bem reveladora dessa consideração é a carta dirigida pelo monarca a Fr. João a 10 de Março de 1646, bem como a outra missiva, já por nós referida, de 24 de Abril do mesmo ano, endereçada ao provincial e na qual se pode ler: “(...) e he tal o merecimento de frey João e tantas suas qualidades e virtudes que o deseja-lo elle assy, basta para me persuadir que he isto o que conuem á relligião, e aquelle conuento (...)” (cfr. Coelho, P. M. Laranjo – *Cartas de El-Rei D. João IV...*, *op. cit.*, p. 71 bem como Cerqueira, Cruz – “As imagens e os Painéis...”, *op. cit.*, p. 222). No que concerne ao carácter da actuação de Fr. João de Vasconcelos como reformador desta universidade, segundo Pedro Monteiro este parece ter-se revestido de rigor e imparcialidade. Cfr. Monteiro, Fr. Pedro – “Catálogo dos Deputados...”, *op. cit.*, § 40.

⁷² Cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. II, pp. 544 e 545.

⁷³ Cfr. Valdecebro, Andres Ferrer de – *Historia de la...*, *op. cit.*, fls. 113 e segs.

⁷⁴ Mesmo sendo D. João IV a incumbi-lo da tarefa de reformar essa congregação. Fr. João de Vasconcelos conseguiu escusar-se, alegando ter já muitas ocupações e não se sentir digno de empreender tal reforma. Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 37.

⁷⁵ Cfr. Valdecebro, Andres Ferrer de – *Historia de la...*, *op. cit.*, fl. 48.

⁷⁶ Foi sepultado diante das relíquias de Fr. Luís de Granada. No dia 30 de Janeiro de manhã celebrou-se missa cantada pelo Inquisidor Geral, D. Francisco de Castro, estando representado o *Santo Ofício* através dos seus mais significativos membros, numerosos representantes de conventos dominicanos e do Colégio de S. Tomás de Coimbra, assim como diversos elementos da nobreza. Saliente-se que todas as despesas das exéquias fúnebres foram asseguradas pelo Inquisidor Geral. Sepultado na antiga sala da portaria do Convento de S. Domingos de Lisboa (em frente ao monumento fúnebre de Fr. Luís de Granada), ainda hoje se pode observar a sua sepultura, pois este compartimento resistiu ao terramoto de 1755 e ao incêndio que já no século XX destruiu quase na totalidade o antigo cenóbio dominicano de Lisboa.

⁷⁷ Era filho da sua irmã D. Filipa de Mendonça, casada com D. Francisco Luís de Lencastre, Conde de Alcanede (sobre o mausoléu de Fr. João de Vasconcelos e a antiga sala da portaria do convento de S. Domingos de Lisboa, cfr. Serrão, Vítor – “Marcos de Magalhães, Arquitecto e Entalhador do Ciclo da Restauração (1647-1664)” in *Boletim Cultural*, n.º 9, Tomo I, Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, 1983, pp. 271 a 329). No eloquente epitáfio que se

No que concerne ao *Convento de S. Domingos de Benfica*, de facto a sua relação foi estreita como sabemos. No seu primeiro desempenho de funções como Prior do cenóbio de Benfica,⁷⁸ o complexo arquitectónico conventual encontrava-se num estado de conservação muito debilitado, praticamente em ruínas. É de sublinhar que desde logo e de forma muito célere, empreendeu na prática os seus planos de construção de uma nova igreja e das necessárias instalações para os frades. Encetando uma quase total reedificação do antigo convento, o processo teve início com a demolição da primitiva igreja medieval, que tinha reduzidas dimensões e alumiava “*acentuada pobreza*”.⁷⁹

Com efeito, existem escritos que referem que o novo prior era um entendido em arquitectura e sugere-se mesmo que terá sido ele, em termos técnicos, o responsável pela construção da nova igreja. A primeira pedra foi lançada no dia 29 de Junho de 1624.⁸⁰ Sublinhemos que do complexo arquitectónico conventual inicial, o gótico, muito pouco sobreviveu. Regista-se, entre o que subsistiu, um reduzido espaço indistinto rebaixado relativamente ao pavimento da igreja e sobretudo ao do coro, a partir do qual se faz o seu acesso, e que apresenta abóbadas medievais. Actualmente, é usual designar-se esse espaço como *Capela-Relíquia*.⁸¹

A primeira campanha de obras no convento, iniciada em 1624 e que não ficou pela reedificação do cenóbio ao nível estritamente arquitectónico (pois passou também pela encomenda de obras de arte no domínio da pintura e da escultura), veio a prolongar-se para além do período em

encontra na sua última morada, pode ler-se: “*Magnus Theologus Frater Joannes de Vasconcellos, ex Praedicatorum familia, clarissimus sanguine, moribus nittidior, Regis, ac supremi Inquisitionis Senatus á Consiliis, Prioris Provincialis munere, Regii Concionatoris laurea, Pontificia recusata dignitate, virtutibus cumulatus, ac meritis, in Crucifixi amplexu, magna Christianae pietatis opinione, pauperum dolore, omniumque desiderio, Ulyssipone moritur Kal. Feb. Ann. Sal. 1652. aetatis suae, 62*”. Cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. II, pp. 571 e 572.

⁷⁸ Da primeira das vezes em que foi eleito para o cargo de prior da instituição, em 1623, é oportuno recordar esta passagem: “*(...) tratavão os Relligiosos então moradores no convento, de eleger novo prelado ; dezejavão , que fosse em tudo qual convinha pera não deixar afrouxar hum ponto o rigor da observância, e crescer muito nas obras necessarias : fizerão entre si suas conferencias religiosas, até que forão descubrir entre as escolhas hum que per todas as partes era adequado pera o cargo per se achar n’elle tudo o que se podia dezejar : foi este o Padre Mestre Frei João de Vasconcellos (...)*.” Cfr. *Idem*, vol. I, pp. 885 e 886.

⁷⁹ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 39.

⁸⁰ Mais uma vez foi na *História de S. Domingos* que encontrámos a mais detalhada descrição sobre o resultado áureo posterior à execução dessas obras: “*Está a Igreja Nova do Convento de Bemfica no mesmo sitio, em que ficava a antiga, he fabricada de huma nave, em forma de huma perfeita Cruz. Como a arte, fundada no mysterio ensina, crescem as paredes, fechão-se as abobadas, remata-se a obra no meio do Cruseiro com hum tão alteroso Zimborio, que estando a fabrica em hum vale, fica competindo na altura com os montes vezinhos. São as paredes grossos muros, por todas as partes guarnecidos com pedraria bonita, e sobre os cunhais cerca a Igreja huma bem sahida, e pomposa cimalha, donde nascem as voltas de quatro arcos, em cujas cabeças faz circulo outra que dá principio ao levantado Zimborio : occupão as paredes frestas rasgadas e abrigadas com vidraças cristalinas, com que o templo fica muito claro.*” Existe uma posterior pormenorização, com minuciosas descrições sobre cada um dos altares, e incide-se significativamente nas diversas imagens pintadas e esculpidas, bem como nos motivos decorativos da talha do altar-mor. Para uma leitura mais profunda, cfr. assim Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 887 a 891. Ver também Dias, Marina Tavares – *Lisboa Desaparecida*, vol. 3, Lisboa, Quimera Editores, 1992, p. 186.

⁸¹ Ver Serviço de Assistência Religiosa da FAP – *Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Guia*, Lisboa, Central de Publicações da Força Aérea – Serviço de Assistência Religiosa da F.A.P., s. d.



que Fr. João de Vasconcelos desempenhou as funções de Prior do convento, findo em 1627. Recordemos que a primeira missa celebrada na igreja nova viria apenas a ter lugar em 1632, sendo que o celebrante foi então Fr. João, acompanhado do pregador Fr. José da Conceição.⁸²

Mais tarde, pela segunda vez eleito para o cargo de Prior do convento (ano de 1641), manteve-se em funções até 1646, mas findo o seu priorado continuou no cargo de vigário geral. Novamente à frente dos destinos do Convento de S. Domingos de Benfica, deu um novo impulso à sua reedificação e associou a este processo o então Inquisidor Geral do Reino, D. Francisco de Castro. Este personagem estava de um modo geral relacionado com os dominicanos e de uma forma particular com o cenóbio de Benfica. No que diz respeito a Fr. João de Vasconcelos, havia entre os dois a amizade e os contactos próximos no âmbito do *Santo Ofício*, pois, como sabemos, Fr. João era deputado do Conselho Geral desde o ano de 1632.⁸³

Como consequência de uma acusação de implicação numa tentativa regicida, sabemos que a prisão afastou indubitavelmente D. Francisco de Castro da vida pública no período de 1641 e 1643. O seu envolvimento no processo de reedificação das instalações do convento só começou a ser novamente notado a partir de 1644. Com efeito, em Setembro desse mesmo ano foi celebrado um contrato entre o prior, demais religiosos do convento e ainda o Inquisidor Geral (no exercício pleno de todas as funções do seu cargo, o que é notável em termos de reabilitação social). Esse contrato foi realizado no sentido de se prever a construção de uma capela para funcionar como mausoléu familiar dos Castros, assim como a edificação de um palácio destinado ao Inquisidor Geral, e ainda uma nova *casa do noviciado*, como título de contrapartida. Fruto das obras a que foi sujeito e como resultado destas iniciativas que merecem o devido reconhecimento aos seus principais mentores, o Convento de S. Domingos de Benfica assumiu-se no século XVII como uma instituição rica e da maior importância e relevo social e político, tendo recebido indulgências,⁸⁴ numerosos legados testamentários e ainda diversas doações.⁸⁵

⁸² Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 40.

⁸³ Cfr. *Idem*, p. 40.

⁸⁴ Cfr. Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – *S. Domingos de Benfica*, Maço 1, Doc. 5: “*Breve concedendo indulgências aos que visitarem o altar designado pelo ordinário do convento de S. Domingos de Benfica*”.

⁸⁵ Ver como exemplo, A.N.T.T. – *Mosteiros e Conventos*, Convento de S. Domingos de Benfica, Próprios Nacionais N.º 3, N.º Ordem 115, doc. s. n.º: “*Testamento de João Rebelo de Lima e de sua mulher D. Luisa da Gama, instituidores da capela de N.ª S.ª da Graça na igreja do convento e falecidos respectivamente nos anos de 1646 e*

1.2. D. Francisco de Castro: O Inquisidor Geral do Reino

Após ter atingido o seu apogeu no segundo quartel do século XVI, o Império Português começou a conhecer algumas dificuldades de sobrevivência por volta de 1570. Para além dos ataques dos piratas holandeses, ingleses e franceses, Portugal perdia o monopólio das especiarias orientais face à concorrência muçulmana e via-se obrigado a abandonar algumas feitorias e praças africanas. A fraca situação financeira de Portugal não lhe permitia sustentar por mais tempo todo o seu Império.⁸⁶

Foi neste contexto que nasceu em Lisboa, no mês de Agosto de 1574, D. Francisco de Castro. Já nos apercebemos que este religioso se evidenciou como uma figura de grande relevo social e político na primeira metade do século XVII português. De facto, o seu desempenho nas funções de Inquisidor Geral permitiu um relativo extravasamento do estrito âmbito eclesiástico para um contexto social mais abrangente, de forte cariz político, nomeadamente no período seguinte à designada *Restauração*.⁸⁷

1660”, bem como A.N.T.T. – *S. Domingos de Benfica*, Maço 1, Doc. 24: “*Testamento de D. Mariana Sequeira Torre*”.

⁸⁶ Para uma leitura útil sobre estes aspectos e as repercussões sociais da expansão, cfr. Saraiva, José Hermano – *História ...*, *op. cit.*, pp. 185 a 199.

⁸⁷ Como sabemos, foi num entrecho de graves dificuldades que o Rei D. Sebastião, pressionado pela nobreza, resolveu efectuar a conquista de novos territórios no Norte de África. Quando em 1578, o monarca desembarcou em Marrocos, foi derrotado na Batalha de Alcácer Quibir, onde acabou por morrer juntamente com milhares de portugueses. Após a sua morte, não tendo deixado descendentes, sucedeu-lhe no trono o seu tio, o Cardeal D. Henrique. À morte deste, no ano de 1580, surgiram como principais candidatos ao trono de Portugal: D. António, Prior do Crato; D. Catarina, Duquesa de Bragança; e ainda Filipe II, Rei de Espanha. Todos eles eram netos de D. Manuel I e apesar de D. António ter sido aclamado rei pelo povo de Santarém, Lisboa, Setúbal e outras localidades, o monarca espanhol invadiu Portugal com o seu então poderoso exército, tendo facilmente reduzido as tropas que apoiavam o Prior do Crato. Convém referir que, para esse êxito, Filipe II de Espanha contou com o apoio de grande parte dos nobres e do alto clero portugueses, que viam na *união dinástica* uma possibilidade de conseguirem novos cargos (havendo ainda o apoio da burguesia, interessada em entrar nos circuitos comerciais do Império Espanhol, que estava no seu apogeu). Nas *Cortes de Tomar*, em 1571, Filipe II foi aclamado Rei de Portugal, com o título de Filipe I. Nessa altura, o monarca prometeu solenemente respeitar a autonomia do reino português, nomeadamente o direito ao uso do português como língua oficial, o uso da moeda própria e a manutenção dos principais cargos da administração civil, militar, eclesiástica e judicial em poder dos portugueses. Com efeito, apenas a condução da política externa seria comum aos dois reinos. Oficialmente, Portugal não ficava totalmente subjugado a Espanha, pois mantinha parte da sua autonomia. Mas os dois Estados ibéricos passavam a constituir uma *monarquia dualista*, também designada de *união dinástica* ou *união pessoal*. Havia agora, por outras palavras, dois reinos unidos sob a autoridade do mesmo monarca. Durante o reinado de Filipe II de Espanha (I de Portugal), as promessas feitas nas *Cortes de Tomar* foram de um modo geral cumpridas. De facto, registaram-se até alguns progressos na situação económico-financeira e na administração portuguesas. Mas a partir de 1620, o Império Espanhol passou por grandes dificuldades devido à diminuição das remessas de metais preciosos provenientes da América, bem como às guerras que Espanha mantinha constantemente com holandeses, franceses e ingleses. Para resolver as dificuldades financeiras daí resultantes, Filipe III de Espanha (II de Portugal) e Filipe IV de Espanha (III de Portugal), recorreram ao lançamento de novos impostos sobre os portugueses. Além disso, tropas e embarcações portuguesas foram também enviadas para as guerras em que os espanhóis estavam envolvidos. Como os inimigos de Espanha se tornaram também inimigos de Portugal, as possessões ultramarinas portuguesas começaram a ser cobiçadas, atacadas e, em parte, mesmo ocupadas. Todos estes factores, a que se associou ainda a nomeação de espanhóis para importantes cargos da administração portuguesa (nomeadamente durante o governo do Conde-Duque de Olivares), originaram um descontentamento generalizado entre os Portugueses. Iniciou-se então a organização da luta pela restauração da independência, tendo surgido os primeiros levantamentos populares em várias regiões do País, em especial na cidade de Évora. Aproveitando uma situação internacional

No que concerne ao convento dominicano de Benfica, a cuja reedificação este religioso decide associar-se no ano de 1644, é importante sublinharmos o seu papel e a sua ligação particular a esta instituição. Satisfazendo o desejo antigo de edificar um mausoléu familiar, um palácio para a sua pessoa e ainda assegurar a construção de uma *casa do noviciado* no convento (para a qual não havia já capital disponível), o Inquisidor Geral do Reino interveio na reedificação seiscentista do Convento de S. Domingos de Benfica e foi um dos grandes responsáveis pela construção daquilo que os contemporâneos designam de “*um novo convento dentro do convento*”.⁸⁸

Foi o terceiro filho varão de D. Álvaro de Castro (que era então vedor da fazenda do Rei D. Sebastião) e de Dona Ana de Ataíde. Ainda muito jovem, logo efectuou os primeiros estudos na casa dos pais e posteriormente partiu rumo a Coimbra⁸⁹ onde veio a ingressar no Colégio de S. Pedro, tendo sido primeiro porcionista, depois colegial e seguidamente Reitor.⁹⁰

Constatamos que D. Francisco de Castro desempenhava as funções de Deão da Sé de Coimbra⁹¹ quando no ano de 1605 foi nomeado Reitor da Universidade de Coimbra⁹² e confirmado

favorável, pelas guerras de Espanha com a França e ainda revoltas populares na região da Catalunha, algumas dezenas de nobres revoltaram-se em Lisboa no dia 1 de Dezembro de 1640 e decidiram pôr fim aos sessenta anos do domínio espanhol. Os conspiradores decidiram *restaurar* a linha legítima da sucessão do trono que entendiam ter sido preterida em 1580, pois de direito confiavam que a coroa pertencia a Dona Catarina. O herdeiro desta era o seu neto D. João, Duque de Bragança. A aclamação de D. João IV fez-se quinze dias depois da revolução e houve uma preocupação muito significativa em seguir com exactidão e sem quaisquer alterações todos os costumes tradicionais das cerimónias de coroação. Entre outros, cfr. Saraiva, José Hermano – *História ...*, *op. cit.*, pp. 200 a 208.

⁸⁸ Para uma síntese biográfica mais detalhada sobre esta interessante figura, ver Vale, Teresa Leonor M. – “D. Francisco de Castro (1574-1653): Reitor da Universidade de Coimbra, Bispo da Guarda e Inquisidor Geral” in Separata de *Lusitânia Sacra*, 2.ª Série, Tomo VII, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, 1995.

⁸⁹ Cfr. Machado, Diogo Barbosa – *Biblioteca...*, *op. cit.*, Tomo II, p. 131.

⁹⁰ Convém notarmos que este período da vida de D. Francisco de Castro é de difícil pormenorização factual. No que diz respeito a datas, aparece-nos por exemplo o ano de 1592 para a fase de porcionista, e 31 de Dezembro de 1593 para o momento relativo a reitor. Com efeito, diversos autores contradizem-se incessantemente, mas as datas apresentadas que nos parecem ser as mais plausíveis são as apresentadas por Almeida, Fortunato de – *História da Igreja...*, *op. cit.*, vol. II, p. 628; Baião, António – “El-Rei D. João IV e a Inquisição” in Vários – *Anais*, vol. VI, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942, p. 12 e ainda Morais, Francisco – *Reitores da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa de Coimbra, 1951, p. 23. Estes autores também são defendidos por Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 50. Ressalvemos que outros autores apresentam datas completamente distintas, como sejam: Leal, Manoel Pereira da Sylva – “Catálogo Chronologico dos Collegiaes, e Porcionistas do Collegio de S. Pedro, desde o Anno de 1574 em que foi Restaurado, até o Presente de 1725” in Vários – *Colecção de Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1725, p. 11, em que afirma que D. Francisco de Castro foi “*Collegial Theologo, eleito aos 11 de Mayo de 1597*”; Machado, Diogo Barbosa – *Biblioteca...*, *op. cit.*, Tomo II, p. 131, em que sustenta que o religioso foi admitido no Colégio de S. Pedro a 11 de Mayo de 1597; Sousa, D. António Caetano de – *História Genealógica da...*, *op. cit.*, Tomo XI, p. 547, em que afirma que no ano de 1592 D. Francisco já era graduado em Teologia; e ainda Freire, Anselmo Braancamp – *O Conde de Villa Franca e a Inquisição*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 5, em que afirma que D. Francisco de Castro era reitor do Colégio de S. Pedro em 1602, tendo sido colegial no ano anterior.

⁹¹ Cfr. Baião, António – “El-Rei D. João IV e...”, *op. cit.*, vol. VI, p. 12.

⁹² A este propósito, veja-se a carta do monarca Filipe II de Portugal para o Bispo D. Pedro de Castilho, datada de 18 de Março de 1605 e na qual se pode ler que “*(...) das pessoas que a vniuersidade de coimbra me propoz para o Cargo de Reitor della ey por bem de escolher E nomear ao Licenciado Dom francisco de castro por entender que cumprira bem com as obrigações delle E que atendera como conuem ao bem comum das escolas E conseruação da fazenda da dita vniuersidade (...)*.” Sobre esta passagem e também para uma análise à tumulária da *Capela dos Castros* ver

no cargo por provisão régia de 23 de Abril do mesmo ano.⁹³ Exerceu-o até ao mês de Maio de 1611, embora desde o dia 1 de Janeiro já estivesse nomeado um novo reitor.⁹⁴ Sublinhemos entretanto um aspecto assaz interessante, que é o facto de ainda mesmo antes de prestar juramento como reitor (o que aconteceu a 30 de Junho de 1605)⁹⁵ já D. Francisco de Castro solicitava o privilégio de pertencer ao Conselho de Estado, defendendo que esse direito lhe assistia visto, por tradição, por os reitores da Universidade de Coimbra disporem sempre de assento nesse órgão.⁹⁶

Ainda no decurso do ano de 1611, D. Francisco de Castro passou a exercer as funções de Presidente da Mesa da Consciência e Ordens. Salientemos que este era um órgão da maior importância no contexto castrense e religioso, pois superintendia as Ordens Militares de Cristo, S. Tiago e S. Bento de Avis, no regime eclesiástico e temporal dos priorados e nas comendas.⁹⁷ E é no desempenho destas funções que é elogiado pelo Bispo D. Pedro de Castilho, que no envio de várias informações ao Rei, escreveu: “(...) *Dom Francisco de Castro, presidente da mesa da consciencia e ordens, foi reitor da universidade de Coimbra, tem procedido bem nestes cargos, sempre com bõ exêplo de uida e costumes.*”⁹⁸ No ano de 1617 é ainda apresentado na Diocese da Guarda,⁹⁹ e a 18 de Setembro desse ano é confirmado no bispado pela bula *Gratiae Divinae Praemium* do Papa Paulo V.¹⁰⁰

Biblioteca da Ajuda – Ms. 51 – VIII – 6, N.º 243, publ. por Vale, Teresa Leonor – *A Tumulária da Capela-Mor e Capelas do Transepto da Igreja de Santa Maria de Belém e a da Capela dos Castros no Antigo Convento de S. Domingos de Benfica – Uma Análise Paralela*, Dissertação do Curso de Especialização em Museologia e Património Artístico apresentada à Universidade Lusitana de Lisboa, 1990 (texto policopiado).

⁹³ Cfr. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – *Livro I do Registo*, fl. 374 v., e veja-se igualmente Braga, Teófilo – *História da Universidade de Coimbra 1555 a 1700*, Tomo II, Lisboa, Typ. Da Academia Real das Sciencias, 1895, p. 494.

⁹⁴ Cfr. Soriano, Simão José da Luz – *Revelações da Minha Vida e Memórias de Alguns Factos e Homens Meus Contemporâneos*, Lisboa, Typ. Universal, 1860, p. 276.

⁹⁵ Cfr. Morais, Francisco – *Reitores da Universidade...*, *op. cit.*, p. 23.

⁹⁶ Cfr. Biblioteca da Ajuda – Ms. 51 – VIII – 19, fl. 159, publ. por Baião, António – “El-Rei D. João IV e...”, vol. IV, *op. cit.*, p. 12, referenciando com a cota antiga: Ms. 51 – VII – 20. Igualmente, observe-se Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 42.

⁹⁷ Cfr. Castelo-Branco, José Barbosa Canais de Figueiredo – *Estudos Biographicos ou Noticia das Pessoas Retratadas nos Quadros Históricos Pertencentes à Biblioteca Nacional de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874, p. 149. Tem um lapso no que concerne à data apresentada, pois indica o ano de 1615 como o do início do exercício do cargo de Presidente da Mesa da Consciência e Ordens por D. Francisco de Castro. No que diz respeito às atribuições inerentes a este cargo, atentemos em Witte, Charles-Martial – “Le ‘Regimento’ de la ‘Mesa da Consciência’ du 24 Novembre 1558” in *Revista Portuguesa de História*, Tomo IX, Coimbra, 1960, pp. 277 a 284 e ainda em Cruz, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo – *As Regências na Menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma História Estrutural*, vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993, pp. 7 a 63, e em especial pp. 20 a 32.

⁹⁸ Cfr. Biblioteca da Ajuda – Ms. 51 – VIII – 16, fl. 122, cit. por Baião, António – “El-Rei D. João IV e...”, *op. cit.*, vol. VI, p. 12, referenciando com a cota antiga: Ms. 51 – VII – 17. Estava-se a 7 de Dezembro de 1613 e D. Francisco permaneceria no cargo até 1617.

⁹⁹ Cfr. Sousa, D. António Caetano de – *História Genealógica...*, *op. cit.*, Tomo XI, p. 547.

¹⁰⁰ Cfr. A. N. T. T. – *Colecção de Bulas*, Maço 17, Doc. 29, publ. por Moniz, Jaime Constantino de Freitas – *Corpo Diplomático Português Contendo os Actos e Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo desde o Século XVI até aos Nossos Dias*, Tomo XII, Lisboa, Academia das Sciencias, 1902, p.

No desempenho de funções como Bispo da Guarda, D. Francisco de Castro teve um prelado atento e activo, tendo optado por residir na sede da sua diocese, em oposição ao que sucedera com diversos dos seus antecessores.¹⁰¹ No ano de 1619, viria inclusivamente a assistir em Lisboa às Cortes que Filipe II de Portugal fizera reunir para ser jurado herdeiro o seu filho, futuro Filipe III de Portugal e IV de Espanha. Dois anos depois, como reflexo da sua dedicação à diocese e ainda evidente preocupação pela desactualização das disposições pelas quais se regia a mesma relativamente ao *Concílio de Trento*,¹⁰² D. Francisco promoveu a impressão das constituições sinodais do bispado.¹⁰³ Mais tarde, em Novembro de 1626,¹⁰⁴ participou também em Tomar na junta de clérigos que Filipe III aí mandara reunir, com o fim de se regular sobre determinadas questões eclesiásticas.¹⁰⁴

Nomeado para as funções de Inquisidor Geral do Reino em 1629 e confirmado no cargo¹⁰⁵ pelo breve *Cum Officium* de Urbano VIII,¹⁰⁶ logo se apressou a visitar as Inquisições de Coimbra e

205. Ver igualmente Biblioteca Nacional – *Secção dos Reservados*, Fundo Geral, Cod. 49 – Catálogo dos Bispos de Portugal por Ordem Alfabética, fl. 114.

¹⁰¹ Cfr. Ferreira, Fr. Manuel; Cunha, Pe. Nuno da e Vel, Fr. António – *Orações Funebres nas Exequias que o Tribunal do Santo Officio fez ao Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Bispo D. Francisco de Castro, Inquisidor Geral destes Reinos, e Senhorios, do Conselho de Estado de Sua Majestade*, Lisboa, Officina Craesbeckiana, 1654, p. 80.

¹⁰² Sabemos que com o objectivo de se encontrarem respostas aos problemas colocados pelos protestantes e pelos humanistas, iniciou-se em 1545 na cidade italiana de *Trento*, uma reunião geral dos representantes máximos da Igreja (*concílio*) presidida pelo Papa Paulo III. As principais conclusões do *Concílio de Trento* (que se prolongou até ao ano de 1563), foram as seguintes: as fontes de fé eram as Sagradas Escrituras e a Tradição, que se apresentavam unificadas; o direito de interpretar as Sagradas Escrituras pertencia exclusivamente à Igreja; a salvação alcançava-se por meio da fé e das obras; os Sacramentos, considerados como fontes da graça divina, eram sete: Baptismo, Confirmação, Penitência, Eucaristia, Ordem, Matrimónio e Extrema Unção; a Eucaristia exprimia a presença real de Cristo, por outras palavras, observava-se a teoria da transubstanciação; o Papa era considerado como o “*Pastor Universal da Igreja*”, sendo-lhe reconhecida toda a supremacia em matérias de dogma e de disciplina. Refira-se ainda, que para além desta redefinição doutrinária e dogmática, o *Concílio de Trento* ocupou-se também da disciplina eclesiástica, estabelecendo normas para evitar os abusos e os luxos do clero, nomeadamente pela proibição de acumular benefícios, pela criação dos Seminários como centros de formação dos futuros padres e também pela proibição da ordenação sacerdotal antes dos 25 anos. Grosso modo, podemos afirmar que este Concílio deu à Igreja Católica uma feição mais centralizada e autoritária.

¹⁰³ Estas haviam sido concluídas pelo prelado que o antecederia, D. Afonso Furtado de Mendonça. Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 43. Ver igualmente *Constituições Synodales do Bispado da Guarda Impressas Por Mandado do Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Dom Francisco de Castro Bispo da Guarda e do Conselho de Sua Majestade*, Lisboa, Officina de Pedro Craesbeeck, 1621 e Gomes, Pinharanda – *História da Diocese da Guarda*, Braga, Ed. Autor-Pax, 1981, pp. 133 a 135.

¹⁰⁴ No que se refere a datas, ressalvemos que o dia 7 de Novembro de 1926 é a data apresentada por Castelo-Branco, José Barbosa Canais de Figueiredo – *Estudos Biographicos ou Noticia das...*, *op. cit.*, p. 149, assim como Almeida, Fortunato de – *História da Igreja...*, *op. cit.*, vol. II, p. 628. Outra posição tem Sousa, D. António Caetano de – *História Genealógica...*, *op. cit.*, Tomo XI, p. 547, que propõe a data de 7 de Novembro de 1621.

¹⁰⁵ Cfr. A. N. T. T. – *Inquisição de Lisboa*, Cod. 1370, fl. 136 ou Inquisição de Lisboa – *Bulas*, Caixa 26, Maço 1, Doc. 275, publ. por Moniz, Jaime Constantino de Freitas – *Corpo Diplomático Português Contendo os...*, *op. cit.*, Tomo XII, pp. 258 a 261.

¹⁰⁶ Esta confirmação no cargo só ocorreu efectivamente em Maio, pois foi esse o mês em que o documento pontifício chegou a Portugal (cfr. Biblioteca Nacional – *Secção de Reservados*, Fundo Geral, Mss. 3, N.º 14 – Catálogo dos Inquisidores Geraez que Tem Havido neste Reyno de Portugal, fl. 1 v.). O mesmo se confirma pelo termo de aceitação do breve apostólico que é datado de 20 de Maio de 1630 e assinado por D. Francisco de Castro, nas casas da Inquisição de Coimbra. Cfr. Baião, António – “El-Rei D. João IV e...”, *op. cit.*, vol. VI, pp. 12 e 13.

de Évora, de onde se dirigiu para Lisboa. Verificamos que enquanto expoente máximo do *Santo Ofício*¹⁰⁷ em Portugal, relatou em pormenor as suas intensas actividades e expressou com grande sentido de responsabilidade as preocupações relativas ao exercício das suas funções.¹⁰⁸ De facto, fê-lo através de várias missivas ao rei, sendo que nesse âmbito também se inclui o relatório das visitas realizadas às várias Inquisições do Reino.¹⁰⁹

Enquanto Inquisidor Geral do Reino, podemos afirmar que foi um religioso que esteve atento às intenções maiores do *Santo Ofício*, bem entendidas enquanto um objectivo maior e mais abrangente que tão só a panóplia restritiva das transgressões pontuais à doutrina aceite pela Igreja Católica. A sua dedicação foi uma acção continuada ao longo dos anos seguintes e explanou-se

¹⁰⁷ Recordemos que o movimento renascentista favoreceu o aparecimento da *Reforma Protestante*. A não aceitação, por parte da Igreja Católica, da crítica de alguns humanistas à actuação do alto clero e dos Papas, provocou a divisão da Igreja cristã em católicos, luteranos, calvinistas e anglicanos. Como reacção à *Reforma Protestante*, a Igreja Católica empreendeu a sua reforma (a *Reforma Católica*), na qual redefiniu a doutrina pelo *Concílio de Trento* e procurou uma acção pregadora e missionária com a criação de novas Ordens Religiosas, expressando-se um especial ênfase para a *Companhia de Jesus*. Para evitar o alastramento do protestantismo, a Igreja Católica empreendeu a *Contra-Reforma* perseguindo todos aqueles que manifestassem simpatias pelas ideias protestantes, especialmente pelas ideias luteranas (*Tribunal da Inquisição*) e ainda censurando os livros que revelassem essas ideias (*Índex*). É oportuno afirmar que a *Inquisição*, enquanto instituição criada na Idade Média para combater as heresias e vigiar os judeus e muçulmanos convertidos, foi no século XVI restaurada e posta ao serviço da perseguição e condenação (nomeadamente, nos designados *autos-de-fé*) de todos os que manifestassem simpatia pelas ideias defendidas pelo luteranismo ou mesmo por alguns humanistas. Sob a autoridade do Papa Paulo III, um grupo de seis Cardeais (o *Santo Ofício*) coordenava a acção deste terrível tribunal que se havia instalado nos países do sul da Europa. Em Portugal, a *Inquisição* foi introduzida por D. João III em 1536. Em geral, a *Inquisição* serviu aos monarcas e ao clero para subordinar as populações às suas vontades (através do medo e do terror). Foi frequentemente utilizada para eliminar pessoas inocentes, mas incómodas ao Poder Político. Como complemento e auxiliar da *Inquisição*, foi fundada em 1543 a *Congregação do Índex*, que tinha por objectivo elaborar a lista dos livros considerados perigosos para a fé e cuja leitura era, portanto, proibida. Destinada a “defender a fé católica e os bons costumes”, ficou todavia conhecida pelo pior motivo: os excessos cometidos. Os judeus foram as primeiras vítimas, que já no reinado de D. Manuel I haviam sido obrigados a converterem-se ao catolicismo ou a abandonar o reino. Os que se converteram (os *cristãos-novos*) eram olhados com suspeitas, pois dizia-se que muitos continuavam em segredo a praticar a religião judaica. Muitos foram os *cristãos-novos* que embora inocentes, por serem ricos, a *Inquisição* condenava para, de acordo com a legislação em vigor na época, ficar com os bens que eles possuíam. Com consequências profundamente negativas, qualquer pessoa podia denunciar outra, acusando-a de não praticar os deveres religiosos, praticar bruxaria ou usar de maus costumes. Desde as torturas aos *autos-de-fé*, passando-se pelas prisões, os desterramentos e as fogueiras, comungava-se “no mesmo ódio medroso pelo judeu maléfico, e no mesmo respeito, não menos amedrontado, pelo Inquisidor que purificava o reino e pacificava a divindade.” Numa determinada perspectiva, podemos dizer que a seu tempo, a *Inquisição* “institucionalizou e interiorizou o espírito de intolerância, que é o lado mau da alma portuguesa.” Entre outros, ver Saraiva, José Hermano – *História ...*, *op. cit.*, pp. 181 a 185.

¹⁰⁸ Cfr. A. N. T. T. – *Inquisição de Lisboa*, Cod. 1.457, fls. 73 e segs., nomeadamente uma carta datada de 24 de Maio de 1631, e ainda Cod. 1.457, fls. 49 e segs., referente a uma carta datada de 24 de Maio de 1632. Publ. por Baião, António – “El-Rei D. João IV e...”, *op. cit.*, vol. VI, pp. 13 a 16.

¹⁰⁹ Cfr. A. N. T. T. – *Inquisição de Lisboa*, Cod. 1.457, fl. 90, relativa ao relatório datado de 2 de Outubro de 1632. Refira-se que após as visitas realizadas a Coimbra (cfr. A. N. T. T. – *Inquisição de Lisboa*, Cod. 1.476, fl. 279, publ. por Baião, António – “El-Rei D. João IV e...”, *op. cit.*, vol. VI, p. 20) e a Évora, D. Francisco de Castro chegou a Lisboa a 18 de Fevereiro de 1631 (cfr. Biblioteca da Academia das Ciências – *Col. Azul*, Ms. 673, nomeadamente o relatório do beneficiado José Caetano de Almeida, citado por Baião, António – “El-Rei D. João IV e...”, *op. cit.*, vol. VI, p. 20) e iniciou desde logo a visita ao tribunal da capital, sendo que este foi um direito que sempre para si reservou. Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 43.

segundo diversas áreas, desde a promoção de obras no *Palácio da Inquisição de Lisboa*¹¹⁰ à emissão de provisões que pretendiam salvaguardar as condições consideradas necessárias para a publicação de obras escritas. Por outras palavras, estas provisões podiam ser entendidas como licenças do *Santo Ofício* para proceder à publicação de determinadas obras, situação essa que nem sempre era respeitada.¹¹¹

Sublinhemos que a publicação de um novo Regimento para a Inquisição Portuguesa (ocorrida no ano de 1639) se revelou como um dos sinais mais vincados da sua intensa actividade enquanto Inquisidor Geral.¹¹² Um outro aspecto que se nos apresenta de particular interesse é o contexto relativo à sua eventual implicação na conspiração regicida de 1641. De uma forma sintética, sabemos que a 28 de Maio de 1641¹¹³ D. Francisco de Castro foi preso por D. Pedro de Meneses, Bispo do Porto, a mando de D. João IV. A acusação era a de estar implicado numa conspiração contra o monarca brigantino, conluio esse que teria tido origem na pessoa do Arcebispo de Braga, D. Sebastião Matos de Noronha.¹¹⁴ Como consequência do processo, D. Francisco de Castro esteve

¹¹⁰ Ocorridas no ano de 1631. Cfr. Biblioteca da Ajuda – *Ms. 44* – XIII – 32, N.º 19, publ. por Baião, António – “El-Rei D. João IV e...”, *op. cit.*, vol. IV, p. 23 e 24.

¹¹¹ Cfr. Biblioteca da Ajuda – *Ms. 54* – X – 19, N.º 169, publ. Baião, António – “El-Rei D. João IV e...”, *op. cit.*, vol. IV, pp. 22 a 23, referenciando com a cota antiga *Ms. 52* – X – 6. No que concerne à intensa actividade de D. Francisco de Castro enquanto Inquisidor Geral, podem ainda consultar-se nesta biblioteca os *Ms. 54* – XIII – 10, N.º 56, fls. 5 a 10 v., respectivamente (e na Biblioteca Pública de Évora – *Cod. CXIII/1-21*, fl. 64 v.; *Cod. CV/2-9*, fls. 18, 18v. e 342; *Cod. CXXX/2-4*, fl. 80 v.). No ano de 1632, nomeadamente no dia 23 de Fevereiro, D. Francisco de Castro (na qualidade de Inquisidor Geral) aceitou o encargo de proteger o Colégio dos Inglezinhos de Lisboa, em cumprimento de uma vontade expressa pelo seu instituidor. Cfr. Pereira, Esteves e Rodrigues, Guilherme – *Portugal...*, *op. cit.*, vol. IV, pp. 255 e 256.

¹¹² Falamos da seguinte publicação: *Regimento do Santo Offício da Inquisição dos Reynos de Portugal, Ordenado por Mandado do Illustrissimo e Reuerendissimo Senhor Bispo Dom Francisco de Castro, Inquisidor Geral e do Conselho de Sua Magestade*, Lisboa, Officina de Manoel da Sylva, 1640.

¹¹³ Cfr. Menezes – *História de Portugal Restaurado*, Tomo I, Lisboa, Officina de Domingos Rodrigues, 1751 [ed. original 1679], p. 305, bem como Silva, Luís Augusto Rebelo da – *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, 2.ª Edição, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1971 – 1972 [ed. original 1860 – 1871], p. 391, e ainda Godinho, Vitorino Magalhães – “Restauração” in Serrão, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d. [ed. original 1971], p. 319. Refira-se também que segundo Freire (cfr. Freire, Anselmo Braancamp – *O Conde de Villa Franca e...*, *op. cit.*, p. 6), a data da prisão de D. Francisco de Castro é o dia 28 de Julho de 1641.

¹¹⁴ O Arcebispo de Braga teria aliciado vários elementos da nobreza, nomeadamente o Marquês de Vila Real, o Duque de Caminha, o Conde de Armamar e o Inquisidor Geral. De facto, nunca o Arcebispo vira com bons olhos a Restauração. Recordemos que logo em 1 de Dezembro, aquando do movimento, deixou essa sua posição política bem vincada. Quando a uma das janelas do Paço se assomou a Duquesa de Mântua e que em altos gritos ainda apelava à lealdade portuguesa (pretendendo impor sem êxito a sua autoridade), subiram então a essa sala D. Antão de Almada e muitos outros que com grande custo a obrigaram a calar-se e a recolher-se ao seu oratório. Nessa altura, sabemos que se esboçou ali um conflito com o Arcebispo, que pretendendo sustentar a autoridade da Duquesa, logo se viu gravemente ameaçado (cfr. Peres, Prof. Damião – “Primeira Parte – História Política – Cap. XVIII – O restabelecimento da independência” in *História de Portugal – Edição...*, *op. cit.*, vol. V, p. 286). Depois disso, o Arcebispo nunca ocultara os seus sentimentos anti-patrióticos, tendo procurado incutir noutros as suas ideias. Pouco a pouco o seu “*atrevimento foi crescendo*”. Por fim, lançou as bases de uma conspiração, cujo fim era entregar novamente o trono a Castela. Sucessivamente conseguiu aliciar D. Luis de Meneses (Marquês de Vila Real), Rui de Matos de Noronha (Conde de Armamar) e Pedro de Baeça (Tesoureiro da Alfândega). Por seu turno, o Marquês de Vila Real introduziu na conjura o seu filho, D. Miguel de Meneses (Duque de Caminha), que apesar de contrário a ela, não deixou de ficar envolvido nos sucessos. Contava-se que muitos outros haviam aderido, incluindo o Inquisidor

preso aproximadamente durante dois anos, nomeadamente de 28 de Maio de 1641 a 5 de Fevereiro de 1643.¹¹⁵ Contudo, é de sublinhar que os autores cronologicamente mais próximos deste alto representante do *Santo Ofício* não abordam com precisão este período. Com efeito, silenciam mesmo a sua prisão, tal e qual esta não tivesse ocorrido. Como Teresa Vale refere, tal facto poderá ligar-se com a reabilitação social e política de que D. Francisco de Castro pôde usufruir após a sua libertação, tendo sido como que ilibado em 1643 e voltado nessa ocasião à posse de todos os seus cargos e bens. Assaz reveladora desse significado é a liberdade de que os seus parentes dispuseram para festejar grandiosamente a sua saída da prisão.¹¹⁶

As suas primeiras iniciativas não se fizeram esperar e, logo em 14 de Outubro de 1643, D. Francisco de Castro escreveu a D. João IV a pugnar pela manutenção dos privilégios dos familiares do *Santo Ofício* e procurou que estes não fossem abrangidos pelo recrutamento então em curso, devido à guerra com a Espanha.¹¹⁷ Como bastante notória, tanto a nível social como político, fica a reabilitação que conseguiu levar a cabo depois da sua libertação, a todos os níveis. E por último, acresce ainda o facto de que quando faleceu no dia 1 de Janeiro de 1653, este descendente de D. João de Castro era efectivamente a autoridade máxima do *Santo Ofício* em Portugal, na qualidade de

Geral, bem como vários nobres. Em determinada altura, Baeça procurou aliciar Luís Pereira de Barros (Contador da Fazenda). Sabe-se que este, já com o intento de alcançar benefícios atraído os conjurados, envidou logo esforços no sentido de saber quem eles eram e assim que obteve informações suficientes, denunciou a conspiração, tendo sido este o primeiro aviso que D. João IV teve do que se tramava nesse momento. Posteriormente, as declarações de outros denunciantes (incluindo alguns criados de Pedro de Baeça) confirmaram a gravidade da situação, tendo acrescentado outros nomes. Os criados de Pedro de Baeça citaram mesmo os nomes do amo e de mais dois conjurados: Correia de França e Diogo de Brito Nabo. Ia meado o ano de 1641 quando D. João IV mandou prender os três acusados e organizar um processo de investigação. Se o primeiro acusado nada confessou, sofrendo valorosamente os tratos, o mesmo não se pode dizer dos outros dois. Logo foram detidos todos os implicados na conspiração. Lavradas as sentenças, foram condenados quatro nobres que seriam degolados (o Duque de Caminha, o Marquês de Vila Real, o Conde de Armamar e D. Agostinho Manuel) e seis populares que sofreriam, como era uso, uma morte mais afrontosa, sendo que a cada um caberia ser: “*enforcado em fôrca mais alta, para a qual será levado a rastos na forma costumada, e depois de morto seja esquartejado, e seus quartos serão postos nos logares públicos costumados*”. No Rossio, em 29 de Agosto, tiveram lugar essas execuções e foram igualmente supliciados (em *forças armadas*) e depois esquartejados, Manuel de Moraes Vilas-Boas, Diogo Nabo, Pedro de Baeça e Correia de França. Refira-se que Cristóvão Cogominho e António Correia, que também tinham sido condenados à morte, só foram enforcados alguns dias depois, a 9 de Setembro. Dos eclesiásticos, encarcerados na Torre de Belém, a sorte foi diversa: o Arcebispo de Braga veio a morrer na prisão; o Bispo de Martíria, volvidos alguns anos, foi enviado para o Mosteiro de S. Vincente e ali passou os últimos anos da sua vida; o Inquisidor Geral do Reino, D. Francisco de Castro, sofreu muito menos pois, após cerca de ano e meio de prisão, foi solto em 5 de Fevereiro de 1643, sendo que os seus parentes festejaram o acontecimento com grandes festividades. Cfr. Peres, Prof. Damião – “Primeira Parte – História Política – Cap. I – A Restauração: partidários e adversários” in *História de Portugal – Edição..., op. cit.*, vol. VI, pp. 14 a 19.

¹¹⁵ A respeito da sua libertação, logo no dia 9 de Março de 1643 foi proferido um sermão pelo dominicano Fr. Fernando Soeiro na Inquisição de Évora. Cfr. Soeiro, Fernando – *Sermão que o Presentado Fr. Fernando Sueiro Pregou na Procissão que o Tribunal do S. Ofício de Évora fez ao Conuento de Sam Domingos, de Graças a Deos polla Liberdade do Senhor Bispo Inquisidor Geral a 9 de Março de 1643*, Lisboa, Officina de Paulo Craesbeeck, 1643. Este frade, alguns anos mais tarde, entre 1661 e 1663, virá a assumir as funções de Prior do Convento de S. Domingos de Benfica.

¹¹⁶ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de..., op. cit.*, p. 45.

¹¹⁷ Cfr. Biblioteca da Ajuda – *Ms 51 – IX – 6*, fl. 165, publ. por Baião, António – “El-Rei D. João IV e..., *op. cit.*, vol. IV, pp. 24 a 26, referenciado com a cota antiga *Ms. 51 – VIII – 6 e*, por lapso, como fl. 765.

Inquisidor Geral do Reino e no uso de todos os seus poderes e competências eclesiásticas.¹¹⁸

¹¹⁸ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 45.

2. CONSIDERAÇÕES DE ÍNDOLE ARQUITECTÓNICO E TUMULÁRIA SOBRE A CAPELA DE CORPUS CHRISTI

Uma das imagens que é mais inesquecível para todos os Pilões, é a da imponente volumetria da *Capela de Corpus Christi*. Destacando-se claramente na massa arquitectónica do antigo Convento de S. Domingos de Benfica, esta capela assume-se como um ponto de referência indubitável para os jovens alunos que diariamente percorrem a parada superior da 1.ª Secção do Instituto. Exteriormente, a capela instituída por D. Francisco de Castro revela-se como um bloco paralelepípedo cuja cobertura é assegurada por um telhado a duas águas, as quais lhe conferem empenas triangulares, os dois topos, Sul e Norte, sendo que este último apresenta adossado o pequeno corpo do retro-coro, de menor altura e lateralmente amparado por dois contrafortes. A fachada principal, erguendo-se a meio da ala Norte do claustro de módulo *palladiano* dito do noviciado, ostenta um esquema compositivo denotando extrema simplicidade e apresenta-se lateralmente delimitada por cunhais de cantaria e animada pelo rasgamento do portal, de emolduramento de cantaria com sóbria decoração geometrizante.¹¹⁹ Refira-se que sobre a verga do portal podemos ainda observar uma cartela com a pedra de armas do instituidor.¹²⁰

Relativamente ao interior da *Capela de Corpus Christi*, esta revela-se como um espaço amplo que se projecta em altura e que é enobrecido pela escolha dos materiais dominantes: a pedra de lioz e os mármore polícromos, nomeadamente no pavimento e nos monumentos fúnebres. Em termos planimétricos, a capela organiza-se dentro de um rectângulo, onde se distinguem um quadrado (a nave) e um rectângulo (o presbitério), separados por um desnível de quatro degraus. Para lá do retábulo, que reveste o muro de topo Norte, localiza-se um pequeno espaço, também ele de forma rectangular – o antigo coro do noviciado. Nos muros laterais abrem-se seis arcos de volta inteira, quatro dos quais (os situados na nave) funcionam como arcosólios, enquanto que o terceiro se apresenta entaipado com cantaria, do lado do Evangelho, e rasgado por uma porta, do lado da Epístola. A cobertura é feita por uma abóbada de berço de cantaria ritmada pela marcação de caixotões.¹²¹

¹¹⁹ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, pp. 157 e 158.

¹²⁰ A leitura heráldica é a seguinte: de prata com seis arruelas de azul, postas 2, 2 e 2, tendo por timbre um leão de ouro, sainte, segurando nas mãos a roda de navalhas de Santa Catarina, de sua cor, com as navalhas de prata. Cfr. Zúquete, A. E. Martins e Faria, António Machado de – *Armorial Lusitano*, Lisboa, Edições Zairol, 1961, p. 153. No que concerne à restante animação do alçado, esta é assegurada pela abertura, a eixo do portal, mas bastante acima deste, de um amplo janelão rectangular com verga ligeiramente encurvada e encimado por um pequeno janelo igualmente rectangular. O alçado, que é terminado em bico, evidencia a cobertura a duas águas. É rematado ao centro por uma cruz de calcário, reconhecendo-se ainda pináculos, de corpo paralelepípedo e remate esférico, encimando os cunhais.

¹²¹ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 159.

A Norte encontramos o altar e o respectivo retábulo. De talha dourada e pintada de branco, de feição arquitectónica e veiculando uma gramática decorativa maneirista, trata-se de um retábulo de grandes dimensões que reveste a quase totalidade do muro. Como primeiro registo encontramos o embasamento, de mármore com alternância cromática de branco e preto, e com uma abertura central (faculta a passagem para o denominado retro-coro e inclui à esquerda a porta de acesso ao carneiro)¹²² ladeada por duas inscrições, uma do lado do Evangelho¹²³ e uma outra do lado da Epístola.¹²⁴ Atentando no segundo nível do retábulo, reconhecemos no vão central (em arco de volta inteira) uma charola de madeira dourada, constituída por oito colunas sobre as quais assenta um zimbório rematado por um pelicano. Notemos que sob o zimbório abriga-se o trono sustentado por quatro colunas, no qual se abrem dois nichos, um voltado para a capela e o outro para o coro. Ladeando esta abertura central do retábulo encontramos seis colunas adossadas, três de cada lado. Entre a segunda e a terceira (da periferia para o centro) um painel móvel pode deixar a descoberto, de cada um dos lados, quatro nichos sobrepostos destinados a receber imagens e/ou relicários, sendo que actualmente permanecem vazios.¹²⁵

Num último registo, temos a constatar uma tela rectangular, representando a *Última Ceia*, emoldurada lateralmente por duas colunas e superiormente por um friso. A ladear a tela, encontram-se dois pináculos piramidais.¹²⁶ Este retábulo apresenta uma feição marcadamente arquitectónica, a

¹²² Nesta passagem, no embasamento esquerdo do retábulo, abre-se uma pequena porta de acesso à escadaria conducente ao *Carneiro* ou *Cripta*, um espaço que ocupa a área sob o coro e o presbitério. A *Cripta* encontra-se coberta por uma abóbada de aresta rebocada, que as três janelas (em arco esbatido) a Este e os três nichos a Oeste, rasgam. Estes nichos são, de facto, arcossólios. Como referimos atrás, albergam arcas tumulares pertencentes a descendentes dos Castros. Este espaço é igualmente servido por um corredor que permite o acesso directo ao exterior, evitando a passagem pela capela. Cfr. *Idem*, p. 166.

¹²³ A inscrição é a seguinte: “AD MAIOREM INEFFABILIS EUCHARISTIAE VENERATIONEM; PECULIAREM DEIPAROE VIRGINIS DE ROSARIO HONOREM; INDIUIDUAM PATRIARCHOE DOMINICI, MARTYRUM NAZARIJ, CELSI, VICTORIS, AC INNOCENTIJ CONFESSORIS MEMORIAM, OEDEM HANC IN PENETRALIBUS SACRATIOREM EREXIT, CONDIDIT, DICAUIT, D. FRANCISCUS A CASTRO EPISCOPUS OLIM AEGITANIENSES, REGIS, AD STATUS CONSILIA ADSIDENS, RERUM FIDEI MODERATOR SUPREMUS. ANNO DOMINI M.DC.XLVIII”.

¹²⁴ Deste lado, temos a seguinte inscrição: “INSTITUIT AD ALTARE TRIPLEX IUGE SACRIFICIUM ANNUAS PRO DEFUNCTIS VIGILIAS, IUNIORUM COENOBITARUM ADSCUIT EXCUBIAS, HABITACULA COEDIFICAUIT; SIBI RELIGIOSE ANTE DOMINUM SEPULTURA PROUISA; MAIORIBUS SUIS POSUIT MONUMENTA, MAGIS PIE, QUAM MAGNIFICE, QUORUM POSTERIS SUBTUS ARAM CONDITIORUM FECIT, LEGAUIT IN HOEC OPERA PIETATIS SEXCENTOS ANNUOS AUREOS”.

¹²⁵ Cfr. *Ibidem*, p. 160.

¹²⁶ Trata-se de uma pintura sobre a tela atribuída (por Adriano de Gusmão e Vitor Serrão) a Lourenço de Salzedo, falecido em 1577 (cfr. Gusmão, Adriano de – “A Pintura Maneirista em Portugal” in Vários – *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Lisboa, 1957, pp. 71 a 74, bem como Serrão, Vitor – *A Pintura Maneirista em Portugal*, Lisboa, ICALP, 1982, pp. 58 e 59 e ainda Serrão, Vitor – “A Pintura Maneirista e o Desenho” in Vários – *História da Arte em Portugal*, vol. 7, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 58). Tendo em conta a data da morte do pintor a quem se atribuiu a *Última Ceia* e a data de edificação da capela (1644/48), a pintura teria assim que estar na posse da família ou ter sido adquirida como obra antiga. Afigurando-se-nos a segunda hipótese como pouco plausível, à primeira delas permite-nos estranhar que tal facto nunca seja mencionado nem nos documentos nem pelos diversos autores, ao contrário do verificado com as imagens que integravam o retábulo, designadamente a escultura florentina da Virgem, de reconhecida antiguidade e veneração na família dos Castros.

qual se revela não apenas na aplicação de elementos de arquitectura, mas também na própria escolha da decoração, sóbria e estrutural. Em campa rasa, encontramos a sepultura de Fr. Fernando da Cruz (irmão do fundador) no pavimento do vão que permite a passagem sob o retábulo, precisamente antes do coro. A sua última morada, bem como a da sua irmã, a Condessa de Odemira, situa-se lateralmente aos quatro degraus que fazem a passagem do corpo da capela para o presbitério, ambas delimitadas por uma sóbria moldura incisa na qual se integram os registos epigráficos que funcionam como epitáfio. Passando sob o retábulo, acedemos então ao pequeno espaço normalmente referido como coro. Observamos que em cada um dos muros laterais situam-se, simetricamente dispostas, duas portas de verga recta não centradas e duas janelas rectangulares centradas. Acrescentemos que no muro Sul é visível o verso do retábulo e, à esquerda deste, uma porta que dá acesso a um pequeno arrumo.¹²⁷

Numa perspectiva de termos espaciais, a *Capela de Corpus Christi* (assim como a Igreja principal do antigo convento) apresenta afinidades com uma tipologia de Igrejas desenvolvida em Itália por Andrea Palladio (1508/80). Esse modelo repetiu-se por toda a Europa e também deixou testemunhos em Portugal. Espacialmente, essas igrejas caracterizam-se pela justaposição de dois espaços. O segundo deles deve ser visível desde o primeiro através de uma membrana de comunicação que pode ser um écran de colunas (no caso das igrejas *palladianas*) ou um muro parcialmente vazado por um retábulo (o que se verifica na *Capela dos Castros* e na Igreja principal do antigo convento). Sublinhemos que a visualização do segundo espaço a partir do primeiro, concede ao observador deste uma perspectiva de maior profundidade, permitindo a ilusão de que o centro da igreja coincide com o retábulo e que para além deste existe um espaço quase tão amplo quanto a nave.¹²⁸

Se focarmos os traços da arquitectura maneirista como sejam a relação altura-largura (em que se integra um pé-direito altíssimo que seria inconcebível no Renascimento num edifício desta dimensão) ou se observarmos ainda a ausência de decoração que caracteriza e define um certo Maneirismo (como expressão de renúncia, pureza e depuração de que a mentalidade coeva, modelada pela pastoral pós-tridentina faz a apologia), constatamos efectivamente que a *Capela de Corpus Christi* se revela como um monumento de grande qualidade arquitectónica. Enquanto obra

¹²⁷ Primitivamente terá permitido o acesso ao segundo nível do retábulo. Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 160 a 166.

¹²⁸ Sendo certo que a relação geométrica destes dois espaços deve ser cuidada, para que visualmente o observador do edifício os viva de forma enunciada, no caso da *Capela de Corpus Christi* é constatável a obediência do espaço da nave a uma rigorosa geometria, enquanto que o espaço do denominado coro se revela indistinto e amorfo, talvez como resultado de uma intervenção posterior que o terá mutilado. Tal desadequação em termos geométricos faz com que o coro seja pouco notório desde o corpo da capela e não se constitua como uma sugestão de multiplicação do espaço. Cfr. *Idem*, pp. 161 e 162.

pia idealizada por D. Francisco de Castro, é por excelência um espaço funerário, um panteão familiar. De facto, torna-se impossível ignorarmos toda a importância da tumulária existente, com a sua distribuição assim delineada: pelos muros laterais, encontramos as essas monumentais de D. João de Castro, Dona Leonor Coutinho, D. Álvaro de Castro e Dona Ana de Ataíde; tirando partido da diferença de nível existente entre a nave e o presbitério, encontramos as sepulturas de D. Francisco de Castro e de Dona Violante de Castro; e ocupando o pavimento na passagem para o coro, deparamos com a campa rasa de Fr. Fernando da Cruz.¹²⁹

Da distribuição que referimos, os mais notáveis monumentos fúnebres da *Capela de Corpus Christi* são os que concernem aos quatro arcosólios abertos na nave, e que guardam os restos mortais dos pais e dos avós do antigo Inquisidor Geral do Reino. Esses monumentos apresentam-se constituídos por duas partes: as essas e os suportes. Podemos observar no frontal da primeira arca, assente sobre o dorso de elefantes, os epitáfios dos sepultados.¹³⁰ Os emblemas heráldicos completam a identificação dos sepultados, como remate da estrutura piramidal segundo a qual se organizam os monumentos fúnebres dos arcosólios da nave.¹³¹ Os suportes são representações de elefantes, animais associados à realeza e à ideia de prestígio na Antiguidade Clássica. Os portugueses (especialmente os habitantes de Lisboa), habituados a conviver com os elefantes desde o século XVI,¹³² assumiam os elefantes como animais exóticos de prestígio, tidos como particularmente

¹²⁹ Cfr. *Ibidem*, p. 162.

¹³⁰ Os epitáfios, são os seguintes:

- **D. João de Castro:** "D. IOANNES A CASTRO XX. PRO RELIGIONE IN VTRAQVE MAVRITANIA STIPENDIJS FACTIS, NAVATA STRENVE OPERA THVNETANO BELLO POELICIBVS: GENDROSICO REGE, PERSIS, TVRCIS VNO PROELIO FVSIS: SERVATO DIO, IMO REIPVBLICOE REDDITO, DORMIT IN MAGNVM DIEM, NON SIBI, SED DEO TRIVMPHATOR: PVBLICIS LACHRIMIS COMPOSITVS, PVBLICO SVMPTO PROE PAVPERATE FVNERATVS: OBIIT. VII. ID. IVN. NA. D. XLVIII. AETATIS XLVIII."

- **Dona Leonor Coutinho:** "D. HELEONORA COVTIGNIA LEONELLI COVTIGNII FILIA INDICI PROREGIS D. IOANNIS DE CASTRO VXOR CONIVGALIS PVDICIAE PERFECTIS SIMVM COLVMEN MVLTORVM LIBERCRVM FARENS. OBIIT VII. ID. APRIL. NA. D. LXXVI."

- **D. Álvaro de Castro:** "D. ALVARIS DE CASTRO, MAGNI IOANNIS PRIMOGENITVS, CVI PENE AB INFANTIA DISCRIMINVM SOCIVS PVGNARVM CVRSOR, TRIVMPHO RVM CONSORS, EMVLVS FORTITVDINIS. HOERES VIRTVTVM, NON OPVM: REGVM PROSTATOR, ET RESTITVTOR IN SINAI VERTICE EQVES FOELICITER INAVGV RATVS: A REGE SEBASTIANO SVMMIS REGNI AVCTVS HONORIBVS; BIS ROMOE, SEMEL CASTELLOE, GALLIOE, SABAVDIOE, LEGATIONE PERFVNCTVS, OBIIT IV. ID. SEPTEMB. ANNO. M. D. LXXV. AETATIS SVAE L."

- **Dona Ana de Ataíde:** "A. ANNA ATTAYDIA D. ALOYSII DE CASTRO FILIA D. ALVARI DE CASTRO VXOR FOECVNDIA LIBERIS VIRTVTIBVS FOECVNDIOR. OBIIT. VII. OCTOB. ANNO. M. D. LXXIV."

¹³¹ A sua leitura heráldica é a que seguidamente apresentamos: *D. João de Castro* - de prata com seis arruelas de azul, postas 2, 2 e 2, timbre: a coroa de louros e duas palmas; *Dona Leonor Coutinho* - escudo partido, ao 1.º de Castro (de prata com seis arruelas de azul, postas 2, 2 e 2) e ao 2.º de Coutinho (de ouro com cinco estrelas de cinco raios de vermelho postas em sautor) em lisonja; *D. Álvaro de Castro* - de prata com seis arruelas de azul, postas 2, 2 e 2, timbre: um leão sainte com a roda de Santa Catarina; *Dona Ana de Ataíde* - escudo partido, ao 1.º de Castro (de prata com seis arruelas de azul, postas 2, 2 e 2) e ao 2.º de Ataíde (de azul com quatro bandas de prata) em lisonja.

¹³² Cfr. por exemplo, Góis, Damião de - *Crónica do Felicíssimo...*, *op. cit.*, Parte III, cap. LV e Parte IV, cap. XVIII; Andrade, Francisco de Andrade - *Chronica del Rey D. João o III*, Porto, Lello & Irmão, 1976 [ed. original 1605], Parte II, cap. V; Viterbo, F. M. de Sousa - "O Orientalismo em Portugal no Século XVI" in *Boletim da Sociedade de*

inteligentes, capazes mesmo de pensar e sentir, pelo que a sua associação a monumentos fúnebres não se afigura destituída de sentido.¹³³

Sublinhemos, contudo, que os monumentos dos Castros impõem-se mais pela impressão de monumentalidade e não tanto pela qualidade escultórica. Com efeito, na componente figurativa (os elefantes) apresenta-se bastante reduzida, revelando-se as peças em análise, “*mais um trabalho de canteiro do que obra de escultor*”. Todavia, a imponência ganha distância relativamente à qualidade escultórica. E tanto assim é que uma das imagens que nos assalta assim que observamos as sepulturas monumentais da *Capela de Corpus Christi* é exactamente a extrema semelhança com os monumentos régios que se encontram na capela mor e nas capelas do transepto da Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Belém. Neste contexto e numa abordagem de cariz social e político, é adequado debruçarmo-nos sobre duas vertentes, nomeadamente em qual era a relação existente entre a família real portuguesa e a família dos Castros e ainda como foi possível a D. Francisco de Castro copiar literalmente os túmulos da família real para os seus antepassados. Ora, se para a primeira questão encontramos algumas hipóteses de resposta, já para a segunda subsiste uma resposta inconclusiva, ainda que reconheçamos vários laços que ligaram a família dos Castros à família real portuguesa.¹³⁴

Sabemos que a tumulária régia de Belém se constituiu como a indubitável referência do encomendador, enquanto obra custeada pelo Inquisidor Geral do Reino: “(...) *o bispo inquisidor geral Dom Francisco de Castro, seu neto, lhes fez na capella e sepultura propria, na traça, na matéria, e na escultura, depois das reais a nenhua segunda (...)*.”¹³⁵ A capacidade de erguer monumentos fúnebres aos seus antepassados só comparáveis aos da família real portuguesa,¹³⁶ conduz-nos, acima de tudo, à evidente dimensão do poder que detinha um Inquisidor Geral nesse

Geografia de Lisboa, XII Série N.º 8, 1893, p. 318; Santos, Vítor Pavão dos – “O Exotismo na Vida Portuguesa na Época de D. Manuel” in *Panorama*, IV Série, N.º 32, Dezembro 1969, p. 89.

¹³³ De facto, já havia sido efectuada, designadamente por elementos da família italiana Malatesta, no seu panteão de Rimini.

¹³⁴ Desde a amizade entre o Infante D. Luís (filho de D. Manuel) e D. João de Castro, às relações ainda que institucionais entre D. João de Castro e D. João III (que o nomeou governador e depois Vice-Rei da Índia), até mesmo às relações oficiais e pessoais de D. Álvaro de Castro e D. Sebastião (de quem foi vedor da fazenda e conselheiro particularmente considerado), diversas são as situações que nos levam a concluir que os Castros contactaram de perto com a família real. Contudo, esse facto não explica nem justifica que lhes tenha sido permitido possuir túmulos idênticos aos dos reis e rainhas portugueses, pois não se tratavam de pessoas hierarquicamente do mesmo nível político. Se recordarmos o caso dos próprios Braganças, aquando da realização de sepulturas para os seus antepassados em Vila Viçosa, embora já ocupassem o trono português, não copiaram contudo o modelo régio de Belém, sendo que apenas se basearam nele, usando-o como ponto de partida. Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, pp. 164 e 165.

¹³⁵ Cfr. Andrade, Jacinto Freire de – *Vida de D. João de Castro...*, *op. cit.*, p. 340.

¹³⁶ Derivou uma verdadeira tipologia deste tipo de túmulo, surgido em Santa Maria de Belém e na *Capela dos Castros*. De facto, com mais ou menos alterações e adulterações, foi-se reproduzindo o modelo inicial desde o final do século XVI até aos primeiros anos do século XVIII, impedindo por exemplo, que os espectaculares modelos da sepultura barroca de matriz italiana (com estatuária figurativa e composições teatrais) encontrassem qualquer eco em Portugal.

tempo em Portugal.¹³⁷ De facto, apesar da acusação de participação na conspiração regicida de 1641, é inegável que o peso social e político desta figura eclesiástica era bastante relevante e permitia-lhe agir com razoável independência relativamente às disposições da Casa Real.¹³⁸

¹³⁷ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 165.

¹³⁸ Sobre o peso social e político da Inquisição, bem como outros aspectos relativos ao *Santo Ofício*, ver por exemplo Saraiva, José Hermano – *História ...*, *op. cit.*, pp. 181 a 185.

APÊNDICE V
OS INQUÉRITOS REALIZADOS

1. OS INQUÉRITOS POR ENTREVISTA

1.1. Presidente da Direcção da Associação dos Pupilos do Exército – 2002/2005

Interlocutor: Coronel ADMIL M. A. Borges Correia

Data: 24 de Março de 2006

Hora: 18h00m

Local: Associação dos Pupilos do Exército

Suporte: Por vontade do interlocutor, o documento original foi entregue pessoalmente e na forma escrita, devidamente autenticado.

Guião de Entrevista e respectivas respostas:

1. Entende que os Alunos Graduados, nos seus diversos níveis de actuação, são um importante contributo no processo pedagógico dos estudantes, perfazendo a ponte necessária entre os comandantes militares e os outros alunos?

R. - *“Sem dúvida. Actualmente são os Alunos Graduados que, procuram fazer essa ponte, tanto mais necessária, como importante. Contudo, por omissão, não interferência ou 'acção específica' directa no apoio aos Alunos (no período extra escolar) pelos elementos militares responsáveis, nas suas várias vertentes (em relação ao internato), cabe aos Alunos Graduados, o garantir daquele contributo pedagógico e de uma real integração na Escola.*

É da sua acção que resulta, com alguns erros possíveis, mas involuntários, o fomento e o adquirir do tradicional 'espírito pilónico', baseado na Camaradagem, na Fraternidade, na Solidariedade e na Tolerância.

Objectivando, o culto da verdade, da disponibilidade e da responsabilidade, no que concerne à conduta que lhes é exigida, como Alunos, quer na componente da formação escolar pedagógica, quer na evolução da sua formação cívica e humanista, como base formativa do carácter, como futuro Cidadão.”

2. Do seu ponto de vista, parece-lhe que as tradições do Instituto, quando comparadas com o período em que foi Presidente da Direcção da APE, estão em declínio?

R. - *“Não quero ser pessimista, mas.... já no tempo em que fui presidente (2002/2005) se verificava, tal declínio. De uma forma geral os 'responsáveis' com responsabilidade na vivência da Escola, nos vários patamares de acção e ou das actividades, tornavam-se*

'invisíveis'. Não comungando no espírito do Instituto ou pugnando pelo seu prestígio, no dia a dia escolar ou, em acções de auto-estima e de exemplo pessoal, em prol da formação e continuidade das tradições dos 'Pupilos do Exército'.

O IMPE deixou (de há uns anos a esta parte) de ser uma Escola, para passar a ser uma Unidade Militar. Esta situação assumida objectivamente pela tutela, 'transfigurou' a realidade do Instituto. A 'componente' pedagógica ou interacção específica - formadores vs. alunos - no sentido tradicional, tem vindo a ser omitida, desapareceu.

Os militares colocados no Instituto (na sua grande maioria), são-no por circunstância ou acaso e, não por vontade e querer pessoal. Não têm ou detêm 'qualquer' ligação ou estímulo pró-activo em relação à Escola, tornando-se indiferentes em relação, quer ao seu presente, quer ao seu futuro."

3. No quadro da cidadania activa e da participação espontânea, pareceu-lhe, enquanto Presidente da APE, que importava maximizar as oportunidades para o exercício da cidadania dos alunos? De um modo geral, como encara actualmente as oportunidades dos alunos do Instituto nesta matéria?

R. - *"Não há dúvida, que sim. Sempre entendemos a existência de um déficite nessa área. Sabemos, contudo, ter havido, em alguns períodos (pelo menos, desde as Direcções da APE de 1996 a 2006) vontade de alterar essa realidade.*

Anualmente, aquando do 'Curso de Formação de Graduados' produziam-se 'encontros formais' (só porque eram institucionais) entre os Alunos e elementos da Direcção da Associação. Nestas acções, procurava-se transmitir os 'objectivos' que norteiam o sentir e o querer, subjacente ao 'espírito pilónico' e o posicionamento da APE, em relação ao IMPE e da importância da 'vivência objectiva' no internato (acção dos graduados), como formadora da consciência cívica e humanista do carácter dos 'pilões' mais novos, pelos quais, passavam a ser e 'eram' responsáveis, no seio do Corpo de Alunos Escolar.

Acções, nesse sentido, foram também desenvolvidas e ou estimuladas, com a colaboração de vários ex-alunos e de algumas personalidades públicas de referência cívica, através da realização de conferências formativas ou de actualização, (à data, designadas por 'Conversas às Quartas-Feiras' e actualmente, como as 'Conferências das 2.^{as} Feiras'), no interesse directo comum (alunos e ex-alunos), no adquirir de novos conhecimentos e na complementaridade da formação do carácter e da personalidade os alunos, no quadro da cidadania activa.

Também, para atenuar, colmatar e/ou ultrapassar esta 'lacuna', a Direcção da APE propôs, ao Gabinete do MDN (para 2002/2003 e anos futuros) a 'instituição' de acções formativas na Associação, para os alunos do 11.º e 12.º anos do IMPE, no âmbito da 'formação para a cidadania', através de um programa sustentado, com aquele objectivo e finalidade, contudo, tal anseio não se efectivou com grande pena nossa.”

4. Na sua opinião, quais as duas razões mais relevantes para o número reduzido de alunos do Instituto que optavam e optam por seguir uma carreira militar? O que se poderá daí inferir acerca do papel do IMPE na socialização militar dos seus alunos?

R. – “Ao longo do percurso e existência dos Pupilos, verificamos que em relação ao interesse dos alunos, em se integrarem na vida militar, houve 'oscilações' de vontades e interesses, face e em concorrência, com as actividades a realizar (pela detenção das formações específicas e próprias, que os alunos detinham) no seio da sociedade civil. Optando, mais, pelos interesses, estabilidade, objectivos e compensações remuneratórias, no imediato.

A própria 'carreira das armas' nos vários Ramos, apresentou-se no decorrer dos últimos 15/20 anos, como 'instável' ou 'pouco atraente'. A 'sociedade civil' evoluía em crescendo, em relação às Forças Armadas, assumindo, um 'sentimento' de não-amor. Tornava-se mais 'civilista'.

O IMPE, pelo que se verificava no 'decorrer' das indefinições no seio das FA (reestruturação) e no 'pensar' da sociedade, não conseguiu ultrapassar e ou fazer alterar, aquele desígnio (formal), contudo, os seus alunos com as suas 'formações específicas' próprias e diversificadas, de acordo com os seus currículos académicos e interesses, integraram-se, com brilho e competência na sociedade, dignificando a Escola que os formou. Nos últimos anos, verificou-se, por muitos 'Pilões', a 'vontade' de fazer carreira nas Forças de Segurança – PSP/GNR, em detrimento, do 'voluntariado' para as Forças Armadas (genericamente).”

5. Tendo em conta os objectivos para os quais o Instituto foi fundado e as diversas circunstâncias sociais e políticas que atravessou ao longo da sua existência, parece-lhe que o Estabelecimento continuava e continua a ter uma identidade própria no contexto dos Estabelecimentos Militares de Ensino (EMEns) ou, em contraponto, seria útil repensá-lo a vários níveis? No último caso, parece-lhe que isso poderia passar pela junção a outro ou aos outros EMEns, mesmo que esse caminho implicasse a sua extinção?

R. – “No contexto da dupla pergunta, à primeira diríamos que sim. O IMPE, face ao já expandido e pelo que se verificou ou no 'decorrer' da sua existência como Escola, acompanhou os 'interesses tutelares' das várias épocas, sem nunca perder o seu 'espírito' ou 'transfigurar-se' numa instituição diferente (na sua base intrínseca) dos objectivos e propósitos, próprios, aquando da sua criação – 25 de Maio de 1911 –, como uma Instituição de cariz republicano, dirigida para a educação dos filhos varões, das classes mais humildes e desfavorecidas das Forças de Terra e Mar.

Aberta à sociedade civil, no seu todo, foi sempre uma Escola de diferentes características (de formação profissional e tecnológica), comparada com os demais Estabelecimentos Militares de Ensino. Contudo, neste contexto comparativo, a 'evolução' da Escola é premente e necessária. Há que 'repensá-la' para garantir o seu futuro. Sempre pugnámos, em relação aos 'Pupilos', 'mantê-la' como uma escola Global, de características únicas, no País. A formação dos seus alunos, em termos curriculares de ensino e formação profissional/tecnológica, inicia-se nos Cursos básicos (9/10/11 anos); Cursos Secundário e Complementar (12/16 anos), terminando, nos Cursos superiores (bacharelatos – 17/20 anos) em várias vertentes e especificidades politécnicas: Gestão e Administração, e Engenharias Mecânica, Electrotécnica, Electrónica e Comunicações.

Quanto à eventualidade, de uma 'futura' extinção, diríamos que não. Tal acto, esse, só dependerá do actual 'desinteresse' existente da tutela (EME/MDN) em relativizar o valor da sua origem, do que representou para o País no decorrer da sua existência e sobretudo da não defesa das capacidades e competências próprias da Escola, apostando na sua reestruturação. Chegou-se a esta situação de indefinição ou provocatória para a sua extinção, pois verificaram-se comportamentos ínvios, acções de opacidade, de desinteresse, de apatia ou de inexistente auto-estima e, sobretudo de incompetência funcional – em relação à Escola – que os seus responsáveis tutelares, (há excepções) vêm demonstrando, nos últimos 10/15 anos, a esta parte.

A sua necessária reformulação, actualizando-a nos parâmetros e exigências curriculares, exigidas pela actual sociedade civil e no interesse directo das Forças Armadas, exige-se.”

6. Dada a natureza e qualidade do ensino ministrado no Instituto e tendo em conta os custos inerentes à frequência por parte dos diversos alunos (mensalidades, enxovais, etc.), parece-lhe que, enquanto foi Presidente da Direcção da APE, o Instituto continuava a ser uma escola

competitiva quando comparada com as ofertas similares e escolas civis? E actualmente, o que lhe parece?

R. - “*Não. A competitividade dos Pupilos do Exército, só se pode verificar em relação às demais escolas, se o valor do produto escolar/formativo final, for apelativo e diferenciado dos outros EMEnsino. A sua característica formativa/base é de uma Escola tecnológica. Há que a centralizar nesse universo.*

Apesar de estar inserida no âmbito das escolas públicas (certificação e dependência curricular, do Ministério da Educação), face à tutela do EME, torna-se pouco competitiva, em termos de apetência objectiva (custo/qualidade/competências), pelos encarregados de educação/alunos, dada a 'exigência/existência' de mensalidades e demais custos, incomportáveis, em termos económicos, para os seus 'fruidores' com origem, dos quadros médios das Forças Armadas.

Os valores das 'mensalidades' obstaculizam as matrículas dos alunos e concorrem para o definhamento do Instituto, no curto ou médio prazo.

Mais diria, o Exército face à sua actual Missão ou objectivo funcional, não tem 'apetência' para assumir a responsabilidade de 'deter' a tutela sobre uma Escola de ensino/formação de jovens com as características curriculares, próprias, dos 'Pupilos do Exército'.”

7. Quais os problemas ou dificuldades mais relevantes que, no seu entender, a APE enfrentou no que diz respeito à defesa do Instituto enquanto Instituição de Ensino, tendo em conta a tentativa de encerramento que foi encetada em 2001 e 2002 por parte do então GEN CEME?

R. - “*Dificuldades ou problemas, existiram muitos. Como é do conhecimento público ou mais restritamente, em certas áreas da sociedade, mais relacionadas com 'o universo Pilónico' (Alunos, suas Famílias, Professores e ex-Alunos).*

Na realidade, em Junho de 2001, fomos confrontados (a APE e o IMPE) com 'uma sugestão/proposta' do Comando de Instrução/EME, solicitando 'Despacho' à sua Informação: 'seja superiormente decidido a não admissão de alunos para os Cursos do básico e secundário do IMPE (...) transferência dos Alunos do IMPE para o CM'.

Acção do General CEME – Despacho de 29OUT2001 – 'Aprovo o proposto em C.', sob o Parecer de Info./Comando da Instrução de 17OUT2001.

Iniciava-se o 'levantamento' e a criação artificial dos 'factos', por 'actos' concertados, que iriam ficcionar a real situação, mas, dar sustentação aos interesses da Tutela, para iniciar a 'extinção do Instituto'. A 'deliberação' subjacente ao Despacho de 29OUT2001 – já constava

de um Despacho anterior, datado de 12JUL2001. (Of.º n.º 825-P.º 511.2.1, CMD INST/RE/DI – EME de 18JUN2001: 'Determino que, no ano lectivo de 2001/2002, não são abertas quaisquer vagas para o ingresso nos cursos do ensino básico e secundário do Instituto Militar dos Pupilos do Exército').

À data e face ao facto 'da tentativa de encerramento' das inscrições para os Cursos básico e secundário o “universo pilónico, sublevou-se” numa reacção espontânea e muito importante. Foi condizente com o seu 'espírito' e 'lema' do Querer é Poder. De imediato os órgãos sociais da APE e o todo do seu universo, realizaram uma Assembleia Geral Extraordinária¹³⁹ onde foi debatida aquela insólita situação.

Gerou-se em simultâneo 'um movimento' de apoio, que se denominou 'Pilão XXI', onde, foi determinada a estratégia e as acções a desencadear no imediato. Assim se fez. A Comunicação Social, a todos os níveis da Rádio, Jornais e Televisão deram ênfase às nossas angústias e, muito nos ajudaram a publicitar e a esclarecer a opinião pública, quanto aos propósitos da APE: '- Sustar a acção imediata do desenvolvimento do 'processo' face aos Despachos do General CEME; - Garantir um período de 'estudo temporal', para análise e elaboração de propostas de Reestruturação para o IMPE, integrado no novo conceito pedagógico, da via profissionalizante/tecnológica'.

Cabendo também, à APE, por força estatutária – Art.º 2.º, al. b) – 'Defender intransigentemente o prestígio e a prosperidade da APE e do IMPE, assim como a preservação destas Instituições, nos seus princípios, valores e tradições', a Direcção procurou ser coerente com aqueles objectivos estatutários. Considerou-se e foi assumido, atribuir 'Procuração Forense' como representante da Associação, à Sociedade de Advogados – A. M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice & Associados, com a finalidade de: 'contestação hierárquica do Despacho do Chefe do Estado maior do Exército de 29OUT2001'.

Legitimando, as acções que vínhamos encetando nos vários patamares, em acções concertadas, quer junto do poder político, estruturas sindicais e sobretudo, em contactos directos e informais, com os representantes políticos dos vários grupos parlamentares e de outras entidades da sociedade civil, fomos criando 'Espaço' e 'Tempo' para o que nos propúnhamos realizar. Mais se decidiu exercer o Direito de Petição, junto da Assembleia da República, no âmbito da Lei n.º 43/90 de 10 de Agosto, assumindo: 'não se aceita a decisão do CEME em querer encerrar o IMPE por forma ínvia'.

¹³⁹ Realizou-se em 19 de Julho de 2001. A luta iniciou-se na Presidência da Direcção anterior, com o Coronel Mário Pereira. O primeiro pedido de reunião quer ao CEME e ao MDN, têm a sua assinatura. Reunião com o CEME a 04JUL2001. Reunião com MDN a 16AGO2001.

Em 21DEZ2001, foi entregue na Assembleia da República, a Petição, com mais de 12.000 assinaturas.

Em 22MAI2002, o CEME elaborou novo despacho: 'Determino que, no ano lectivo de 2002/2003, não são abertas quaisquer vagas para o ingresso nos cursos do ensino básico e secundário do Instituto Militar dos Pupilos do Exército'.

Através do Despacho de 23MAI2003 (N.º 112/MEDN/2003), o Ministro de Estado e da Defesa Nacional determinou, 'o reenquadramento institucional do IMPE, no âmbito do Ministério da Defesa Nacional' e estabeleceu a 'constituição' de um Grupo de Missão sob a coordenação da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, definindo também, a sua constituição.

Cabia ao GM/MDN¹⁴⁰ de acordo com os 'critérios' constantes do Despacho ministerial, 'desenvolver uma proposta sobre as bases do novo modelo' para os EMEnsino (desconhecemos da sua ou não efectivação!). Note-se que face ao documento ministerial, em referência, a Direcção assumiu a 'Anulação do Processo Contencioso APE vs. General CEME'.

Em 30MAI2003, o GENCEME - considerando a existência do Despacho N.º 112/MEDN/2003 - elaborou o Despacho N.º 60/CEME/03: 'Determino que a direcção do Instituto dos Pupilos do Exército abra concurso de admissão aos 5.º, 6.º e 7.º anos do Ensino Básico para o ano lectivo de 2003/2004'.

Em 30JUN2003, através do Despacho N.º 144/MEDN/2003, quanto ao IMPE, foi determinado: '1. Sem prejuízo da competência do Chefe do Estado Maior do Exército em matéria disciplinar, o IMPE passa, a título excepcional, a partir desta data e até final do ano lectivo de 2003-2004, para a minha dependência directa (...).'

Em dois de Setembro daquele ano, volvidos dois meses e, nomeado já um novo CEME, o Ministro de Estado e da Defesa Nacional – Despacho N.º 168/MEDN/2003 – entendeu: '1. Considerando que se encontra já ultrapassada grande parte das dificuldades com que o Instituto dos Pupilos do Exército tem vindo a debater-se que justificaram a prolação do meu Despacho n.º 144/MEDN/2003; 2. Tendo em conta as medidas entretanto tomadas no que respeita ao funcionamento daquele estabelecimento de ensino e não se justificando, por isso, a sua manutenção na minha directa dependência; 3. Altero o meu Despacho n.º 144/MEDN/2003, de 30 de Junho, salvo no que respeita ao 'Grupo de Missão' (...).'

¹⁴⁰ As Associações dos antigos Alunos do CM, IO e IMPE tinham o 'direito' de audição no GM/MDN.

Refiro, como observação, que a Direcção da APE, considerou este 'acto' como um 'retrocesso' e um verdadeiro 'tiro no pé' de S. Ex.ª o Ministro. (Ref.ª expressa em Boletim da APE).

A Direcção sempre reivindicou ao GM/MDN a activação, como proposta da APE, que, a reorganização do Instituto, deveria conter duas vertentes:

- a hierárquica, que, colocando o IMPE sob a directa dependência do MDN, garantiria: - evitar que o futuro da Escola (Pupilos do Exército) estivesse dependente de decisões arbitrárias ou de estudos e análises simplistas; - um maior envolvimento dos três Ramos das Forças Armadas.

- a funcional, que visaria: (a concretizar após análise e estudo) melhorar as potencialidades das suas infra-estruturas; suprimir carências - agilizar métodos e processos; maximizar capacidades - vivência dos Alunos, repensando/ flexibilizando o regime de internato e revendo modelos/práticas relacionadas com os apoios e custos associados e actualização curricular.

Note-se que em 1.ª Reunião com o MEDN – Maio de 2002, foi exposta (e em 'draft' entregue) a situação e as preocupações da APE. Publicado o Despacho 122/MEDN/2003, a APE reuniu com o GM/MDN, em 13 de Junho de 2003, sendo explicitado e entregue documento/súmula, relativo a cada 'item' do referido Documento Ministerial, como colaboração e sugestões da Associação, em relação à reestruturação futura do IMPE.

Em todo este processo (2001/2004), tivemos sempre uma boa relação com a Direcção do IMPE, diga-se. O que não acontecia com a tutela (CEME).

As relações institucionais da APE, com o CEME, foram reatadas em 28JAN2004, em reunião solicitada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação e, onde foram expandidas as nossas 'preocupações', 'anseios' e sobretudo, o conceito quanto à 'Reestruturação/Reforma' que se pretendia e advogava, para os Pupilos do Exército.

Até hoje, nada foi comunicado, ou requerido sobre o 'exposto' à APE.

A resposta chegou-nos, com a leitura do 'inserto' na Directiva 193/CEME/2003 (R) – onde verificamos, ser 'sua intenção': '(...) Garantir a manutenção dos elevados padrões de qualidade do ensino universitário ministrado nos estabelecimentos do Exército, no quadro do processo de adaptação às alterações que previsivelmente deverão ocorrer na legislação nacional e europeia relativa ao ensino superior. (...) Principais Tarefas: (...) enunciam-se algumas das principais tarefas do Exército para 2004 no âmbito da sua transformação, (...) Organização (...) Listar e calendarizar todas as acções e actividades necessárias para: (...) a

integração da ESPE e da Secção Pedagógica do Ensino Superior do IMPE numa única escola superior politécnica. EPR:EME; Prazo limite: 31MAR04'.

Observação: Presumo que a 'decisão' do CEME sobre o 'estudo' apresentado, se tenha efectivado em Junho/Setembro de 2005.

Hoje, estamos na 'antecâmara' de uma 'possível extinção' do Pilão.

Estamos perto de 'regressarmos' ao dia 29OUT2001. Saibamos e tenhamos a consciência que a 'proposta' de 17 de Outubro (actualizada), já foi feita. Aguardemos.

Ficamos com a angústia, de que o decorrer do 'Tempo' virá 'dar-nos Razão', justificando a 'Contestação' e 'Luta' que encetámos, à data e da forma como as fizemos, contra os tais 'estudos simplistas' e 'deliberações ínvias', com que os 'Pupilos do Exército' foi e irá ser obsequiado. O novo e 'ignóbil despacho' (no nosso sentir) conhecerá a luz do dia, em horizonte, muito próximo.

Quem quererá saber da nossa indignação!?

Preparemo-nos... pois, 'maus ventos' estarão por chegar. ”

8. Como analisa a actividade associativa da APE, no que concerne à sua dinâmica e utilidade e à participação dos antigos alunos no período em que foi seu dirigente máximo?

R. – “A actividade associativa, no que concerne à APE, como objectivos a promover, vêm expressos nas várias alíneas do Art.º 2.º, dos nossos Estatutos. Contudo, referenciando-os, em termos de 'dinâmica' ou 'actividade associativa' efectiva, é... digamos, de outra forma e abandonando, 'o politicamente correcto'... 'deixa muito a desejar', torna--se mesmo desmotivador, para aqueles, que pretendem, levar a cabo 'algumas' actividades de carácter social, cultural, desportivo ou recreativo.

Para além de uma ou outra actividade, realizadas sob o patrocínio directo das Direcções na sede da Associação: 'Conversas às 4ª feiras' (1998/2001); 'Festa de Natal'; – 'Dia da APE'; (passagem de alguns Pilões/Cursos Superiores e o tradicional bridge às 3.ª e 5.ª feiras) ou no IMPE – 'Almoço anual dos ex-alunos', mais um ou outro Convívio, na Sede – nada, mesmo nada, parece interessar aos 'Pilões'.

Esta 'atitude' constatada, dos ex-alunos, não será por desinteresse, mas, talvez, devido às exigências do quotidiano e das obrigações familiares e profissionais, embora, não possamos deixar de referir as 'características' singulares deste Povo - onde nos inserimos - caracterizado pela arte de suavizar em humanismo e promover trânsitos hábeis, de modo a

evitar as linhas duras, passando do mundo exterior ao homem, como consciência (...) numa comunidade universal de semelhantes' (citação de António Mega Ferreira).

Torna-se difícil, no quotidiano, arregimentá-los para as 'acções e ou actividades' de índole ou de vivência associativa.

Genericamente, 'somos' uns inveterados 'individualistas'. Precisamos de 'algum perigo' iminente para reagirmos. Então sim e disso foram já dadas provas como se viveu aquando do Movimento Pilão XXI. Só os Núcleos, nas suas áreas específicas, conseguem aglutinar os ex-alunos e seus familiares, para acções substantivas, o que muito nos apraz referir e publicitar. Estão aqueles, de parabéns."

9. Qual lhe parece ser o papel do IMPE no contexto da socialização política dos seus estudantes? E da APE no que concerne aos antigos alunos dos Pupilos do Exército?

R. - *"A ideia que temos, quanto às acções que poderão caber, quer ao IMPE, quer à APE, relativamente aos seus universos, no contexto da 'socialização política', não as conseguimos descortinar. A 'arte' de saber viver em sociedade, dependerá sempre da 'formação e carácter' do indivíduo e, do seu 'comportamento' perante os outros. Caberá ao Instituto desenvolver as 'acções atinentes' para serem atingidos aqueles 'objectivos'.*

Quanto aos ex-alunos, é 'assumpção' quotidiana da prática e vivência no convívio efectivo, fraterno e humano como Cidadãos livres, que a Associação desenvolve (Corpos Sociais) e procura tornar real, entre todos os 'Pilões' e seus familiares. (alunos e ex-alunos).

Nós, Associação, como objectivo procuramos, consolidar os laços que unem os antigos alunos e actuais alunos do Instituto Militar dos 'Pupilos do Exército' (IMPE), estabelecendo entre todos a mais estreita solidariedade e camaradagem (ver o Art.º 2.º, n.º 1). Note-se que nos Estatutos, nomeadamente no Art.º 2.º, n.º 5, refere-se que 'A APE exercerá a sua actividade independentemente de qualquer ideologia política ou religiosa.' "

1.2. Presidente da Direcção da Associação dos Pupilos do Exército – 2005/2007

Interlocutor: Dr. Américo Abreu Ferreira

Data: 21 de Julho de 2006

Local: Águas de Portugal - Rua das Amoreiras, n.º 101 / 1250-022 Lisboa

Hora: 10h30m

Suporte: Gravação em áudio digital

Guião de Entrevista e respectivas respostas:

1. Entende que os Alunos Graduados, nos seus diversos níveis de actuação, são um importante contributo no processo pedagógico dos estudantes, perfazendo a ponte necessária entre os comandantes militares e os outros alunos?

R. - *“Eu acho que uma Instituição deste tipo não poderá funcionar com um mínimo de garantia de qualidade se não houver um envolvimento muito grande dos Alunos Graduados na gestão do dia a dia. E quando digo no dia à dia, estou a falar de dia e de noite. É óbvio que a partir de uma determinada hora, estando o Instituto só gerido, ou entregue, eventualmente a um Oficial de Dia ou a um Sargento de Dia, é óbvio que os Alunos Graduados aí terão um papel mais preponderante, como pessoas com mais experiência de vida, e é óbvio que isso traz uma responsabilidade acrescida porque terão que funcionar como uns irmãos mais velhos, e acima de tudo irmãos mais velhos com uma responsabilidade em vários aspectos. Eu lembro-me que quando era aluno que a meio da noite houve um jovem com dez ou onze anos que teve um ataque de apendicite e – estou a falar de um caso extremo - se não fosse o discernimento do também jovem Aluno Graduado de então, poderia ter redundado numa tragédia, que tomou as providências necessárias, tendo alertado o Oficial de Dia para a ocorrência e tendo promovido a deslocação com urgência para o Hospital Militar. Portanto, o aluno mais velho é um aluno que tem a obrigação de zelar por todos os alunos que estão a seu cargo, e inclusivamente interferir sempre que haja eventualmente alguma situação em que outros alunos mais velhos (até em níveis intermediários em idade) estejam em termos de liderança a ultrapassar às vezes o que pode ser conotado como praxe. Podem acontecer situações de alguma pressão sobre os mais novos, no sentido de, por exemplo, 'engraxar botas, vai buscar aquilo, etc.'. Aquilo é uma Casa muito grande e os alunos mais velhos e os Alunos Graduados, obviamente, porque são escolhidos para funções específicas, têm um papel muito importante. Penso inclusivamente*

que a partir de uma determinada hora têm um papel mais importante que os próprios militares, a estrutura de acompanhamento profissional da Casa. Assim é preciso investir fortemente nos Alunos Graduados, é preciso investir fortemente em termos cívicos em todos os alunos e ao longo dos anos isso vai crescendo. No meu tempo era uma formação muito hierarquizada. Hoje em dia acho que é preciso dar muito mais atenção e investir muito mais nesses jovens que estão a assumir funções de liderança, quer sejam Alunos Graduados ou não.”

1.1. Os Alunos Graduados devem ter ou não redução nas mensalidades, ou até mesmo isenção?

R. – “Eu pessoalmente acho que não deviam ter redução nenhuma. Acho que as reduções devem ser em face dos rendimentos das famílias. A mim não me choca nada que um filho de um Sargento pague mais de mensalidade que um filho de um Oficial Superior ou de um Oficial General que tenha por exemplo seis ou mais filhos. Acho que o pagamento das mensalidades devia atender a esse equilíbrio social. É óbvio que há muitos colegas que não concordam comigo, mas esta é a minha opinião. Redução de mensalidades pelo facto de serem Alunos Graduados acho que não. Acho que é uma honra um aluno, mesmo não sendo Aluno Graduado, estar dentro da Escola e saber liderar os colegas mais novos. No fundo, como eu disse há pouco, tratá-los como irmãos. Assim como eu não vejo em nenhuma casa um pai a dar uma mesada adicional por um indivíduo ser mais velho e cuidar dos outros, eu acho que aqui também não. Acho que as pessoas devem pagar pelo serviço que lhes é prestado. Eles, como Alunos Graduados não estão a prestar serviço nenhum, é uma 'obrigação' que lhes compete como irmãos mais velhos.”

2. Do seu ponto de vista, parece-lhe que as tradições do Instituto estão em declínio?

R. - “Isto é uma pergunta interessante porque nós em Portugal temos muita tendência para desvalorizar aquilo que tem história. Às vezes ficamos muito surpreendidos porque os estrangeiros dão mais valor à nossa história do que nós próprios damos. Ficamos às vezes um bocado boquiabertos quando vemos uns indivíduos no Mosteiro dos Jerónimos a olhar para as abóbadas com calma, a observá-las com atenção, coisa que nós não fazemos. Isto nota-se a nível do país inteiro, nota-se dentro da cidade onde se vão destruindo diversos edifícios, alegando que não têm interesse, que tem mais interesse colocar edifícios maiores ou mais modernos. Dentro deste contexto, e pensando nos Pupilos, nós vamos a outros países, supostamente mais evoluídos que Portugal, na União Europeia e nos Estados Unidos, que têm escolas em que efectivamente essas tradições são mantidas, obviamente adaptadas

aos novos desafios que existem, mas são mantidas. Eu com isto estou a dizer que, por exemplo, olhando para a nossa farda que é quente no Verão e fria no Inverno, eu interrogome se não haveria possibilidades de isso se alterar sem se incorrer em grandes custos. Creio que no dia a dia do Instituto a farda deveria ser modernizada no sentido de ser mais aproximada de um modelo de conforto. Em relação à estética da farda, a Barretina, etc., acho que se deve manter nas cerimónias mais significativas do Instituto, ainda que se pudesse conciliar com um tecido mais apropriado ao clima, melhor. Portanto, acho que as tradições do Instituto estão em declínio como estão em Portugal, é fruto do país onde vivemos. Entendo que é importante que determinadas tradições se mantenham porque é isso que alicerça o futuro; é respeitando o passado que alicerçamos o futuro e consolidamos também o futuro. Nesta minha experiência de um ano e pouco como Presidente da Associação, e sendo uma das pessoas que mais tem participado nas cerimónias do Instituto, eu sou daqueles que entende que os alunos são os menos responsáveis por aparentemente as tradições no Instituto não terem o mesmo 'brio' que em tempos passados, embora a relatividade deva ser tida em conta, como é natural. Acho que os alunos têm demonstrado que respeitam as tradições do Instituto. E quando estamos a falar em tradições, estamos a falar em tradições pela positiva, não estou a falar em tradições do tipo de os alunos andarem com as toalhas molhadas a baterem uns nos outros, só porque é Carnaval, porque é interessante e porque é tradição. Sempre fui daqueles que entendi que aquilo não tinha interesse nenhum. Agora há outras tradições muito importantes e eu, pessoalmente, admito mesmo que algumas praxes não trazem mal nenhum à formação enquanto jovem, enquanto adolescente, e porque não dizê-lo, alguns casos já com vinte anos, enquanto homem. Por exemplo, quando entrei no Instituto mandaram-me medir o canteiro de uma árvore com um pau de fósforo. Tinha a mania que sabia de matemática e então medi apenas um dos lados e multipliquei por quatro. Enganei-me em um pau fósforo e, pronto, correu mal. Claro, depois, mandaram-me medir o campo de andebol. Isso, como outras coisas, até teve um significado positivo e, num determinado sentido, até nos fazem recordar com saudade a Escola. Outras coisas que eventualmente aconteçam com violência e agressão, isso não são tradições, são outra coisa qualquer, mas não são tradições. Acho importante o aniversário do Instituto, acho importante haver um respeito mutuo entre todos, alunos, professores e funcionários. Acho que isso é fundamental. Hoje, quarenta anos passados sobre a minha entrada no Instituto, entrei em 1965, fazendo um balanço até de alguns professores que me pareciam mais duros, hoje reconheço que essa dureza era uma dureza muito aparente, efectivamente havia ali um grande carinho e um forte

empenho na consolidação do nosso carácter pela positiva. Tenho muito poucos exemplos, muito poucos mesmo, de coisas que veja pela negativa, quer por parte de colegas meus, quer por parte de professores, quer por parte dos funcionários em geral.”

3. No quadro da cidadania activa e da participação espontânea, parece-lhe que importa maximizar as oportunidades para o exercício da cidadania dos alunos? De um modo geral, como encara as oportunidades dos alunos do Instituto nesta matéria?

R. - *“Acho que se deve maximizar o exercício da cidadania, até para os alunos perceberem que maximizar a cidadania não é exigir tudo e não dar nada em troca. Mas isto é um problema que se aplica ao país em geral. As pessoas têm que saber que hoje em dia há uma abertura da sociedade completa, as pessoas têm direito a exigir, mas, também, direito a dar. Nas conversas que tenho pontualmente tido com os alunos, tenho-lhes feito sentir que hoje em dia não basta exigir, é preciso também dar. Nós exigimos que os professores dêem boas aulas, mas também tem de haver retorno dos alunos para a Escola. Um aluno que é Aluno Graduado ou mais velho, maximiza a cidadania apoiando os mais novos e ouvindo o que os professores têm a dizer, e contribuindo com respeito para a melhoria do Instituto. Eu penso é que o Instituto está, neste momento, numa fase em que especialmente os militares que estão colocados no Instituto, e sem desprimor para eles, acho que há um vazio de liderança. Esse vazio de liderança faz com que os alunos eventualmente, muitas vezes sintam necessidade de ir mais além e até às vezes sejam, 'agressivos' naquilo que estão a pedir. Penso que se houvesse mais participação da classe dirigente do Instituto seria bom.”*

Informação: Posso recordar que há antigos alunos do Instituto que até solicitaram já ficarem colocados a prestar serviço no IMPE, mas mesmo assim não foram colocados.

Continuação de resposta do interlocutor: *“- Infelizmente eu acho que o problema do Instituto, é mais vasto. Aparentemente há uma 'ordem não escrita de morte biológica do Instituto'. É óbvio que se está a deixar degradar o Instituto, e isso nota-se a vários níveis. Eu fico espantado porque sou daqueles que acho que uma corrida de cem metros é para ser disputada até ao fim, pelo que só se começa a abrandar depois dos cem metros, mesmo que se vá em primeiro. Acho que o público justifica que se dê o máximo até aos cem metros, abrandando apenas depois de cortar a meta. Acho que o clima que se tem vivido no Instituto nos últimos anos evidencia essa lacuna. Eu estive um bocado afastado destas realidades, embora pagando as minhas quotas como sócio da APE, mas ainda desde antes de ter sido eleito para Presidente da Direcção da Associação comecei a constatar a situação e depois,*

pelo exercício de funções na APE, mais ainda o percebi. Se calhar quem tem a tutela máxima do Instituto e que tinha esse desígnio de morte biológica do Instituto – ainda que isto seja muito contraditório no seio do Exército, pois há muitas pessoas que não defendem isso – deve perceber que estas coisas passam para todas as camadas, até mesmo para os funcionários da Escola. Sabe-se até de casos de funcionários que aconselharam eventuais pais de candidatos aos Pupilos a optarem antes pelo Colégio Militar, por entenderem que os Pupilos estavam já a caminhar para a extinção. Isto não ajuda o Instituto e isto não o valoriza. Enquanto o Instituto existir, todas pessoas que lá estão devem dar o seu melhor, os alunos e todos os outros intervenientes. E isto com especial incidência e responsabilidade nos quadros superiores, sobretudo os militares e os professores. Acho uma pena não colocarem os antigos alunos militares lá, porque percebem melhor a realidade dos Pupilos do Exército e, normalmente, estão mais disponíveis para apoiar os alunos mesmo fora de horas. A partir de determinadas horas os alunos quase que estão sós, pelo que é necessário haver líderes nesses períodos de tempo, alunos e militares. Os antigos alunos militares, pela sua experiência, podem dar um carinho suplementar e prestar uma ajuda significativa aos estudantes, sobretudo aos alunos internos. Podem até não ser uns especialistas a matemática, mas de certeza que vão fazer os possíveis para tirar as dúvidas dos alunos e para os acompanhar.”

4. Na sua opinião, quais as duas razões mais relevantes para o número reduzido de alunos do Instituto que têm optado por seguir uma carreira militar? O que se poderá daí inferir acerca do papel do IMPE na socialização militar dos seus alunos?

R. – *“Eu acho que isso é um falso problema. Quando eu vejo que desde 1975 até 2006, pelo menos há três alunos que foram os melhores alunos da Academia Militar, e ainda há outros ex-alunos que estão na carreira militar e que têm um desempenho brilhante (daqueles que eu conheço e não conheço todos), o problema, basicamente, acho que não tem a ver com os Pupilos. Tem a ver com o facto de em Portugal (e isto é uma discussão neste momento muito actual), a carreira militar ter vindo a ser desvalorizada. O segundo ponto é que os cursos superiores dos Pupilos, não obstante serem ao nível de Bacharelato, são uma ótima saída e as pessoas interrogam-se porque é que eu ei-de ir fazer mais quatro anos à Academia Militar quando eu hoje em dia tenho uma ferramenta na mão, uma enxada que me permite valorizar a sociedade e que de alguma maneira essa enxada, no limite, hoje poderá ser tão positiva em termos de vida como ser oficial superior das Forças Armadas. Portanto, é um problema que tem a haver com isso. Os cursos são bons, não obstante nós acharmos que nos últimos anos a*

qualidade do ensino tem sido inferior, mas temos que ver isso no contexto nacional. Assim, os cursos superiores dos Pupilos são bons, são procurados, dão possibilidades de uma carreira, e ao mesmo tempo, a carreira militar em Portugal tem vindo a ser desvalorizada. Isto leva-me a uma interrogação que é se a própria admissão à Academia Militar não deveria ser feita apenas após a prestação de serviço militar. Como não existe o serviço militar obrigatório neste momento em Portugal, que eu não concordo, mas isto é uma opinião pessoal, eu acho que quem tirasse por exemplo o curso de contabilidade nos Pupilos deveria entrar na Academia Militar já num nível mais avançado. Bolonha já vai permitir este tipo de ligações, analisadas as competências e as equivalências. Embora reconheça que os cursos específicos para os oficiais do Exército são cursos que não se podem comparar com qualquer Licenciatura, eu acho que se deveria criar um mecanismo que beneficiasse quem fosse aluno dos Pupilos na entrada dos diversos cursos da Academia Militar. O que já aconteceu. Isto permitiria uma maior interligação. Por outro lado, um problema que também existe é que a Marinha, o Exército e a Força Aérea, não se têm sabido vender aos portugueses. Contudo é interessante olharmos para alguns oficiais, com idades ainda jovens, e que têm tido desempenhos notáveis nas Forças Armadas e que são ex-alunos dos Pupilos. E nós temos que medir as coisas não pela quantidade mas pela qualidade. Nesse aspecto, eu acho que os ex-alunos dos Pupilos têm demonstrado qualidade. Estou a referir-me nomeadamente às últimas gerações, sobretudo essas. Há vários casos. Transpondo isto para a vida civil, neste tempo na Direcção da APE (como contacto por diversas vezes com antigos alunos), tenho encontrado nos mais variados sectores da vida civil portuguesa, jovens que, depois, venho a saber que são ex-alunos dos Pupilos. Alguns deles que fizeram o internato, outros que fizeram apenas o externato (os cursos superiores), mas indivíduos muito bem situados na sociedade. Não falo em termos financeiros, falo em termos do desempenho, de projectos importantes para o país em que antigos alunos estão envolvidos, e que em alguns casos até são liderados por eles. Nós próprios não sabemos a riqueza que temos entre os antigos alunos, quer ao nível civil quer ao nível militar.”

5. Tendo em conta os objectivos para os quais o Instituto foi fundado e as diversas implicações sociais e políticas que teve ao longo da sua existência, parece-lhe que o Estabelecimento continua a ter uma identidade própria no contexto dos Estabelecimentos Militares de Ensino (EMEns) ou, em contraponto, seria útil repensá-lo a vários níveis? No último caso, parece-lhe

que isso poderia passar pela junção a outro ou aos outros EMEns, mesmo que esse caminho implicasse a sua extinção?

R. – *“Eu acho que devemos estar sempre a analisar as coisas e a repensá-las. Juntar os Pupilos ao Colégio Militar, creio que não há necessidade, porque o Colégio Militar poderá seguir a vertente do 'antigo liceu' e os Pupilos, aquilo que era o antigo 'ensino técnico', direccionado para as engenharias, para a contabilidade e para a gestão. Até juntava uma terceira vertente nos Pupilos, numa fase mais à frente, nomeadamente uma forte aposta na educação e formação em informática. O país tem carências graves nesse sector, a própria Europa tem carências graves nesse sector. Toda a gente fala, mas por vezes esquecemos, que um país como a Índia forma mais engenheiros informáticos que toda a União Europeia junta. A União Europeia 'importa' técnicos informáticos da Índia, assim como os Estados Unidos. Os Estados Unidos vão buscar os trezentos melhores engenheiros da melhor escola indiana de engenharia, e isto diz qualquer coisa, tem a ver com o desenvolvimento dos países. Portanto, eu acho que o curso dos Pupilos deve evoluir para uma formação mais técnica do saber fazer, sem entrarmos naquele sistema que depois se um jovem descobre, mais à frente, que afinal a sua vocação era aquela, que não possa se redireccionar e que não precise de estar a dar dois passos atrás como era no meu tempo. Hoje em dia com Bolonha, estas interligações funcionam mais facilmente, sendo possível mudar a qualquer altura sem grandes marchas atrás. O que eu acho é que os Pupilos deveriam ter evoluído há muito para oferecer as Licenciaturas, isso desvalorizou a procura do Instituto. Outra coisa que desvalorizou o Instituto, e infelizmente isto tem um grande impacto no próprio país, é que os cursos dos Pupilos são cursos que observam disciplinas que os jovens não gostam. Hoje em dia para se aceder ao curso de contabilidade, de máquinas ou de electrotecnia, os cursos que são dados nos Pupilos, a matemática é uma valência fortíssima. Bom, quando nós hoje temos muitos jovens que ficam fora do sistema de ensino superior, universitário e politécnico, porque não atingiram os objectivos mínimos a matemática, é obvio que isso tem reflexos nas admissões aos Pupilos. Portanto, é preciso apostar fortemente e verificar se existem professores a mais e pensar se deveríamos em algumas disciplinas diminuir drasticamente o número de alunos. Da minha experiência profissional e até de alguns países que tenho visitado recentemente e que ainda não são da União Europeia, recentemente estive na Sérvia, na Bulgária, em Malta e a sensação que me dá é que estes países quando forem da União Europeia ultrapassarão Portugal. Isto porque nós continuamos a não investir fortemente onde devemos investir, que é esta situação do ensino e da competitividade e da qualidade do*

ensino. Esta realidade vai-se reflectir no Instituto. Para começar, se os alunos não têm conhecimentos a matemática, nem entram nos Pupilos, nem no ISEL, nem no Técnico, nem na Faculdade de Engenharia nem em lado nenhum. Então, são muitos jovens que ficarão a marcar passo e irremediavelmente verão a sua vida complicada. Portanto, acho que não é desonra nenhuma nós enveredarmos por cursos técnicos. Aliás, isso é um problema que tem de ser resolvido na 'cabecinha' dos portugueses, porque os cursos de componente técnica são desvalorizados. Mas isto é mais vasto. Por exemplo, nas Forças Armadas também há especialidades que são desvalorizadas relativamente a outras. Temos que perder de uma vez por todas isso. Hoje em dia um bom técnico é tão valorizado como um indivíduo que seja licenciado, até porque muitas vezes a saída em alguns cursos e o seu contributo para o desenvolvimento do país é muito inferior à componente técnica. Temos que tirar, portanto, isso da cabeça. Criou-se em Portugal a mentalidade que quem não é licenciado ou quem não é doutor não é nada. Acho que se deve repensar o Instituto, acho que não há necessidade de fundir os Pupilos com o Colégio Militar, porque o Colégio Militar pode ter uma vertente de Liceu e os Pupilos mais adaptado hoje às novas tecnologias, com os chamados cursos tecnológicos e mais virado para as áreas da gestão, da contabilidade e das engenharias, assim como a informática, porque é uma aposta que o país precisa. O Instituto tem instalações em termos tecnológicos, com as chamadas oficinas e as salas específicas de determinadas cadeiras. O Instituto deve abrir as portas ao externato e eventualmente abrir as portas às raparigas, em regime de externato, para os outros anos. Não tem lógica nenhuma haver uma escola de qualidade perto de casa e não se poder frequentá-la. A única coisa que eu ainda sublinho é que enquanto estão dentro dos muros do Instituto, todos alunos devem estar bem uniformizados. Isto liga-se igualmente com os equipamentos desportivos utilizados, pois entendo que todos os alunos devem usar rigorosamente os modelos aprovados superiormente. Isto não é nada de novo, porque muitos colégios já aplicam estas preocupações que referi.”

6. Dada a natureza e qualidade do ensino ministrado no Instituto e tendo em conta os custos inerentes à frequência por parte dos diversos alunos (mensalidades, enxovais, etc.), parece-lhe que o Instituto é uma escola competitiva quando comparada com as ofertas similares e escolas civis?

R. - *“Eu acho que é preciso analisar a situação com calma. Entendo que as pessoas devem pagar o enxoval, pois em casa também teriam despesas correspondentes. O que se poderia*

equacionar era o pagamento em várias prestações, pois esse pode ser um encargo elevado para muitas pessoas para pagar de uma só vez. Lembro-me que há um ano, um funcionário do café ao qual costumo ir, referiu-me que gostava de colocar o filho dele nos Pupilos mas que não o conseguiria fazer, pois pagar de uma só vez o enxoval no mês de Setembro, era um encargo muito significativo para ele. Portanto ele gostava que o filho tivesse uma educação de qualidade e excelência, mas isso foi um factor que contribuiu para um caminho diferente na opção tomada. Todos nós sabemos que estas situações, quando são colocadas num bolo grande, fazem com que as pessoas tomem uma decisão negativa. Entendo que as mensalidades deveriam ter em linha de conta dois factores, mas como excepção. O primeiro, tem a ver com as instalações muito antigas do Instituto. E a manutenção dessas instalações deve manter-se, quer o IMPE exista ou não. Estou a falar das partes que são património e monumento nacional. Isso são rubricas à parte e não devem entrar no cálculo das infra-estruturas do Instituto. Em segundo lugar, há que ter em conta que as instalações estão em muitos casos degradadas e, também esse aspecto, não deve entrar em cálculo para as mensalidades. O que deve entrar para os cálculos são os rácios, nomeadamente entre professores e alunos, alimentação, etc., no fundo, o custo por aluno. E portanto, reconheço que é difícil, até porque em alguns casos existem poucos alunos (em parte por causa da questão da morte biológica do Instituto) e porque as mensalidades deveriam ser em função dos rendimentos, mesmo para os filhos de civis. O Instituto poderia ser um Escola de grande utilidade não só para os militares, mas também para quem presta serviço nas Forças de Segurança e organismos correlativos, se tivesse em linha de conta essas questões de apoio à família militar, com vantagens ao nível económico para os pais e com o benefício de os pais poderem colocar os filhos numa escola de referência. Até poderia cativar-se mais alunos para a continuação na carreira das armas, sempre em regime de voluntariado, obviamente. Deveriam cortar-se determinadas gorduras em custos que estão desproporcionados, mas fazendo um investimento nas infra-estruturas e na liderança do Instituto, quer na Direcção, quer nos militares e nos professores, tendo porventura melhorias nesses rácios. Para além disso, existe aqui um factor muito importante, que é este: com o tipo de cursos que tem, o Instituto pode dar um contributo muito positivo ao desenvolvimento dos países irmãos de expressão portuguesa. Porque são países com carências de quadros enormes, que precisam de uma aposta forte na educação e na formação, e os Pupilos e o Exército Português poderiam, dentro de uma determinada percentagem, dar um grande contributo no âmbito da cooperação, com qualidade, dando oportunidade a jovens desses países, incluindo órfãos, de

frequentarem o Instituto. Naturalmente, a qualidade do ensino que estes jovens tiveram não se compadece com os níveis de exigência, mas poder-se-iam fazer programas especiais de acompanhamento, como um ano zero, um ano preparatório, aulas suplementares de português e matemática, etc. Eu acho que isso era muito positivo, em vez de fazer-se aquilo que se faz muito em Portugal, em que gastamos dinheiro com bolsas de estudo com jovens que vão para escolas onde não são minimamente enquadrados, e ao fim de três anos em Portugal com bolsas de estudo, afinal não passaram do primeiro ano. Isto conduz também a uma situação em que os PALOP apontam diversos factores, discutíveis claro, para justificarem esse insucesso. Isto aplica-se aos Pupilos, aos restantes EMEns e às Academias militares. Acho que é um grande valor acrescido e a melhor maneira de consolidar os laços com esses países, haver jovens que tiveram oportunidade de frequentar as nossas melhores escolas e as nossas escolas de excelência. Acho que isso é muito importante em termos de consolidação. Mais tarde, como líderes nos seus países, poderão contribuir activamente para as posteriores gerações com uma boa liderança e com maior rigor para um desenvolvimento sustentado. Infelizmente acho que em Portugal, às vezes, há coisas que são feitas com alguma ligeireza e não se estudam estes assuntos a fundo.”

7. Quais os problemas ou dificuldades mais relevantes que, no seu entender, a APE enfrenta no que diz respeito à defesa do Instituto enquanto Instituição de Ensino? Que propostas poderão ser apontadas para superar ou minorar tais dificuldades?

R. - *“A APE tem tido dificuldades porque a maneira dos antigos alunos participarem na APE é o que é corrente. Não somos diferentes do genérico. Há sempre meia dúzia de carolas nestas situações. Quando toca a rebater, essa meia dúzia de carolas transforma-se numas centenas deles e isso foi visível nos últimos cinco anos. E portanto, até hoje temos gerido a situação com essa meia dúzia de carolas. Tivemos reuniões com as mais altas instâncias deste país no que diz respeito ao Instituto, transmitimos as nossas preocupações, infelizmente, até hoje, aquele que deveria ser o nosso principal interlocutor, o General CEME, não teve a abertura suficiente para falar connosco. É obvio que sabe das nossas propostas, pois mandámo-las pelo correio, mas era interessante sentarmo-nos frente a frente, sem querermos interferir na gestão do dia a dia do Instituto. Embora a nossa proposta do projecto de enquadramento estratégico do Instituto, apontemos que a APE deveria participar na gestão do Instituto. Se nós sentíssemos que a gestão do Instituto estava a ser pró-activa, não haveria necessidade disso. Mas achamos que a gestão não tem sido a melhor, a menos*

que a intenção seja mesmo a morte biológica do Instituto e mesmo aí achamos que não é a melhor pois estes assuntos devem ser analisados, dialogados e estudados frente a frente, olhos nos olhos. Entendo que nesse aspecto temos tido algumas dificuldades, pois temos até tido mais facilidade em dialogar com o Poder Político do que com a Instituição Militar, no caso, com o Exército e, nomeadamente, como o General CEME.”

8. Como analisa a actividade associativa da APE, no que concerne à sua dinâmica e utilidade e à participação dos antigos alunos?

R. – “Há um grande caminho ainda a percorrer pela Associação em termos de uma maior participação de todos os ex-alunos na tomada de decisão e estarem mais bem informados. E nota-se que algumas pessoas têm participado mas não estão tão bem informadas como deveriam estar. Essa não informação deriva, em primeira instância, de falta de tentativa de aprofundar o que é que se passa, e por outro lado, a própria Associação ainda não conseguiu criar os mecanismos de maior diálogo com os associados, em especial com aqueles que têm acesso à internet. Muitas vezes, em Portugal, as pessoas querem participar sem estarem bem informadas antecipadamente. É aquilo que por vezes dizemos: 'todos somos treinadores de bancada'. Atendendo a que existem cerca de 4000 ex-alunos vivos (mais ou menos) e que temos 25% desse número que são sócios da APE, e sendo isto uma Associação de nível nacional, percebe-se que seja aceitável que participem apenas mais ou menos 60 alunos num evento do género Assembleia Geral. Reunir as pessoas em Lisboa, ao fim de um dia útil, não é fácil. Acho que o melhor indicador é o almoço anual, aquando do aniversário do Instituto, com a participação de normalmente 160 ou 170 pessoas. Parece-me curto. O mais certo seria um número aproximado ao de um Batalhão Escolar, com 400 ou 500 alunos. Seria bonito ver outros a substituírem antigos alunos falecidos, mas que estão sempre presentes, é claro. Aí há uma grande lacuna e daí nota-se que há um grande caminho a percorrer. Por parte dos ex-alunos deve haver uma maior participação e a APE também deve poder oferecer mais aos seus Associados e aos antigos alunos em geral. O Boletim é um bom meio de ligação entre os antigos alunos, está entregue ao Eng.º Augusto Dias, que tem feito um esforço notável e ainda para mais atendendo à idade que tem, mas ao nível informático estamos muito longe dos mínimos. Temos um site mas está perto dos mínimos. Esse site tem que ser interactivo, os alunos deverão poder colocar os seus problemas lá e a Associação poder responder-lhes (por exemplo, no caso de procura de emprego, remetendo aquela procura para as redes de conhecimentos de ex-alunos). Divulgar antigos alunos que estão em dificuldades, no sentido

de os ajudar, mas também divulgar alunos que estão a ter êxito profissional, não no sentido de promover ninguém, somos todos iguais, mas no sentido de reconhecermos os nossos valores, que temos em grande número.”

9. Qual lhe parece ser o papel do IMPE no contexto da socialização política dos seus estudantes? E da APE no que concerne aos antigos alunos dos Pupilos do Exército?

R. - *“Eu quando saí dos Pupilos fui para o ISCTE e tive uma sorte incrível porque o meu curso entrou para o 4.º ano de gestão com cinco cadeiras em atraso. E duas das cadeiras em atraso tinham a ver com coisas políticas, portanto não era contabilidade, nem cálculo, nem estatística, nem direito, era uma cadeira denominada Introdução à Sociologia e outra cadeira que era, se não me engano, Mecanismos Económicos do Capitalismo Contemporâneo. Bom, e eu 'andei positivamente a apanhar bonés'. Lá consegui desenrascar-me, porque aquilo funcionava numa forma de grupos de trabalho e eu apoiei-me nos meus colegas. Tínhamos grandes lacunas na socialização política. Mas havia entre nós um grande conceito intrínseco de camaradagem e de entreaajuda, independentemente de sermos filhos de oficiais ou sargentos. Isso acarretou grandes dificuldades nos primeiros anos, ainda por cima quando estávamos em 1975. Sobre o Instituto, hoje em dia, creio que há uma muito maior abertura para os alunos que havia naquela época. Os alunos têm um avontade que nós não tínhamos e uma maior noção desses conceitos. Na APE a perspectiva é outra, mas normal. Por vezes, por ter trabalhado com um antigo Primeiro Ministro, pode dar-se a ideia de que tenho uma ligação ao partido A ou ao partido B. Quando se revelam ataques mais dirigidos à direcção, chego a pensar por alguns momentos nisso, mas acho que não, exageramos nisso. A APE tem n ex-alunos de vários quadrantes políticos que são reconhecidos mesmo a nível nacional, há vários ex-alunos de prestígio e não temos problemas nenhuns em alargar esse convívio. A nossa maneira de funcionar adapta-se perfeitamente e estamos acima de quaisquer hipotéticas guerras partidárias. Inclusive alguma ideia que poderia haver que a causa do Instituto não agrada ao partido B, porque é de esquerda; é negativo. A experiência deste meu mandato de contactos, fez-me ver que há por exemplo um partido de esquerda que tem mostrado uma abertura notável em relação à problemática do Instituto. E eu que supostamente trabalhei com um Primeiro Ministro que era ligado ao PSD, estou à vontade para dizer isso. De entre os antigos alunos, há de tudo, mas há uma larga maioria que está acima dessas coisas. Mesmo entre antigas gerações, fomos muito tolerantes. Isto não significa que nós não participemos na vida política. Por isso entendo que devemos 'perder*

alguma humildade excedentária' que temos, e devemos ser mais arrojados naquilo que devemos exigir. Somos líderes no nosso país e por vezes não nos queremos mostrar. Devemos encorajar esse passo. É por isso que no que me é possível, tento fazer evoluir a APE e incentivar isso. Por vezes cometem-se erros na postura, mas vamos corrigindo os mesmos e aproveitando para dinamizar a Associação. Dinamizando a Associação e defendendo o Instituto, também estamos a contribuir para melhorar o país. Mesmo com as divergências que temos sobre o futuro do Instituto (privatização, tutelas diferentes, etc.), sabemos encontrar pontos de convergência. Temos tido uma aproximação de diálogo, mas por cima, não submisso. Queremos dialogar como parceiros, com conhecimento, com trabalho feito pelo país. Estamos pedindo, mas também estamos dando. Ao dar também estamos a pedir, reconhecendo que em algumas situações, se não nos derem nada, nós podemos dar. Esse é o trabalho que a Associação e os antigos alunos desenvolvem.”

1.3. Director do Instituto Militar dos Pupilos do Exército – 1987/1989

Interlocutor: Tenente-General António Ferreira Rodrigues de Areia

Data: 14 de Junho de 2006

Hora: 18h00m

Local: Residência do Interlocutor

Suporte: Gravação em áudio digital

Guião de Entrevista e respectivas respostas:

1. Entende que os Alunos Graduados, nos seus diversos níveis de actuação, eram um importante contributo no processo pedagógico dos estudantes, perfazendo a ponte necessária entre os comandantes militares e os outros alunos?

R: *“- Eu penso que sim. Mas, o principal problema sempre era a escolha dos Alunos Graduados. Acho que os Alunos Graduados são um importante contributo no processo pedagógico dos estudantes e fazem essa ponte. É um sistema que não é original, mas penso que é bom. Tinha algumas queixas dos Alunos Graduados, como todos tínhamos. Os meus filhos também são ex-alunos do Colégio Militar – embora sendo civis – e eu lembro-me do que eles diziam sobre os Alunos Graduados. Penso que é um escalão importante, mas com uma grande sensibilidade na escolha e no acompanhamento.”*

2. Do seu ponto de vista, parece-lhe que as tradições do Instituto, quando comparadas com o período em que foi Director do IMPE, estão em declínio?

R: *“- Os colégios têm sempre as suas tradições, mas eu creio que o Instituto e o Colégio Militar têm tradições mais arreigadas. Eu penso que estas tradições devem ser vividas mas devem ser sempre explicadas, porque por exemplo a praxe é uma coisa que eu considero má, porque nunca foi propriamente encarada e explicada. A praxe para mim foi sempre qualquer coisa de camaradagem para recepção dos mais novos e os integrar no ambiente. Isso não pode ter nenhuma espécie de violência.”*

- 2.1. E às vezes essa violência existia?

R: *“- Às vezes? Era quase sempre. Mesmo na Academia Militar. Eu nunca gostei que me fizessem e nunca fiz praxes a ninguém. Não gostava. Não gostava porque aquilo normalmente dava azo a coisas mal aplicadas. Há pessoas que estão sempre à espera de serem os praxadores para de certa maneira extravasarem um certo espírito de violência que têm, de*

vingança, qualquer coisa assim. Eu achava aquilo uma coisa muito má. Agora se isto está incluído nas tradições, eu digo assim: praxe só muito superficial, muito pedagógica e com um sentido de humor. Agora, o resto das tradições, acho que fazem parte da Casa. Eu acho que essas são de manter. São de manter porque uma Escola – e eu agora vejo pelo que esta Ministra quer fazer até, sendo que os professores estão contra a Ministra, porque por vezes pensam que a Escola são eles, e não é assim – tem de ser como são os Pupilos, ou o Colégio Militar, ou os Liceus antigos que eram únicos nas cidades. Aquelas escolas tinham umas certas paredes, é verdade que tinham umas certas paredes, mas os professores eram conhecidos uns dos outros, apoiavam-se uns aos outros e os alunos apoiavam-se também. Você nunca viveu esse período, mas eu vivi numa escola em que a gente olhava para a escola e era um conjunto. E hoje, eu penso que o que esta Ministra quer fazer é isso, e está a ter umas reacções muito grandes, porque ela quer integrar os professores, os alunos, os funcionários, os pais e as famílias, e dar voz a essa gente. E os professores estão a dizer assim: '- Não, não, a Escola é connosco'. E eu nisto sou muito mais liberal, no sentido de que a Escola deve ser fechada no sentido de constituir uma célula, mas deve ser aberta para que não enquistasse e não envelheça. E não deixe de receber os inputs, não deixe de receber de fora qualquer coisa que lhe dê cultura, que haja uma troca e que a desenvolva. Eu fiz uma coisa nos Pupilos - que eu tenho isso até num Louvor recebido quando saí e que a APE distribuiu numa revista – que foi: eu achava que os Pupilos deviam estar muito mais abertos às empresas e fiz o 'Dia da Empresa'. O primeiro 'Dia da Empresa', não imagina o resultado que aquilo deu. Fiz o 'Dia da Empresa' e abri, um dia, as portas dos Pupilos às empresas. É evidente que escolhemos as empresas, não nos interessava que aquilo fosse uma feira. Consegui uma relação boa com a TMN (conhecia muito bem o presidente), consegui uma boa relação com a General Motors, que eram os grandes consumidores de engenheiros e de bacharéis de contabilidade e administração. E tive com eles uns diálogos. Disse assim: '- O que é que vocês gostavam de receber como engenheiros técnicos? E então vamos dizer o que é que nós fazemos.' Esse 'Dia da Empresa' correu muito bem. Foi um dia em que eu abri a Escola, fui o cicerone e andei por lá a mostrar a Escola àquela gente toda. Era o Ar Liquido, etc., eram umas empresas que os próprios professores dos Pupilos me indicaram. E depois, eles disseram o que é que gostavam que integrasse a preparação dos engenheiros e nós alterámos alguns programas de acordo com aquilo, com a garantia de que eles recebiam os formados dos Pupilos nas suas empresas. Eu hoje oiço falar na escola aberta e nas universidades, e digo que isto não foi coisa difícil de se fazer. Eu tenho um certo conceito de

escola aberta e ao mesmo tempo que a escola seja um todo. Portanto, escola aberta mas escola com as suas características. Isto são coisas que eu sinto, porque hoje os assuntos que mais me interessam são os assuntos da educação. Porque sabe, a minha carreira militar começou da seguinte forma: eu acabei a Academia militar, fui para Mafra e depois, contrariamente ao que eu queria, fiquei lá como instrutor. Não queria, e fiquei lá cinco anos. A minha vida de subalterno foi toda como instrutor na Escola Prática de Infantaria. Depois, saí e por ter sido instrutor na EPI, eu fui para a Guiné, onde comandeí uma Companhia e um Centro de Instrução, como Capitão. Depois fui para Moçambique e como já estava ligado à instrução, puseram-me no Centro de Instrução de Moçambique. Passei a vida na instrução. Depois regresssei da Guiné e de Moçambique e fui para Lamego, porque precisavam lá de um instrutor que tivesse prestado serviço na Guiné. E depois regresssei à EPI. Fui para Timor dois anos e fui Comandante do Centro de Instrução de Timor. Depois fui Chefe da 6.ª Repartição EME, a Repartição de Instrução. Depois fui Director do Departamento de Instrução, fui Director dos Pupilos e também já tinha sido 2.º Comandante e Comandante da Escola Prática de Infantaria. De maneira que a minha vida está muito ligada à Instrução e ao Ensino, e eu vivo muito estes problemas que eu hoje vejo nas escolas. Não é por eu ter nove netos que vêem duas vezes por semana para aquela mesa estudar comigo. Alguns vêem, outros não vêem, porque já estão mais velhos e já têm frequência universitária ou estão lá perto. Gosto das coisas do ensino e gosto das coisas ligadas à educação. Portanto, às vezes, expando até mais ideias que aquelas que deveriam caber na sua entrevista.”

3. No quadro da cidadania activa e da participação espontânea, pareceu-lhe, enquanto Director do IMPE, que importava maximizar as oportunidades para o exercício da cidadania dos alunos? De um modo geral, como encara actualmente as oportunidades dos alunos do Instituto nesta matéria?

R: “- As oportunidades para o exercício da cidadania não são grandes no internato. Naquela altura não eram grandes essas oportunidades, mas também não podiam ser muito mais. Os Pupilos ainda tinham aquela coisa que a geografia favorecia, pois iam de uma Secção para a outra e podiam passar pelo Fonte Nova e conviverem um pouco, claro.”

- 3.1. Mas era uma cidadania limitada?

R: “- Era, mas eu não estou a dizer que no seio da família eles pudessem ter alguma educação para a cidadania melhor que aquela. Temos que concordar que as famílias muitas vezes não apoiavam ou não tinham capacidade para apoiar.”

4. Na sua opinião, quais as duas razões mais relevantes para o número reduzido de alunos do Instituto que optavam e optam por seguir uma carreira militar? O que se poderá daí inferir acerca do papel do IMPE na socialização militar dos seus alunos?

R: *“- Eu sou perfeitamente contra a avaliação que se faz dos Pupilos ou do Colégio Militar, pelo número de alunos que vai para as Academias. Sou contra isso. Porque acho que a Instituição Militar tem que estar muito mais aberta a todos e não só àqueles que vão para aquelas Escolas. Porque é que há colégios militares? Há colégios militares como há colégios católicos, ou colégios religiosos entendidos de uma forma mais abrangente. As duas instituições que, por assim dizer, são as fundadoras do País, foram a Instituição Militar e a Instituição Religiosa. Quer queiram quer não, as Forças Armadas e a Instituição Religiosa têm sido as grandes instituições. Depois podem-se juntar as Universidades, etc., mas aquelas que foram as fundadoras, aquelas que deram característica a este povo, foram os soldados e a Instituição Religiosa. E eu nunca vi que os padres que têm colégios salesianos, que têm colégios jesuítas, que têm universidades católicas, entre outras valências, andassem a contar os seus alunos que depois vão ser padres. Nós não temos necessidade disso. E portanto, quando a gente avalia negativamente - porque é que de tantos alunos afinal poucos vão para a Academia Militar -, isso está incorrecto. A culpa é nossa? Não, não é. Avaliar o Instituto ou o Colégio Militar porque se eles não vão para a tropa, não vão ser militares, é porque aqui foram então maltratados e não gostaram da Instituição Militar? Mas aquilo é uma visão completa da Instituição Militar para um miúdo de 10 anos? Não é. Tínhamos que esquecer isso, mas está na missão também, como é claro. Um dos argumentos para existirem colégios era aquele, ou seja, encaminhar jovens para a carreira das armas. Mas então, estamos sempre a falhar, porque vão poucos. Se o objectivo é esse, este não é conseguido e então fecha-se isto. Mas o objectivo não é esse, não tem que ser. Eu penso que a educação militar que lá se dá, deve ser aquela educação militar que é o reconhecimento de que a Instituição Militar tem valores que é bom que sejam transmitidos aos jovens. São formados naqueles valores. Se aqueles valores tocam a alguns mais que a outros, óptimo, esses vão ser militares, porque esses valores tocaram-lhes muito. Eu sou militar e estive no liceu. E desde miúdo que queria ser militar. E não tenho nenhum parente militar. Nenhum, nem o meu pai. O meu pai nunca fez a tropa. Não tenho tio nenhum que tenha sido militar, nem avô. E eu estava em Braga e nunca tinha ido ao Regimento de Braga. E no entanto, eu não fui para Medicina ou para Engenharia porque não pude, mas porque eu desde muito tenra idade queria ser militar*

e ser do Exército. Porquê? Porque eu achava que aquilo tinha certas coisas que gostava, como as regras e a disciplina. ”

5. Tendo em conta os objectivos para os quais o Instituto foi fundado e as diversas circunstâncias sociais e políticas que atravessou ao longo da sua existência, parece-lhe que o Estabelecimento continuava e continua a ter uma identidade própria no contexto dos Estabelecimentos Militares de Ensino (EMEns) ou, em contraponto, seria útil repensá-lo a vários níveis? No último caso, parece-lhe que isso poderia passar pela junção a outro ou aos outros EMEns, mesmo que esse caminho implicasse a sua extinção?

R: *“- Isto aqui é sempre um grande problema. Eu sempre defendi que enquanto estes Estabelecimentos tivessem procura deviam-se manter. Quando deixassem de ter, tinham que ser pensados. Quando uma pessoa tem um produto e ninguém lhe aparece a comprá-lo, então um tipo muda de ramo ou abre falência. Tem que repensar que aquilo que está a vender não é um produto que tenha aceitação. Porque estes colégios militares apareceram em determinadas alturas da nossa sociedade em que foram para além de uma questão de reserva de duas instituições de referência (a militar e a religiosa, com destaque para a primeira), foram também uma questão de muita necessidade, porque havia regimentos em todo o lado, mas não havia liceus. Havia regimentos em Pinhel, havia regimentos na Guarda, havia regimentos em Chaves, quando essas terras não tinham escolas, muito menos escolas superiores. De maneira que foi muito bem pensado criarem-se esses Estabelecimentos para que os militares pudessem educar os seus filhos e não ficassem por ali, pela terra. E depois teve um grande papel durante a guerra. Os meus filhos foram para o Colégio Militar e a minha filha para o Instituto de Odivelas, exactamente porque eu estava em Comissões Militares, porque senão não sei se tinham ido, talvez não, não sei. Estava em Comissões Militares e dava jeito, era um apoio à família militar muito grande. Agora, eu não sei se aquilo está a ter muita procura. ”*

Informação: Posso dizer-lhe que está a ter fraca procura, embora já haja externato.

Continuação de resposta do interlocutor: *“- Ainda há pouco estava a falar com a minha mulher sobre isso, porque eu acho que o internato obrigatório, hoje, não se justifica. Ter esta alternativa do externato, acho que é bom. Esta escola é a que eu entendo, deviam ser todas assim. Entrada às 8 ou 9 da manhã e saída às 6 ou 7 da tarde. A escola tem que 'os aguentar', passo o termo. Tem que lhes transmitir durante esse período todo, coisas. Na área de estudos acompanhados, na área de línguas, na área de desportos, na área de educação*

cívica, etc. Depois, se quiserem ir para casa, têm o regime de externato. Para aqueles que por necessidade - como por exemplo aquelas famílias que a gente via que viviam pobremente ou com rendimentos baixos e ainda aqueles casais que não sabiam o que haviam de fazer aos filhos (num termo porventura forte, que 'despejavam-nos lá', como o caso de alguns pais divorciados) – precisassem do internato, esse apoio deveria continuar. Mas, como norma, acho que a tendência tem de ir para o semi-internato e externato. E continuar a ser uma escola aberta, não só para militares mas também para civis. Que é como está. Acho que essa evolução é boa, aliás, é formidável. Agora, não tendo alunos o que é que estão a pensar fazer? Aquela escola deve ser uma das únicas escolas da Europa, do mundo não sei se será, em que um rapaz entra lá com 10 anos e sai de lá com um curso superior. Isto é bom, claro. Há ali uma possibilidade de fazer aquela carreira, mas os cursos têm que ter a qualidade suficiente para ter empregos cá fora.”

5.1. Não sei se tem acompanhado o Processo de Bolonha, tem? Isso também tem implicações neste aspecto, não é?

R: - “Tenho lido bastante sobre isso. Os Pupilos sempre tiveram cursos superiores, não se chamavam era assim. Eram os institutos comerciais e industriais, faziam os agentes técnicos. E depois passou-se uma evolução já depois do 25 de Abril, que permitiu que essas escolas superiores ministrassem esses cursos de bacharelato. Nós conseguimos que aquela Escola tivesse estatuto para isso, e tal não foi fácil. Não foi fácil creditar aqueles cursos como cursos superiores ao nível de bacharelato, não foi nada fácil. Foi feito antes de mim, mas mesmo depois havia ali uma certa luta porque era preciso ter professores com habilitações académicas próprias incluindo doutorados, e a verdade é que nós não tínhamos, especialmente os últimos. Os currículos também tinham que estar de acordo com aquilo que o Ministério da Educação dizia, mas nesse aspecto não havia muito problema. A nossa vantagem é que o nosso ensino técnico – aquele que tínhamos herdado - era muito melhor que cá fora. Muito melhor. Eu cheguei lá a fazer também uma coisa engraçada, que foi convidar os ex-alunos que tinham ido para a Universidade e que depois, ao acabarem a licenciatura, fossem ali dizer algumas coisas sobre a sua experiência. Foi uma coisa interessantíssima. Então os alunos de Engenharia de Máquinas, aquilo era impressionante. Diziam que a única coisa que tinham aprendido sobre máquinas tinha sido lá, nos Pupilos do Exército. Afirmavam que na faculdade nunca mais tinham aprendido nada a sério sobre máquinas, nunca mais tinham sujado as mãos praticamente. É oportuno dizer que ainda agora tive um acidente com o meu carro e lembra-se de um aluno que era o Saiegh?”

Informação: Sim, lembro, esse antigo aluno frequentou o IMPE na mesma época que eu, ainda que em anos lectivos diferentes.

Continuação de resposta do interlocutor: “- Não foi grande o estrago, até estava parado, mas enfim, lá aconteceu. A companhia de seguros indicou-me uma oficina em Sacavém – isto é só um parêntesis, mas que tem a ver com isto, claro – e há que dizer que o Sr. dessa companhia de seguros sabe que eu fui Director dos Pupilos. Quando falei com ele, ele disse-me: 'Sr. General, quando lá for vai encontrar o Saiegh'. Já não me lembrava exactamente desse antigo aluno mas recordava-me bem do apelido, porque eram dois irmãos que lá andavam nos meus tempos de Director. Como o meu filho foi lá professor de Educação Física nos Pupilos, eu telefonei-lhe e perguntei se ele se lembrava desse antigo aluno, ao que ele respondeu que sim, que se recordava muito bem, e que eram exactamente dois irmãos, da Guiné, dos PALOP bem entendido, e que um deles tinha sido um óptimo ginasta no Instituto. Ora bem, fiquei descansado, o Saiegh vai tomar conta do meu carro. Telefonei ao Saiegh e ele disse que se lembrava bem de mim, foi muito gratificante. Onde eu quero chegar é que era um rapaz. Era um rapaz que estava a gerir uma oficina de uma empresa que não imagina a empresa que é. E ao que parece vai agora lançar-se possivelmente a comprar aquela parte de pintura e bate chapa, aquela secção lá dentro da empresa, ele é que vai tomar conta daquilo. Tem o curso dos Pupilos. Entrou para lá vindo dos PALOP e saiu de lá com sucesso, tendo agora um cargo bom. Não se pode dizer mal de uma Escola daquelas. Agora, ou aquilo não evoluiu o suficiente ou aqueles cursos não têm actualmente procura suficiente por outro qualquer motivo. Quando uma escola não tem procura, têm que se reformular o quadro geral da mesma.”

6. Dada a natureza e qualidade do ensino ministrado no Instituto e tendo em conta os custos inerentes à frequência por parte dos diversos alunos (mensalidades, enxovais, etc.), parece-lhe que o Instituto continuava a ser uma escola competitiva quando comparada com as ofertas similares e escolas civis? E actualmente, o que lhe parece?

R: “- Já respondi em grande parte a esta pergunta, mas devo ainda dizer que penso que é impossível acabar com o Colégio Militar. Tem 200 anos e tem um lobby muito grande. A Associação de Antigos Alunos do Colégio Militar tem mais força que a APE. Eles são militantes naquilo, alguns mais, claro. E têm pessoas bem colocadas e constituíram-se em lobby. A APE tem alguns, mas quando comparada, não tem com a mesma força, é notório.”

7. Como analisa a actividade associativa da APE, no que concerne à sua dinâmica e utilidade e à participação dos antigos alunos no período em que foi Director do IMPE?

R: *“- Eu tive uma experiência muito boa quando fui Director dos Pupilos no contacto com a APE. É certo que os convidei para lá ir, mais que uma vez, tivemos reuniões, depois eles convidaram-me até para almoçar cá fora, etc. Tive uma relação muito boa com a APE. No meu tempo fizemos uma homenagem ao General Mota de Mesquita, que no fundo também contribuiu para demonstrar uma boa ligação entre os Pupilos e a APE. Eram convidados para todas as festas e iam, conversávamos e eu acho que eles ajudavam a Direcção do IMPE. Não se metiam. Já com a AAACM a coisa era diferente, era complicado. A certa altura ou o Director se impunha ou tinha que andar um bocadinho a reboque da AAACM, porque havia ali muita força. Nos Pupilos não acontecia isso e eu acho que era benéfico. Portanto, a ideia que eu tenho da APE é uma ideia de camaradagem e de ajuda entre instituições irmãs: os Pupilos e ela, a associação dos seus antigos alunos. Estou a ver a sua Barretina na lapela, é agora esse o emblema da Associação?”*

Informação: Actualmente, os sócios da APE usam indiferentemente ou a Barretina ou o Emblema da Associação. Decidiu a APE optar por uma maior flexibilização neste contexto.

Continuação de resposta do interlocutor: *“- Há pessoas que dizem que essa Barretina é quase uma cópia do Colégio Militar, mas a ideia não deve ser essa, pelo menos nesse sentido. Vejamos: há muitas coisas que os Pupilos têm que eram do Colégio Militar, e é mesmo assim, tem que se aceitar isso. Foi assim. Toda a gente sabe que foi o primeiro. E depois, em 1911, como resultado da implantação da República e de uma certa liberalização da sociedade, apareceram os Pupilos. Mesmo depois do IO, que era o Instituto D. Afonso, o irmão do Rei D. Carlos. Os Pupilos nasceram quase como uma necessidade de ligar esta educação também principalmente aos filhos dos sargentos e das praças que não tinham, como se sabe, entrada no Colégio Militar. Não tinham. Depois disso evoluiu, e bem, e eu vi ex-alunos do Colégio Militar a querer meter filhos nos Pupilos. Por alguma razão era.”*

8. Qual lhe parece ser o papel do IMPE no contexto da socialização política dos seus estudantes? E da APE no que concerne aos antigos alunos dos Pupilos do Exército?

R: *“- Havia alguma preocupação em ensinar este tipo de matérias, sobretudo no que diz respeito à noção do papel que cada uma das instituições políticas detinha. Mesmo assim, fiz uma vez um teste, um dia depois do dia 1 de Dezembro, um inquérito distribuído a todas as turmas, dos cursos superiores aos mais pequeninos, a perguntar de forma anónima, se os*

alunos sabiam porque é que no dia anterior tinha sido feriado. Bom, depois, mandei recolher. Por amostragem, ao ler meia dúzia deles, pensei logo que me estava a meter numa alhada. Chamei os directores dos cursos e disse, olhem, leiam e façam o favor de tirar depois as vossas conclusões. Por turmas, chegou-se à conclusão de que em que algumas todos sabiam e havia outras em que, por seu lado, nenhum aluno sabia. Bem, percebi que numas turmas os professores alertavam para certos factos, e noutras, o mesmo parecia não acontecer. De maneira que depois eu fiz um Despacho. Ainda lá deve estar esse Despacho, com toda a certeza. Disse que na véspera dos feriados, o último professor a dar aula à turma, fosse de que matéria fosse, devia dizer aos alunos porque é que no dia seguinte seria feriado. Ao menos, isso eu achava que era a tal cidadania. É claro que como aquilo era anónimo também tive algumas respostas brincalhonas, como nos cursos superiores, por exemplo. Mas, o papel da escola deve ir naquele sentido. O professor de Educação Física ao dizer 'Até amanhã, amanhã não, porque é feriado. Sabem porque é feriado? Ok, muito bem' Penso que não custava nada. Acho que não ligávamos o suficiente a esses aspectos da cidadania. Porque atrás da explicação sobre o que é um feriado vem muita coisa. De quem é que depende os feriados, porque é que é feriado, etc., aqui vêm coisas de história, vêm coisas de política, aliás, muitas coisas de política."

8.1. Acha que a APE deveria desempenhar um papel auxiliar nesses aspectos? Por exemplo, nas Palestras que por vezes têm lugar na sua Sede?

R: "- Penso que sim, a APE pode ajudar e ter essa preocupação. É certo que o peso da Instituição Militar na APE é menor. E eu também acho que nos Pupilos a Instituição Militar tem que se mostrar como ela é, mas não deve fazer propaganda. Atenção, deve haver Instrução Militar, sendo aquilo uma escola militar, eu acho que deve ter instrução militar, mas o mesmo não é dizer educação militar. A palavra educação é muito mais abrangente. Mas devem ter Instrução Militar. Ensinar-lhes os fundamentos das Forças Armadas e a própria instituição, até como organização que é. Eu fiz para lá umas palestras sobre estas matérias. Como Director, falei sobre a evolução do conceito estratégico de Defesa Nacional, por exemplo. Foi até mais uma conversa que uma palestra, com os professores. Foi uma possibilidade de lhes explicar o que isso era, o que era o conceito estratégico militar, etc. Os professores não sabiam. Como é que apareciam estas coisas, quem é que decretava as missões, quem é que estabelecia o dispositivo, foram matérias referidas. Professores dos Pupilos, de uma escola militar, deveriam saber isso. Aquelas eram as bases, e para não ser outra pessoa, era eu que tomaria o encargo de lhes informar. E assim fiz. De maneira que eu

gostei muito de lá estar como Director do IMPE. Não fui para lá de vontade, nunca me tinha passado pela cabeça que eu iria para lá, mas acabei por gostar muito de lá estar. Já também não tinha tido vontade em ficar como instrutor em Mafra e a verdade é que acabei mesmo por ser Comandante da EPI e também gostei muito de lá estar. Saí dos Pupilos quando tinha que sair, para ir comandar a Zona Militar da Madeira, que também gostei muito. Como Director do IMPE, devo ainda dizer que levei lá o Presidente da República. Eu tinha sido assessor militar do Dr. Mário Soares, no 1.º e no 2.º governo constitucional, e depois fiquei também nos dois governos seguintes do Nobre da Costa e do Mota Pinto, pois pediram-me para ficar lá. E fiquei, como assessor militar. De maneira que aprendi muitas coisas da minha vida, algumas coisas que sei e que me ajudaram muito, aprendi ali porque estava todos os dias com o Primeiro Ministro deste País, pelo que aprendi muita coisa. E depois, o Dr. Mário Soares ficou sempre muito meu amigo e com o CEME encaminhámos as coisas para que os Pupilos fossem condecorados com a Ordem Militar de Avis. Quando o Dr. Mário Soares lá foi, inaugurou o Pavilhão Gimnodesportivo, tendo sido descerrada uma Placa Comemorativa. Mesmo com restrições de agenda, passou lá uma grande parte do dia. A ideia da escola aberta eu acho muito bem, mas a escola no seu conjunto também acho muito importante.”

1.4. Director do Instituto Militar dos Pupilos do Exército – 2000/2004

Interlocutor: Major-General Francisco José Ferreira de Bastos Moreira

Data: 23 de Agosto de 2006

Hora: 17h30m

Local: Residência do Interlocutor

Suporte: Gravação em áudio digital

Guião de Entrevista e respectivas respostas:

1. Entende que os Alunos Graduados, nos seus diversos níveis de actuação, eram um importante contributo no processo pedagógico dos estudantes, perfazendo a ponte necessária entre os comandantes militares e os outros alunos?

R: *“- Eu acho que sim. Você como sabe, eu sou ex-aluno do Colégio Militar. E até fui lá Professor. O Colégio Militar tem um esquema diferente de estrutura dos Alunos Graduados, porque só os alunos do 12.º ano é que são Alunos Graduados. Achei curioso, porque estive quatro anos e meio no IMPE e o topo dos Alunos Graduados já estava no 3.º ano dos Cursos Superiores, já eram finalistas. O sistema era bom, embora os alunos finalistas tivessem mais trabalho e saíssem mais vezes. Achei giro e tive quatro Alunos Comandantes de Batalhão muito bons, excepto um, que era mais fraco. Aliás, era muito bom aluno, 'muito marrão', mas talvez por isso tivesse menos disponibilidade para as tarefas que as funções exigiam. Esse caso, era o Luz. O Luz era o Aluno Comandante de Batalhão e, por motivo dessa indisponibilidade que por vezes sucedia, até colocaram a hipótese de nomear um Aluno Segundo Comandante de Batalhão, coisa que nunca tinha existido. No caso, tratava-se de um aluno que era de Angola, também Aluno Graduado, mas que era muito rico, sendo filho de um general angolano. Ele até tinha um apartamento, um jipe, etc. Tinha tudo à borla... Mas, de facto, impunha-se como Aluno Graduado, embora não sendo português. Todavia não acabou o curso, tendo chumbado, salvo erro, a duas Cadeiras. Por vezes, o Luz não podia ir a algumas cerimónias, a propósito dos estudos, mas conseguimos dar sempre a volta a essas situações. Voltando à sua questão, o esquema de Alunos Graduados estava bem implementado e posso dizer-lhe que tive uma boa experiência com os Alunos Graduados. O Aluno Comandante de Batalhão André foi um deles, era um aluno de mão cheia, um excelente Aluno Comandante de Batalhão. Eu entendo que os Alunos Graduados eram muito úteis.”*

2. Do seu ponto de vista, parece-lhe que as tradições do Instituto, quando comparadas com o período em que foi Director do IMPE, estão em declínio?

R: *“- Exactamente iguais como no Colégio Militar. Há ainda cerimónias muito idênticas, como a Mocada (no Colégio Militar) e a Batalha Campal (nos Pupilos), assim como a Récita de Carnaval, a Imposição de Insígnias, etc. Eu penso que as tradições não estão em declínio. Sofrem é as alterações naturais da evolução dos tempos.”*

3. No quadro da cidadania activa e da participação espontânea, pareceu-lhe, enquanto Director do IMPE, que importava maximizar as oportunidades para o exercício da cidadania dos alunos? De um modo geral, como encara actualmente as oportunidades dos alunos do Instituto nesta matéria?

R: *“- Eles saem à 4.ª feira e em mais dias: três noites, no mínimo. Quando eu fui para os Pupilos como Director, já notava cada vez um maior decréscimo no número de alunos. Aliás, mesmo ainda antes do General Viegas como CEME entender querer fechar os Pupilos. Existem vários aspectos que devemos ter em conta nesta situação. Um deles é que a natalidade também baixou. A falta de alunos nos Pupilos não é caso isolado, atravessa a realidade de muitas escolas. O Colégio Militar fazia mais marketing de imagem que os Pupilos, mas depois a situação mudou. Os Pupilos também começaram a fazer com mais afinco e até mesmo quase 'porta à porta'. Reuni-me na altura com o topo dos Alunos Graduados, já no 3.º ano em que lá estava, e disse que tínhamos que dar a volta àquela situação, porque cada vez os Pupilos estavam a ter menos alunos. Neste último 25 de Maio, já em 2006, eu fui às cerimónias de comemoração de mais um aniversário do IMPE e até fiquei triste com o efectivo do Batalhão Escolar, não enche a Parada. Quando comparado com há alguns anos atrás, aquilo estava de facto muito modesto. Como dizia, na altura eu dei até o exemplo dos Maristas, ali mesmo ao lado, que era caro e tinha pernas para andar. Se iam para uma visita de estudo, os alunos dos Maristas tinham que pagar. Os alunos dos Pupilos não tinham que pagar, numa situação análoga. Vários aspectos os Pupilos tinham como vantagens quando comparados com os Maristas. Então, mas havia algo que precisava ser mudado, porque só assim os Pupilos não conseguiam destacar-se e cativar novas candidaturas. Comparei os Maristas com os Pupilos e lancei essa deixa na reunião com os Alunos Graduados. Aventei a hipótese de, por exemplo, os alunos de mais perto do Instituto poderem ir jantar a casa e até, quem sabe, dormir lá. Depois voltavam, fardavam-se e*

seguiam o seu quotidiano normal como os restantes alunos. Ou seja, arranjar-se uma situação mais flexível ao regime de internato que na altura estava ainda em vigor para os alunos mais novos. E com esta medida, haveria alunos que ficariam com uma mensalidade mais baixa, o que também poderia ser uma vantagem na busca de novas candidaturas. Bem, não lhe digo nada, 'leve na cabeça' na reunião com os Alunos Graduados!... Houve apenas dois alunos que ficaram do meu lado, o Comandante de Batalhão e seu Adjunto. De resto, todos ficaram contra essa ideia. Na Récita de Carnaval caíram novamente em cima de mim, em tom de graça dizendo que queriam fazer daquilo a 'Escola D.^a Antónia'!... Mas o que é certo é que isso foi errado. Logo no ano seguinte, o General Viegas foi nomeado para CEME e apareceu de repente nos Pupilos para uma visita. Eu mostrei-lhe as instalações todas e ele, ao ver uma entrada para as aulas, deparou-se com a formatura dos alunos à porta das salas de aula. Ora, ele viu uma turma que tinha só oito alunos e as outras turmas poucos mais alunos tinham, nomeadamente aquelas turmas que ali estavam, que eram três, de alunos mais novos. Na semana seguinte, o General Comandante de Instrução, Leonel Carvalho, disse que o General CEME queria falar connosco e, em síntese, em dois anos o General CEME cancelou as inscrições para os Pupilos. Ele também queria acabar com o Politécnico. Consegui inverter pelo menos essa situação, tendo até mencionado ao CEME aquilo que o Professor Adriano Moreira na altura referia sobre o ensino superior e sobre Bolonha. Foi um rude golpe para os Pupilos do Exército, com dois anos sem admissões. De facto era uma situação grave, ainda por cima quando os alunos saídos dos Pupilos e dos seus cursos superiores tinham entrada no mercado de trabalho quase directa, pois eram muito solicitados pelas empresas. Claro que havia outros que preferiam seguir os estudos, para alcançar, no mínimo, a Licenciatura. Os Pupilos também tinham Sargentos de Transmissões e do Serviço de Material que ali faziam o 1.º e 2.º ano dos cursos superiores. Isso era uma mais valia. Por esses motivos, entre outros, para os cursos superiores não se cancelaram as inscrições. Mas foram dois anos penosos, tive que mandar até Professores embora. No primeiro ano, não mandei, até porque eles já lá estavam e era melhor manter a situação, mas no segundo ano teve mesmo que ser, porque havia Professores a meio. Aquilo caiu quase no fundo, mas depois a APE mexeu-se bem e, junto do Ministro Paulo Portas, conseguiu-se inverter aquela situação. Felizmente. Foi numa Abertura Solene do Colégio Militar que o Dr. Paulo Portas fez esse anúncio, o que deixou os Pupilos e a APE radiantes.”

Informação: Posso dizer-lhe que agora cancelaram novamente as admissões para os Pupilos. Mas desta vez o cancelamento abrange também os Cursos Superiores.

à 1.ª Secção, mas isso não foi por diante. O Colégio Militar fazia muito marketing e, a verdade, muito significativa, é que eles tinham 80% dos pais a pagar o máximo da mensalidade, pois eram civis. Nos Pupilos não era assim. Eu tinha muitos filhos de pais militares, das Forças de Segurança e esses, como sabe, pagam menos de mensalidade. Ora, era então uma situação diferente. Ainda por cima recebia muitos alunos oriundos do CM e do IO, mas de facto era uma gestão de recursos financeiros delicada. Tudo é possível de se equacionar quanto ao futuro dos EMens, desde que se respeite o passado dessas Escolas e que se perspectivem os custos dessas alterações. Antes de se avançar para uma qualquer nova medida, dever-se-ão pensar e equacionar, o mais objectivamente possível, as consequências, a todos os níveis e que, obviamente, não só o âmbito financeiro.”

6. Dada a natureza e qualidade do ensino ministrado no Instituto e tendo em conta os custos inerentes à frequência por parte dos diversos alunos (mensalidades, enxovais, etc.), parece-lhe que o Instituto continuava a ser uma escola competitiva quando comparada com as ofertas similares e escolas civis? E actualmente, o que lhe parece?

R: “- Se fosse só o Ensino Básico e Secundário, eu diria que não. Mas os Cursos Superiores eram a mais valia, sem dúvida. O General Coelho, que foi Vice-CEME, teve o filho no Colégio Militar e, depois, fez os Cursos Superiores nos Pupilos. Fez o curso de Electrotecnia. O pai só diz bem dessa opção. Disse-me já que foi uma excelente opção, tendo o filho dele seguido uma carreira com uma entrada directa no mercado de trabalho e sei que hoje está muito bem profissionalmente. A grande valia dos Pupilos era e é os Cursos Superiores. Eu lembro-me que o MGEN Ferreira da Costa, antigo aluno dos Pupilos e Director do Instituto antes de mim, defendia que os Pupilos do Exército deveriam ter o mesmo tipo de ensino que o Colégio Militar. Eu penso que, uma das grandes asneiras, foi acabar-se com o ensino técnico. O facto de ter duas escolas com o mesmo tipo de ensino, fazia e faz muita confusão às pessoas, inclusivamente os militares. Os efectivos diminuíram e a verdade é que o batalhão Escolar é muito pequeno quando comparado com antigamente. Terem acabado com as escolas técnicas e industriais (veja-se o 25 de Abril), e o facto de muitos pais quererem que os seus filhos sejam é Drs., fez com que esse tipo de ensino ficasse para trás. Eu penso que foi um erro, porque esse era um ensino de grande valor e muita utilidade. Além disso, diferenciava as escolas. Era uma outra ferramenta para a vida dos alunos, futuros profissionais em muitas áreas.”

7. Como analisa a actividade associativa da APE, no que concerne à sua dinâmica e utilidade e à participação dos antigos alunos no período em que foi Director do IMPE?

R: *“- Eu tive uma excelente relação com a APE, não tenho nada a opôr à Associação. Sendo eu da Arma de Transmissões, apanhei muitos oficiais oriundos dos Pupilos, que não tinham passado pela Academia Militar. Eram Sargentos que depois foram promovidos a Oficiais. Eram de manutenção e exploração. Portanto, tinha um bom conhecimento da 'malta do Pilão' e guardei boas experiências, estavam bem preparados tecnicamente. Tive boas relações com a APE e lembro-me de muitos antigos alunos, entre eles, o General Mesquita, o Coronel Borges Correia e o Eng.º Augusto Dias. Tivemos várias iniciativas conjuntamente, como a cerimónia de entrega dos emblemas de sócios da APE no Instituto, nomeadamente no Ginásio da 1.ª Secção. Lembro-me bem, estava um calor imenso! Demo-nos bem e não tenho razões de queixa. Quando me fui embora até me ofereceram um jantar, o que foi um momento que recordo com bastante significado.”*

8. Qual lhe parece ser o papel do IMPE no contexto da socialização política dos seus estudantes? E da APE no que concerne aos antigos alunos dos Pupilos do Exército?

R: *“- Todos os alunos, salvo talvez uma excepção pontual, sabem o Hino Nacional e vive-se nas cerimónias um ambiente onde se regista alguma educação nesses aspectos. Os alunos conhecem a Bandeira Nacional e os símbolos nacionais. Isso já é um passo que é importante, especialmente naquilo que é a realidade que atravessa as escolas de uma forma em geral. Nos antigos alunos, lembro-me por exemplo de um que até lhe coloquei o Emblema da APE na cerimónia de que lhe falei. Esse, em especial, tinha tido uma participação muito activa aquando do 25 de Novembro e chegou até a aparecer na televisão nesse momento. Ele prestava serviço na antiga EPAM, tinha o cabelo comprido adequado aos tempos que se viviam e lembro-me bem dele na televisão nessa altura, numa das passagens que ficaram registadas. No fundo, o que importa dizer é que existem muitas experiências e cada caso é um caso. Mesmo assim, os Pupilos e os EMEns, em geral, são Escolas onde se ensinam os valores e os símbolos nacionais e creio que isso deve ser salientado. Gostei muito de ter estado nos Pupilos e posso até dizer-lhe que quando sai de lá, na cerimónia de despedida, com as pessoas formadas, fiquei quase sem poder falar, pela emoção que sentia naquele momento e por tudo o que ali vivi. É uma grande Escola.”*

1.5. Capelão do Instituto Militar dos Pupilos do Exército – 2004/2006

Interlocutor: Major SAR Rui Carlos Antunes e Almeida Lopes

Data: 10 de Abril de 2006

Hora: 15h00m

Local: Instituto Militar dos Pupilos do Exército (Gabinete do Capelão)

Suporte: Gravação em áudio digital

Guião de Entrevista e respectivas respostas:

1. Como analisa actualmente a vivência e a afirmação dos princípios religiosos nos Estabelecimentos Militares de Ensino (EMEns), aos diversos níveis, tendo em conta a educação aí ministrada?

R: *“- Bem, eu penso que em primeiro lugar é preciso perceber que um EMEns não é uma escola confeccional, porquanto os princípios religiosos, a sua expressão e a sua divulgação devem estar marcadas, em primeiro lugar, por um grande respeito pela diversidade. Diversidade de inteligência das coisas e de aproximação à religião. E se isso é tanto mais marcado noutra tipo de escolas, em que aí de facto são os próprios alunos que graças à sua idade e ao seu desenvolvimento intelectual, que têm que decidir, neste caso concreto, isso ainda carece da autorização dos pais.*

Eu analiso a afirmação dos princípios religiosos nos EMEns, em primeiro lugar, num grande respeito pelas convicções de cada um, sabendo que, de facto, o que conta aqui é a liberdade de cada um em praticar a sua religião.

Portanto, o que se pode fazer, tem de ser feito, mas enquadrado neste acolhimento a quem individualmente quiser participar.”

- 1.1. E quanto à Religião e Moral?

R: *“- A Religião e Moral existe e está de acordo como em qualquer escola do ensino público. Nessa cadeira, os pais têm que dar licença para os seus filhos a frequentarem.*

Nós estamos numa escola do Estado, portanto nós temos que nos reger pelos mesmos estritos ditames do Estado, sem haver, digamos assim, privilégio em relação a qualquer religião.”

2. O ensino religioso nos EMEns deveria ser mais intenso ou parece-lhe ser satisfatório, quando comparado com o de escolas similares? E quando comparado com o de escolas civis?

R: “- *Eu penso que não deveria ser mais intenso. Só será mais intenso na medida em que os alunos o desejarem. A intensidade tem que estar em ligação com aquilo que eles próprios quiserem.*”

- 2.1. Entende que o ensino religioso nos EMEns, em particular nos Pupilos do Exército, é relativamente idêntico àquilo que se passa em outras escolas militares? Acha que aqui há um melhor acolhimento? Acha que o acolhimento é semelhante?

R: “- *Eu tomo só como ponto de referência a Academia Militar. Eu creio que por vezes se parte de um pressuposto que toda a gente é católica e que toda a gente é praticante. Nós estamos noutra onda, claro. E eu defendo outra onda. Defendo que há propostas que a gente pode fazer.*

Em primeiro lugar, eu penso que as pessoas estão aqui para estudar, não estão aqui para outras actividades. Tem-se como limitação as actividades dos alunos, dando preferência às orientações deles.

Evidentemente que eu proponho duas ou três actividades religiosas durante o ano, a diocese militar propõe outras tantas e a gente dá conhecimento delas.”

- 2.2. Como a Comunhão Pascal?

R: “- *Existem aqui vários tipos de coisas. Ao nível do Ministério da Educação, há a Religião e Moral. Depois, eu tenho uma coisa que me é própria, que é a Catequese, profundamente religiosa, para os Sacramentos. Os meninos que querem participar, têm a autorização dos pais e vão à Catequese.*

Eu creio que não se pode fazer muito mais. Nem seria desejável que fosse muito mais. Acho que não deve haver um peso religioso excessivo. A presença religiosa deve marcar a sua presença com uma certa descrição. Deve ser adequada, sabendo estar presente e também sabendo não estar presente.”

- 2.3. Neste momento, tem alunos catequistas?

R: “- *Neste momento, não tenho, porque são muito poucos. Sou eu próprio a dar a Catequese.”*

- 2.4. E relativamente às escolas civis, pensa que acaba por haver um empenhamento maior nesta vertente?

R: “- *As escolas civis não têm Catequese. Têm Religião e Moral. Aqui existe talvez um maior empenhamento, também porque alguns alunos são internos e ao fim-de-semana podem não ter possibilidade de ter integração noutra comunidade paroquial.*

Numa escola pública, os alunos vão para casa e em casa, se quiserem e se os seus pais entenderem, participam nessa vivência religiosa, que me parece mais normal.

Aqui, havendo alunos internos e a possibilidade deles terem Catequese, o Instituto oferece essa actividade.”

3. Qual é e como encara o grau de participação nas cerimónias religiosas praticadas nos EMEns?

R: *“- Aqui as cerimónias religiosas congregam a maior parte dos alunos. Eu vejo as celebrações religiosas - estas grandes, como o Natal e a Páscoa, aquelas com a Igreja cheia - , vejo-as como um elemento agregador para esta Instituição. Não as vejo tanto no seu aspecto religioso, que evidentemente também têm, mas acho que nas tradições de uma Instituição há momentos de família. E acho que nesse sentido, estas celebrações têm uma importância grande.”*

3.1. A essas cerimónias vão Oficiais, Sargentos e Cívicos em grande número?

R: *“- Vão militares, civis, convidados, etc. em número significativo.”*

3.2. Notou alguma vez que houvessem alunos a irem obrigados ou parece-lhe que as pessoas vão porque querem mesmo participar nas cerimónias?

R: *“- Eu estou cá há muito pouco tempo. Eu acho que eles vão, um bocadinho, porque toda a gente vai. Não me parece que haja, propriamente, imposição. Até porque há alguns elementos que não vão. Mas parece-me que isto tem um certo elemento de congregação das pessoas, pois não há, de facto, na vida da Escola, nenhum outro momento onde as pessoas se congreguem dessa forma. E portanto, tem esse factor de coesão.*

As alunos são chamados a participar nessa tradição e nesse sentido, eles vão. Eu acho que nestas coisas de percepção de vida comunitária e vida familiar, não me preocupa tanto que as pessoas lá vão, por irem apenas. Tem que haver nas Instituições momentos agregadores. E é difícil inventar outros, porque eles já estão inventados: é o Natal e a Páscoa.

E também tenho visto esta situação nas outras Unidades onde tenho passado. Já tenho vários anos de tropa e existe aqui uma função muito particular de celebração em família.”

4. As cerimónias religiosas no âmbito militar reflectem deliberadamente as tradições e os valores da Instituição Castrense e, no caso específico, dos EMEns?

R: *“- Essas cerimónias religiosas são muitas vezes a única fonte de uma tradição que tem mantido essa família militar.”*

4.1. Esta pergunta é tanto mais pertinente porque esta Escola nasceu no contexto da implantação da República, um Estado laico, mas o que é certo é que o caminho foi noutra sentida, não é assim?

R: *“- Isto é curioso, é muito curioso. Mesmo nos períodos de uma politização republicana maior, houve uma certa força – pelo menos é o que eu deduzo destas coisas - da congregação de família e de educação.*

É um caso particular. Como sabe, os Sacerdotes no corpo docente eram ex-capelães. Os Capelães foram desprovidos da sua função aquando da 1.ª República, e muitos estavam dedicados ao ensino. Depois, na época do regime salazarista, o Capelão foi uma referência conotada com os valores religiosos. Eu penso que hoje, se calhar, vai-se voltar ao início. Ou talvez se caminhe para um equilíbrio maior.

Existem até casos muito engraçados. Aponto dois deles.

No primeiro, diga-se que também temos alunos de outras religiões, Muçulmanos por exemplo, oriundos dos PALOP. Se alguns desses alunos não participam nas cerimónias religiosas cristãs do Instituto, outros há que, participam nessas cerimónias, integrados nesse espírito de família.

No segundo caso, diga-se que nós temos alunos finalistas, e por exemplo, no ano passado, os que terminaram o ensino superior e que participaram na cerimónia da Bênção das Pastas na Cidade Universitária - juntamente com as Universidades da zona de Lisboa -, foram lá, mas quiseram a sua missa também realizada aqui. Isto aqui é o elemento agregador deles e é um local especial, é a Casa deles.”

1.6. Bispo das Forças Armadas e de Segurança

Interlocutor: Major-General D. Januário Torgal Ferreira

Data: 03 de Maio de 2006

Hora: 16h00m

Local: Estado-Maior General das Forças Armadas (Gabinete do Bispo das Forças Armadas e de Segurança)

Suporte: Gravação em áudio digital

Guião de Entrevista e respectivas respostas:

1. Os Pupilos do Exército nasceram no contexto específico da questão religiosa na I República. Quais foram as razões mais relevantes para que, mais tarde, ocorresse a introdução ou o reforço do ensino religioso nos Estabelecimentos Militares de Ensino (EMEns)?

R: “- Há aqui coisas que eu não conheço em pormenor. Eu tenho a impressão que a introdução do serviço religioso é mais ou menos contemporânea do Colégio Militar porque depois da República e devido a dificuldades muito sérias, o serviço religioso organizado começa no fim da década de 1960. Portanto, 67 ou 68, aferindo para 1967. Ora, o que havia anteriormente era um tipo de apoio religioso de acordo com os critérios, na altura, do Cardeal Patriarca D. Manuel Gonçalves.... Este religioso, vem para Lisboa nos inícios de 1930. Eu descobri que no Colégio Militar havia já um acompanhamento religioso por parte do Capelão, como depois começou a aparecer na Academia Militar, e de tal forma que na Academia Militar, o que viria a ser Vigário Geral Castrense, ou seja Bispo Auxiliar do Cardeal Cerejeira, foi Professor desde 1948 na Academia Militar, o Sr. Dr. - na altura, com a patente de Coronel – Coronel António Reis Rodrigues. Foi Professor de Ética na Academia Militar. E depois, em 1967 foi feito Bispo, foi nomeado Bispo como auxiliar do Cardeal Cerejeira para as Forças Armadas e veio a ser Vigário Geral Castrense. Aí é que começa praticamente a orgânica do serviço religioso em Portugal, porque até aí, o Cardeal Cerejeira pediu a este Sacerdote António Reis Rodrigues, como pediu a outros Sacerdotes, que por decisão do Cardeal, um outro Padre pudesse entrar no clima da Unidade Militar. Eu acho que isto teve início mais ou menos contemporaneamente ao Colégio Militar, e num período que se começou felizmente a fazer um certo tipo de justiça à Igreja. Os tempos da República e as injustiças, e também as culpas da Igreja - de pessoas da Igreja, sobretudo de tom monárquico, que tiveram um comportamento menos correcto (como também houve muitos

monárquicos que tiveram um comportamento mais correcto possível) – mas, aquele tipo de intolerância religiosa começou-se a esfumar e começou a haver um tipo de abertura para a Igreja, isto já em 1930 e tal, na altura em que o Colégio Militar já começa a ter, a permitir, que haja outra vez, aulas com um Padre. Porque em 1940 surge a Concordata. Assinada entre a Igreja e o Estado Português. Eu acho que o ensino religioso ali aparece muito nesta época.”

2. Quais os efeitos do ensino religioso nos EMEns nos últimos 20 anos?

R: “- Eu estou cá há dezassete anos. Eu queria-lhe dizer que o Colégio Militar – sabe isto melhor que eu – tem uma estrutura pedagógica onde pode situar o Capelão do ponto de vista pedagógico, do ponto de vista de regência de aulas. E eu sou testemunha até de um Capelão que me chegou quase a suplicar para eu interferir junto do Sr. Director para o peso horário ser diminuído, porque ele tinha por semana, não sei se 30 horas e tal. E ele pôs-me o problema: ‘- Assim eu não posso ajudar ninguém. Quer dizer, eu passo a vida a dar aulas, mas não posso estar aberto, depois, para falar com um aluno’. Ao passo que os Pupilos do Exército não é assim. E eu lembro-me de um Padre que, já na minha época, a quem lhe acenaram com aulas. Aulas de Religião e Moral. Ele chegou a pôr-me o problema quando se foi embora (porque depois ele era do Colégio de Lisboa e pôs-me a questão que não aguentava ser Pároco e Capelão), levantando-me esta situação: ‘- Eu não sei se fiz bem em aceitar aulas, porque como professor para com os jovens, uma ou outra vez, eu tenho que tomar uma ou outra atitude, quase de simples controlo de danos. Isto foi é 1994 ou 1995. Foi o Capelão, Padre Nuno Aurélio.”

2.1. Eu sou antigo aluno do tempo do Padre João Pimentel. Recorda-se dele?

R: “- É verdade, está aí a ver a obra e o homem extremamente zeloso. Eu sei francamente, ele é da Opus Dei, como sabe. Houve ali grandes Capelães. Houve outro, o Sacerdote António Borges da Silva, que está agora na Marinha. Foi-me pedido pela Marinha! Tive para aí outra guerra, porque sou eu que tenho que distribuir os Capelães. O Padre alertava-me para o Exército e para a importância do IMPE. Eu afirmei que dava a máxima importância ao IMPE, tendo a Direcção do IMPE da altura, o Sr. General em funções, até falado comigo. Eu disse-lhe: ‘- Meu General, eu tenho o máximo respeito pelo IMPE, só que eu sou como um pai com filhos a quem tenho que dar o pão e tenho que gerir isto.’ Tendo eu a Escola Naval a precisar de um Capelão, tratava-se de uma situação delicada, sobretudo por ser um Estabelecimento Superior de Ensino Militar. Disse-lhe então que me comprometia

em arranjar para o IMPE um Capelão de categoria e arranjei. Eu costumo dizer que não tenho só um bom jogador na minha equipa, tenho vários. Esse Padre António Borges, foi até quem iniciou a Benção das Pastas. E com a minha presença. Ora, eu apercebo-me francamente do seguinte: o ensino religioso no âmbito do IMPE reduziu-se praticamente àquele contacto do Capelão com os alunos (talvez seja o mais importante, o cumprimento, a simpatia, a afabilidade), mas isto é um bocadinho mau, um mau comum, porque eu tenho falado com outros Capelães relativamente a Unidades Militares, e acho que é fundamental, já que está um Padre presente, que haja alguns espaços formativos, ainda que de uma forma informal: um tipo de tertúlia, um tipo de diálogo, um tipo de mesa redonda. Eu tenho-os entusiasmado, mas confesso que os ganhos não são muitos. Encorajo-os até a convidarem individualidades externas, que não tenham até nada a ver com religião. Dou-lhes a ideia de organizarem cursos, por exemplo sobre Cidadania, ou mesmo sobre outras questões que estejam na ordem do dia. Existem tantas coisas de que se pode falar e ajudar as pessoas, desde a família, os hábitos de higiene, os problemas sobre a educação, a forma como um indivíduo se veste e se arranja, a importância da forma como nos dirigimos a um superior ou inferior, etc. Esses aspectos são ensináveis e eu tenho, de facto, uma visão não muito entusiástica sobre a forma como as coisas estão actualmente, fazendo assim, desde já, a ponte para a sua próxima questão.”

3. Como analisa actualmente a vivência e a afirmação dos princípios religiosos nos Estabelecimentos Militares de Ensino (EMEns), aos diversos níveis, tendo em conta a educação aí ministrada?

R: “- Eu não quero culpabilizar ninguém. Não culpo ninguém. Mas, por exemplo, eu tenho numa Academia um Capelão que conseguiu organizar, uma vez por outra, uma reunião à noite. Para discutir a televisão, cinema, política, etc. Conseguiu cativar e conjugar o interesse das pessoas. Isto é sempre um empenho partilhado. Isto devia ser sempre motivado pelo Capelão. Tudo é possível. Recordemos, por exemplo, que estive lá no IMPE um Capelão com muita categoria e que, actualmente, é até o Provincial dos Jesuítas. O Nuno Gonçalves foi para Roma, doutorou-se, foi o Director da Faculdade de Filosofia de Braga e agora foi votado para Provincial dos Jesuítas. Ele fez o Serviço Militar Obrigatório e esteve ali dois anos, no IMPE, onde, na altura, o Director era um homem católico. O Padre João Pimentel, no seu tempo, conseguiu atingir bons resultados devido ao seu zelo, e o Padre Nuno também estava com essa mesma intenção, mas nem sempre é fácil conjugar as intenções religiosas

com aquilo que são as restrições naturais de um comando hierárquico ou outras limitações decorrentes da organização castrense. O Padre João Pimentel teve o mérito de se esforçar e de conseguir ir mais à frente. Se porventura o Padre Nuno tentou ir pelo caminho da Direcção no sentido de atingir os objectivos de educação religiosa no Instituto, por outro lado, o Padre Pimentel escolheu o caminho dos alunos. Eu penso que ao ter escolhido ir pelo caminho dos alunos, com eles e para eles, o Padre Pimentel fez uma escolha que se veio a verificar mais profícua.”

4. O ensino religioso nos EMEns deveria ser mais intenso ou parece-lhe ser satisfatório, quando comparado com o de escolas similares? E quando comparado com o de escolas civis?

R: “- *Eu acho que o que deveria ser mais intenso era o ensino religioso mas com uma componente humana muito forte. Quando hoje nós falamos em valores referenciais, quando nós apelamos numa Unidade Militar para o espírito de corpo e quando nós falamos para o sentido fraterno das pessoas, não podemos deixar de ter em conta que existem invejas nas promoções, que existem injustiças, que existem os desajustes que não podem agradar a todos e que o militar vive uma condição económica infelizmente injusta. Eu tenho-o dito publicamente. Por outro lado, eu começo a sentir os próprios materialismos a ganharem terreno. Se existem alguns militares que ficam nos quartéis após o seu trabalho diário, dito normal, outros há que, numa demanda muitas vezes individual e sem apoios da Instituição Militar, vão estudar e valorizam-se. Outros militares optam por ter segundos empregos, pois as despesas familiares a isso cada vez mais obrigam, perante os salários que vencem. Por todos estes aspectos, é importante que haja ali, nas UEO, alguém a fazer a ponte entre os valores referenciais e até religiosos e entre a realidade do quotidiano.”*

- 4.1. E no que concerne ao ensino religioso, entende que nos Pupilos do Exército e nos EMEns, este ensino é mais intenso que nas escolas similares e nas escolas em geral?

R: “- *Existem escolas de inspiração religiosa que estão mais vocacionadas para esse ensino religioso, mas claramente, quando se comparam os EMEns com as escolas civis em geral, aí, os EMEns têm um ensino religioso muito mais intenso que nas outras escolas. Isso é inegável. Repare David, eu tenho pena e de facto, espero que o seu trabalho desperte e vá motivar as pessoas, não só no IMPE mas em geral, para estas e outras questões, como a Cidadania e até as Tradições, por exemplo. Deve haver lugar a espaços formativos. O Capelão tem de ser pró-activo. Isto depende tudo muito da pessoa. Tem de haver tempo para tocar nestas e*

noutras matérias. O Padre Rui é também uma pessoa com imenso jeito e é dos grandes Capelães que nós temos aí. Como já o entrevistou, também já o conhece pessoalmente.”

5. Qual é e como encara o grau de participação nas cerimónias religiosas praticadas nos EMEns?

R: “- A desproporção que eu encontro no ensino religioso num grande número de UEO, é que nós só temos, em primeiro lugar, aquilo que em linguagem de Igreja chamamos de Culto: Missa (a Celebração da Eucaristia), etc. São motivos litúrgicos aos quais se colam, coincidem com a Liturgia ou até dão origem à Liturgia. Por exemplo, se vem aí o Natal, pensa-se logo em rezar uma Missa para o efectivo da UEO. Por exemplo, morreu o avô de um elemento da UEO. Pensa-se celebrar uma missa em sua honra e vêm muitos elementos da UEO prestar o seu respeito e condolências, sobretudo pela amizade. É o acontecimento. Ora, o que eu tenho procurado dizer aos Capelães é que antes da Liturgia há uma informação e uma formação. Há um trabalho por trás. Portanto, há uma forma de mentalização, é o responder a dúvidas. É o que o Padre João Pimentel fazia. Eu fiquei muito admirado e até cheguei inclusivamente a pedir-lhe para vir até falar aos outros Capelães. É evidente que não é preciso dizer a ninguém que uma determinada pessoa está a fazer um bom trabalho; as pessoas são boas entendedoras e percebem. O Padre João Pimentel veio falar-lhes. O que se passava é que ele tinha um trabalho individual junto deste, junto daquele, e enfim, era quase sempre fora de horas. E a pessoa aí vai-se mentalizando e motivando, e depois consegue criar ali um patamar de encontro. Actualmente, eu tenho a impressão que aquilo está muito frágil. Até neste particular: nestes últimos anos, tinha-se conseguido uma cerimónia de Benção das Pastas para o IMPE. Conseguiu-se isso. Já não é do seu tempo, como sabe. Encontravam-se as famílias, iam os Professores, etc. Para aquilo ter mais impacto, o Capelão da altura convidava o Bispo das Forças Armadas e de Segurança. Ora, isso desapareceu, pelo menos nestes moldes. Não houve lugar a mais convites nesse âmbito, desde há pelo menos uns três anos a esta parte. Quer dizer, a cerimónia continuou, mas noutros enquadramentos. Eu considero isto um empobrecimento, porque nós reuniamo-nos e, vamos lá ver, havia uma maior projecção entre nós, digamos assim, um maior impacto do evento. Por exemplo, hoje houve uma cerimónia de Crisma fora do IMPE e estavam nessa cerimónia alguns alunos do Instituto. O que é certo é que eu há alguns anos que não vou ao IMPE. E na verdade, não era necessário muito para que isso acontecesse. Basta haver um convite nesse sentido, seja para uma visita, uma cerimónia ou até uma conversa ou em encontro. Seria uma forma de eu ir lá, mas não se tem conseguido isso. Eu não estou desanimado mas não lhe

posso mentir. Eu acho que numa Casa que fomenta a formação, o saber, o estudo e os grandes valores, todos não somos demais. E eu tenho um grande respeito e amizade pelo IMPE, assim como pelo Colégio Militar. Conto-lhe só isto. Eu tenho um elemento que está no Algarve, na GNR, que nunca diz que quer uma visita pastoral. Pergunta-me sempre se eu aceito o esquema que ele propuser. E eu digo-lhe sempre que tudo o que ele quiser organizar, pois ele é que conhece e assim até me ajuda. O Bispo, o General, deve ouvir o Oficial. 'Aqui resulta isto'. Eu costumo pôr assim nas mãos, de um modo geral, mas vejo que tenho sempre poucas sugestões. E este Sacerdote teve. Por exemplo, neste sentido, eu estive três horas a responder a perguntas, a ver o entusiasmo e a disponibilidade das pessoas para o encontro. Depois houve um almoço, onde se aproveitou para confraternizar mais um pouco, conhecendo outras pessoas desde a professores, a demais funcionários, etc. Achei ainda muito interessante, depois, antes das pessoas se irem embora por volta das 17 horas, que entre as 15 horas e a hora da saída, fomos cumprimentar de mão, todas as pessoas. Todos os sectores dos trabalhadores. Fomos aos empregados, aos funcionários da cozinha, etc. Dizia-me: '- Vamos começar pelos mais pobres, vamos à cozinha, vamos ao Sr. que varre o jardim, vamos aos empregados, vamos à Secretaria, vamos cumprimentar os Professores, etc.' É isto que é preciso, ter o contacto com as pessoas, ouvi-las, fazer um ou outro reparo, constatar a sua alegria, escutar as suas palavras, enfim, uma imensidão de coisas que acabam por ser muito importantes. E isto tem-se perdido, ficando de pé quase apenas aquilo que é o institucional ou, se quiser, o protocolar. Nós estamos a entrar na rotina e isto pode ficar, se não é já, um corpo sem alma."

6. As cerimónias religiosas no âmbito militar reflectem deliberadamente as tradições e os valores da Instituição Castrense e, no caso específico, dos EMEnS?

R: *"- Eu acho que sim, mas era preciso um conteúdo que não fosse rotineiro. E eu via que se houvesse uma preparação intelectual, formativa, um diálogo aberto sobre tudo aquilo que se vai passar e uma preparação actualizada daquilo que se vai viver. Porque se não, um indivíduo vai viver forçosamente as tradições do calendário. A tradição não é morte, é vida. As gerações, a continuidade, os valores da amizade, os antigos, os modernos, os objectivos, etc. Isto é vivido, mas para ser vivido tem de ser verbalizado. Eu tenho a impressão que se tem esfumado este ensino religioso e até cultural. Mesmo até a articulação do Capelão entre uma perspectiva de temática religiosa ou entre até temáticas religiosas (devido a esta floresta de religiões e de diálogo inter-religioso na actualidade), porque várias religiões*

existem e os nossos militares nas FND deparam-se com essa realidade todos os dias: o Judaísmo, o Islamismo, etc. Haver aqui um diálogo é muito importante e ao mesmo tempo, o Capelão teria de ter aqui as suas aulas de ética, de cidadania, de temas inter-disciplinares, onde tentasse articular os conteúdos actuais de fenómenos religiosos com outras ciências, como a Biologia ou outras. Hoje em dia discute-se a vida e discutem-se os seus problemas, o aborto, a eutanásia, os casamento homossexuais, tudo isto é possível de ser articulado, ainda que compreenda que são temas difíceis. Mas são temas que andam na ordem do dia e o Capelão podia articulá-los, porque o fenómeno religioso é também um fenómeno de cultura e um fenómeno de saber. Muitas das coisas e frases que as pessoas ouvem não passam de slogans da opinião pública. Nós temos um clima óptimo no IMPE e no CM, mas eu dou-me conta que isso só não chega. É preciso o empenho de todos, porque todos somos poucos para nessa tarefa de educar os jovens da actualidade.”

2. OS INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO

2.1. Modelo aplicado aos Alunos do IMPE

QUESTIONÁRIO

Caro(a) Aluno(a) do Instituto,

Este questionário insere-se no âmbito de uma investigação académica sobre o Instituto Militar dos Pupilos do Exército, e destina-se aos estudantes do IMPE que frequentam os seguintes anos lectivos:

- 9.º e 12.º anos de escolaridade
- 3.º ano dos Cursos Superiores

As suas respostas são essenciais para levar o meu estudo a bom termo e serão tratadas com a máxima confidencialidade.

Por favor, não se identifique nem assinhe as folhas do questionário.

Os dados pedidos no fim destinam-se exclusivamente a tratamento estatístico e não permitirão qualquer identificação individual no estudo.

Em cada afirmação que encontrar, peço-lhe que indique o seu grau de concordância.

Para o fazer, assinale com um **X** uma (e apenas uma) das seguintes opções:

- 1 - Concordo totalmente
- 2 – Concordo
- 3 - Hesitante ou indeciso
- 4 – Discordo
- 5 - Discordo totalmente

----- **MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO** -----

		Grau de Concordância				
		1	2	3	4	5
Relativamente aos Alunos Graduados, entende que:						
1	As nomeações para as funções de Aluno Graduado são realizadas de forma correcta e imparcial.					
2	Os Alunos Graduados têm, na sua generalidade, qualidades para comandar, dirigir e coordenar os diferentes agrupamentos de alunos (Secções, Pelotões, Companhias, Batalhão e outros efectivos eventuais).					
3	Os Alunos Graduados são essenciais para o bom funcionamento da cadeia de comando.					
4	Os Alunos Graduados são privilegiados em relação aos restantes estudantes.					
5	A execução das tarefas ligadas com os deveres de comando, implica menos disponibilidade dos Alunos Graduados para estudar, praticar desportos e outras actividades de complemento e de lazer, porque têm menos tempo livre para os seus afazeres pessoais.					
6	O desempenho das funções de comando, proporciona a oportunidade de despertar eventuais vocações para uma futura carreira militar nestes alunos.					
7	Os Alunos Graduados têm responsabilidades acrescidas perante os outros estudantes, não só perante aqueles que estão sob o seu comando directo, mas também perante os outros, porque têm que agir permanentemente pelo exemplo.					
8	As insígnias dos Alunos Graduados são bem identificadas pelos alunos não graduados, assim como pelos militares e civis que prestam serviço no IMPE.					
No que diz respeito aos alunos em geral (sejam estes Alunos Graduados ou Alunos não graduados) e ao IMPE, entende que:						
9	O aluno do IMPE sente-se orgulhoso de pertencer a esta Escola.					
10	O IMPE gera normas éticas relativas à identidade pílónica que são observadas por todos (alunos e professores, militares e civis).					
11	A sua família teve influência determinante na opção de se ter candidatado a aluno do IMPE.					
12	O actual uniforme interno dos alunos é adequado e responde às necessidades.					
13	O actual uniforme externo dos alunos projecta uma imagem positiva do IMPE.					
14	Existe um culto da camaradagem no Instituto que se projecta desde os primeiros dias dos alunos na escola, tendo como ponto de partida formal a Cerimónia do Apadrinhamento e o Abraço ao Batalhãozinho.					

	Grau de Concordância				
	1	2	3	4	5
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					

Os alunos deveriam ter mais contacto com o exterior (outras escolas, entidades públicas e privadas, intercâmbios escolares, visitas de estudo), pois o contacto com a sociedade civil é insuficiente (mesmo tendo em conta as saídas semanais autorizadas).

As relações informais de pertença e de poder estão bem definidas no seio da comunidade estudante, nomeadamente no conhecimento e no respeito pela hierarquia de Alunos Graduados e pelas antiguidades relativas, como a figura do "aluno mais velho".

Existem praxes académicas no IMPE, mas há um controlo ético entre os diversos alunos no sentido de se evitarem alguns abusos ou excessos que ocorreram no passado.

As tradições do IMPE são bem conhecidas e os alunos interessam-se em defendê-las.

Como Escola que faz a ponte entre o ambiente civil e militar, o IMPE contribui para que a experiência da cidadania nos seus alunos seja mais profícua que nas outras escolas.

A formação religiosa no IMPE assume relevância na vida dos estudantes.

Relativamente às Actividades de Complemento Curricular (ACC), sejam estas de índole desportiva ou cultural, pode dizer-se que embora em menor número que no passado, são satisfatoriamente diversificadas.

A nível institucional, as ACC projectam de forma significativa a imagem do IMPE para o exterior, dignificando-o (como seja pela participação do IMPE em campeonatos, exibições desportivas e outros eventos festivos).

O IMPE projecta uma imagem de prestígio para o exterior, porque a avaliação que a sociedade faz do Instituto é positiva, reconhecendo-o como uma escola de elite.

A imagem dos diferentes membros do IMPE (alunos, antigos alunos, educadores militares e civis) é forte e reflecte-se nas relações que estes elementos têm entre eles e com a sociedade em geral.

O IMPE, pelo seu percurso desde a fundação em 1911, é uma instituição importante no contexto da socialização cívica, política e militar em Portugal.

O Instituto tem a preocupação dominante de formar o carácter dos alunos, cultivando-lhes sentimentos patrióticos e iniciando-os na prática dos valores militares, independentemente de seguirem ou não, a carreira militar.

O Instituto inculca o gosto pela disciplina e a criação do espírito de decisão, lealdade e responsabilidade, de obediência e sacrifício.

Um aluno do IMPE pode ter expectativas altas quanto à sua carreira profissional, porque o Instituto é uma escola de referência.

O IMPE ainda se depara com dificuldades sobre a continuidade da sua existência.

O regime de Externato é mais adequado do que o Internato à vida académica e militar dos alunos.

	Grau de Concordância				
	1	2	3	4	5
31	O regime de Internato é mais adequado do que o Externato à vida académica e militar dos alunos.				
32	Os dois regimes (Internato e Externato) complementam-se e devem existir em simultâneo.				
33	A formação civil ministrada no IMPE está adequada à sua missão.				
34	A formação civil deve ser maximizada, com mais tempos escolares.				
35	A formação civil deve ser reduzida, porque a carga horária é excessiva.				
36	A formação militar ministrada no IMPE está adequada à sua missão.				
37	A formação militar deve ser maximizada, com mais tempos escolares.				
38	A formação militar deve ser reduzida, porque a carga horária é excessiva.				
39	O IMPE deve continuar a existir como escola militar, ainda que reorganizado, porque responde a lacunas formativas do Colégio Militar (CM) e mesmo do Instituto de Odivelas (IO).				
40	O IMPE deve ser privatizado, mantendo contudo a referência aos valores militares e sendo fiel à sua história e tradições.				
41	O IMPE deve ser extinto, pois não se enquadra no ensino contemporâneo e já existem no quadro nacional outras escolas análogas como o CM e o IO que são suficientes.				
42	O IMPE deve ser integrado com os outros Estabelecimentos Militares de Ensino (CM e IO), sendo que a futura Instituição de Ensino a criar, deve conservar necessariamente as tradições de cada uma das três escolas originais, mas ter uma designação distinta.				

DADOS PESSOAIS (destinados exclusivamente a tratamento estatístico)

Qual o Ano Lectivo/Curso que frequenta? _____

Sexo (M/F): _____

Idade: _____ anos

Regime de Internato/Externato (I/E): _____

Aluno Graduado (S/N): _____

Residência: Localidade _____ Concelho _____ Distrito _____

Qual a profissão dos pais? Pai _____ Mãe _____

É órfão? (S/N) Se afirmativo, é órfão de Pai e/ou Mãe?: _____

Quantos elementos compõem o seu agregado familiar, incluindo a sua pessoa? _____

Tem outros familiares que frequentam ou frequentaram o IMPE? (S/N) _____ Se afirmativo, quem? _____

Participa activamente ao nível associativo e organizativo além IMPE (exemplos: escuteiros, associações desportivas, colectividades, etc.) (S/N) _____

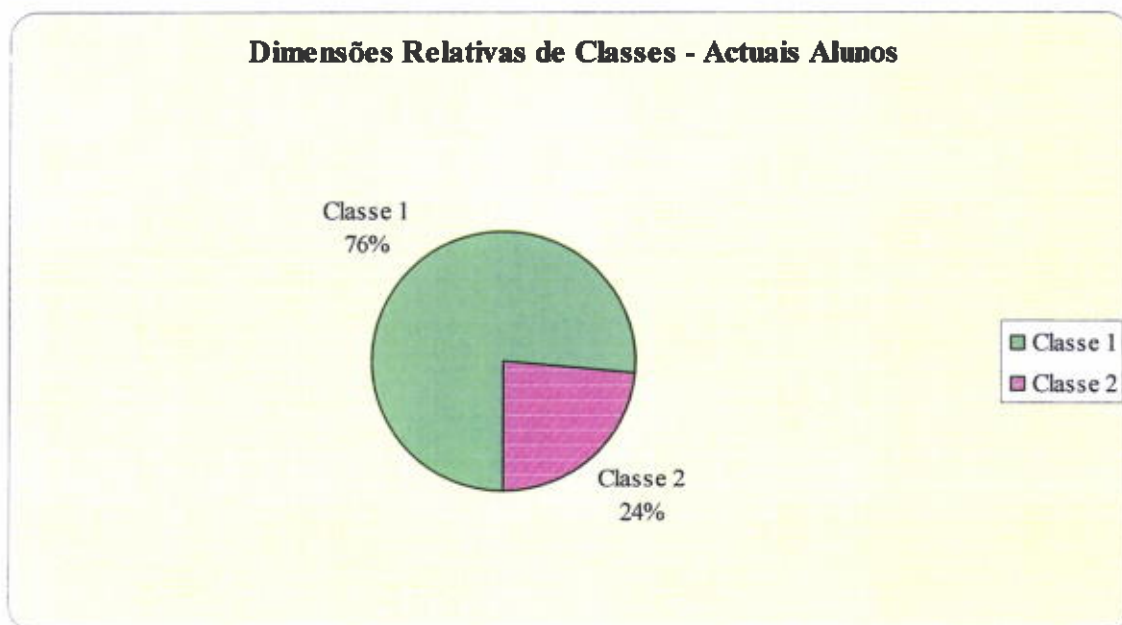
Se afirmativo na última resposta, participa em qual/quais organizações? _____

Pretende seguir uma carreira Civil, Militar ou Forças de Segurança? (C, M, FS) _____

----- **MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO** -----

2.1.1. Resultados Globais: Dimensões Relativas de Classes

ACTUAIS ALUNOS		
	Classe 1	Classe 2
Dimensões Relativas de Classes	0,7638	0,2362



2.1.2. Resultados Globais: Probabilidades Condicionais

2.1.2.1. As Covariáveis

ACTUAIS ALUNOS		
Covariáveis	Classe 1	Classe 2
Idade 14-16	0,0232	0,6172
Idade 17	0,2556	0,0000
Idade 18-19	0,3494	0,1514
Idade 20	0,1394	0,1543
Idade 21-24	0,2324	0,0772
Média Ponderada	18,9769	16,8393
Regime de Internato	0,7213	0,6138
Regime de Externato	0,2787	0,3862
Aluno Graduado	0,2091	0,0000
Aluno Não Graduado	0,7909	1,0000
Loc. Alenquer	0,0232	0,0000
Loc. Almada	0,0232	0,0000
Loc. Castelo Branco	0,0232	0,0000
Loc. Coimbra	0,0232	0,0000
Loc. Faro	0,0232	0,0000
Loc. Funchal	0,0000	0,0772
Loc. Leiria	0,0465	0,0772
Loc. Lisboa	0,6747	0,6914
Loc. Santarém	0,0697	0,0000
Loc. Seixal	0,0232	0,0000
Loc. Setúbal	0,0697	0,0772
Loc. Sintra	0,0000	0,0772
Pai Militar	0,3253	0,5400
Pai Civil	0,3959	0,3055
Pai F. de Seg.	0,2788	0,1544
Órfão	0,0929	0,0000
Não Órfão	0,9071	1,0000
Agreg. Fam. 0	0,0000	0,0772
Agreg. Fam. 2	0,0232	0,0000
Agreg. Fam. 3	0,2787	0,0776
Agreg. Fam. 4	0,5112	0,2315
Agreg. Fam. 5	0,1404	0,4595
Agreg. Fam. 6	0,0232	0,0000
Agreg. Fam. 8	0,0232	0,0000
Agreg. Fam. 14	0,0000	0,0772
Agreg. Fam. 15	0,0000	0,0772
Outros Fam. IMPE/S	0,2788	0,1543
Outros Fam. IMPE/N	0,7212	0,8457
Part. Ass. Ext. IMPE/S	0,3253	0,3087
Part. Ass. Ext. IMPE/N	0,6747	0,6913
Carreira Fut. Militar	0,2788	0,3087
Carreira Fut. Civil	0,6284	0,5366
Carreira Fut. F. de Seg.	0,0928	0,1547

2.1.2.2. As Variáveis

ACTUAIS ALUNOS		
Indicadores	Classe 1	Classe 2
V1-1	0,3022	0,0813
V1-2	0,3209	0,1720
V1-3	0,1933	0,2065
V1-4	0,1128	0,2401
V1-5	0,0708	0,3003
V2-1	0,4215	0,0732
V2-2	0,4375	0,2485
V2-3	0,0743	0,1379
V2-4	0,0569	0,3453
V2-5	0,0098	0,1950
V3-1	0,8084	0,0319
V3-2	0,1910	0,4407
V3-3	0,0005	0,0738
V3-4	0,0000	0,2267
V3-5	0,0000	0,2268
V4-1	0,1655	0,4476
V4-2	0,2514	0,3212
V4-3	0,2561	0,1547
V4-4	0,2148	0,0613
V4-5	0,1122	0,0151
V5-1	0,1689	0,0587
V5-2	0,2974	0,1723
V5-3	0,2881	0,2781
V5-4	0,1562	0,2511
V5-5	0,0895	0,2398
V6-1	0,3393	0,1882
V6-2	0,3375	0,2695
V6-3	0,1207	0,1388
V6-4	0,1083	0,1791
V6-5	0,0942	0,2245
V7-1	0,5776	0,2490
V7-2	0,3200	0,3261
V7-3	0,0804	0,1937
V7-4	0,0085	0,0482
V7-5	0,0136	0,1829
V8-1	0,6712	0,4754
V8-2	0,2084	0,2333
V8-3	0,0755	0,1337
V8-4	0,0251	0,0701
V8-5	0,0197	0,0874
V9-1	0,8498	0,2002
V9-2	0,1186	0,1455
V9-3	0,0236	0,1506
V9-4	0,0062	0,2067
V9-5	0,0017	0,2969
V10-1	0,6974	0,0884
V10-2	0,2772	0,3132
V10-3	0,0227	0,2289

V10-4	0,0024	0,2189
V10-5	0,0002	0,1506
V11-1	0,3858	0,2646
V11-2	0,3469	0,3147
V11-3	0,1023	0,1227
V11-4	0,0941	0,1493
V11-5	0,0709	0,1487
V12-1	0,4818	0,0296
V12-2	0,3840	0,1190
V12-3	0,0946	0,1477
V12-4	0,0273	0,2143
V12-5	0,0124	0,4893
V13-1	0,7294	0,2874
V13-2	0,2045	0,2459
V13-3	0,0548	0,2009
V13-4	0,0052	0,0587
V13-5	0,0061	0,2072
V14-1	0,6063	0,2317
V14-2	0,3072	0,2918
V14-3	0,0405	0,0957
V14-4	0,0332	0,1950
V14-5	0,0127	0,1857
V15-1	0,5476	0,6485
V15-2	0,1989	0,1884
V15-3	0,0947	0,0718
V15-4	0,1181	0,0716
V15-5	0,0407	0,0197
V16-1	0,2666	0,0452
V16-2	0,5454	0,2776
V16-3	0,1271	0,1940
V16-4	0,0387	0,1772
V16-5	0,0223	0,3060
V17-1	0,6167	0,0469
V17-2	0,2664	0,1213
V17-3	0,1015	0,2766
V17-4	0,0116	0,1893
V17-5	0,0037	0,3659
V18-1	0,7531	0,0595
V18-2	0,2318	0,3089
V18-3	0,0147	0,3305
V18-4	0,0004	0,1499
V18-5	0,0000	0,1511
V19-1	0,5846	0,2263
V19-2	0,3189	0,3297
V19-3	0,0757	0,2090
V19-4	0,0143	0,1051
V19-5	0,0066	0,1299
V20-1	0,0176	0,0188
V20-2	0,1592	0,1655
V20-3	0,3383	0,3425
V20-4	0,2866	0,2827
V20-5	0,1983	0,1905
V21-1	0,1923	0,1342

V21-2	0,3866	0,3374
V21-3	0,2447	0,2670
V21-4	0,1151	0,1570
V21-5	0,0612	0,1044
V22-1	0,6075	0,2279
V22-2	0,3036	0,3036
V22-3	0,0641	0,1708
V22-4	0,0146	0,1039
V22-5	0,0102	0,1938
V23-1	0,5692	0,1251
V23-2	0,2854	0,2113
V23-3	0,1188	0,2963
V23-4	0,0195	0,1638
V23-5	0,0072	0,2036
V24-1	0,2645	0,0518
V24-2	0,5494	0,3403
V24-3	0,1601	0,3138
V24-4	0,0160	0,0994
V24-5	0,0099	0,1947
V25-1	0,6835	0,2088
V25-2	0,2862	0,3599
V25-3	0,0270	0,1396
V25-4	0,0000	0,0000
V25-5	0,0033	0,2917
V26-1	0,4290	0,2002
V26-2	0,4985	0,5047
V26-3	0,0557	0,1223
V26-4	0,0000	0,0000
V26-5	0,0167	0,1728
V27-1	0,6263	0,0159
V27-2	0,3702	0,4661
V27-3	0,0034	0,2157
V27-4	0,0000	0,0755
V27-5	0,0000	0,2268
V28-1	0,5839	0,3042
V28-2	0,2842	0,2907
V28-3	0,0865	0,1738
V28-4	0,0316	0,1246
V28-5	0,0138	0,1067
V29-1	0,3466	0,5424
V29-2	0,3637	0,3360
V29-3	0,1400	0,0764
V29-4	0,1276	0,0411
V29-5	0,0221	0,0042
V30-1	0,0567	0,3459
V30-2	0,0360	0,1104
V30-3	0,1266	0,1954
V30-4	0,1131	0,0878
V30-5	0,6676	0,2605
V31-1	0,7546	0,2058
V31-2	0,1668	0,1411
V31-3	0,0387	0,1016
V31-4	0,0266	0,2164

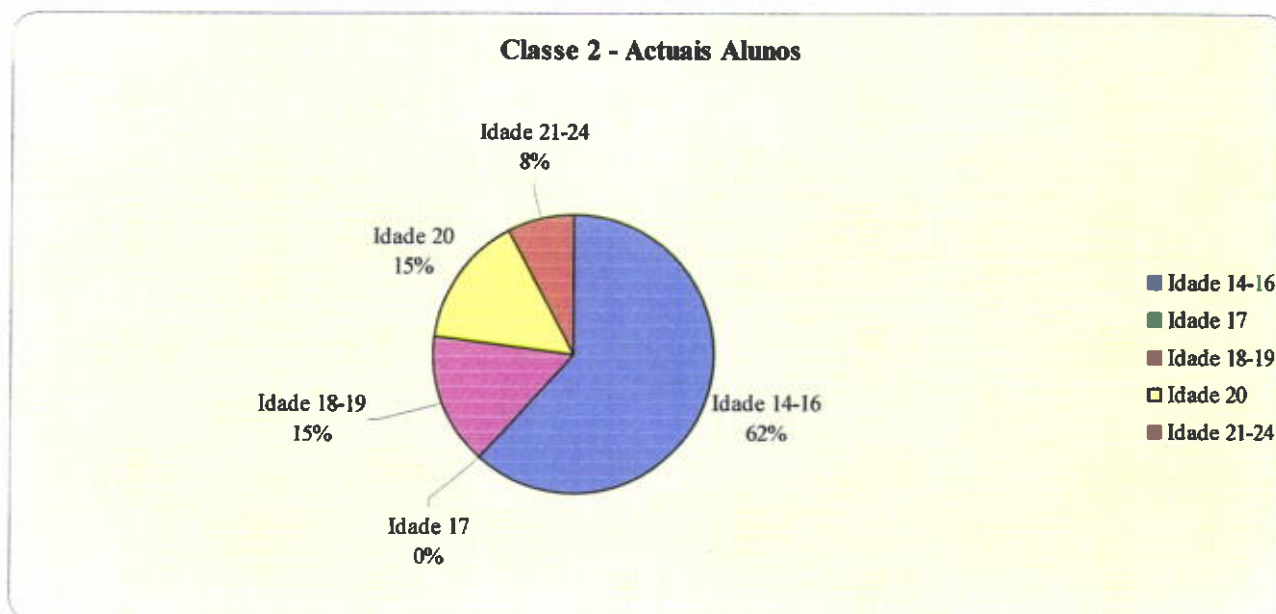
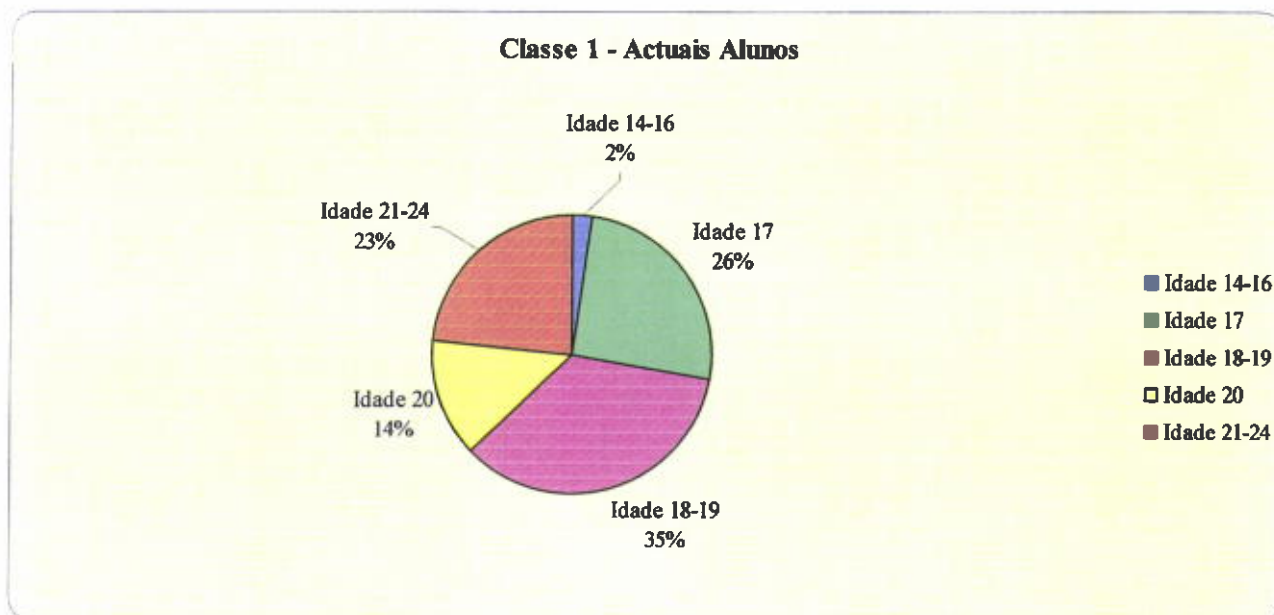
V31-5	0,0133	0,3351
V32-1	0,0786	0,1239
V32-2	0,1497	0,1965
V32-3	0,1922	0,2101
V32-4	0,2007	0,1826
V32-5	0,3789	0,2869
V33-1	0,1971	0,0429
V33-2	0,5125	0,3084
V33-3	0,2470	0,4109
V33-4	0,0386	0,1776
V33-5	0,0047	0,0603
V34-1	0,0810	0,0403
V34-2	0,1556	0,1016
V34-3	0,2957	0,2534
V34-4	0,2429	0,2731
V34-5	0,2248	0,3316
V35-1	0,2799	0,5315
V35-2	0,2271	0,2486
V35-3	0,2152	0,1358
V35-4	0,1681	0,0611
V35-5	0,1098	0,0230
V36-1	0,1626	0,0033
V36-2	0,5317	0,0949
V36-3	0,2825	0,4472
V36-4	0,0219	0,3073
V36-5	0,0012	0,1474
V37-1	0,0386	0,0265
V37-2	0,2437	0,1947
V37-3	0,2544	0,2359
V37-4	0,2105	0,2267
V37-5	0,2529	0,3162
V38-1	0,1270	0,4208
V38-2	0,0921	0,1559
V38-3	0,1844	0,1596
V38-4	0,3702	0,1638
V38-5	0,2185	0,0494
V39-1	0,6724	0,2447
V39-2	0,2514	0,2455
V39-3	0,0517	0,1353
V39-4	0,0074	0,0518
V39-5	0,0171	0,3227
V40-1	0,4500	0,2838
V40-2	0,2751	0,2444
V40-3	0,1180	0,1476
V40-4	0,0908	0,1600
V40-5	0,0661	0,1641
V41-1	0,0002	0,3775
V41-2	0,0003	0,0747
V41-3	0,0023	0,0683
V41-4	0,0224	0,0788
V41-5	0,9749	0,4008
V42-1	0,0772	0,4308
V42-2	0,1267	0,1951

V42-3	0,0935	0,0756
V42-4	0,0000	0,0000
V42-5	0,7026	0,2985

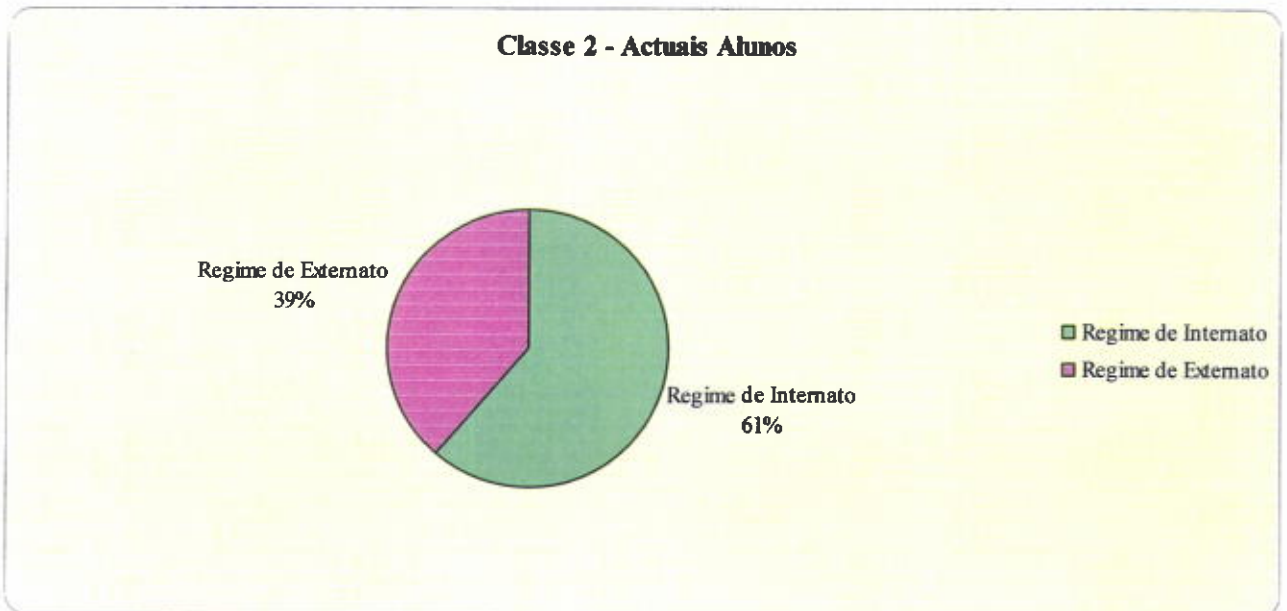
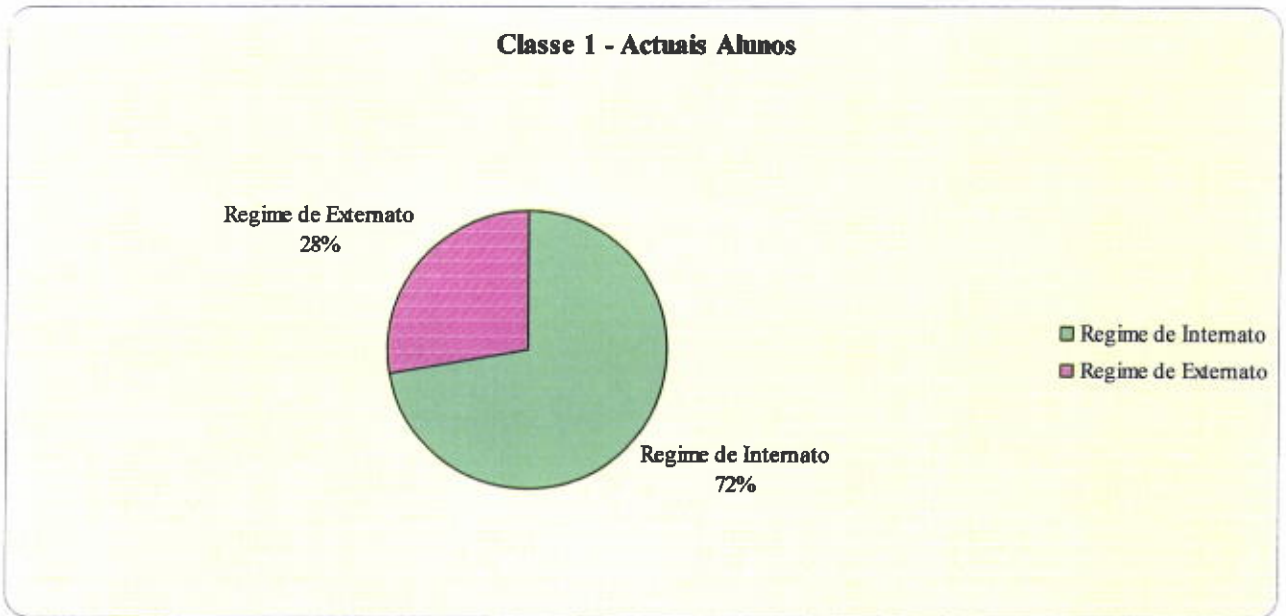
2.1.3. Resultados em Detalhe: Probabilidades Condicionais

2.1.3.1. As Covariáveis

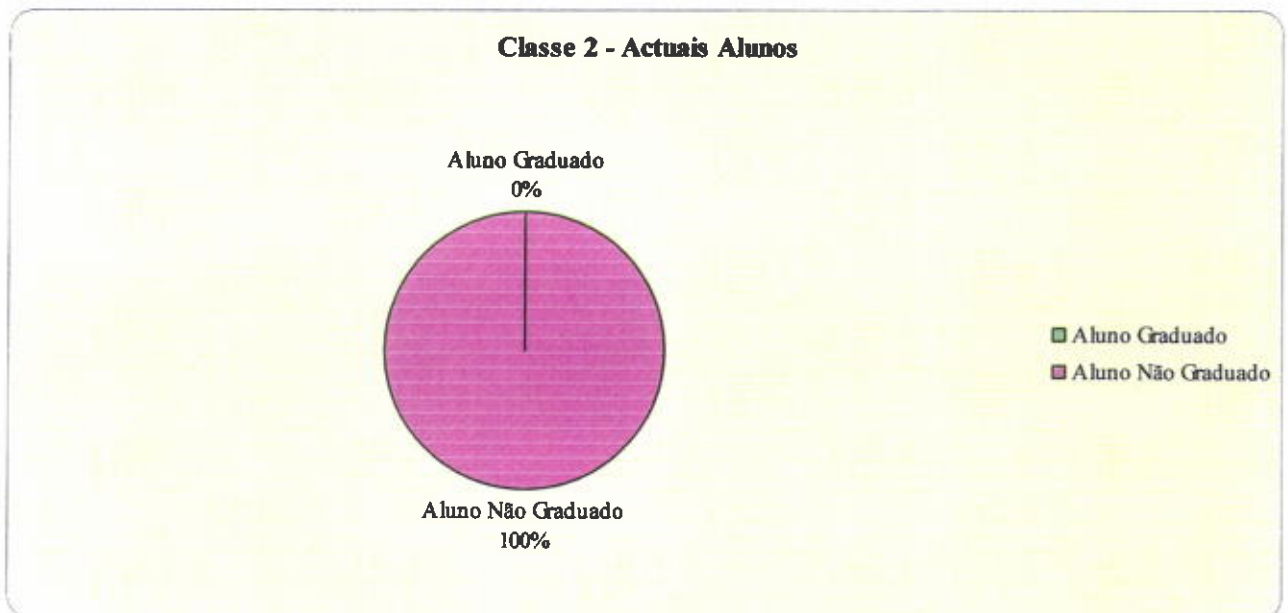
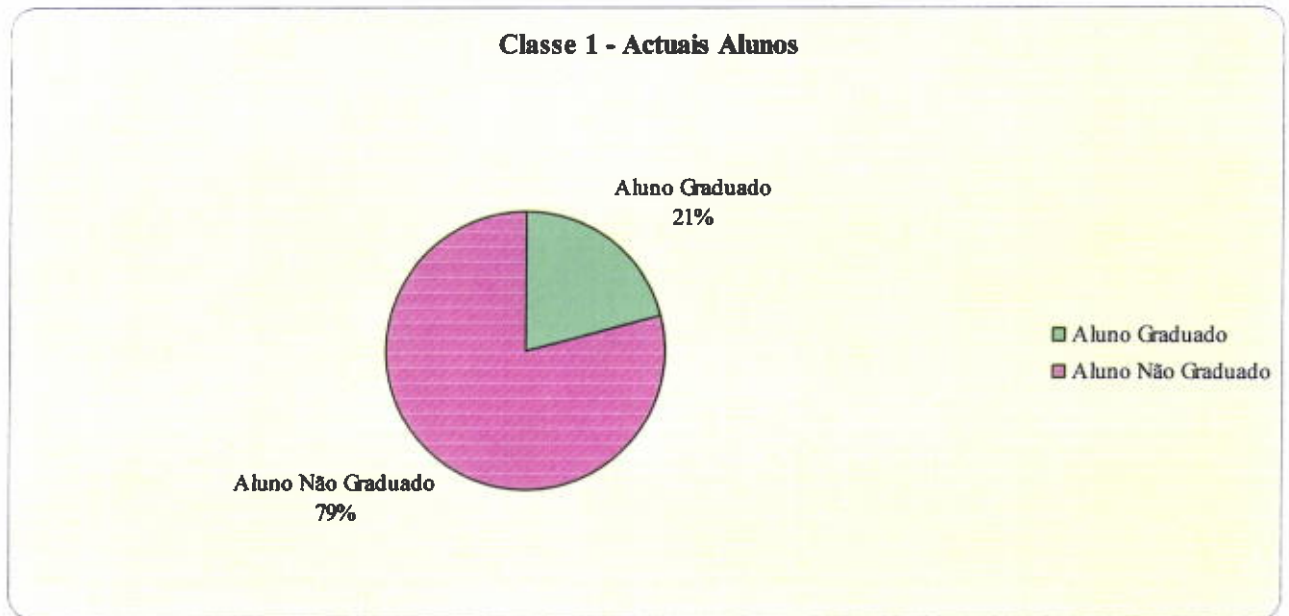
Covariável: Idade



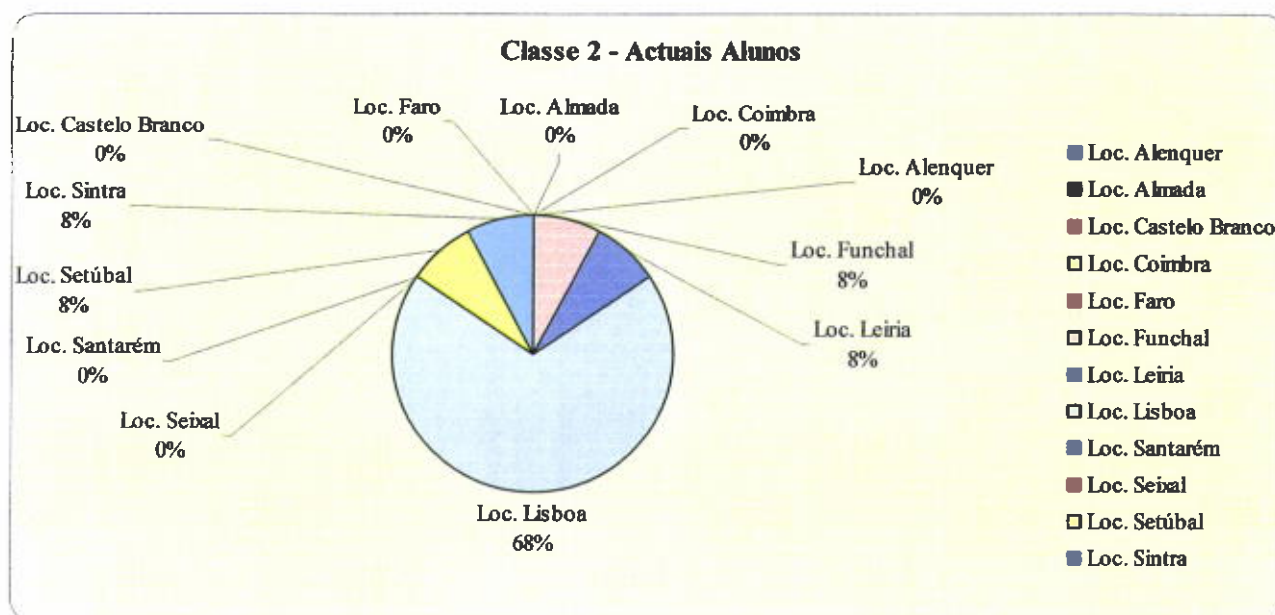
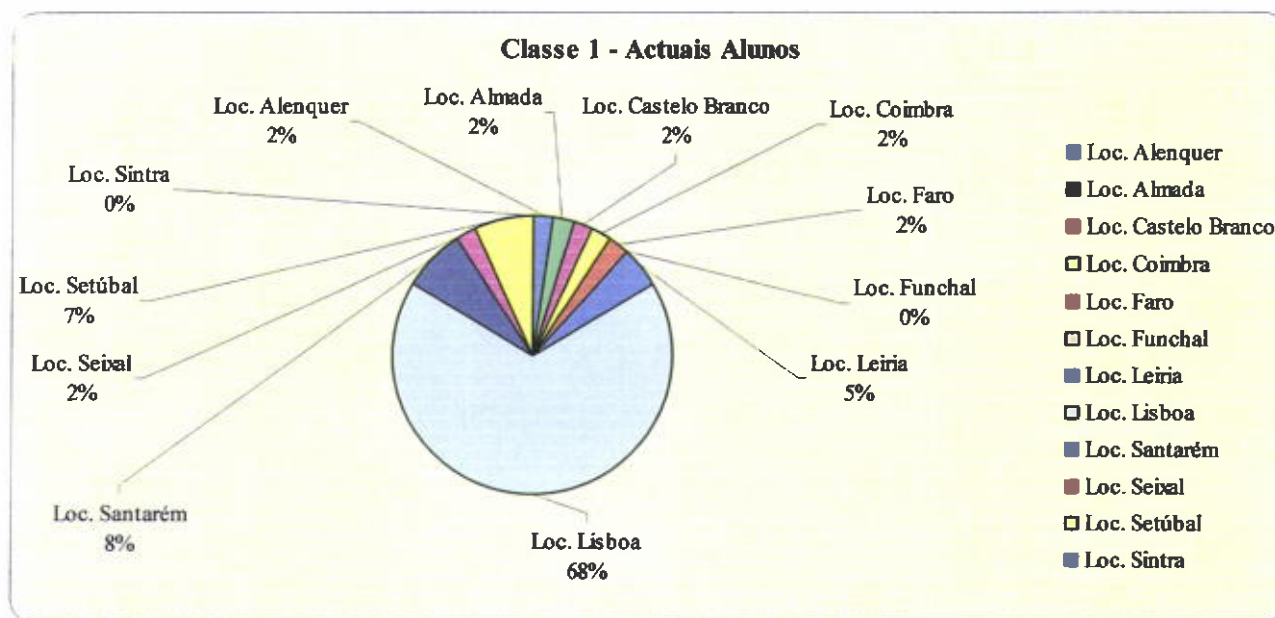
Covariável: Regime de Frequência



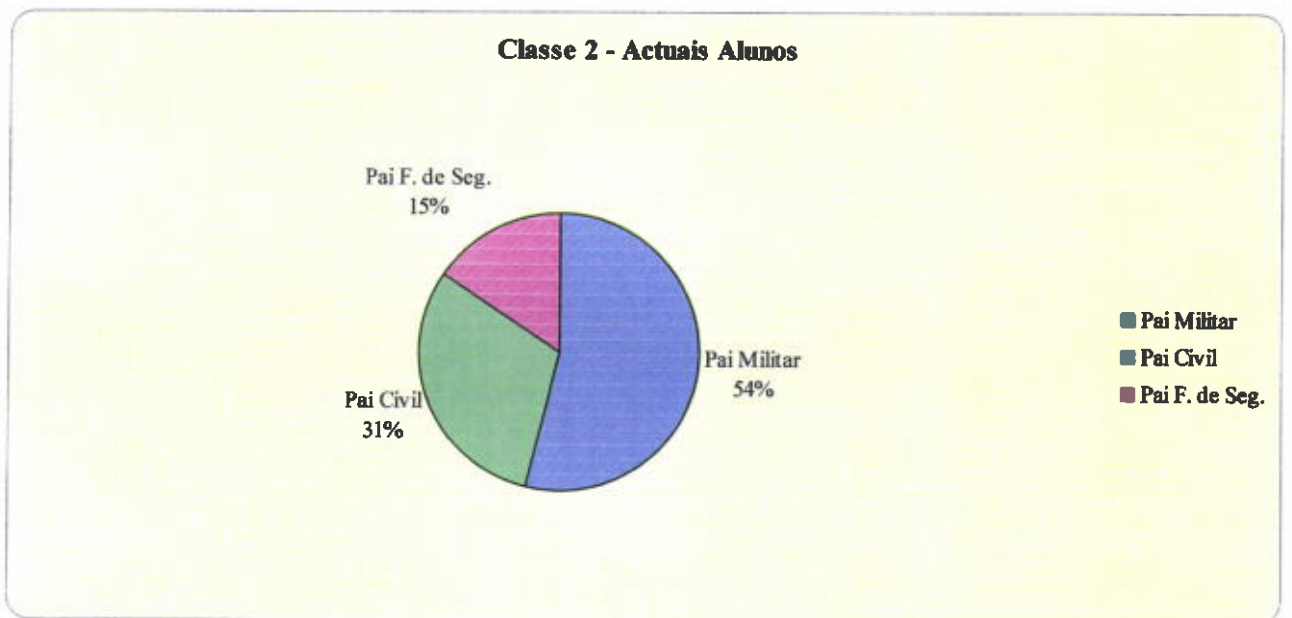
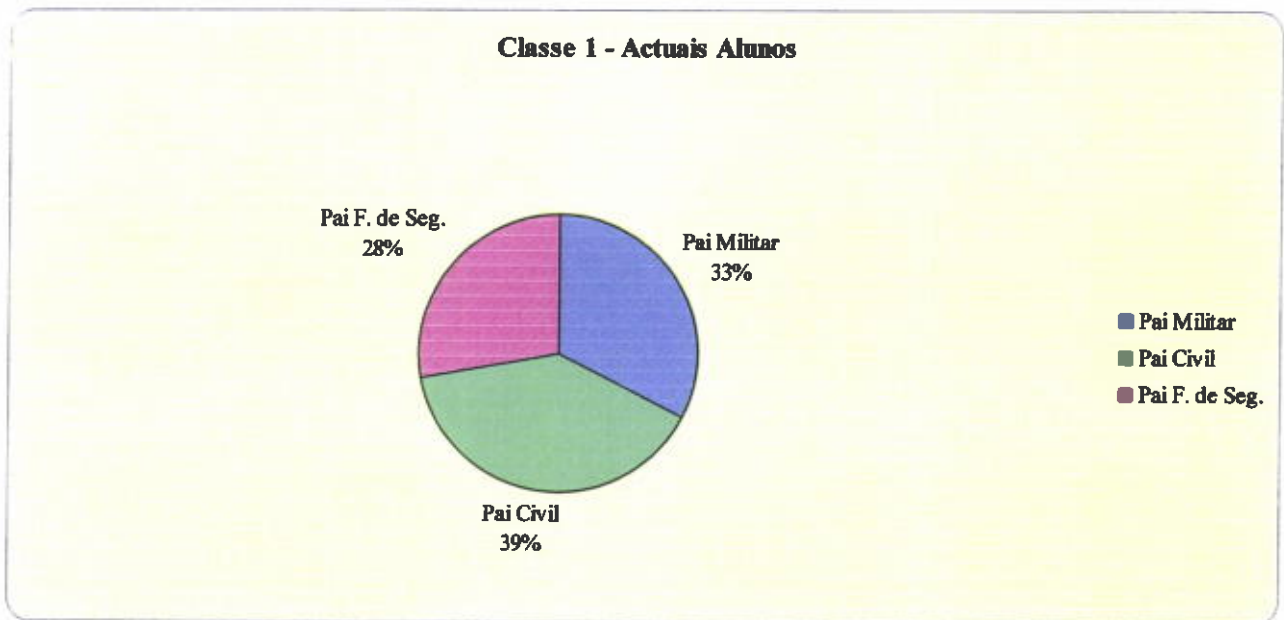
Covariável: Graduação



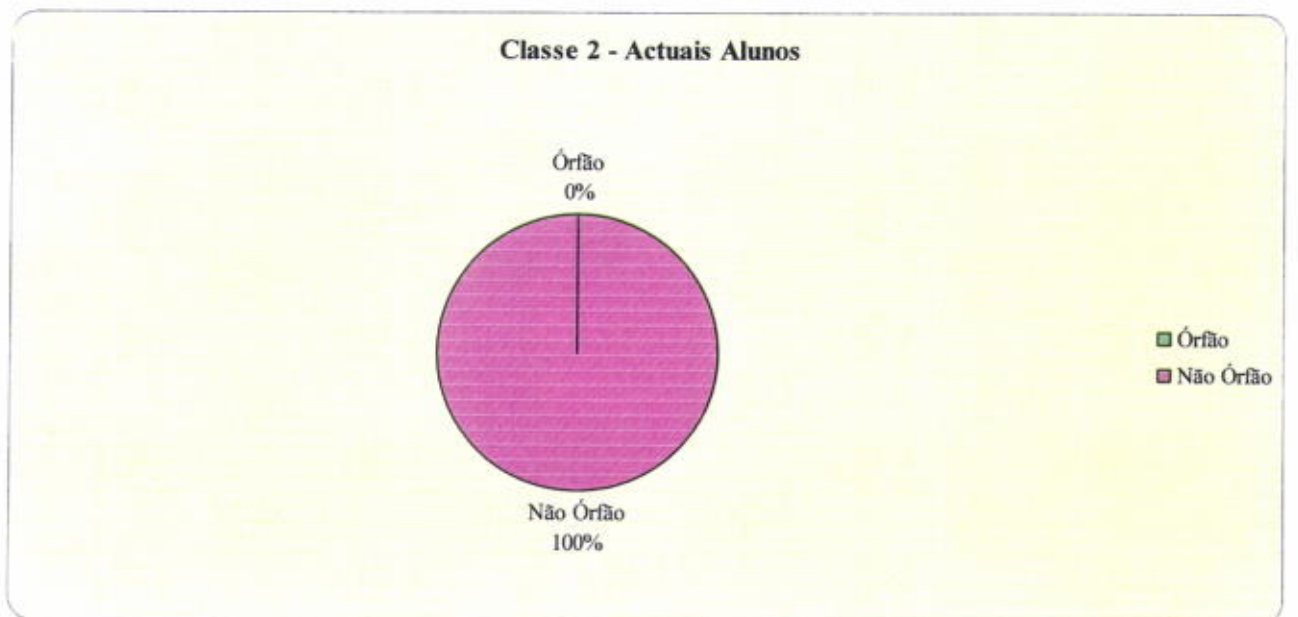
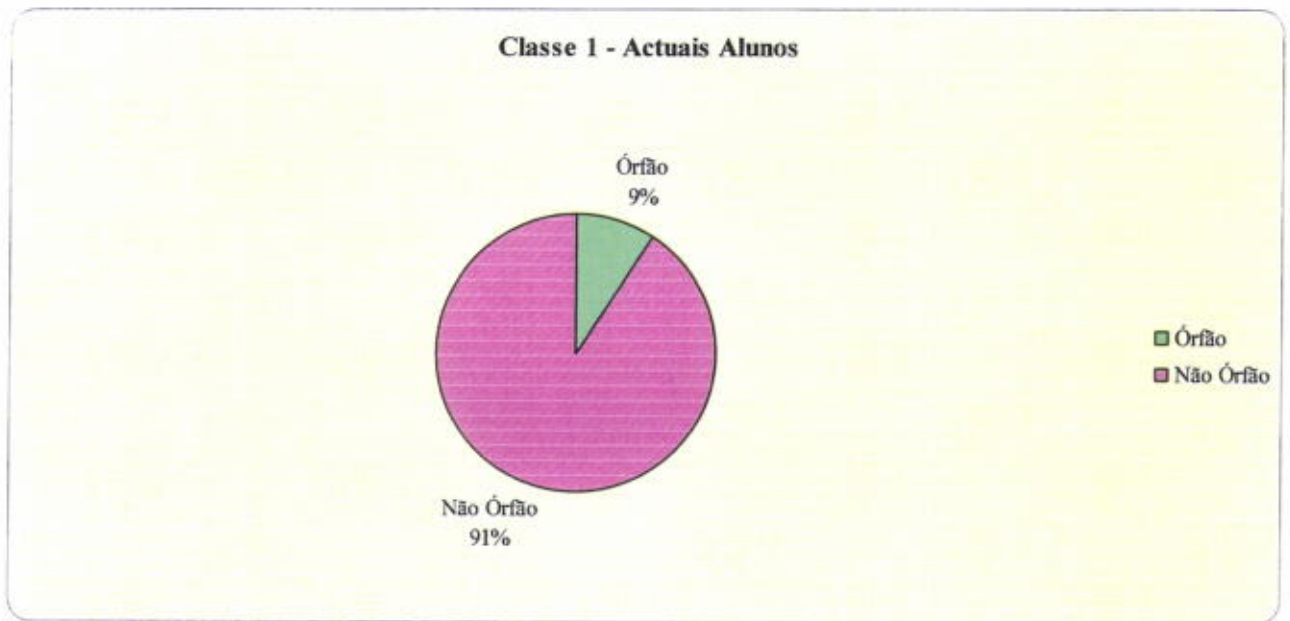
Covariável: Localidade



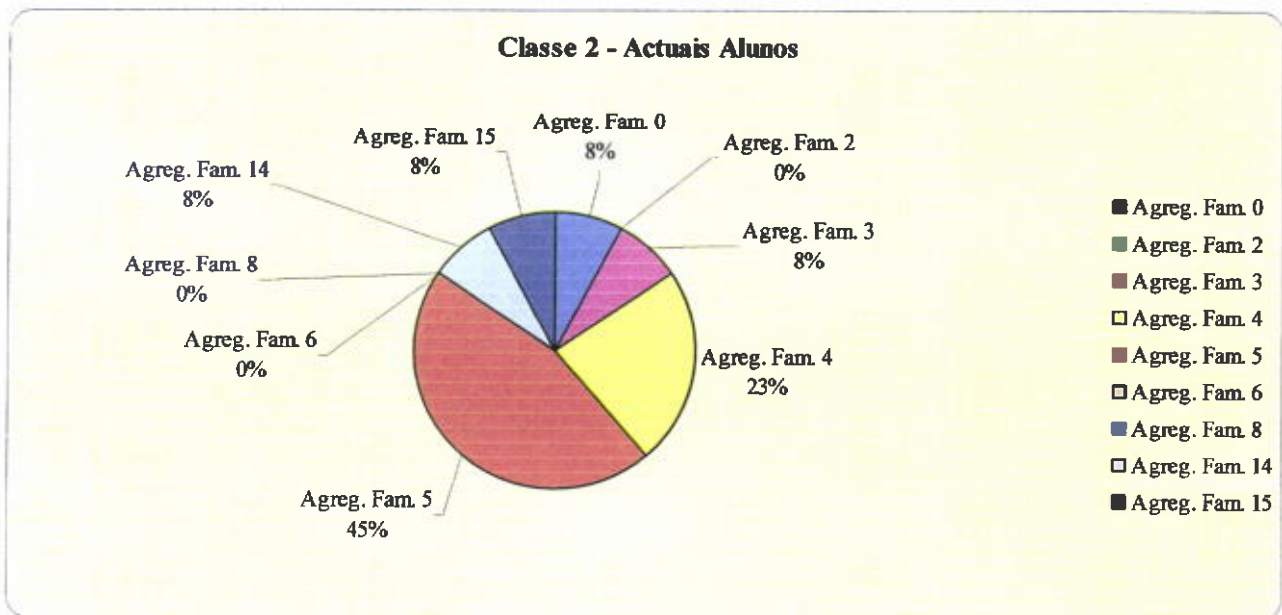
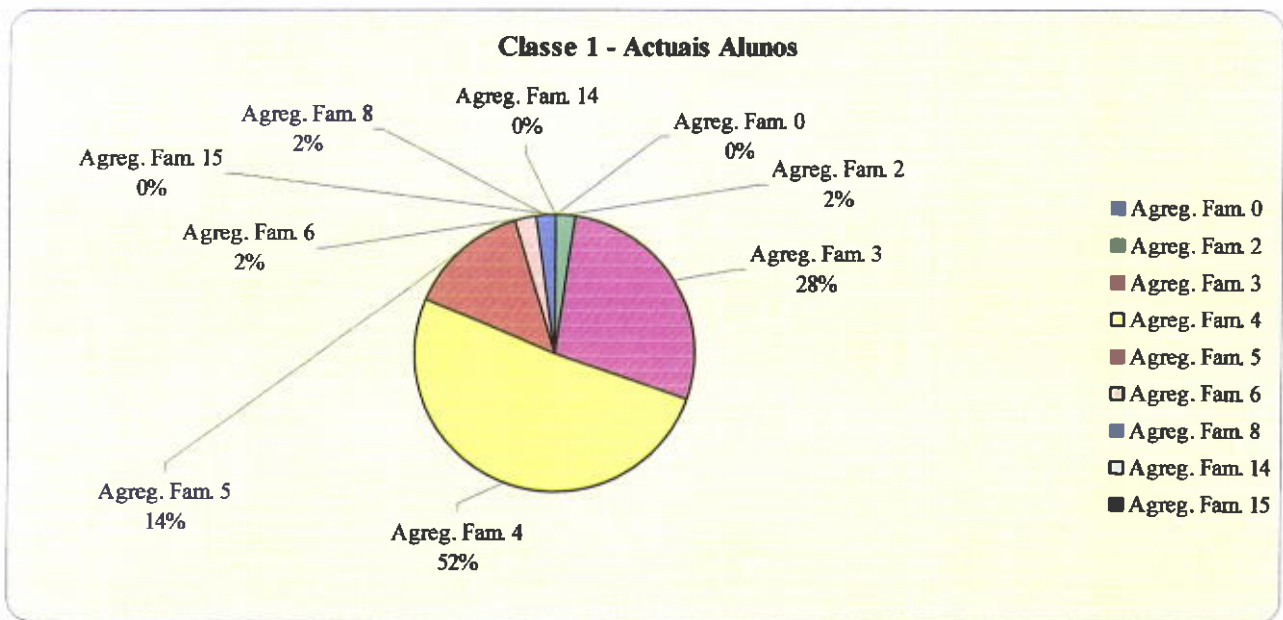
Covariável: Profissão Pai



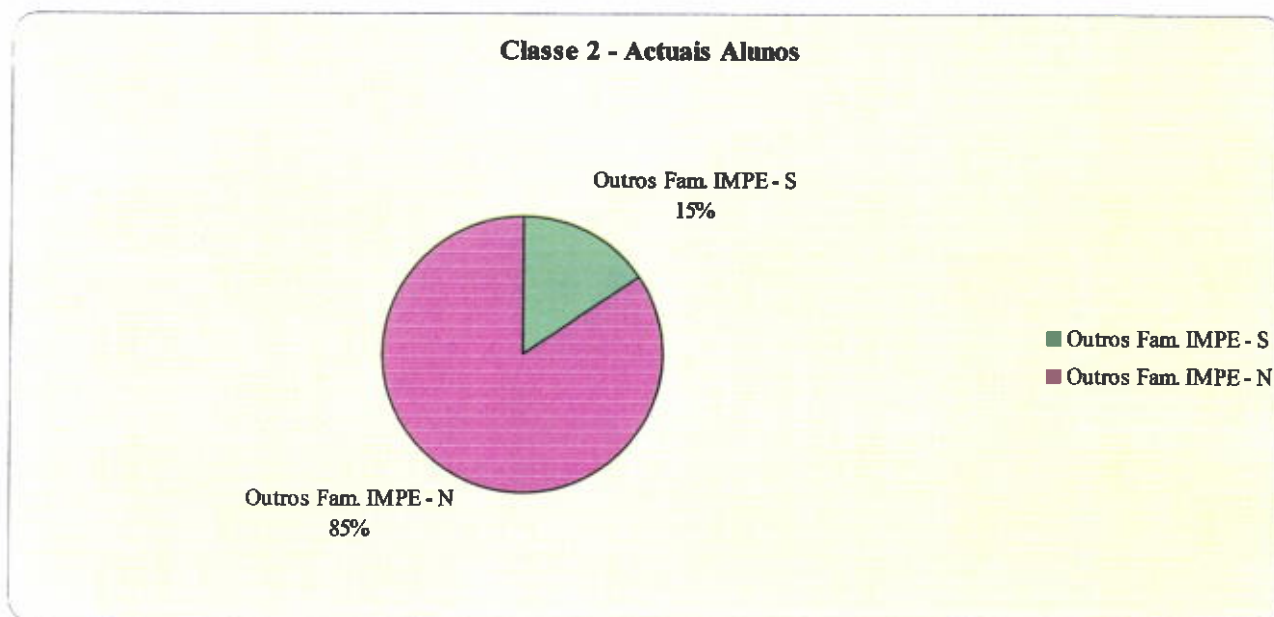
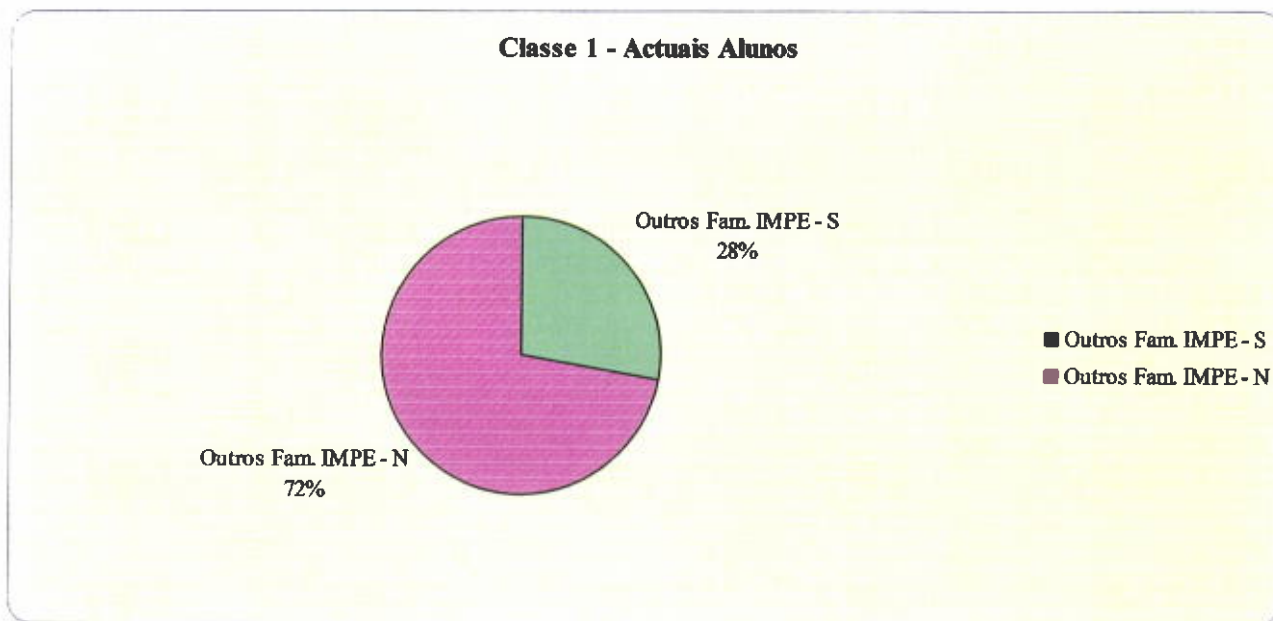
Covariável: Órfão



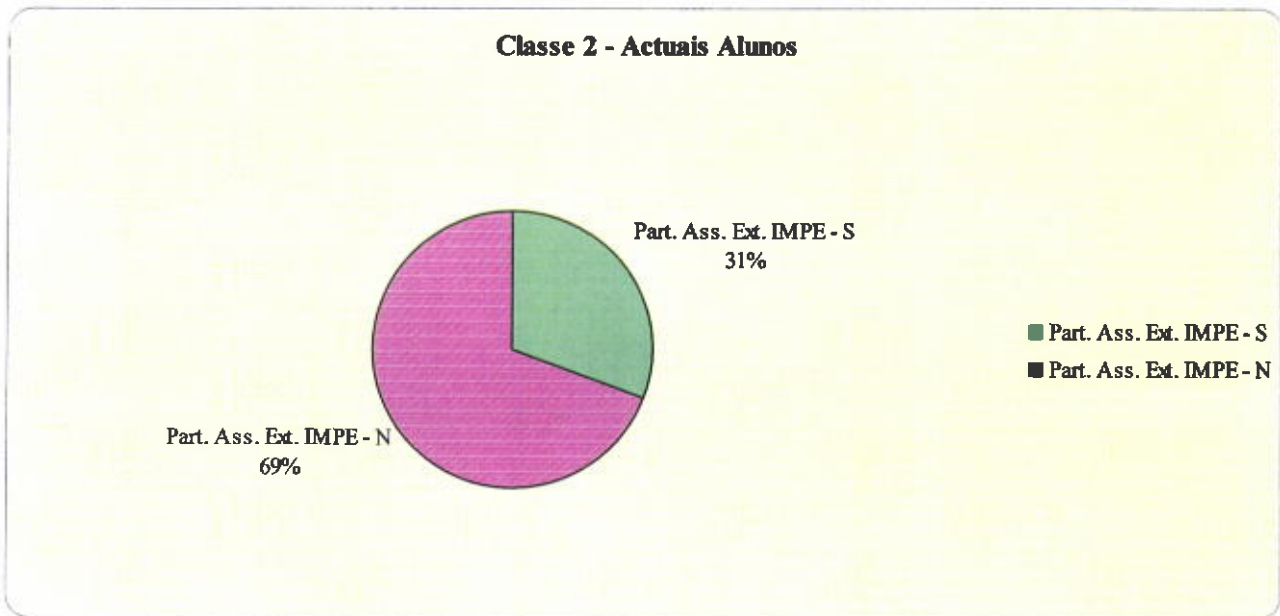
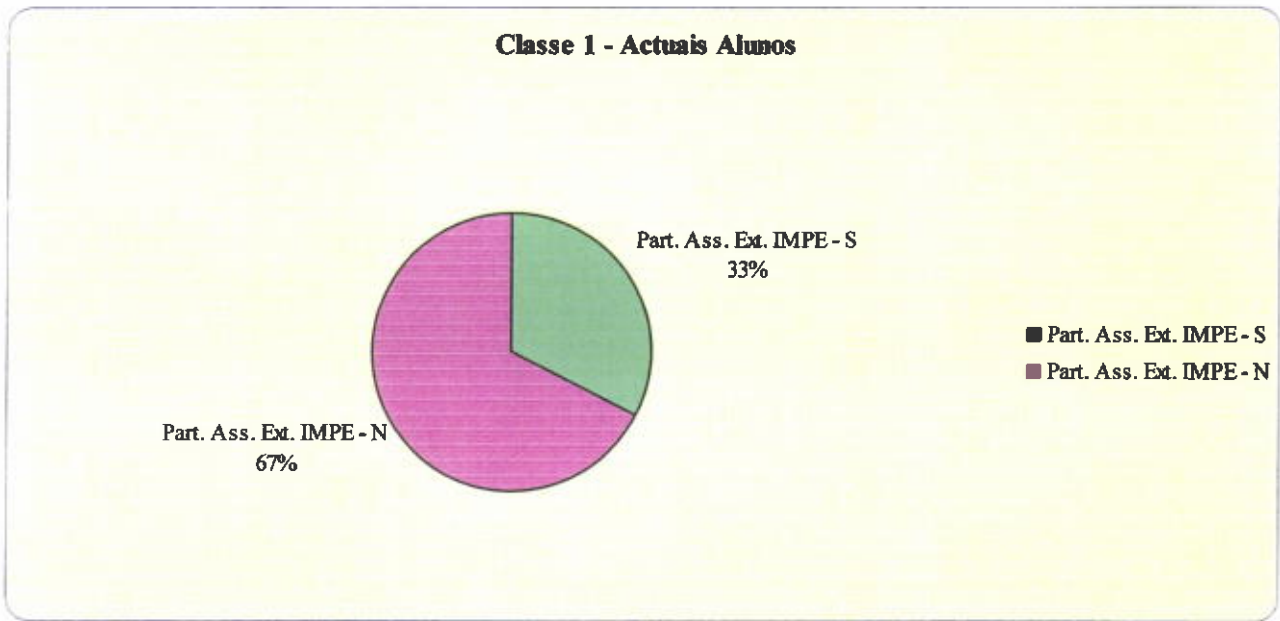
Covariável: Agregado Familiar



Covariável: Frequência do IMPE por parte de outros familiares

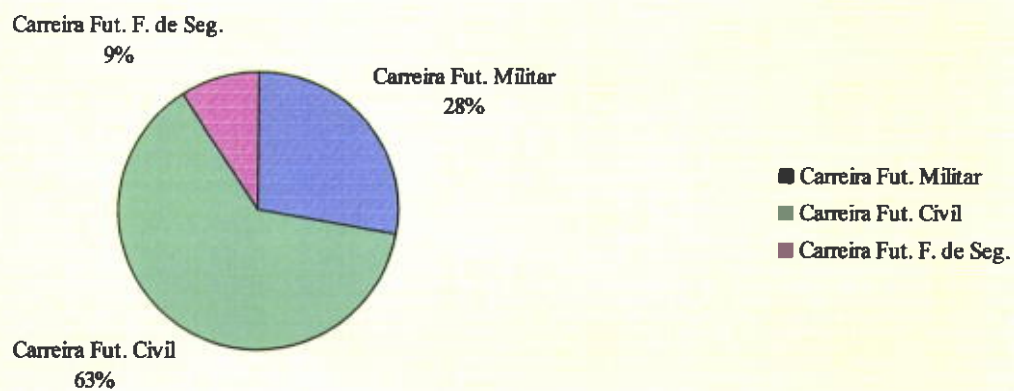


Covariável: Participação Associativa Externa ao IMPE

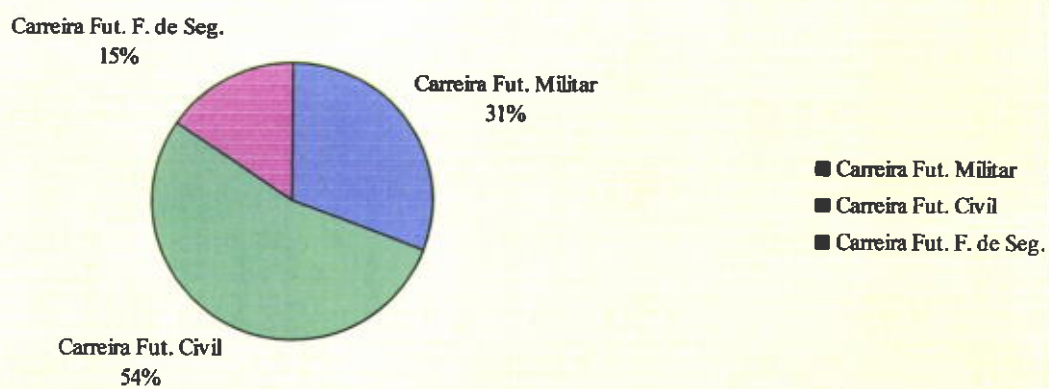


Covariável: Carreira Futura

Classe 1 - Actuais Alunos



Classe 2 - Actuais Alunos



2.1.3.2. As Variáveis

V1: As nomeações para as funções de Aluno Graduado são realizadas de forma correcta e imparcial.

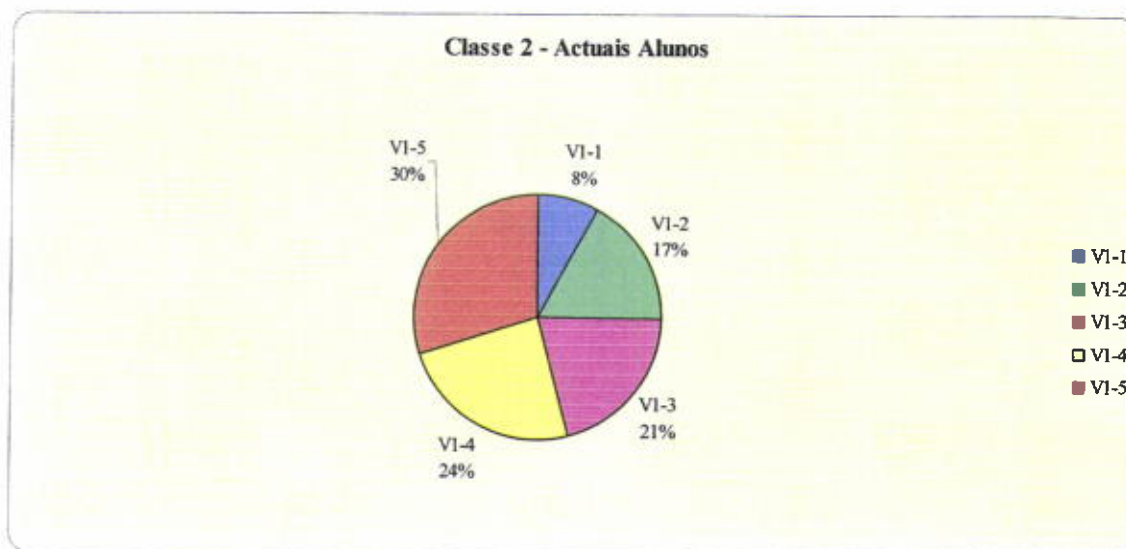
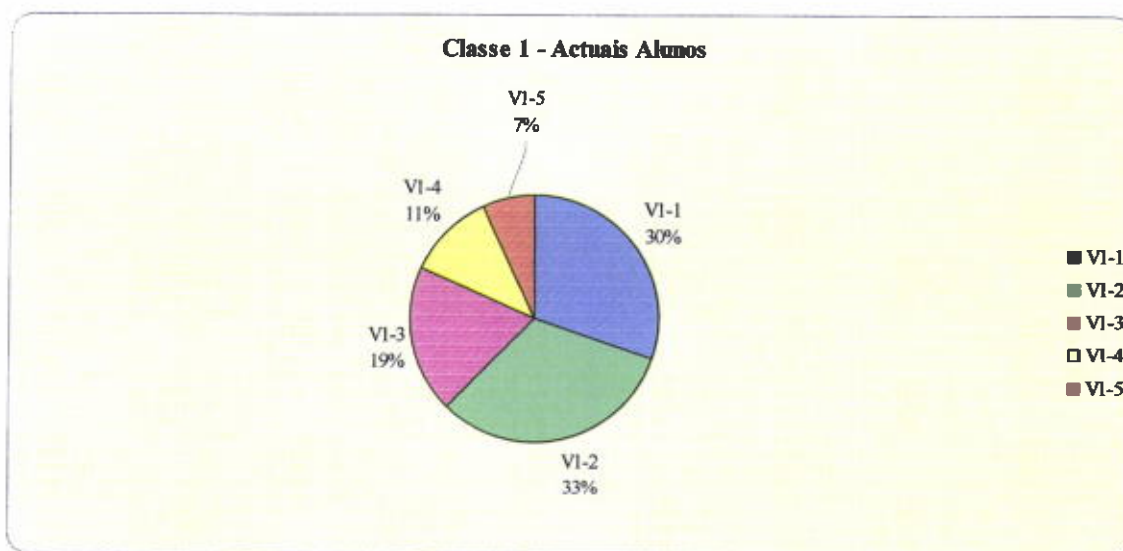
V1-1: Concordo totalmente

V1-2: Concordo

V1-3: Hesitante ou indeciso

V1-4: Discordo

V1-5: Discordo totalmente



V2: Os Alunos Graduados têm, na sua generalidade, qualidades para comandar, dirigir e coordenar os diferentes agrupamentos de alunos (Secções, Pelotões, Companhias, Batalhão e outros efectivos eventuais).

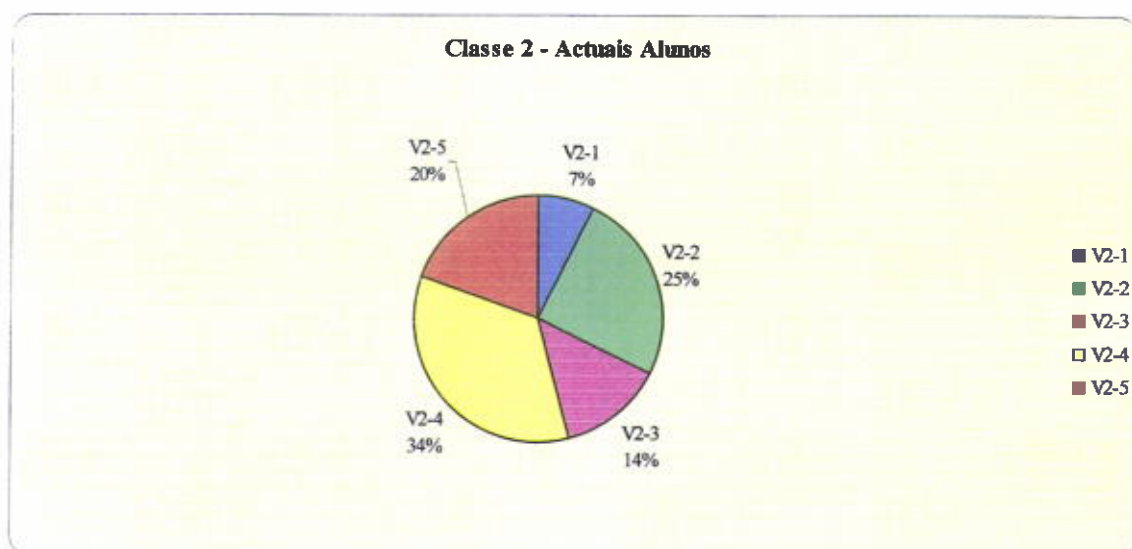
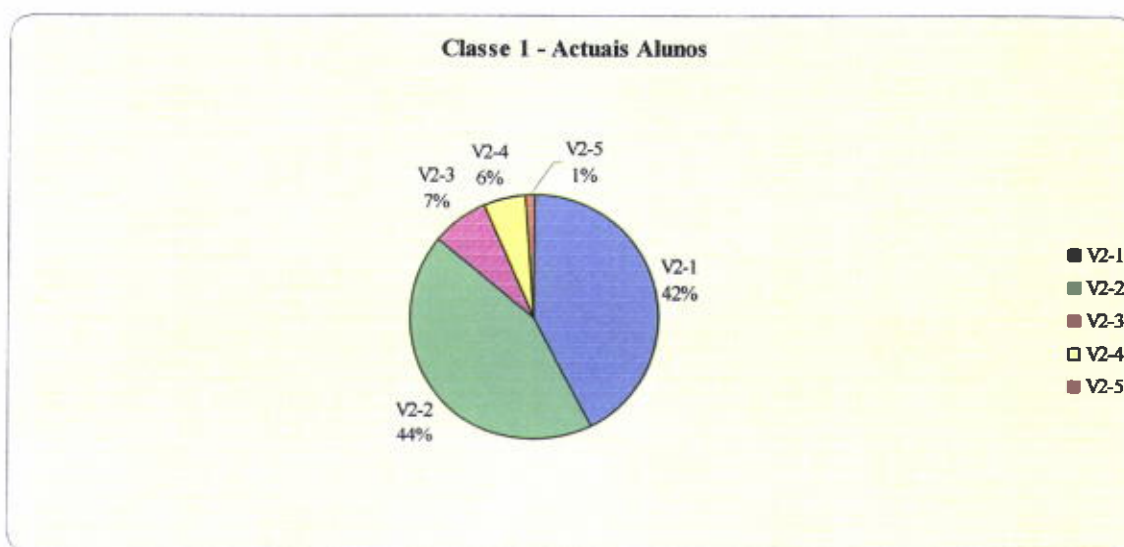
V2-1: Concordo totalmente

V2-2: Concordo

V2-3: Hesitante ou indeciso

V2-4: Discordo

V2-5: Discordo totalmente



V3: Os Alunos Graduados são essenciais para o bom funcionamento da cadeia de comando.

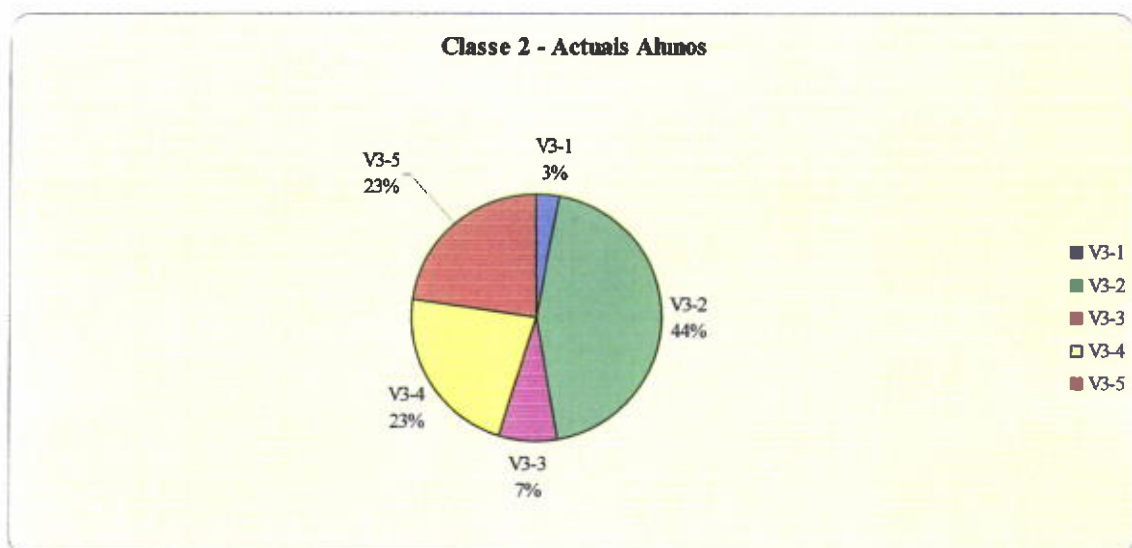
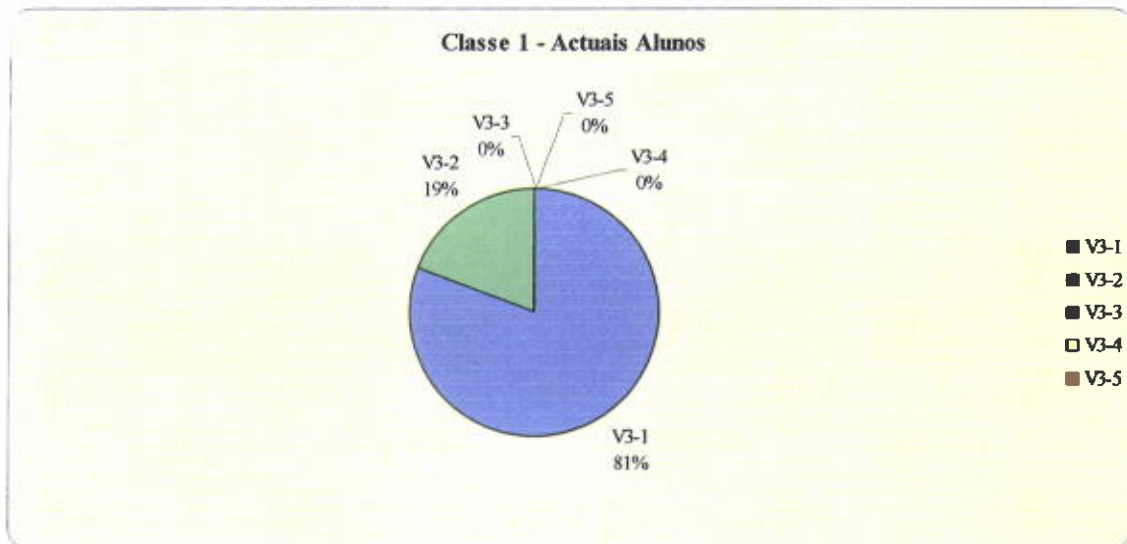
V3-1: Concordo totalmente

V3-2: Concordo

V3-3: Hesitante ou indeciso

V3-4: Discordo

V3-5: Discordo totalmente



V4: Os Alunos Graduados são privilegiados em relação aos restantes estudantes.

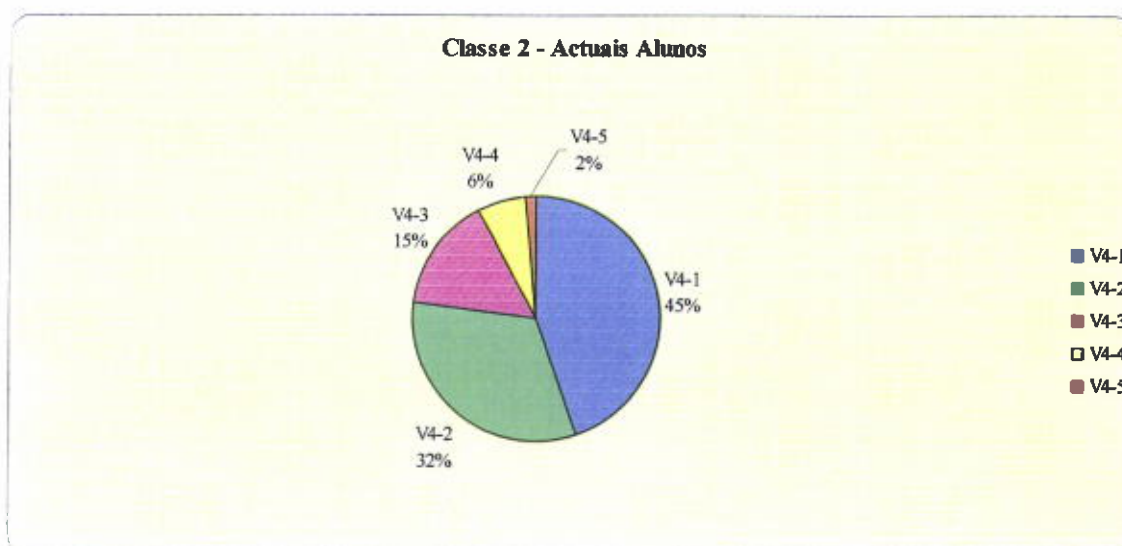
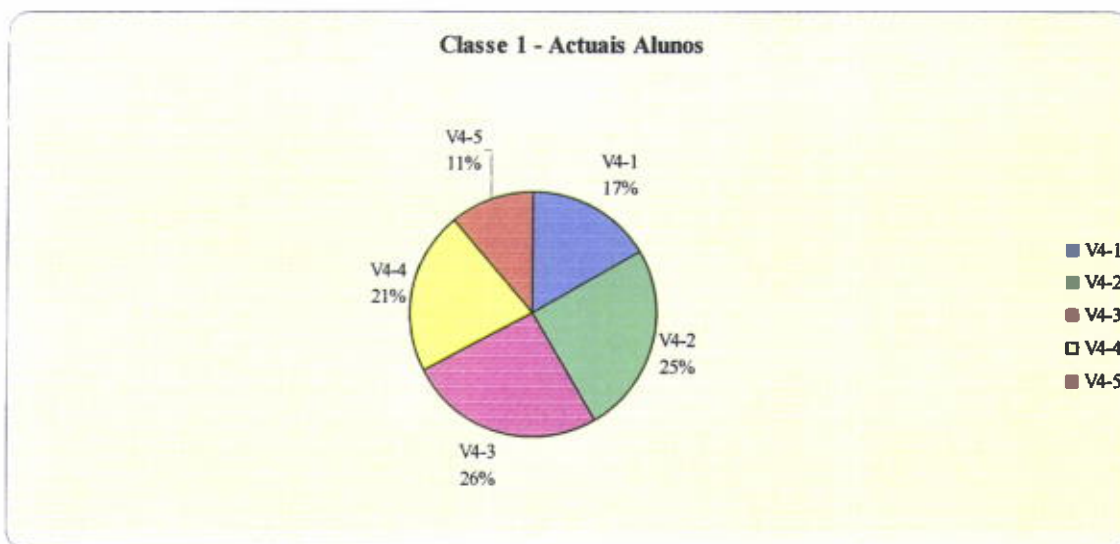
V4-1: Concordo totalmente

V4-2: Concordo

V4-3: Hesitante ou indeciso

V4-4: Discordo

V4-5: Discordo totalmente



V5: A execução das tarefas ligadas com os deveres de comando, implica menos disponibilidade dos Alunos Graduados para estudar, praticar desportos e outras actividades de complemento e de lazer, porque têm menos tempo livre para os seus afazeres pessoais.

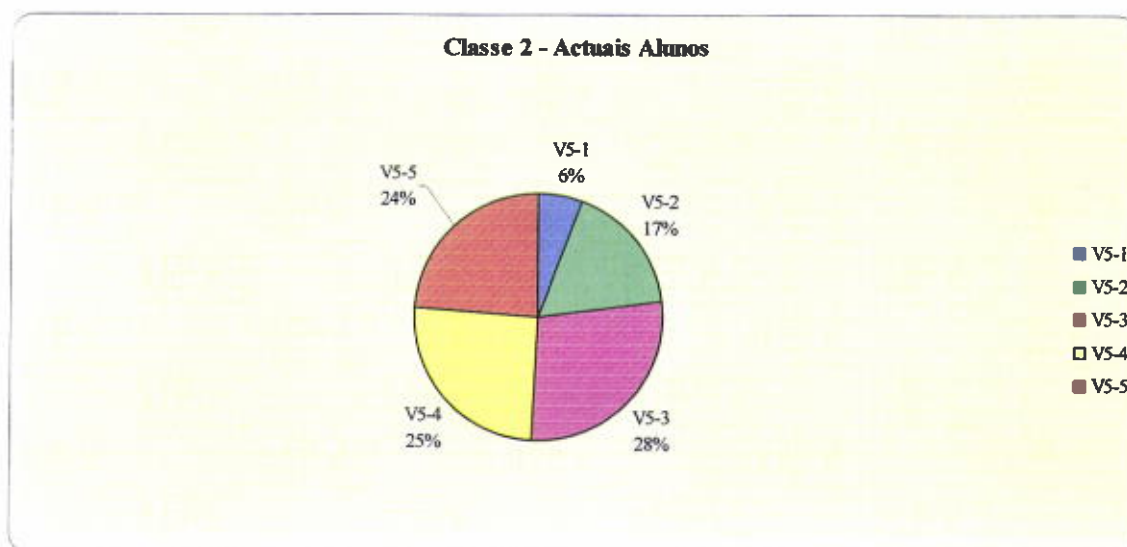
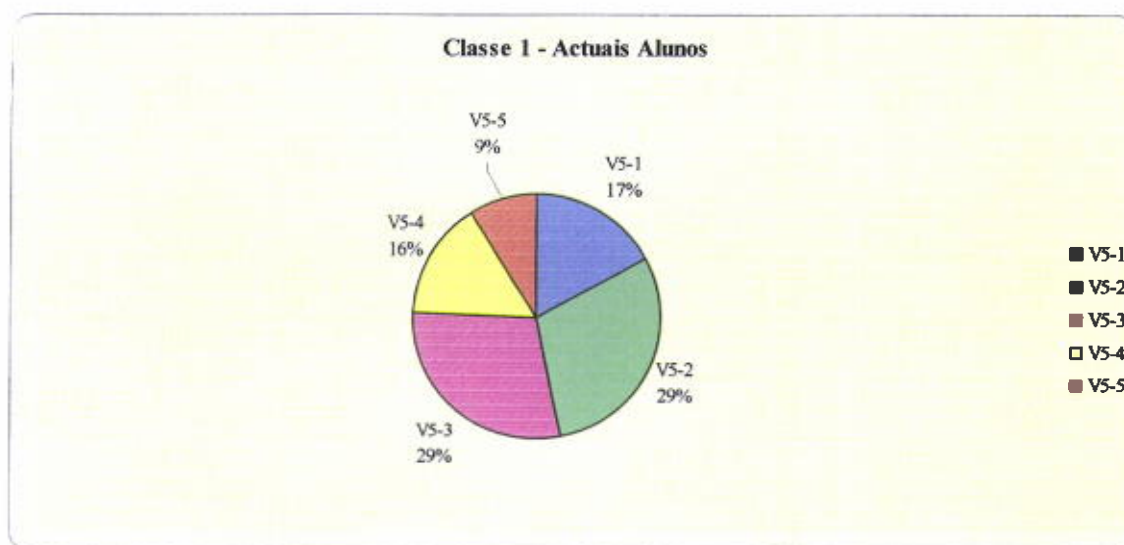
V5-1: Concordo totalmente

V5-2: Concordo

V5-3: Hesitante ou indeciso

V5-4: Discordo

V5-5: Discordo totalmente



V6: O desempenho das funções de comando, proporciona a oportunidade de despertar eventuais vocações para uma futura carreira militar nestes alunos.

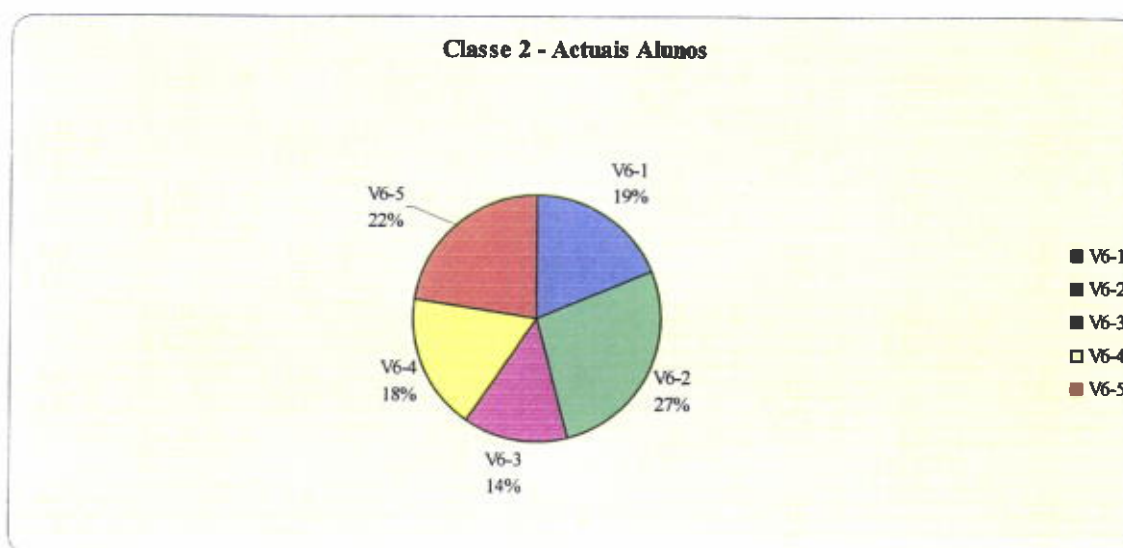
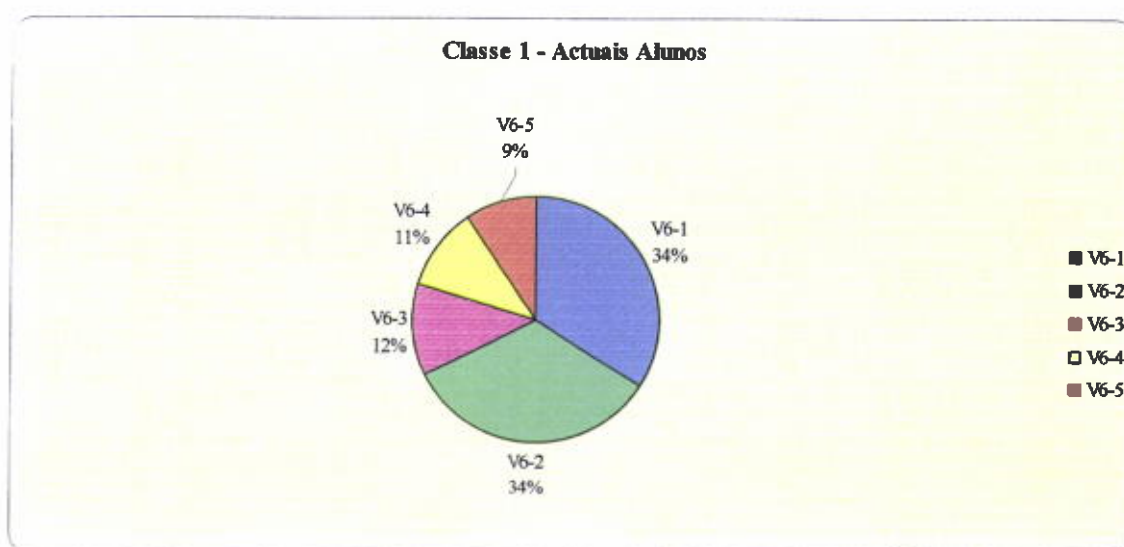
V6-1: Concordo totalmente

V6-2: Concordo

V6-3: Hesitante ou indeciso

V6-4: Discordo

V6-5: Discordo totalmente



V7: Os Alunos Graduados têm responsabilidades acrescidas perante os outros estudantes, não só perante aqueles que estão sob o seu comando directo, mas também perante os outros, porque têm que agir permanentemente pelo exemplo.

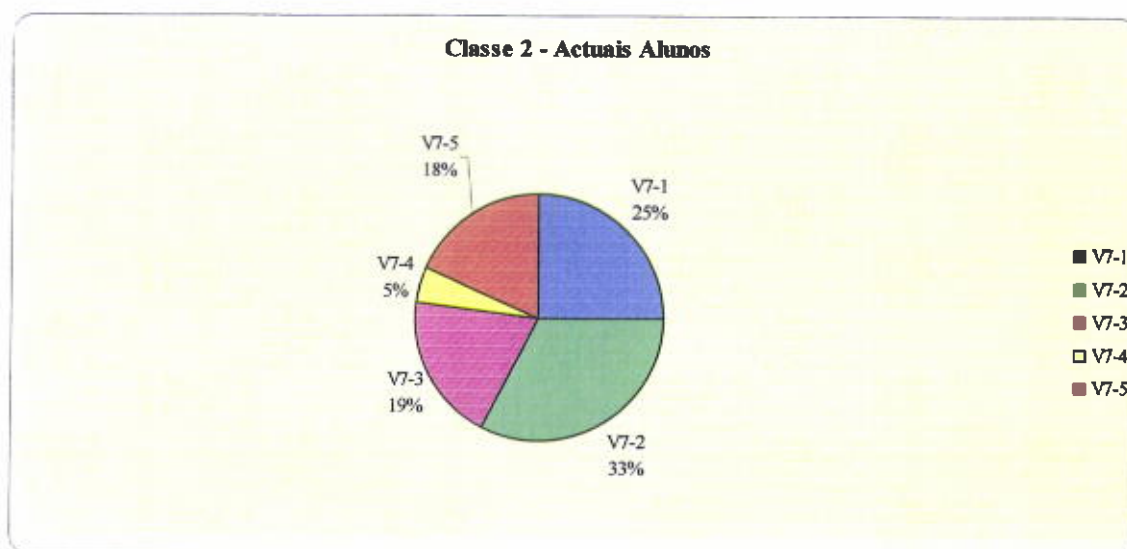
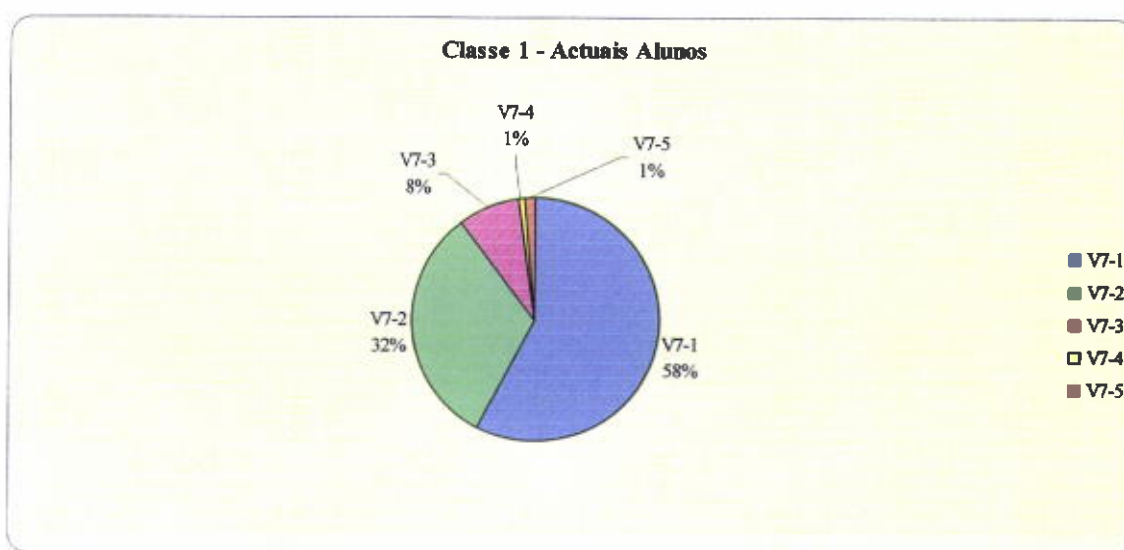
V7-1: Concordo totalmente

V7-2: Concordo

V7-3: Hesitante ou indeciso

V7-4: Discordo

V7-5: Discordo totalmente



V8: As insígnias dos Alunos Graduados são bem identificadas pelos alunos não graduados, assim como pelos militares e civis que prestam serviço no IMPE.

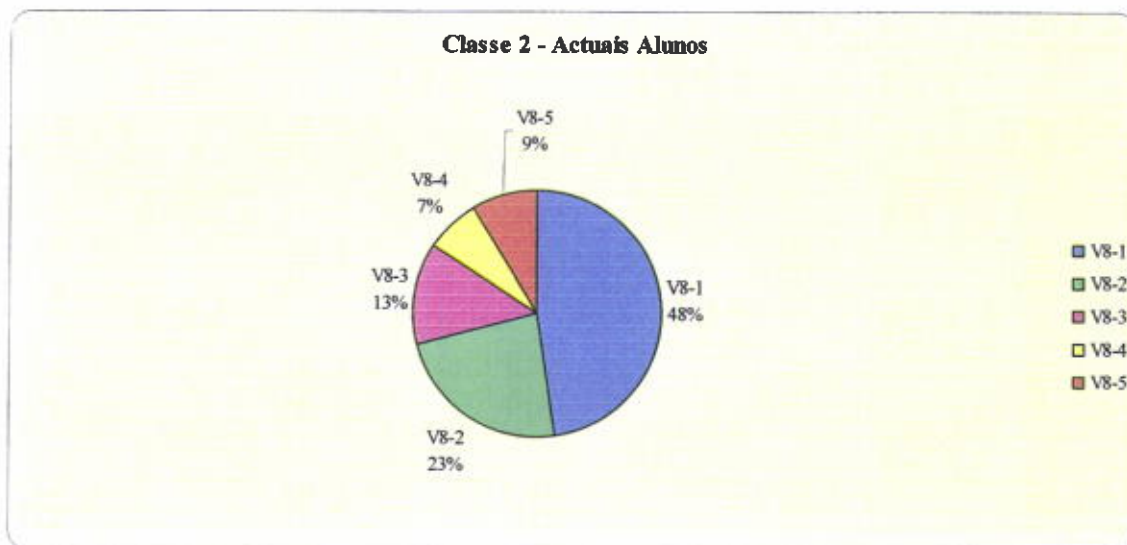
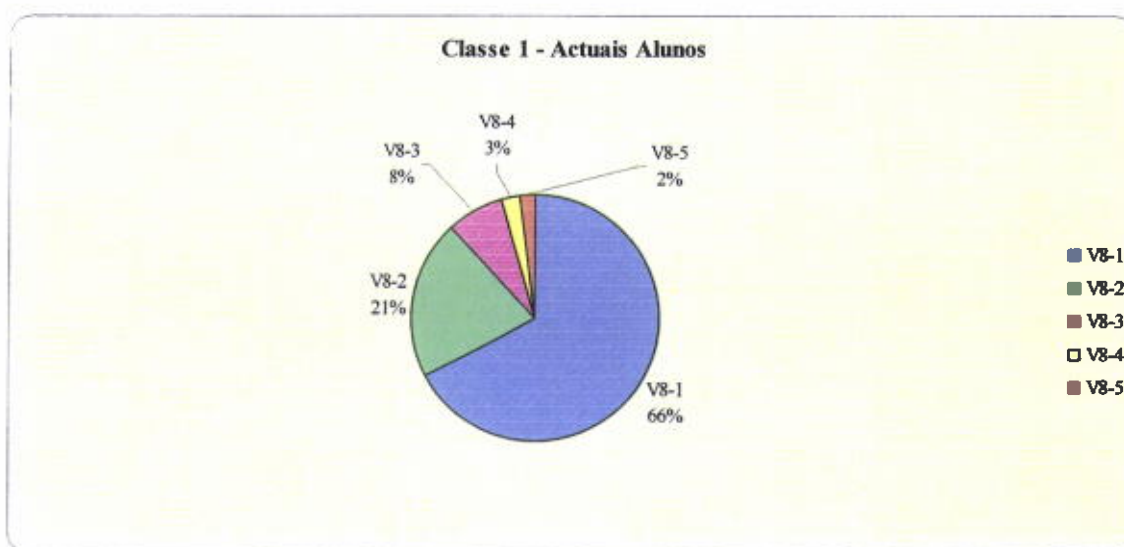
V8-1: Concordo totalmente

V8-2: Concordo

V8-3: Hesitante ou indeciso

V8-4: Discordo

V8-5: Discordo totalmente



V9: O aluno do IMPE sente-se orgulhoso de pertencer a esta Escola.

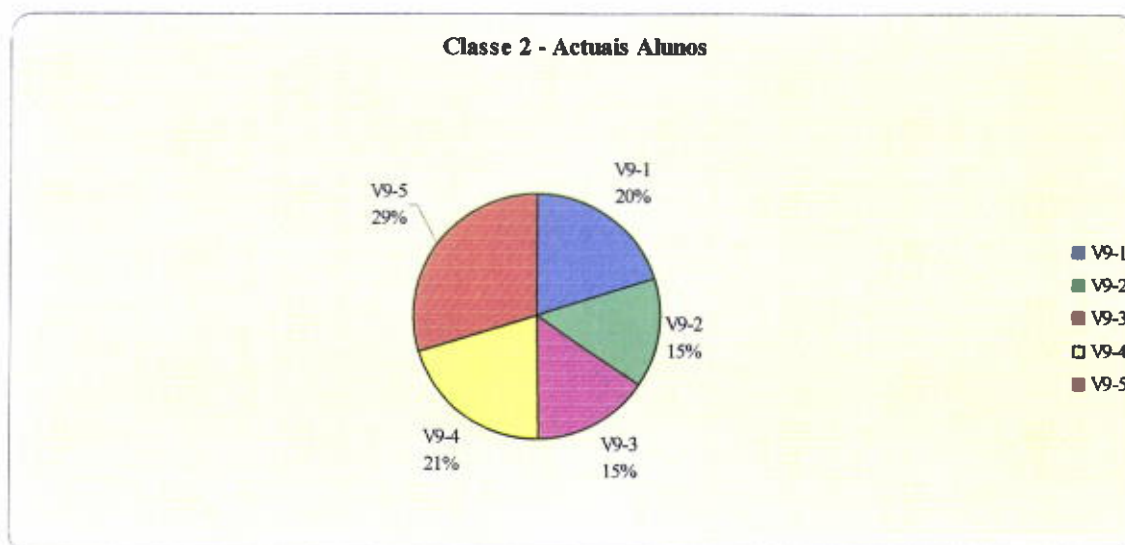
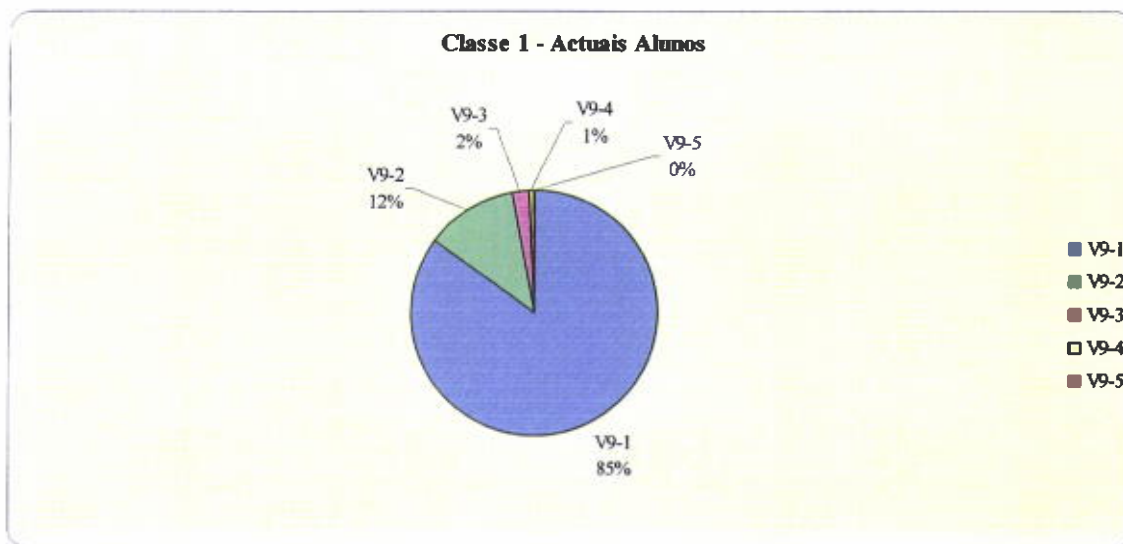
V9-1: Concordo totalmente

V9-2: Concordo

V9-3: Hesitante ou indeciso

V9-4: Discordo

V9-5: Discordo totalmente



V10: O IMPE gera normas éticas relativas à identidade pilónica que são observadas por todos (alunos e professores, militares e civis).

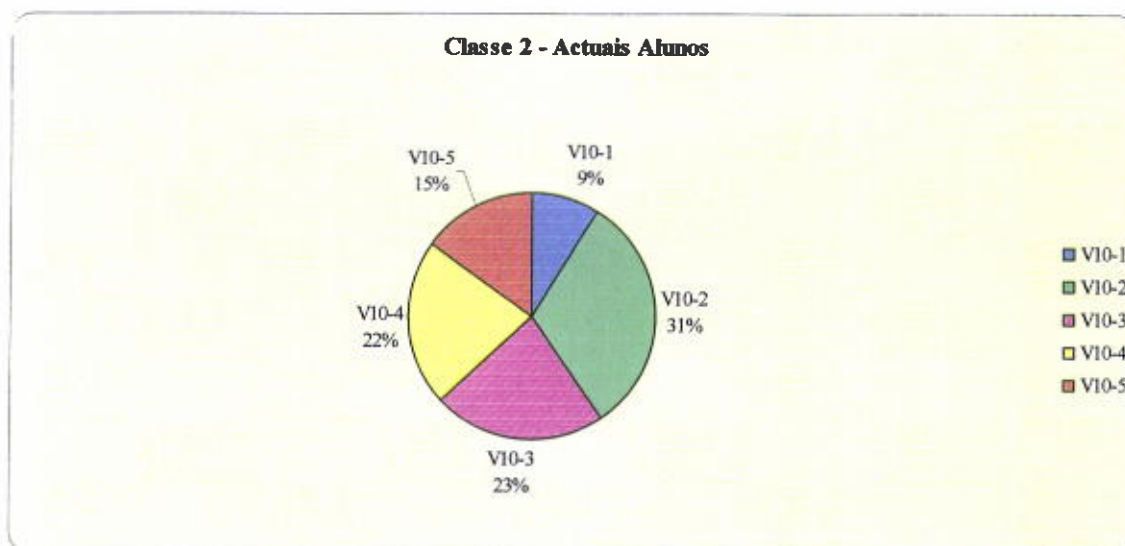
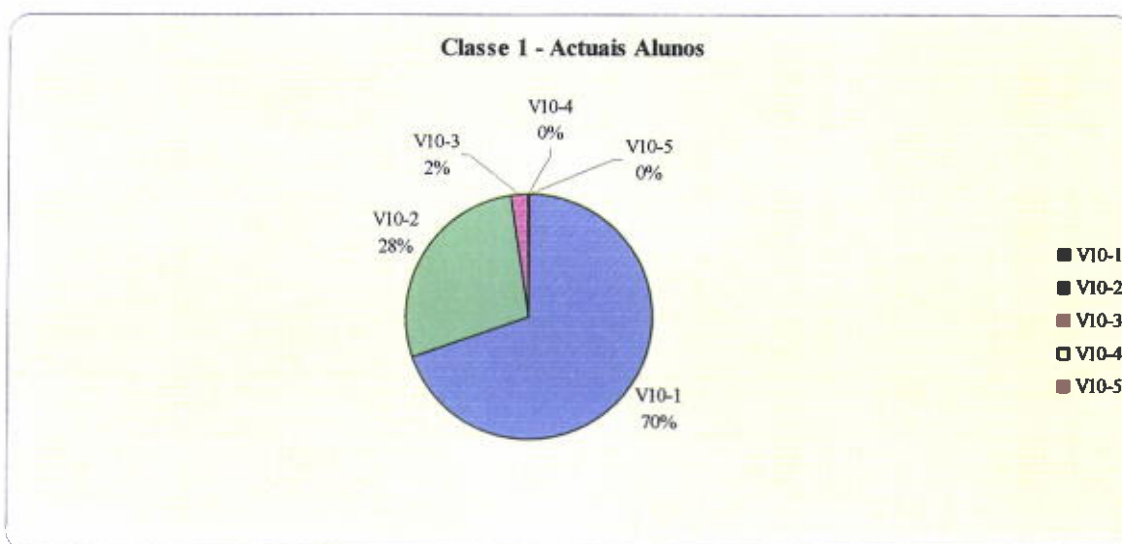
V10-1: Concordo totalmente

V10-2: Concordo

V10-3: Hesitante ou indeciso

V10-4: Discordo

V10-5: Discordo totalmente



V11: A sua família teve influência determinante na opção de se ter candidatado a aluno do IMPE.

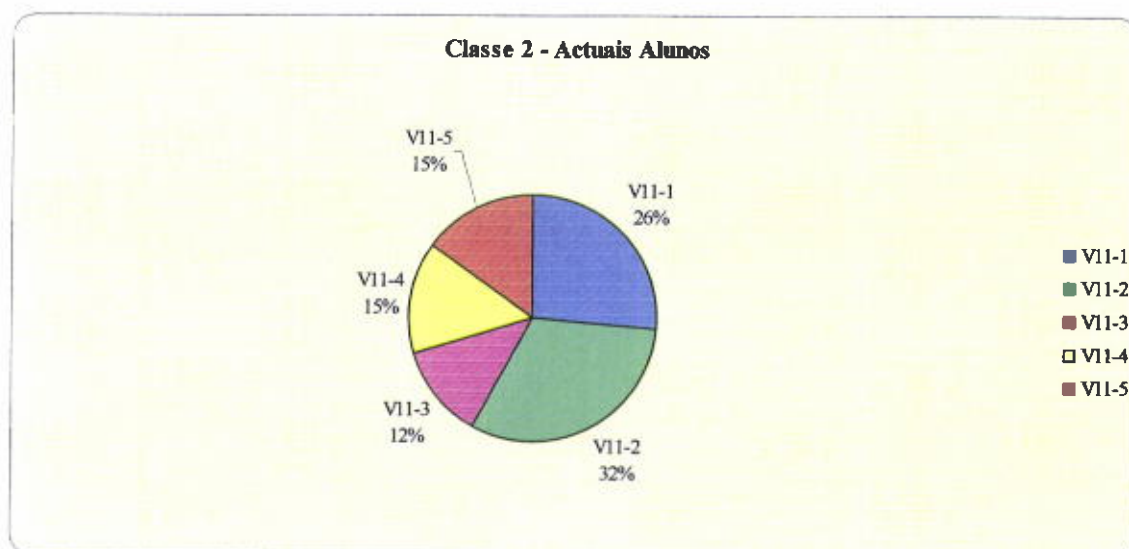
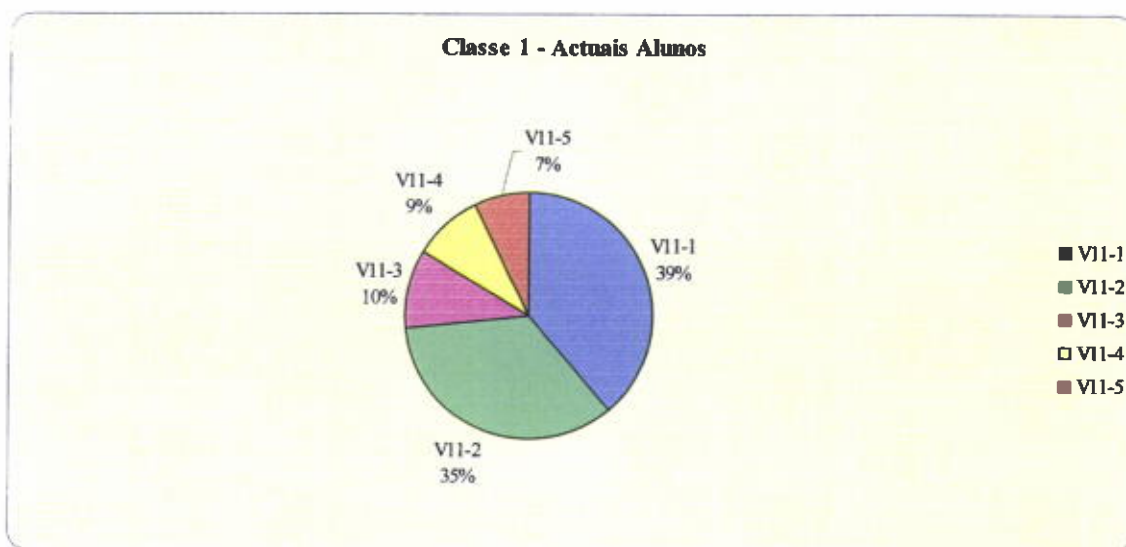
V11-1: Concordo totalmente

V11-2: Concordo

V11-3: Hesitante ou indeciso

V11-4: Discordo

V11-5: Discordo totalmente



V12: O actual uniforme interno dos alunos é adequado e responde às necessidades.

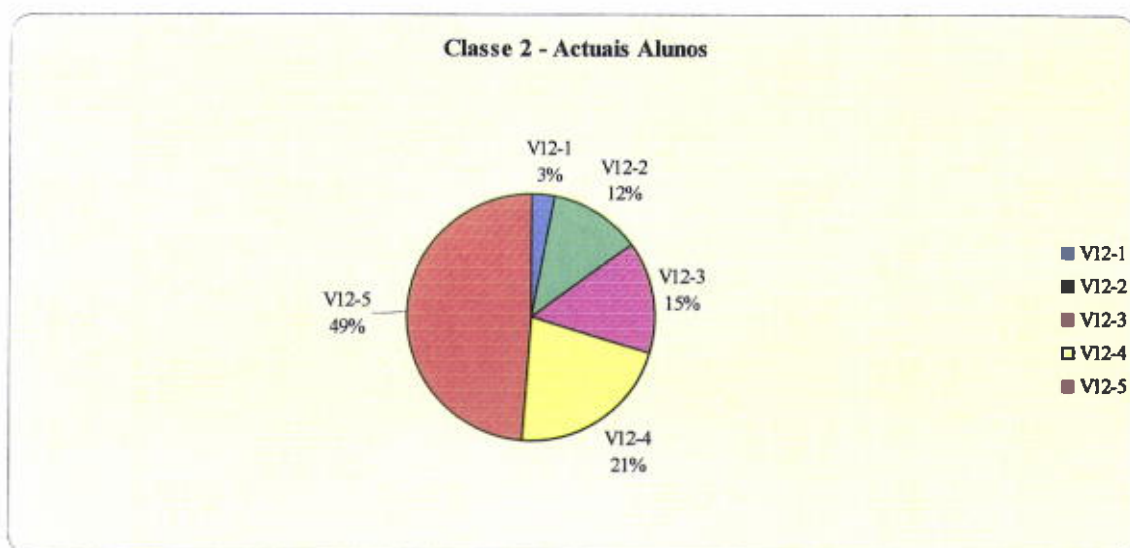
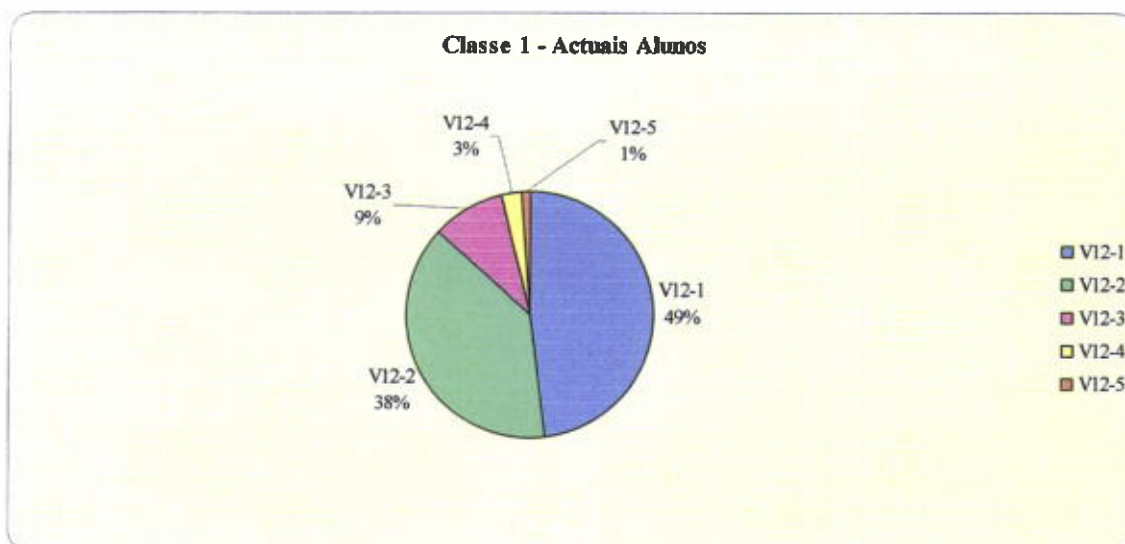
V12-1: Concordo totalmente

V12-2: Concordo

V12-3: Hesitante ou indeciso

V12-4: Discordo

V12-5: Discordo totalmente



V13: O actual uniforme externo dos alunos projecta uma imagem positiva do IMPE.

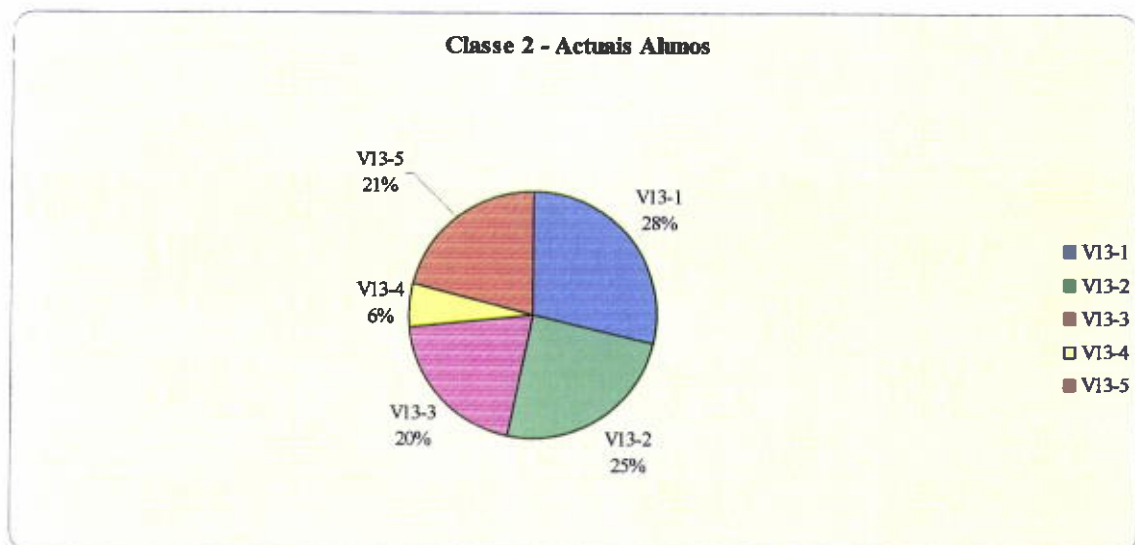
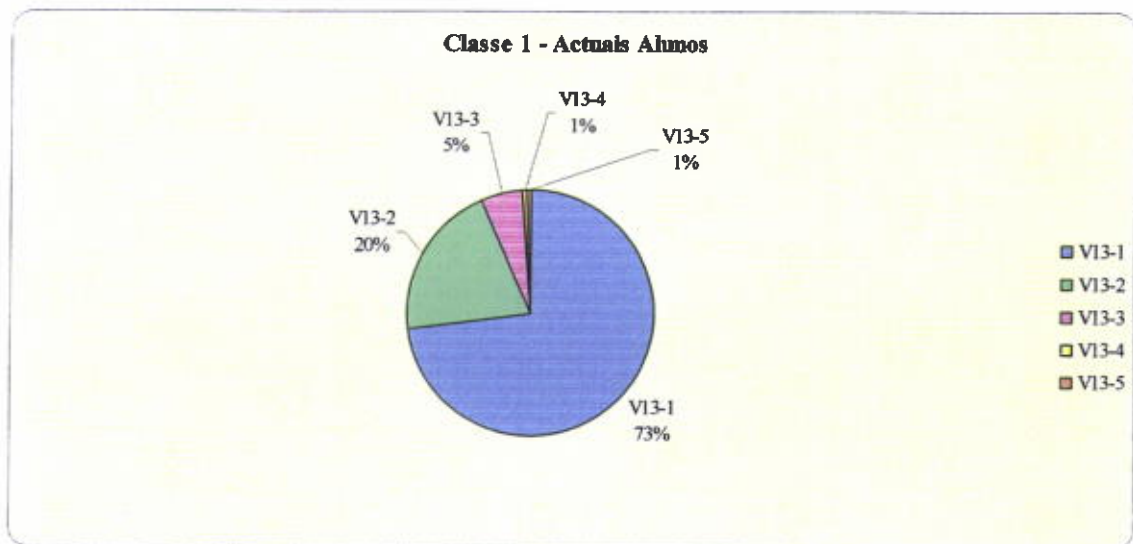
V13-1: Concordo totalmente

V13-2: Concordo

V13-3: Hesitante ou indeciso

V13-4: Discordo

V13-5: Discordo totalmente



V14: Existe um culto da camaradagem no Instituto que se projecta desde os primeiros dias dos alunos na escola, tendo como ponto de partida formal a Cerimónia do Apadrinhamento e o Abraço ao Batalhãozinho.

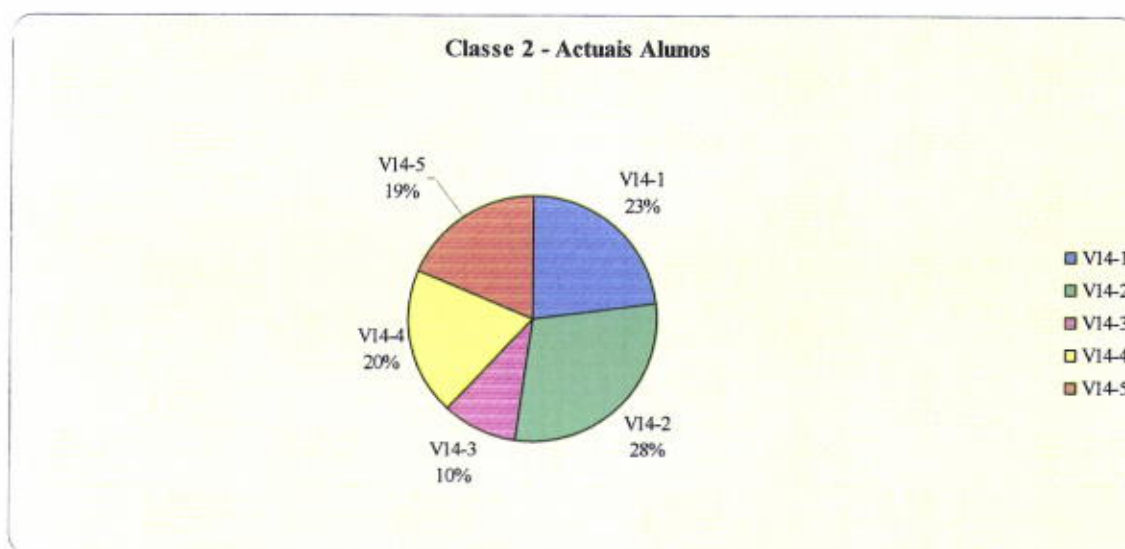
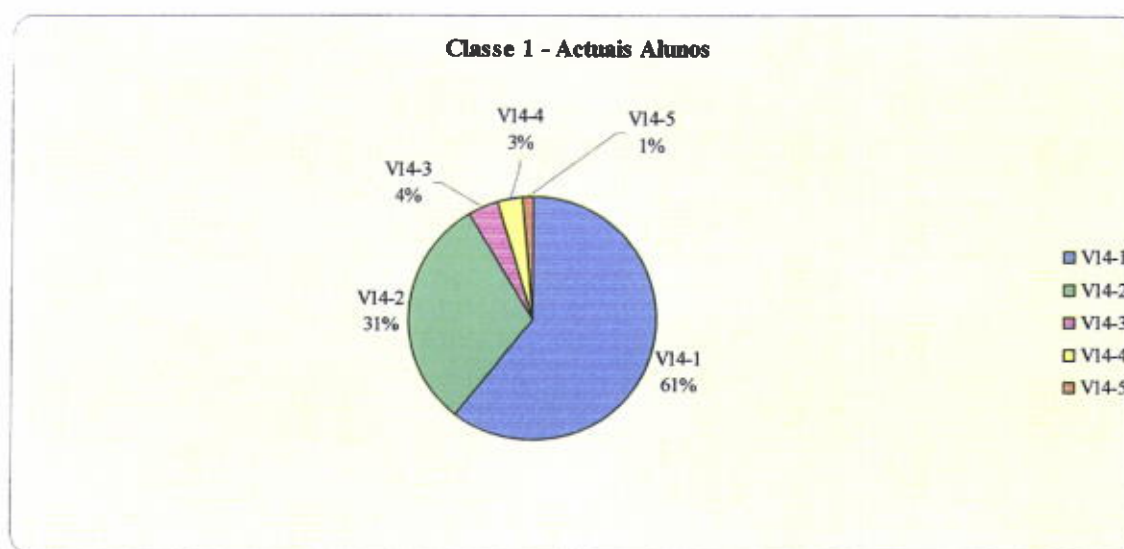
V14-1: Concordo totalmente

V14-2: Concordo

V14-3: Hesitante ou indeciso

V14-4: Discordo

V14-5: Discordo totalmente



V15: Os alunos deveriam ter mais contacto com o exterior (outras escolas, entidades públicas e privadas, intercâmbios escolares, visitas de estudo), pois o contacto com a sociedade civil é insuficiente (mesmo tendo em conta as saídas semanais autorizadas).

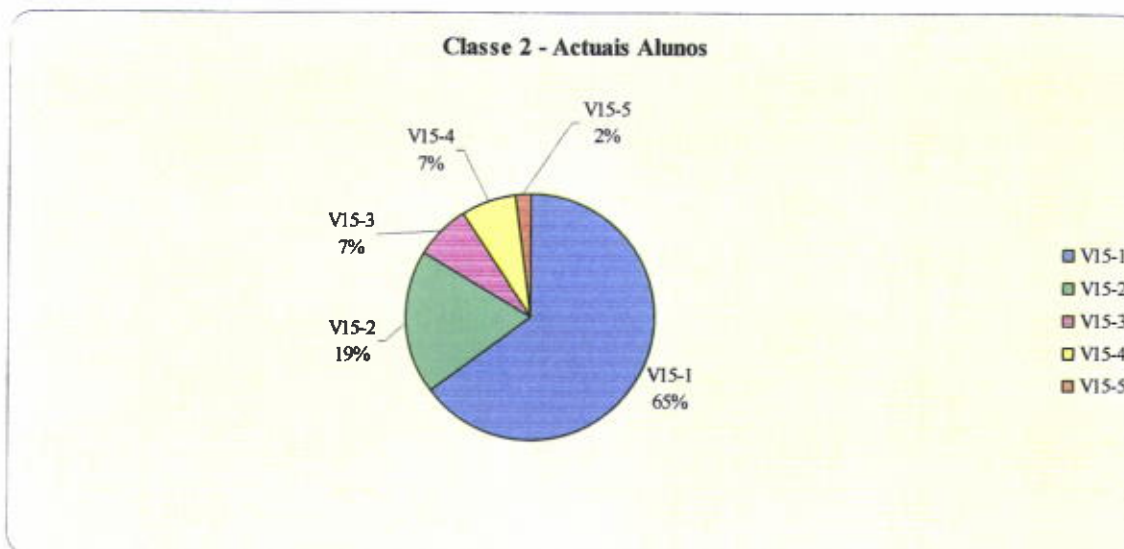
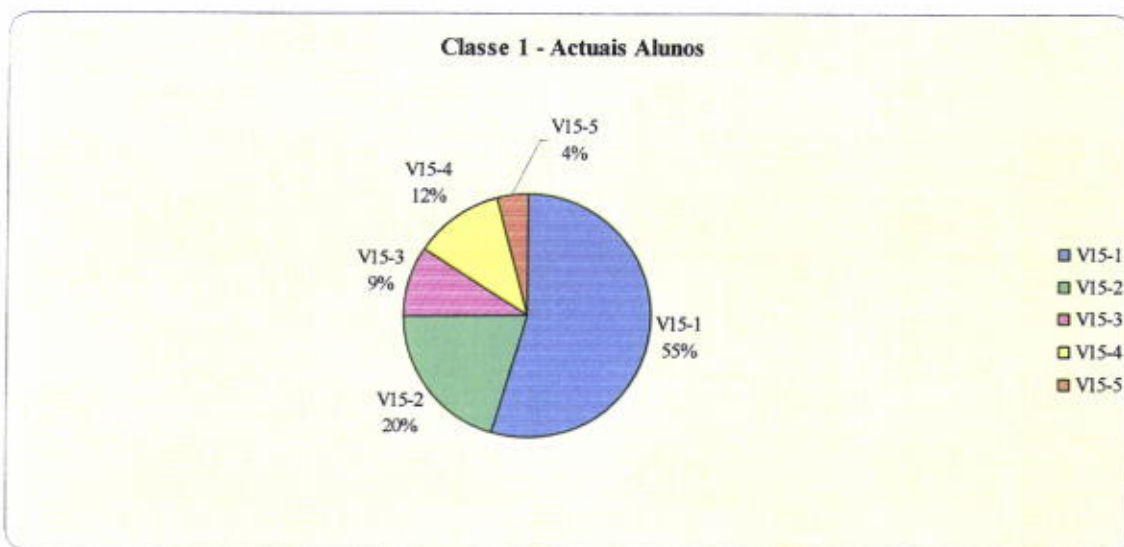
V15-1: Concordo totalmente

V15-2: Concordo

V15-3: Hesitante ou indeciso

V15-4: Discordo

V15-5: Discordo totalmente



V16: As relações informais de pertença e de poder estão bem definidas no seio da comunidade estudante, nomeadamente no conhecimento e no respeito pela hierarquia de Alunos Graduados e pelas antiguidades relativas, como a figura do “aluno mais velho”.

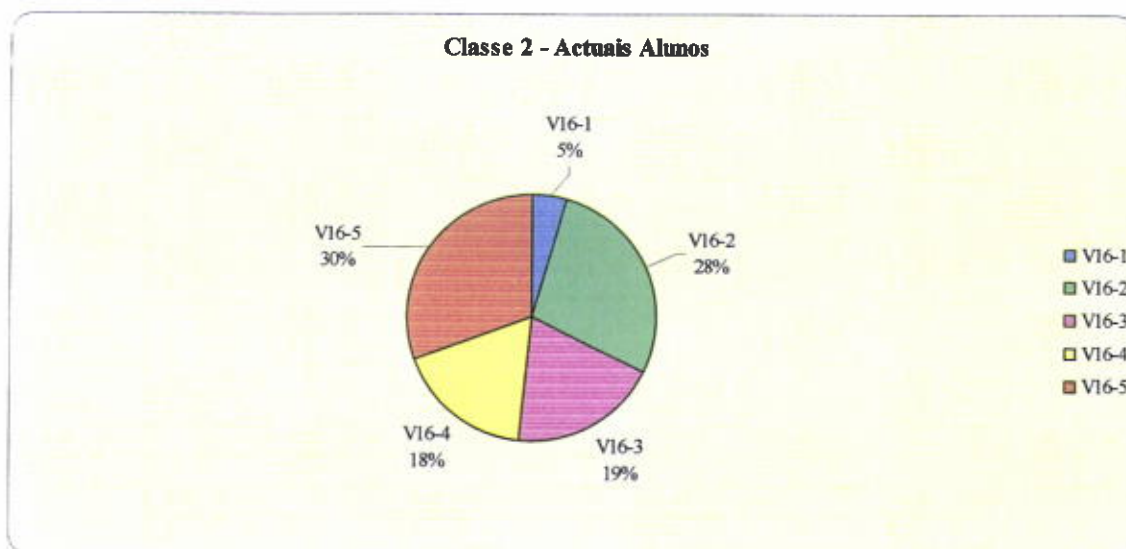
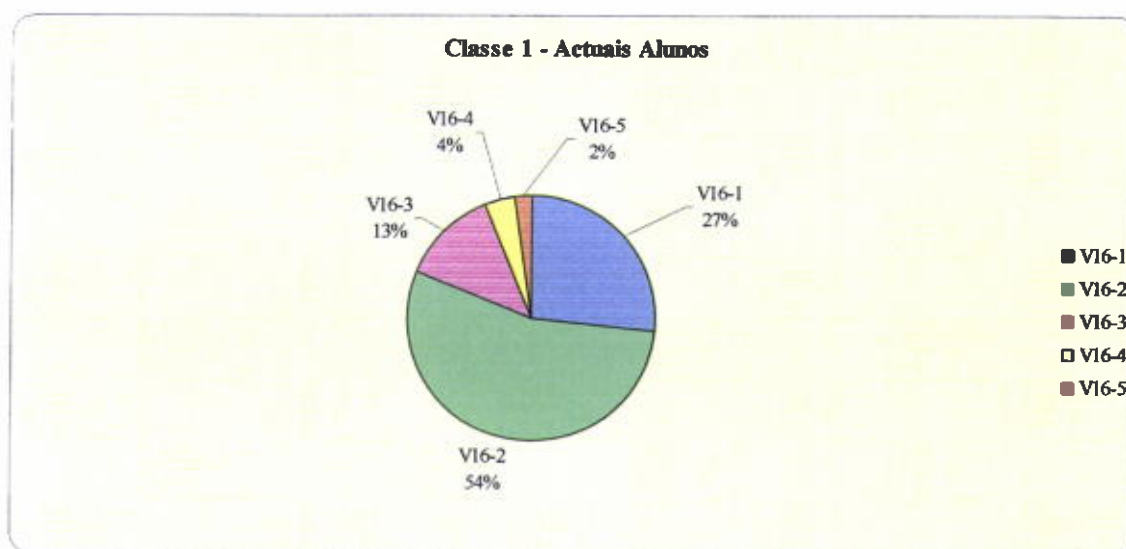
V16-1: Concordo totalmente

V16-2: Concordo

V16-3: Hesitante ou indeciso

V16-4: Discordo

V16-5: Discordo totalmente



V17: Existem praxes académicas no IMPE, mas há um controlo ético entre os diversos alunos no sentido de se evitarem alguns abusos ou excessos que ocorreram no passado.

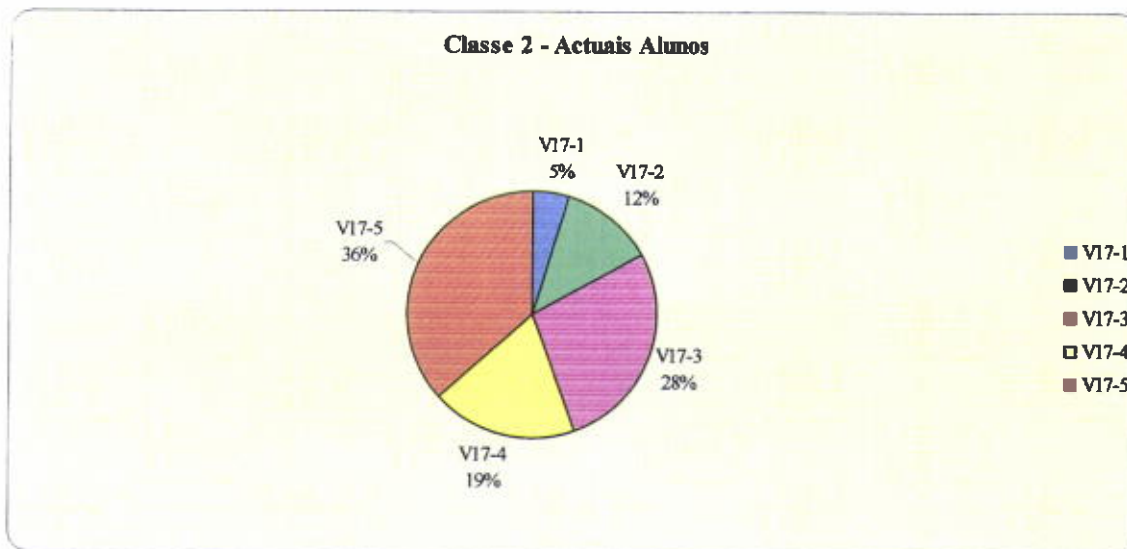
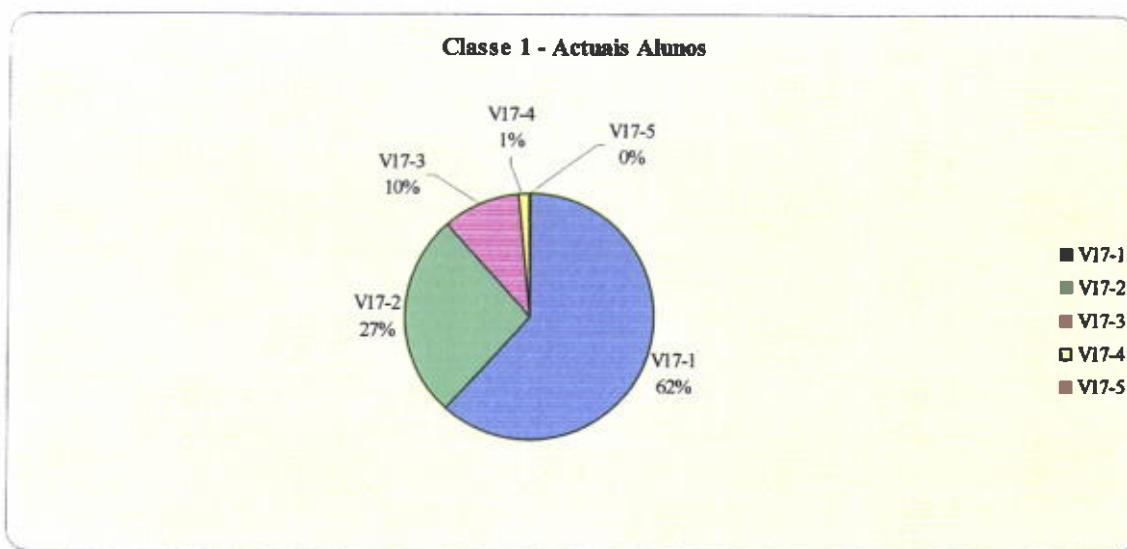
V17-1: Concordo totalmente

V17-2: Concordo

V17-3: Hesitante ou indeciso

V17-4: Discordo

V17-5: Discordo totalmente



V18: As tradições do IMPE são bem conhecidas e os alunos interessam-se em defendê-las.

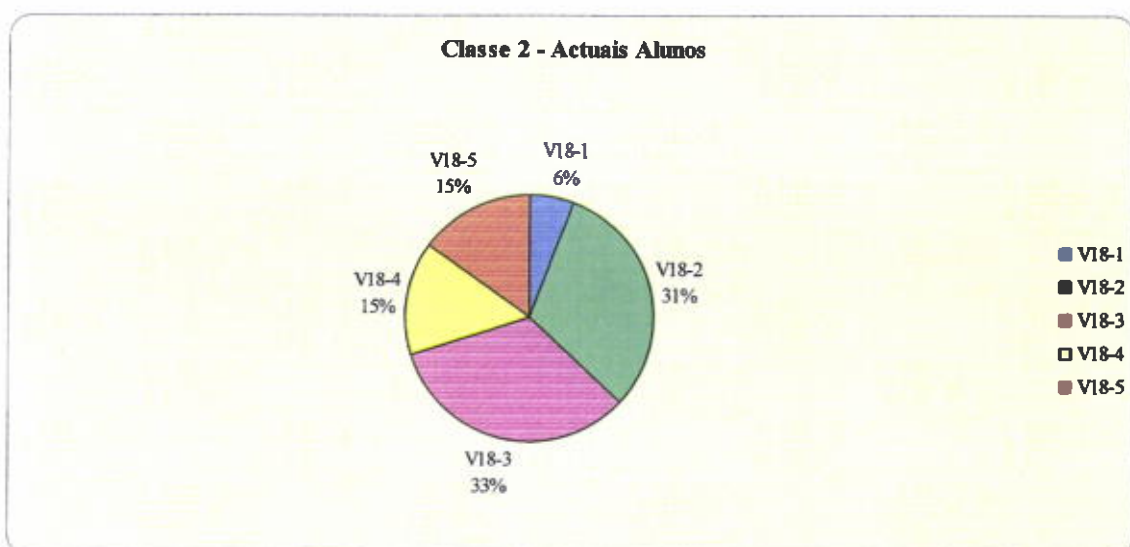
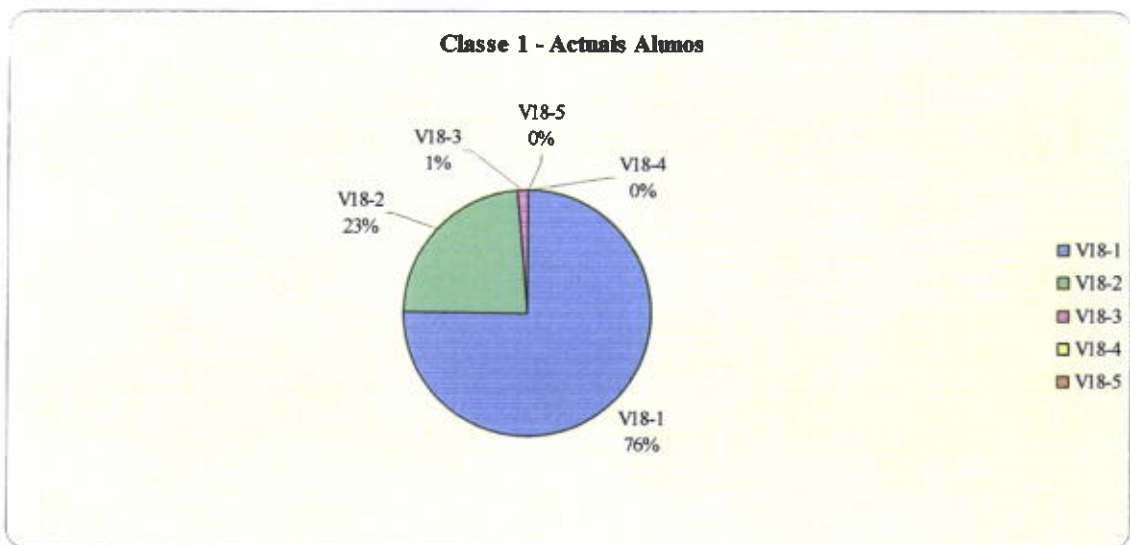
V18-1: Concordo totalmente

V18-2: Concordo

V18-3: Hesitante ou indeciso

V18-4: Discordo

V18-5: Discordo totalmente



V19: Como Escola que faz a ponte entre o ambiente civil e militar, o IMPE contribui para que a experiência da cidadania nos seus alunos seja mais proficua que nas outras escolas.

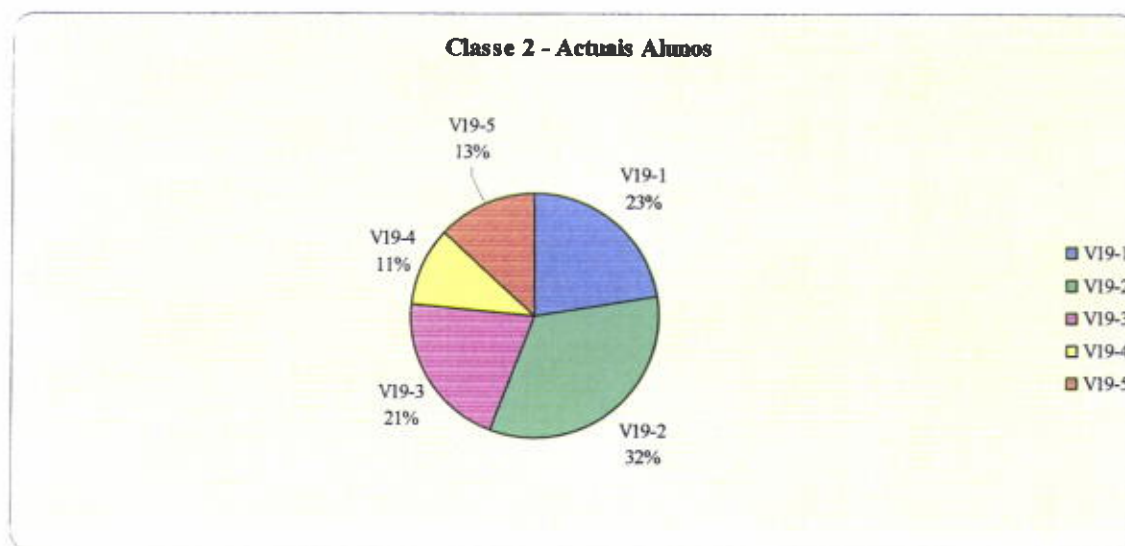
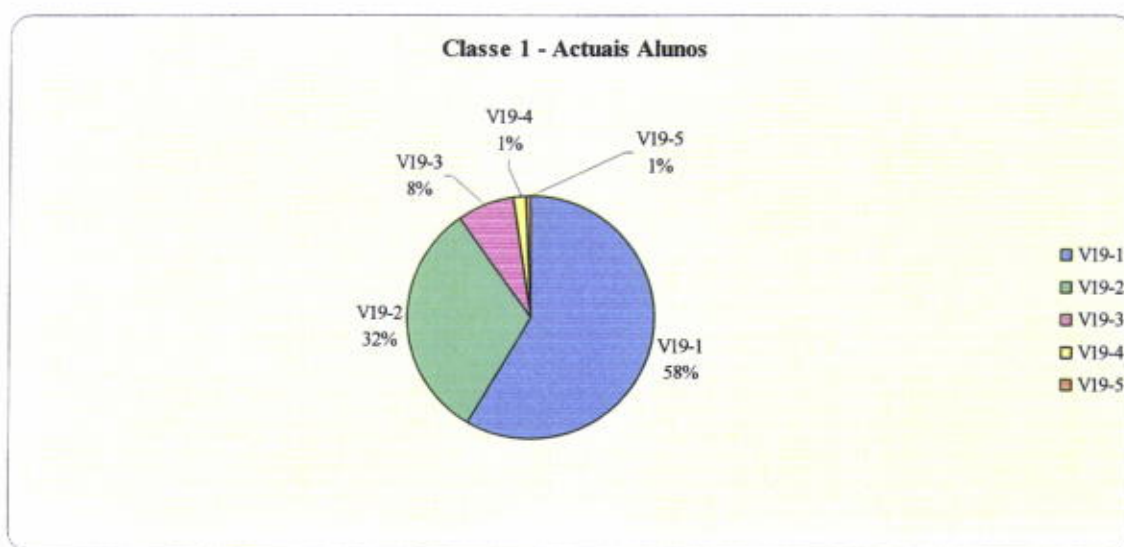
V19-1: Concordo totalmente

V19-2: Concordo

V19-3: Hesitante ou indeciso

V19-4: Discordo

V19-5: Discordo totalmente



V20: A formação religiosa no IMPE assume relevância na vida dos estudantes.

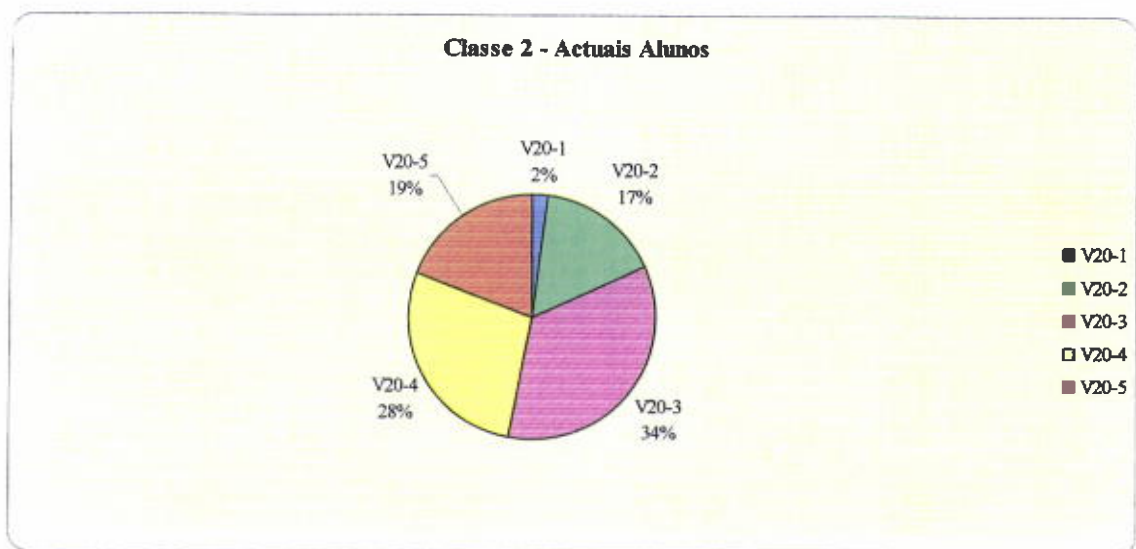
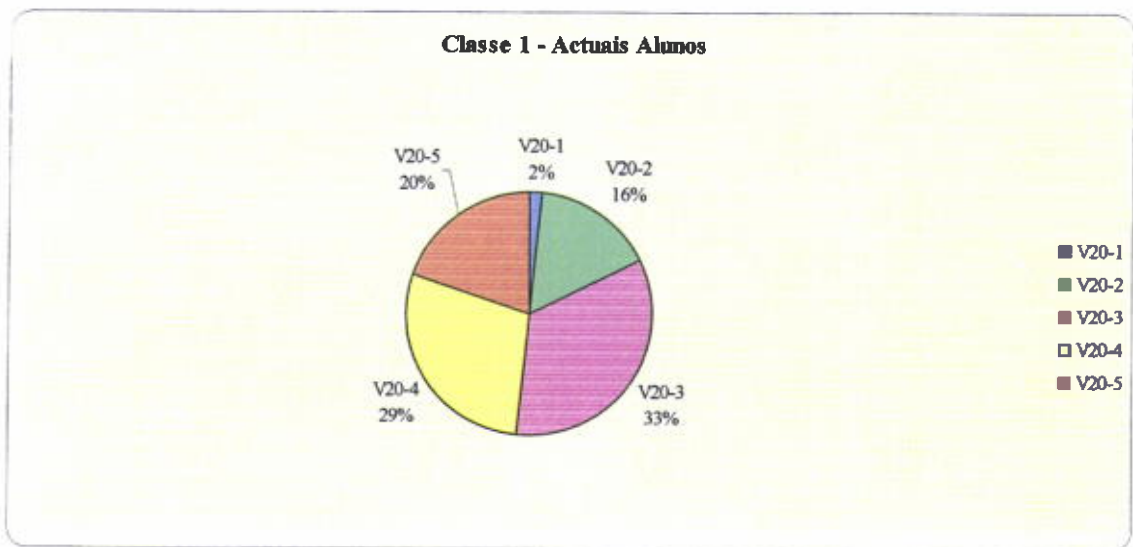
V20-1: Concordo totalmente

V20-2: Concordo

V20-3: Hesitante ou indeciso

V20-4: Discordo

V20-5: Discordo totalmente



V21: Relativamente às Actividades de Complemento Curricular (ACC), sejam estas de índole desportiva ou cultural, pode dizer-se que embora em menor número que no passado, são satisfatoriamente diversificadas.

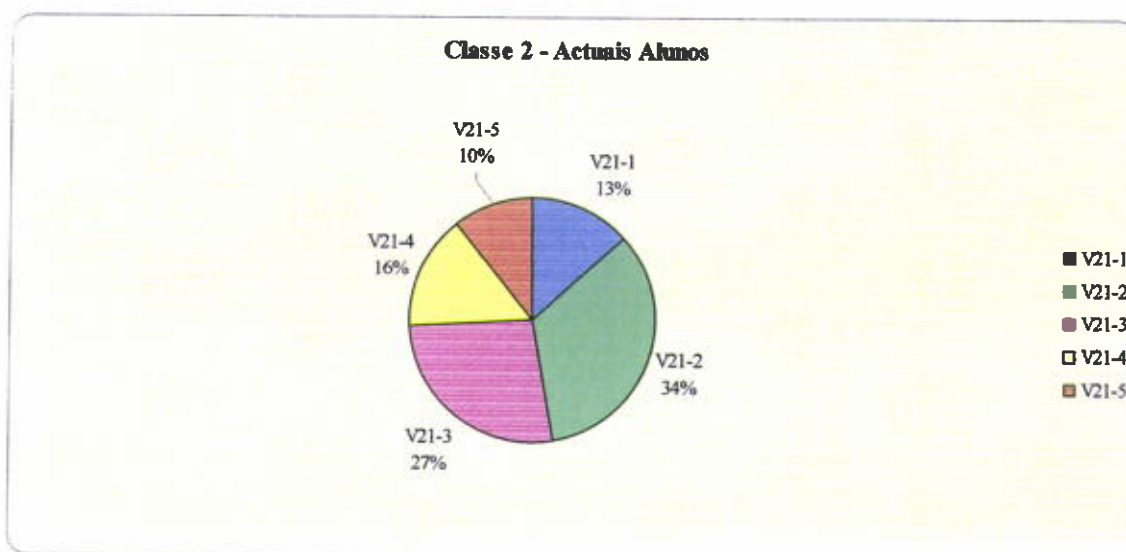
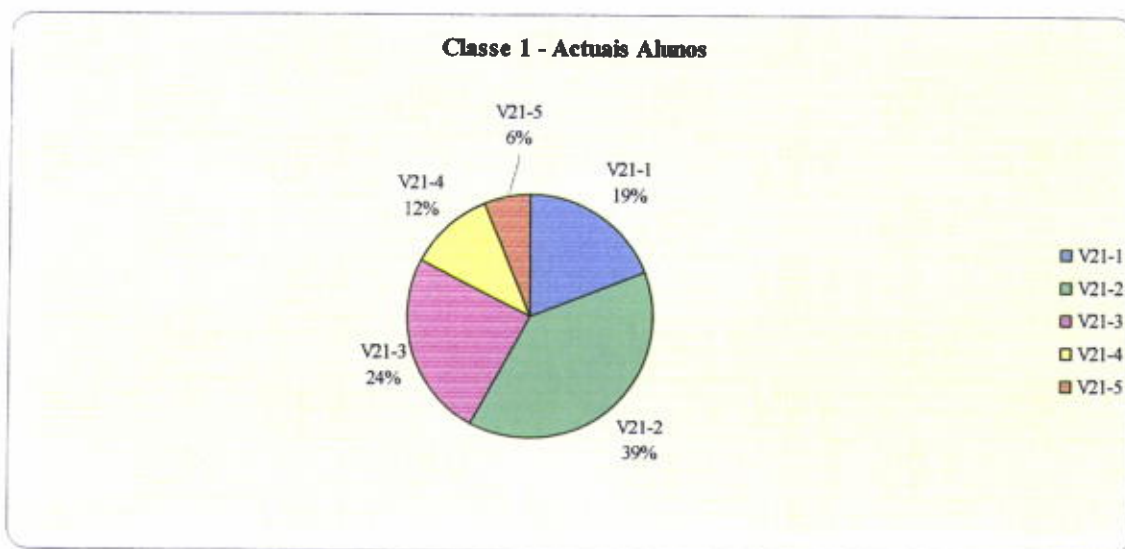
V21-1: Concordo totalmente

V21-2: Concordo

V21-3: Hesitante ou indeciso

V21-4: Discordo

V21-5: Discordo totalmente



V22: A nível institucional, as ACC projectam de forma significativa a imagem do IMPE para o exterior, dignificando-o (como seja pela participação do IMPE em campeonatos, exibições desportivas e outros eventos festivos).

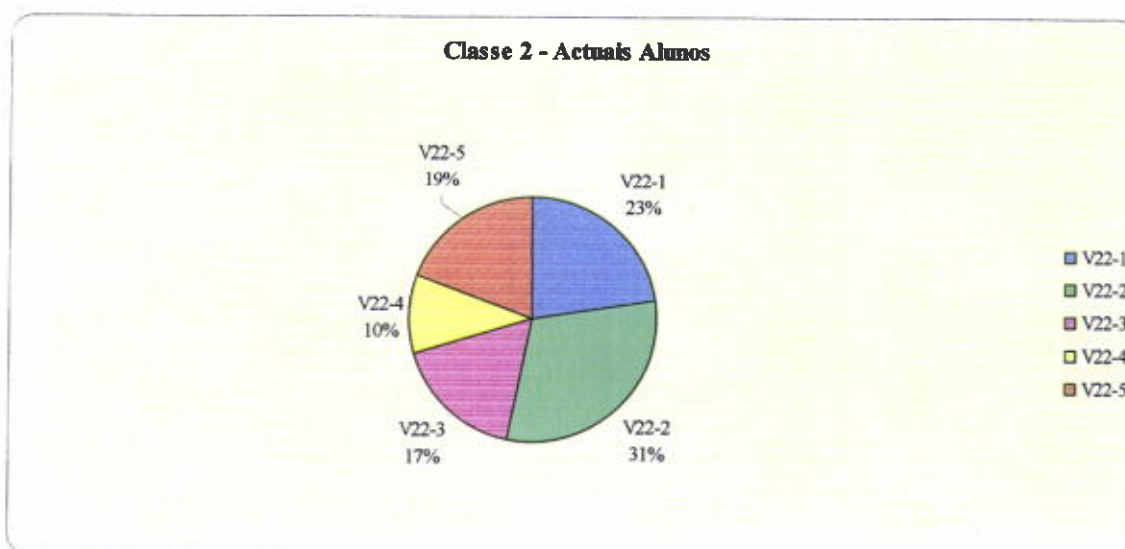
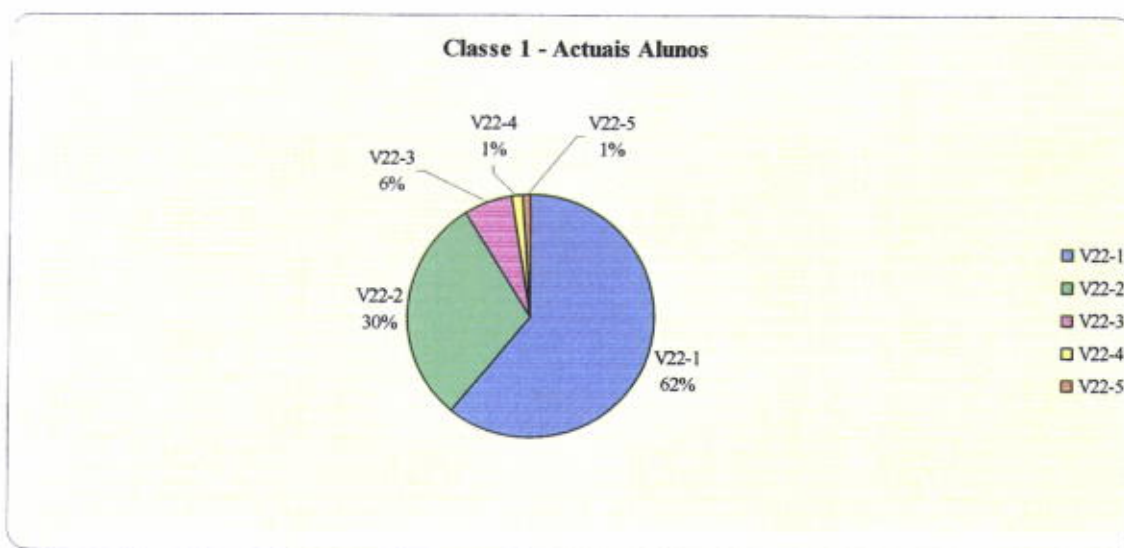
V22-1: Concordo totalmente

V22-2: Concordo

V22-3: Hesitante ou indeciso

V22-4: Discordo

V22-5: Discordo totalmente



V23: O IMPE projecta uma imagem de prestígio para o exterior, porque a avaliação que a sociedade faz do Instituto é positiva, reconhecendo-o como uma escola de elite.

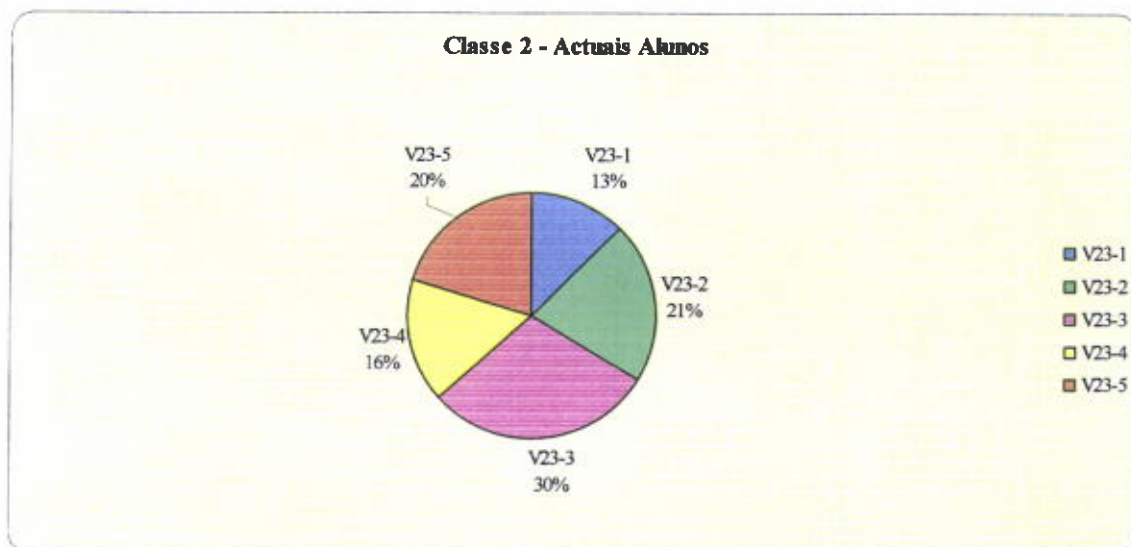
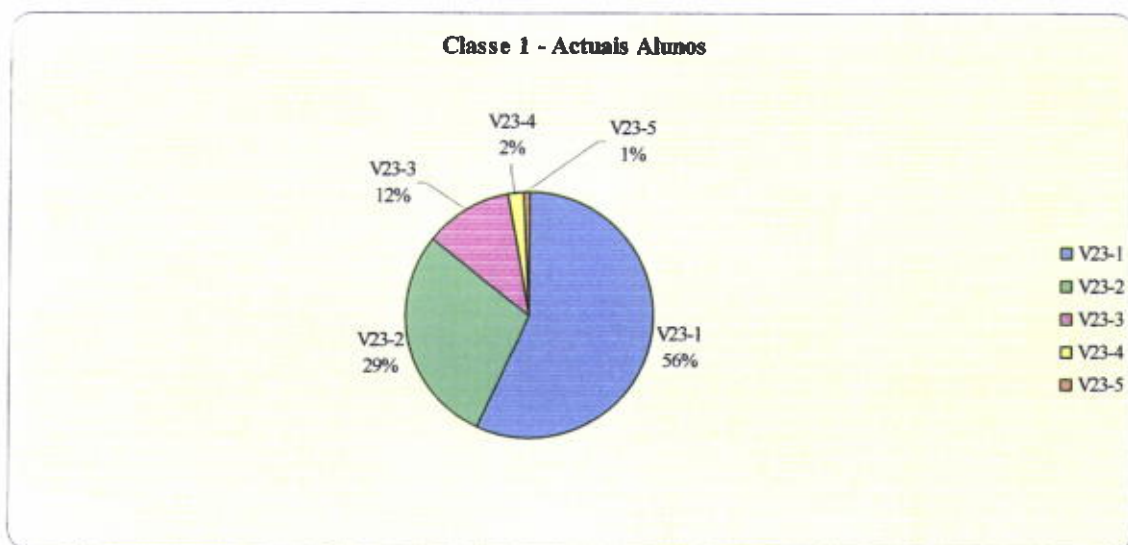
V23-1: Concordo totalmente

V23-2: Concordo

V23-3: Hesitante ou indeciso

V23-4: Discordo

V23-5: Discordo totalmente



V24: A imagem dos diferentes membros do IMPE (alunos, antigos alunos, educadores militares e civis) é forte e reflecte-se nas relações que estes elementos têm entre eles e com a sociedade em geral.

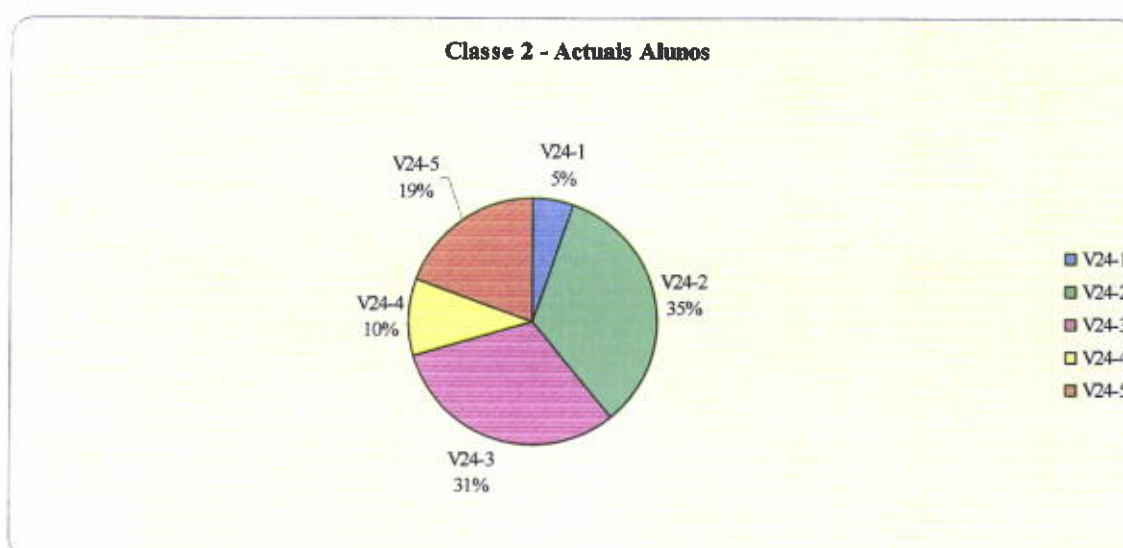
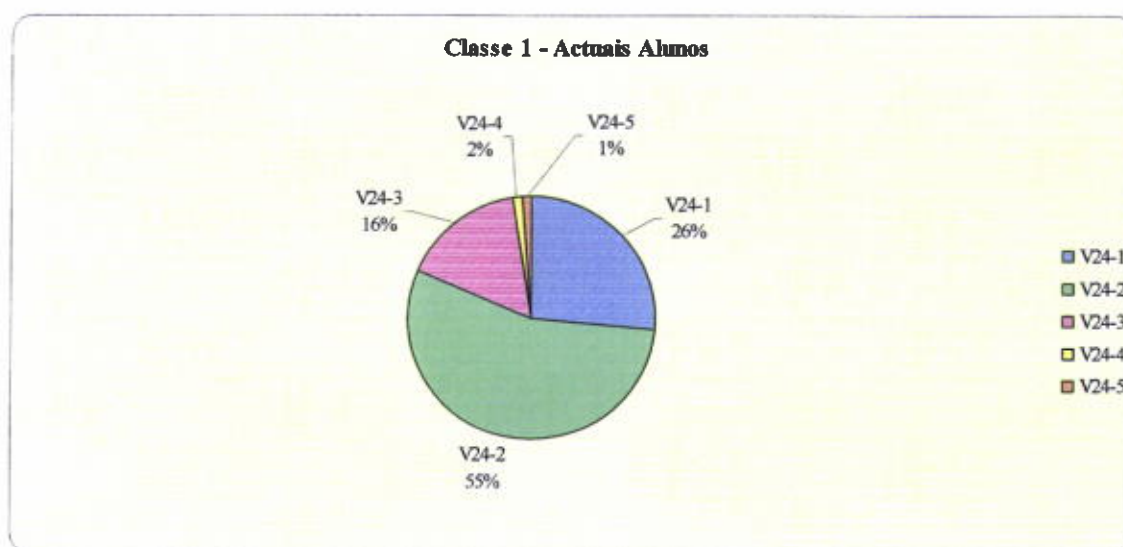
V24-1: Concordo totalmente

V24-2: Concordo

V24-3: Hesitante ou indeciso

V24-4: Discordo

V24-5: Discordo totalmente



V25: O IMPE, pelo seu percurso desde a fundação em 1911, é uma instituição importante no contexto da socialização cívica, política e militar em Portugal.

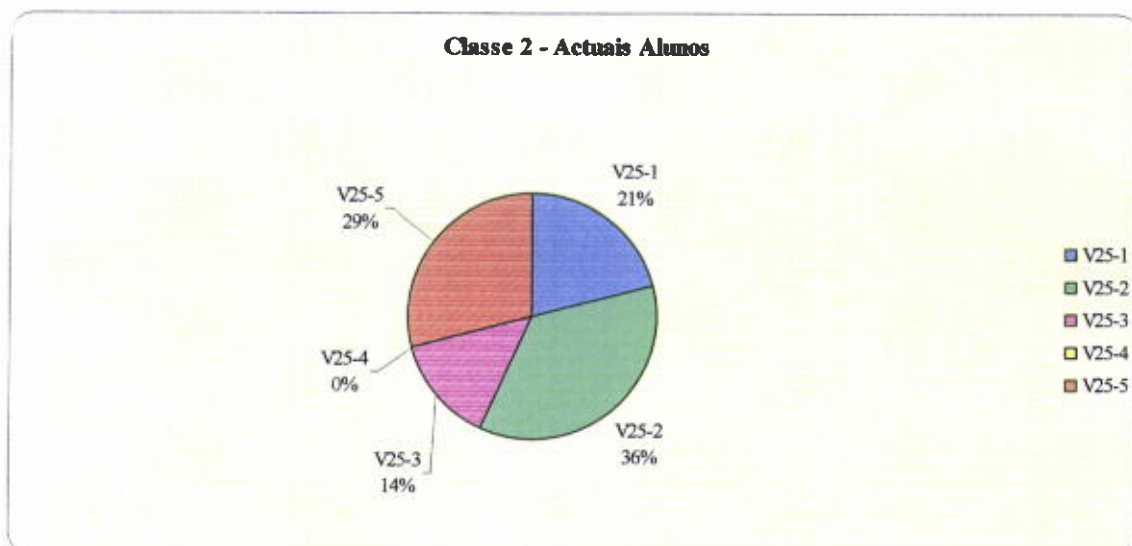
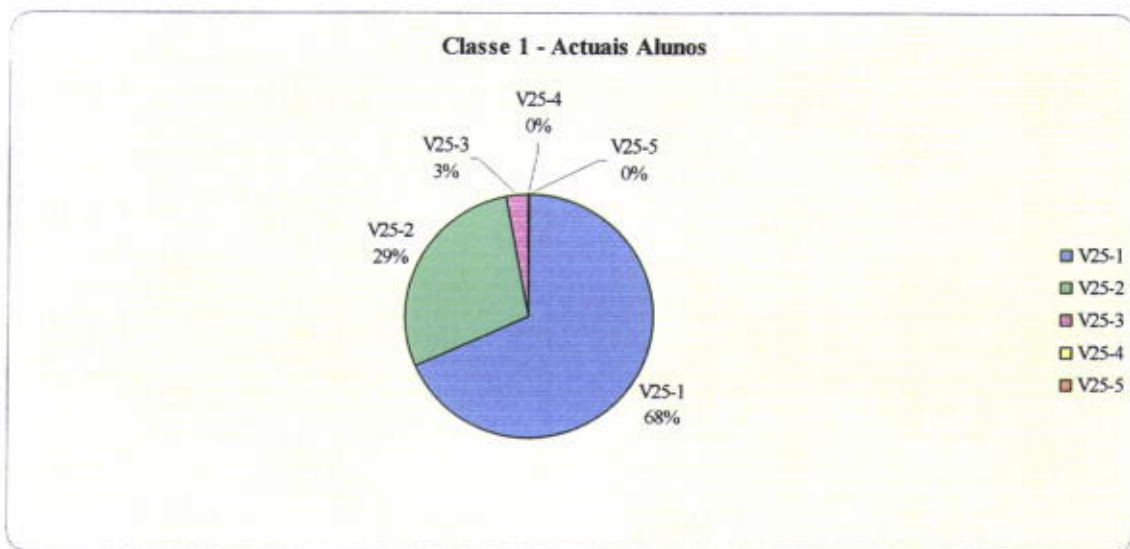
V25-1: Concordo totalmente

V25-2: Concordo

V25-3: Hesitante ou indeciso

V25-4: Discordo

V25-5: Discordo totalmente



V26: O Instituto tem a preocupação dominante de formar o carácter dos alunos, cultivando-lhes sentimentos patrióticos e iniciando-os na prática dos valores militares, independentemente de seguirem ou não, a carreira militar.

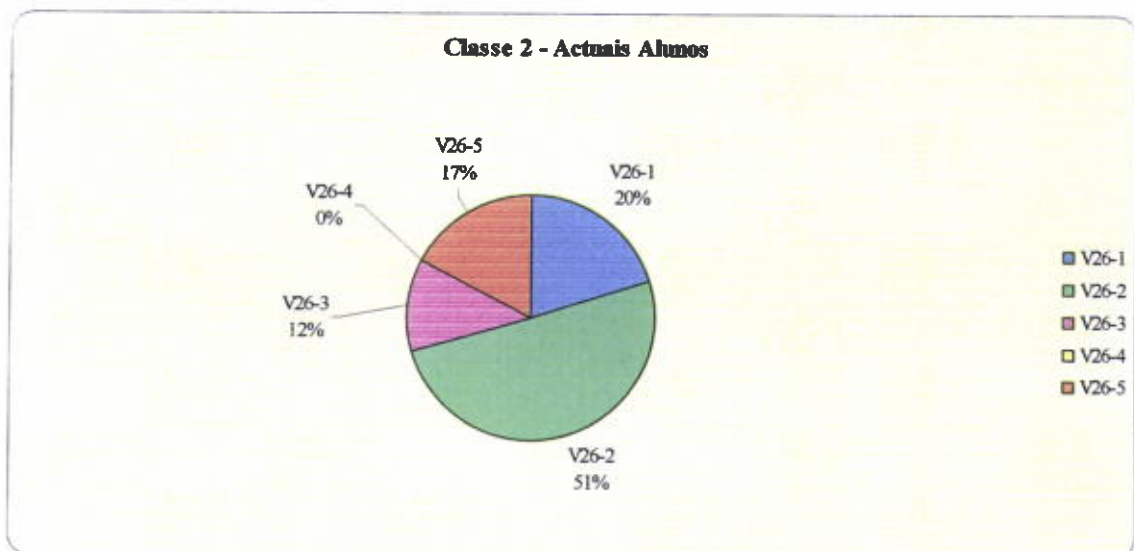
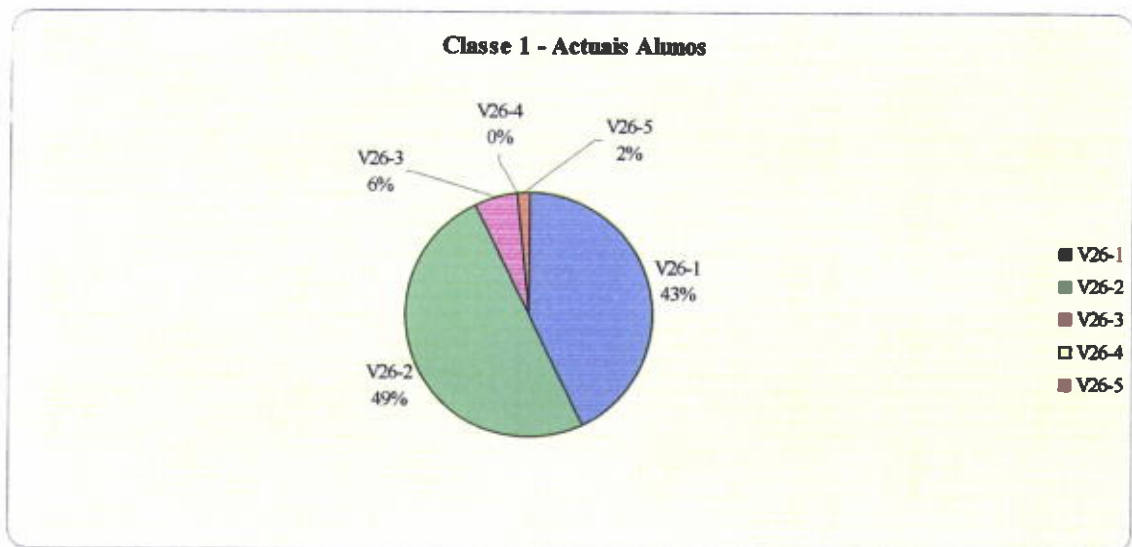
V26-1: Concordo totalmente

V26-2: Concordo

V26-3: Hesitante ou indeciso

V26-4: Discordo

V26-5: Discordo totalmente



V27: O Instituto incute o gosto pela disciplina e a criação do espírito de decisão, lealdade e responsabilidade, de obediência e sacrifício.

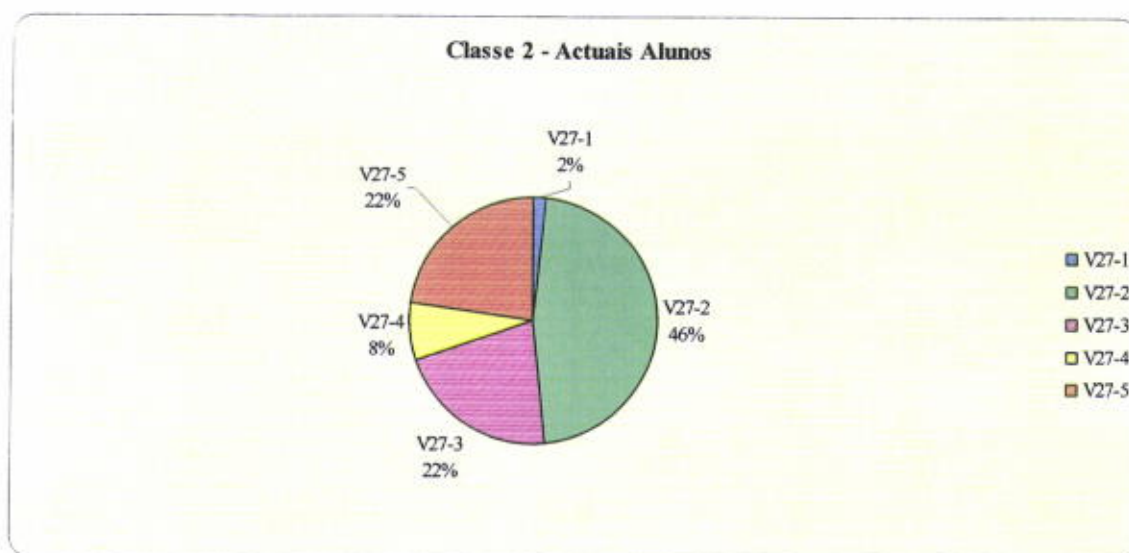
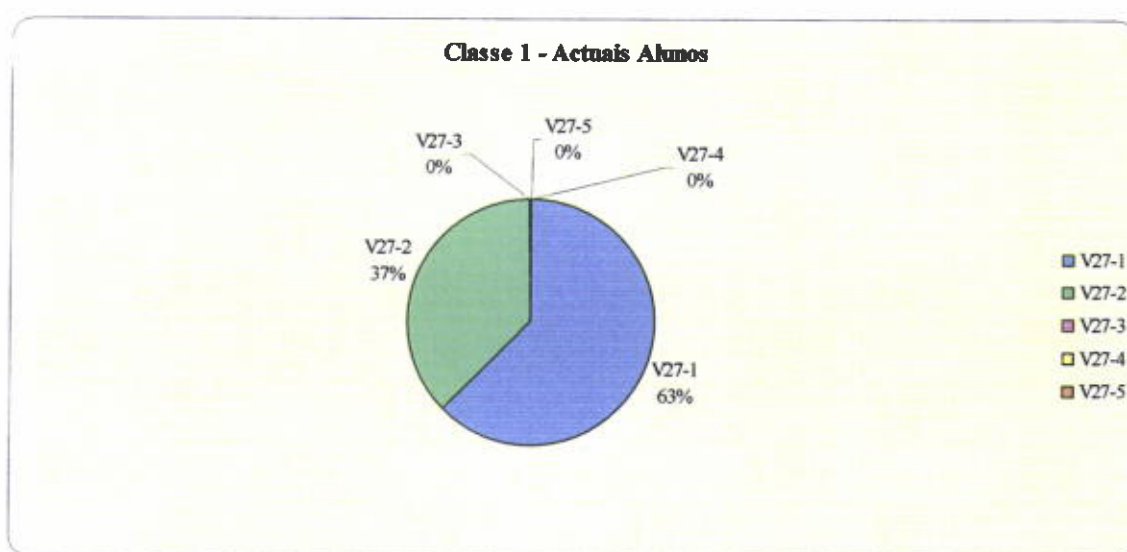
V27-1: Concordo totalmente

V27-2: Concordo

V27-3: Hesitante ou indeciso

V27-4: Discordo

V27-5: Discordo totalmente



V28: Um aluno do IMPE pode ter expectativas altas quanto à sua carreira profissional, porque o Instituto é uma escola de referência.

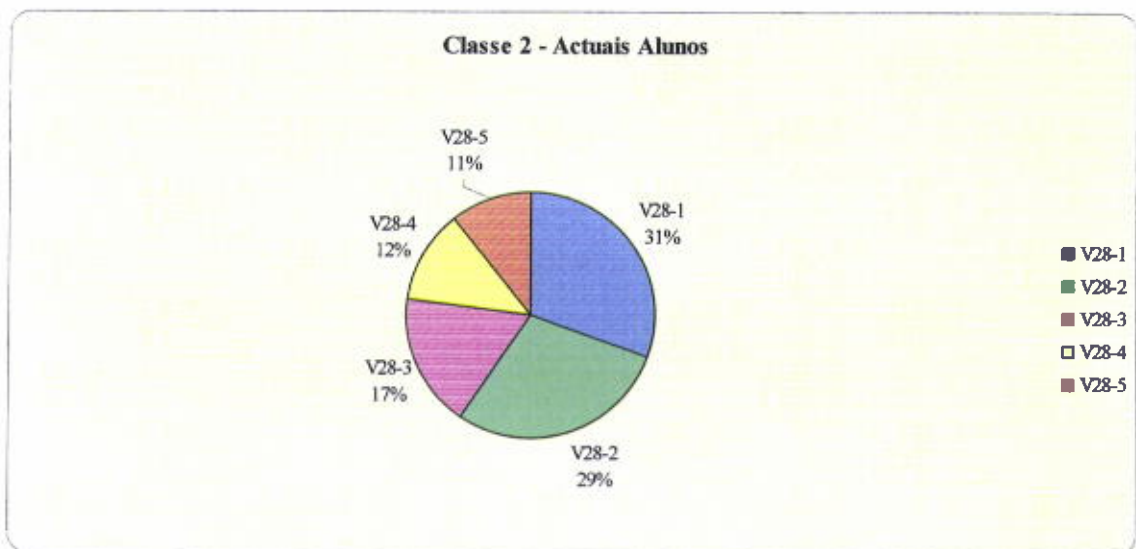
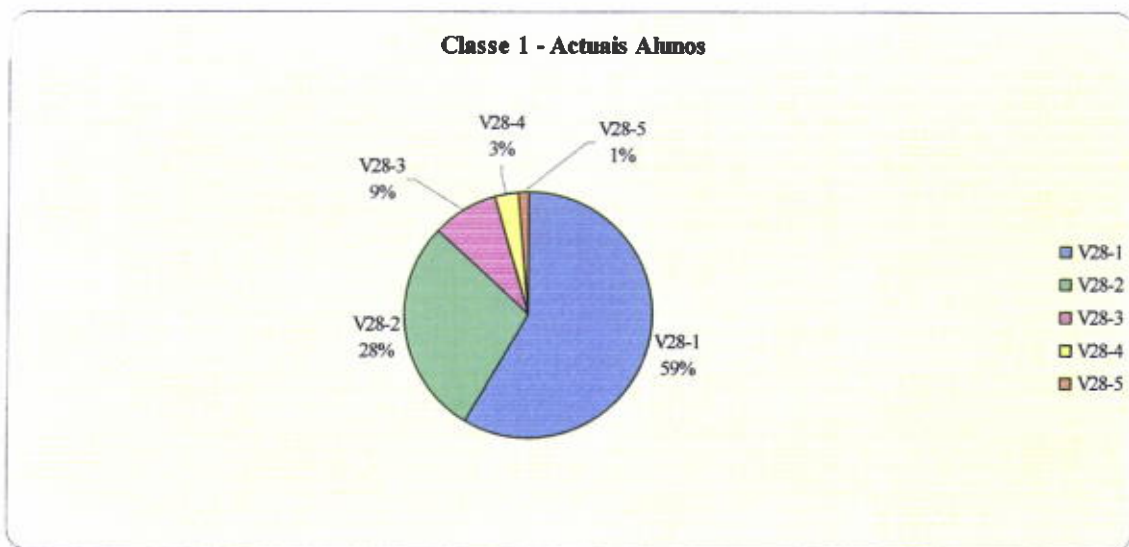
V28-1: Concordo totalmente

V28-2: Concordo

V28-3: Hesitante ou indeciso

V28-4: Discordo

V28-5: Discordo totalmente



V29: O IMPE ainda se depara com dificuldades sobre a continuidade da sua existência.

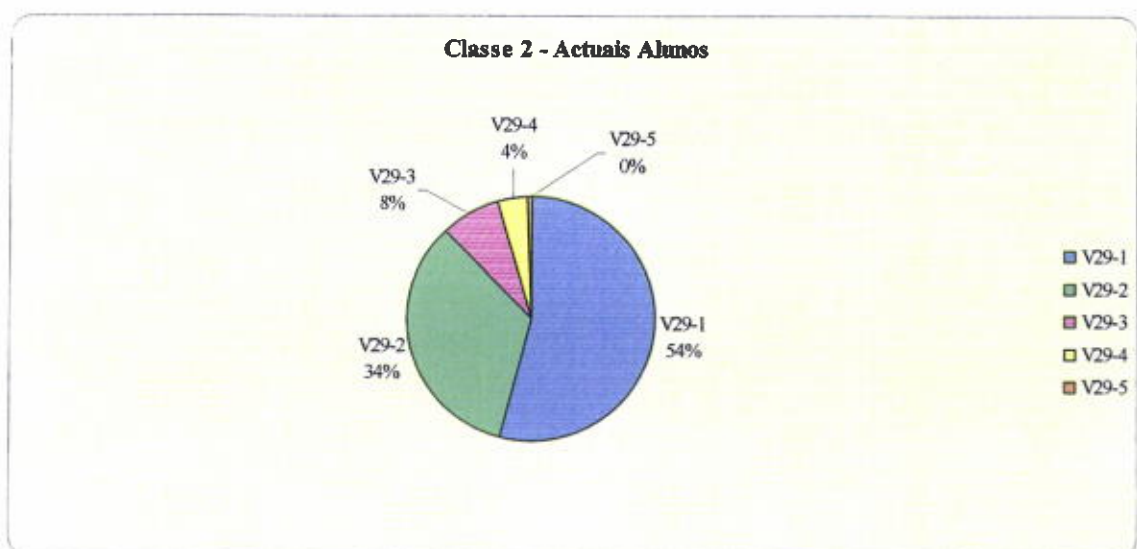
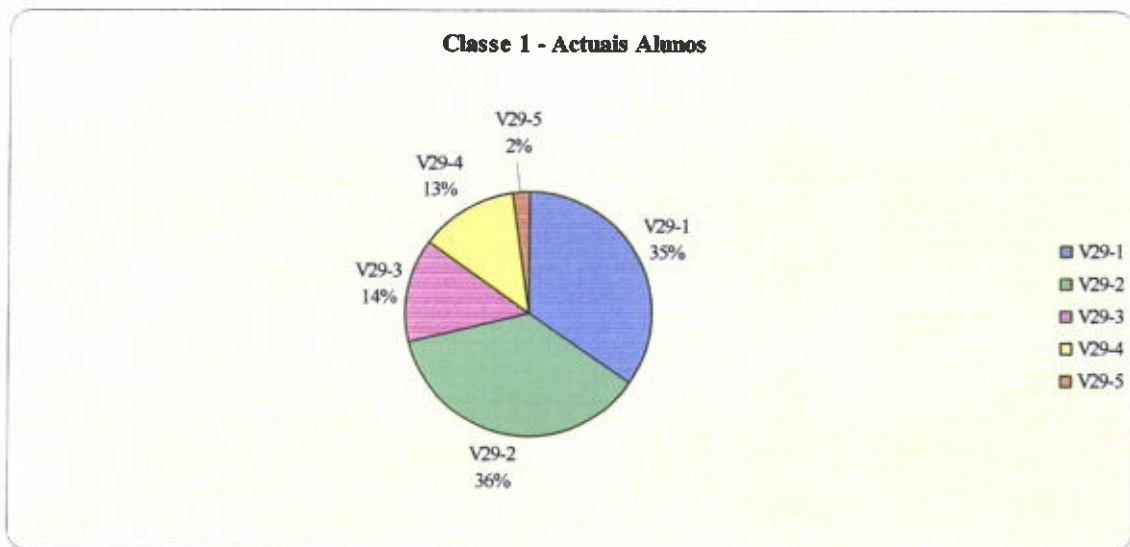
V29-1: Concordo totalmente

V29-2: Concordo

V29-3: Hesitante ou indeciso

V29-4: Discordo

V29-5: Discordo totalmente



V30: O regime de Externato é mais adequado do que o Internato à vida académica e militar dos alunos.

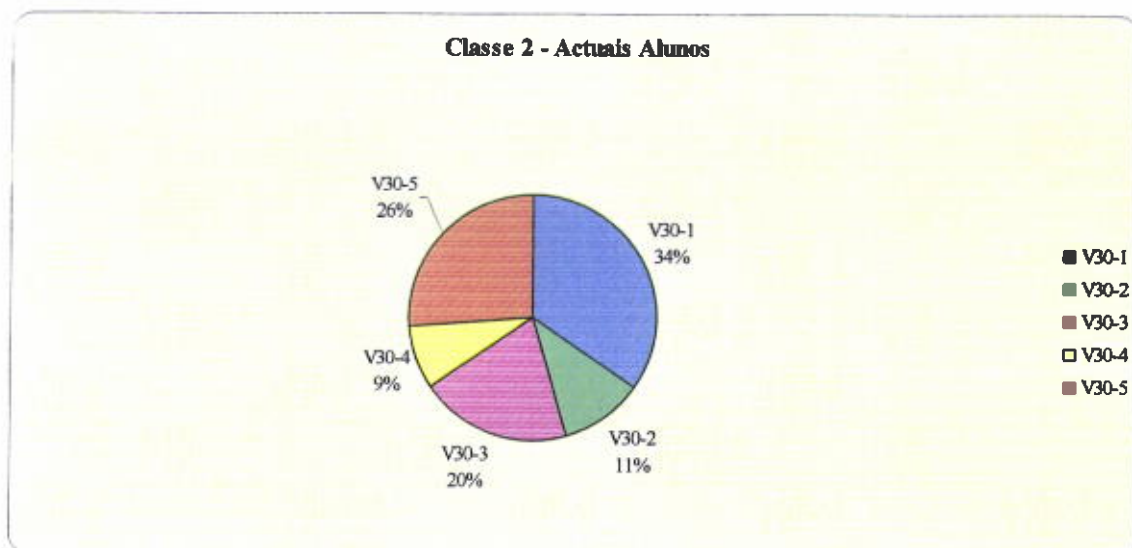
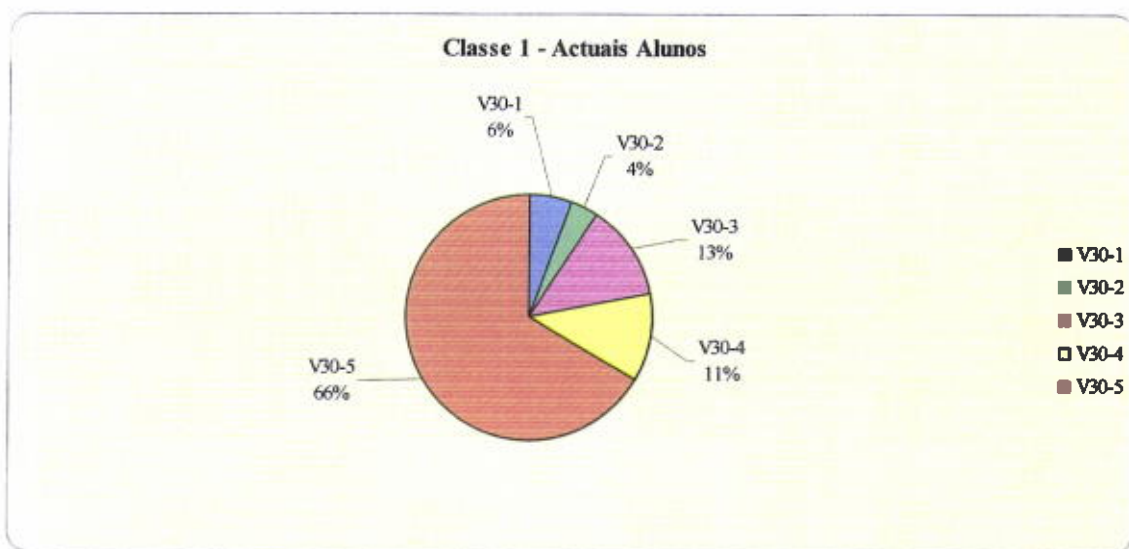
V30-1: Concordo totalmente

V30-2: Concordo

V30-3: Hesitante ou indeciso

V30-4: Discordo

V30-5: Discordo totalmente



V31: O regime de Internato é mais adequado do que o Externato à vida académica e militar dos alunos.

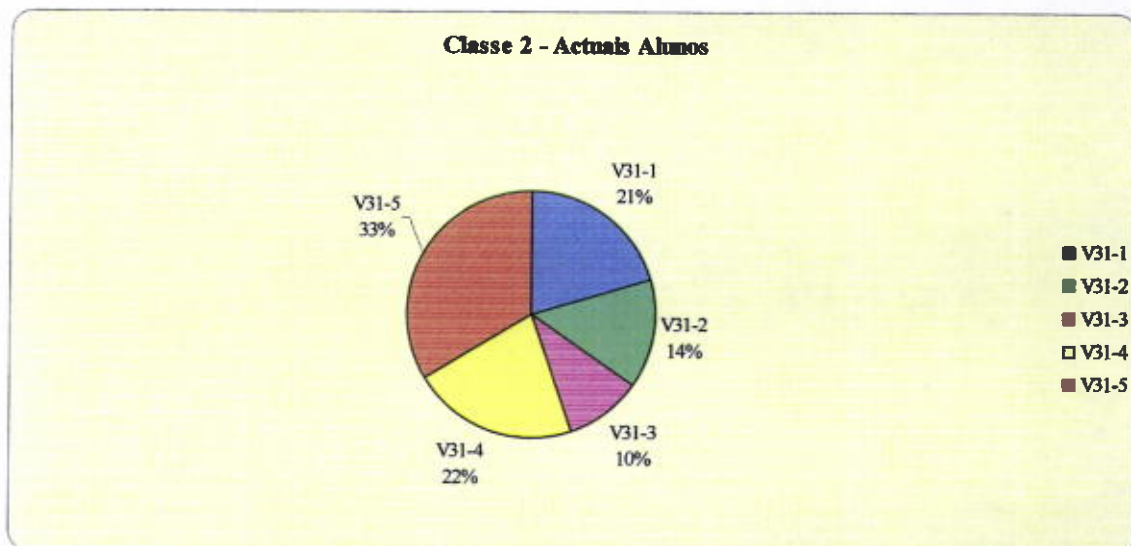
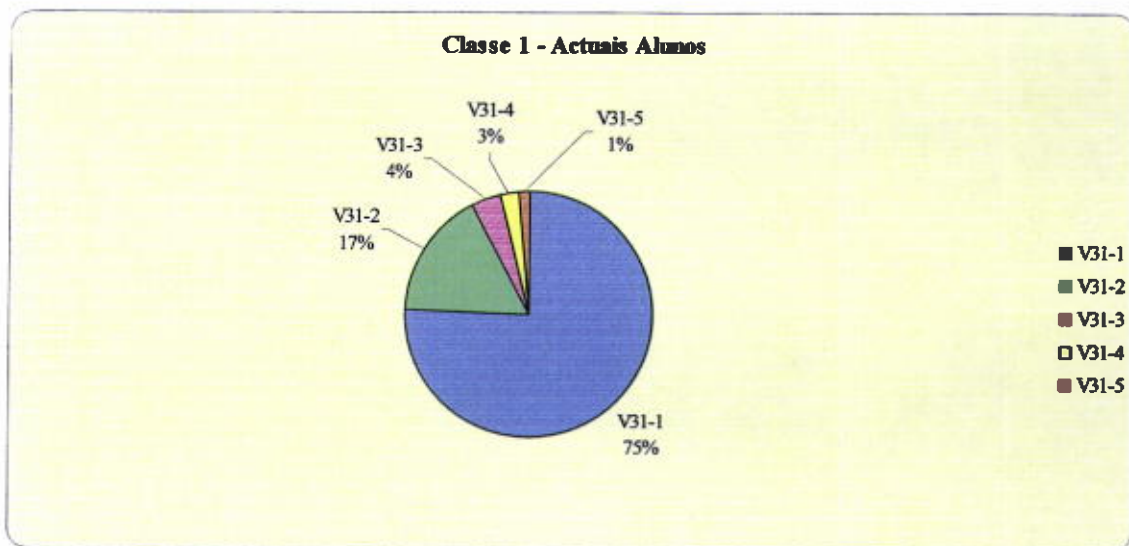
V31-1: Concordo totalmente

V31-2: Concordo

V31-3: Hesitante ou indeciso

V31-4: Discordo

V31-5: Discordo totalmente



V32: Os dois regimes (Internato e Externato) complementam-se e devem existir em simultâneo.

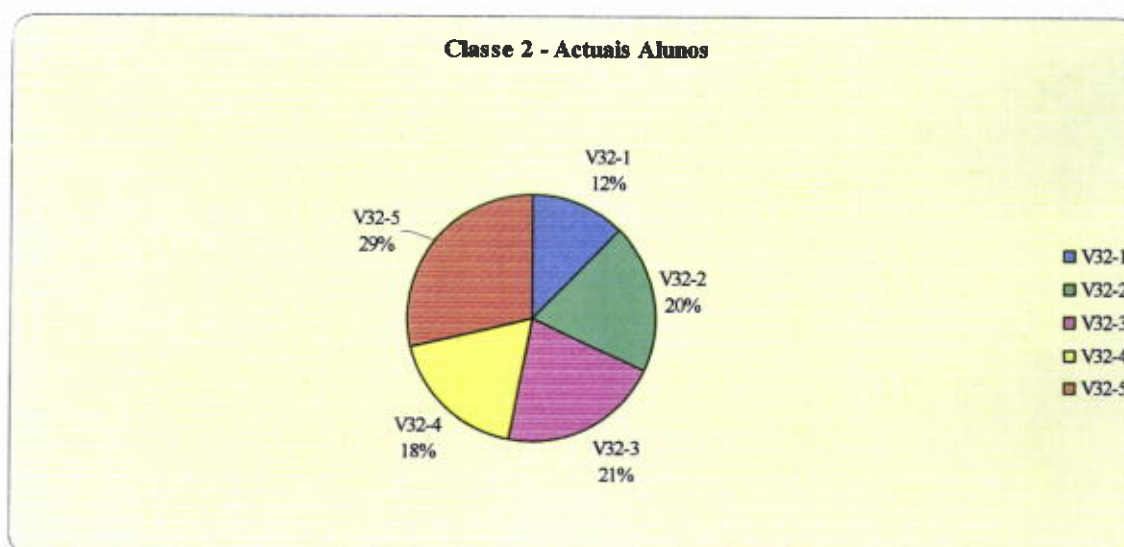
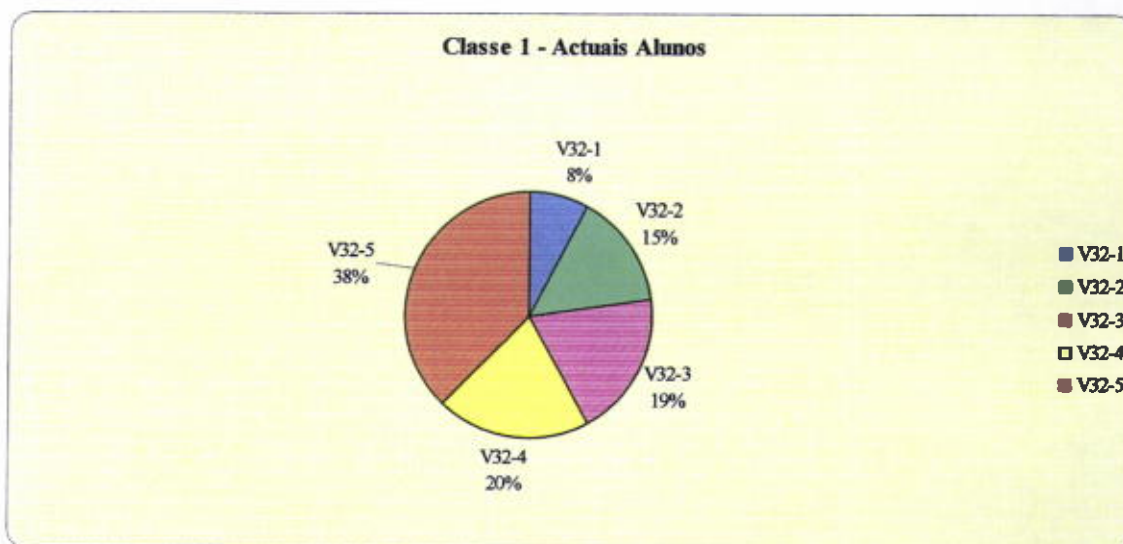
V32-1: Concordo totalmente

V32-2: Concordo

V32-3: Hesitante ou indeciso

V32-4: Discordo

V32-5: Discordo totalmente



V33: A formação civil ministrada no IMPE está adequada à sua missão.

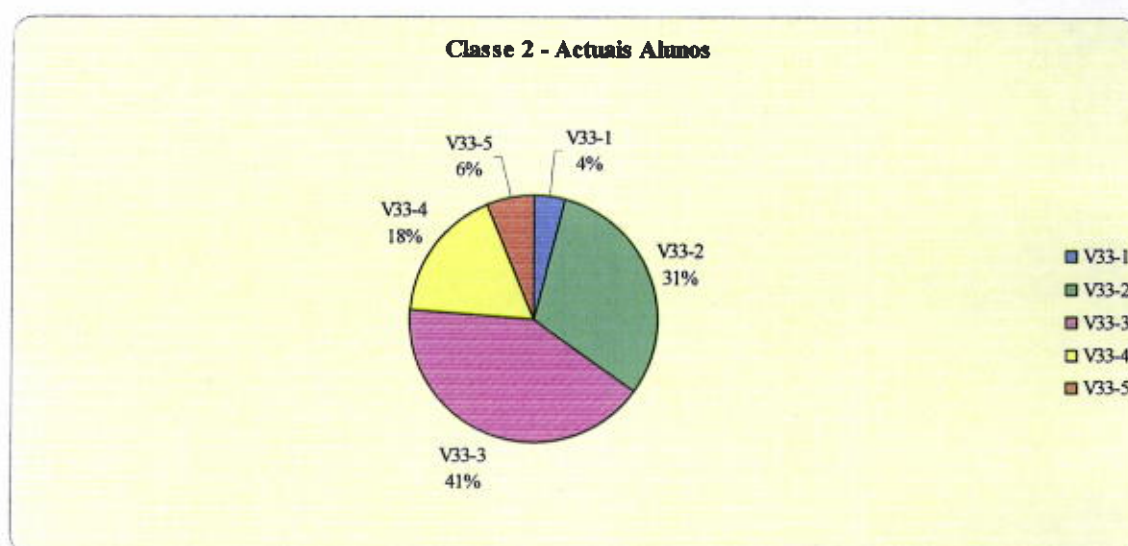
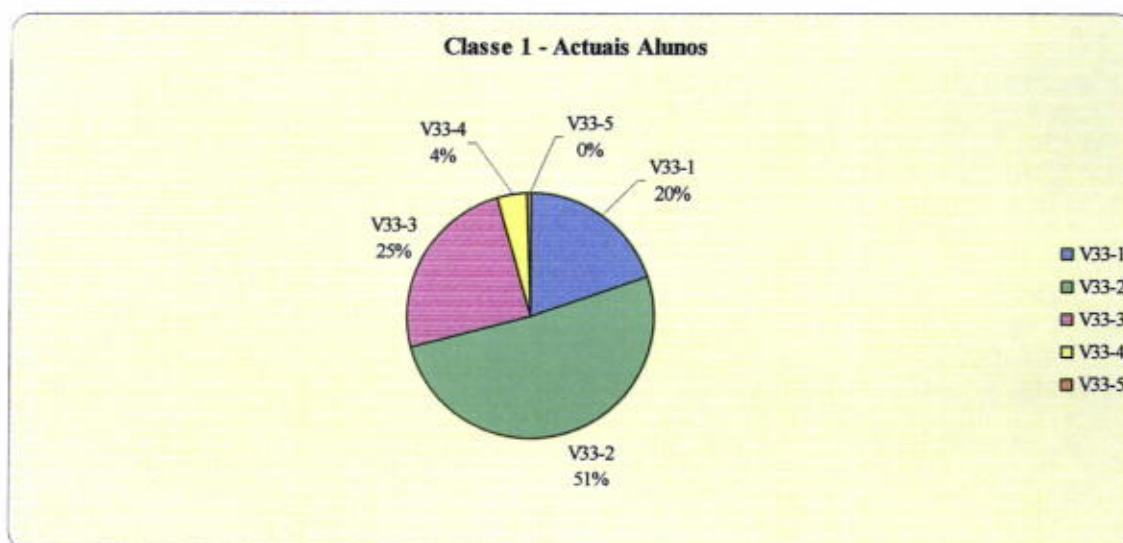
V33-1: Concordo totalmente

V33-2: Concordo

V33-3: Hesitante ou indeciso

V33-4: Discordo

V33-5: Discordo totalmente



V34: A formação civil deve ser maximizada, com mais tempos escolares.

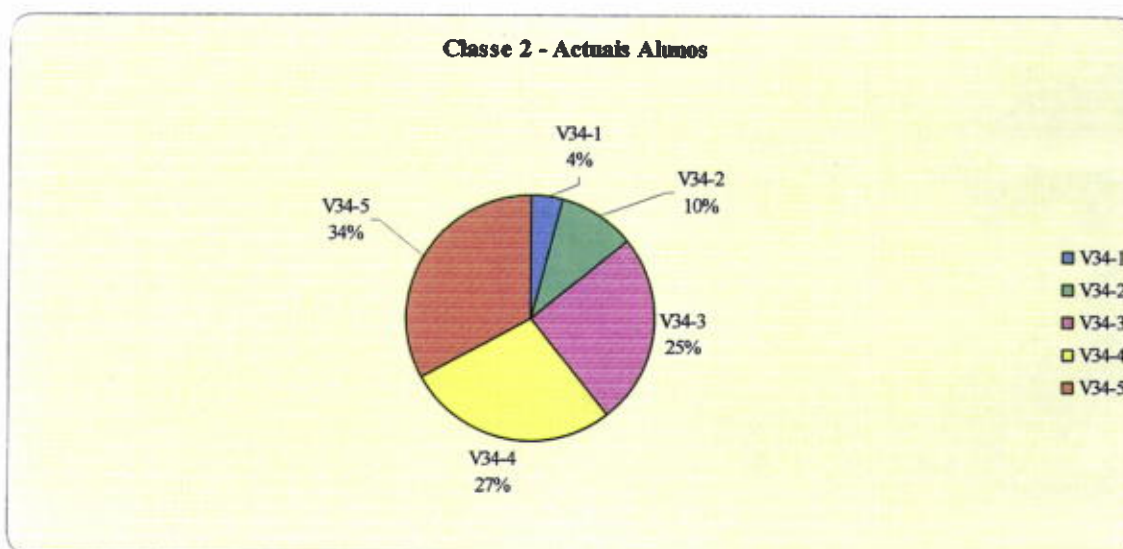
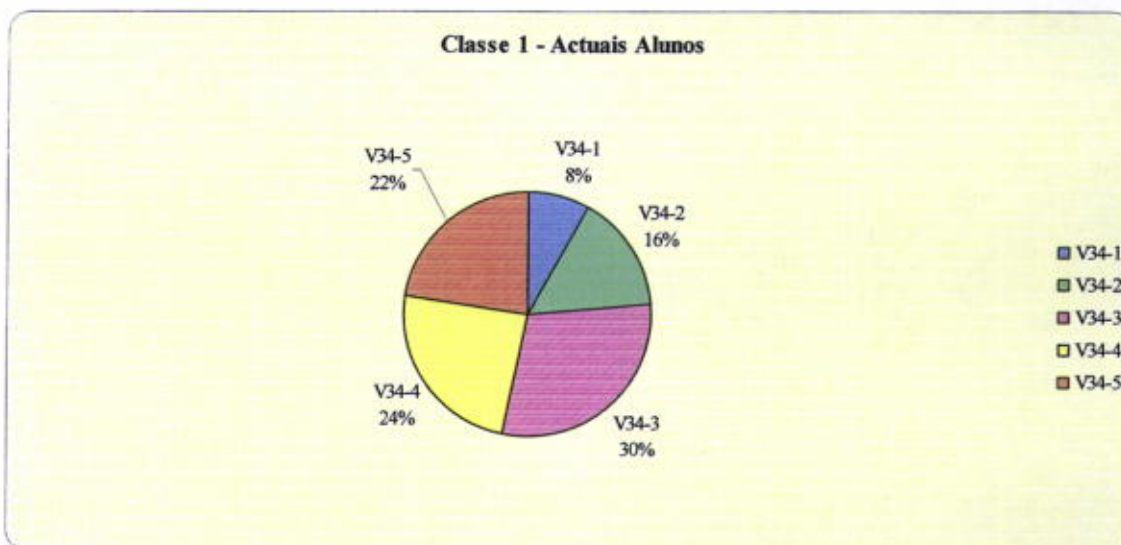
V34-1: Concordo totalmente

V34-2: Concordo

V34-3: Hesitante ou indeciso

V34-4: Discordo

V34-5: Discordo totalmente



V35: A formação civil deve ser reduzida, porque a carga horária é excessiva.

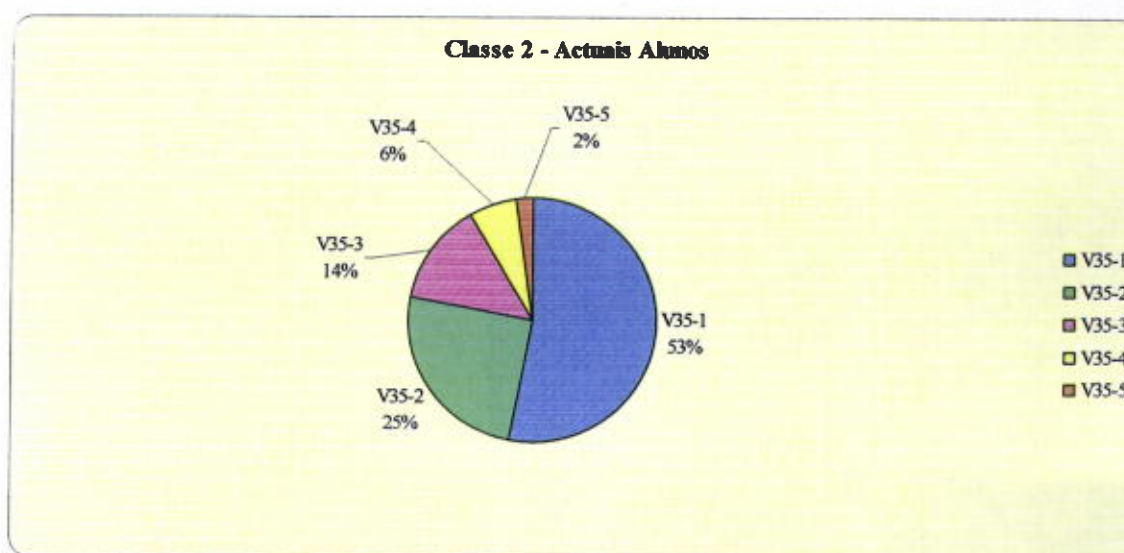
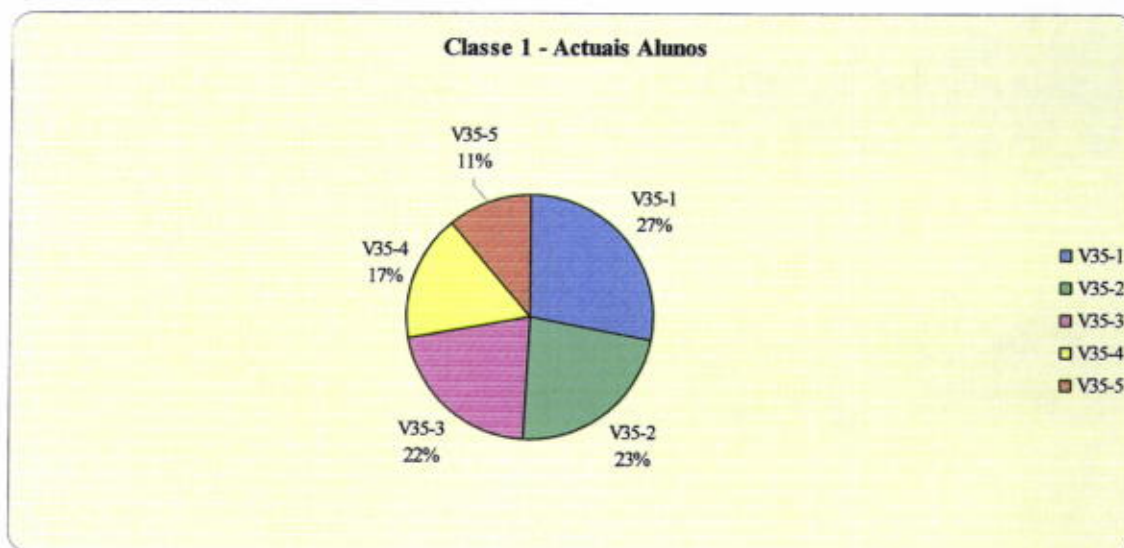
V35-1: Concordo totalmente

V35-2: Concordo

V35-3: Hesitante ou indeciso

V35-4: Discordo

V35-5: Discordo totalmente



V36: A formação militar ministrada no IMPE está adequada à sua missão.

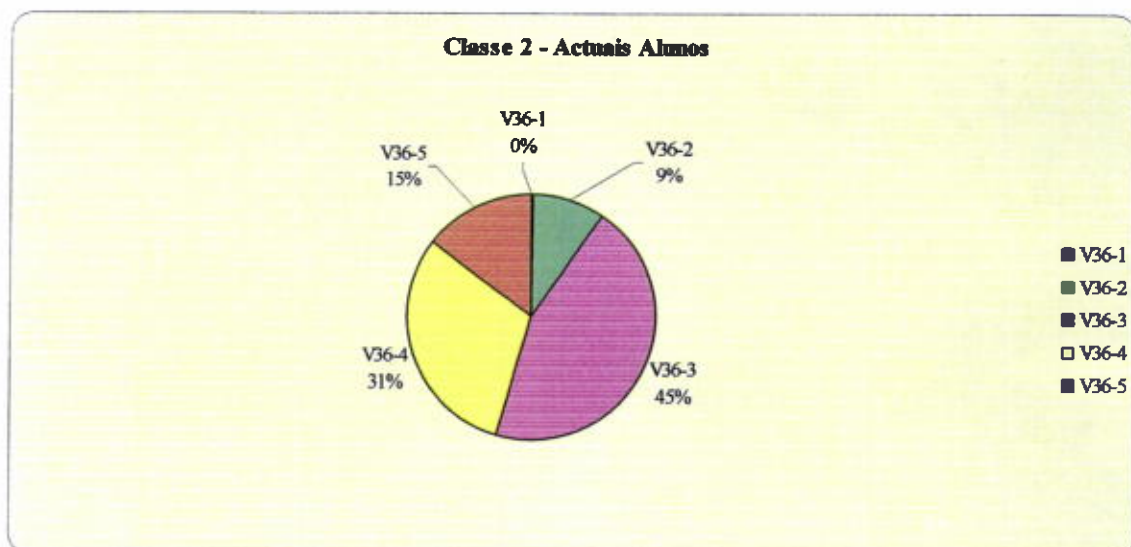
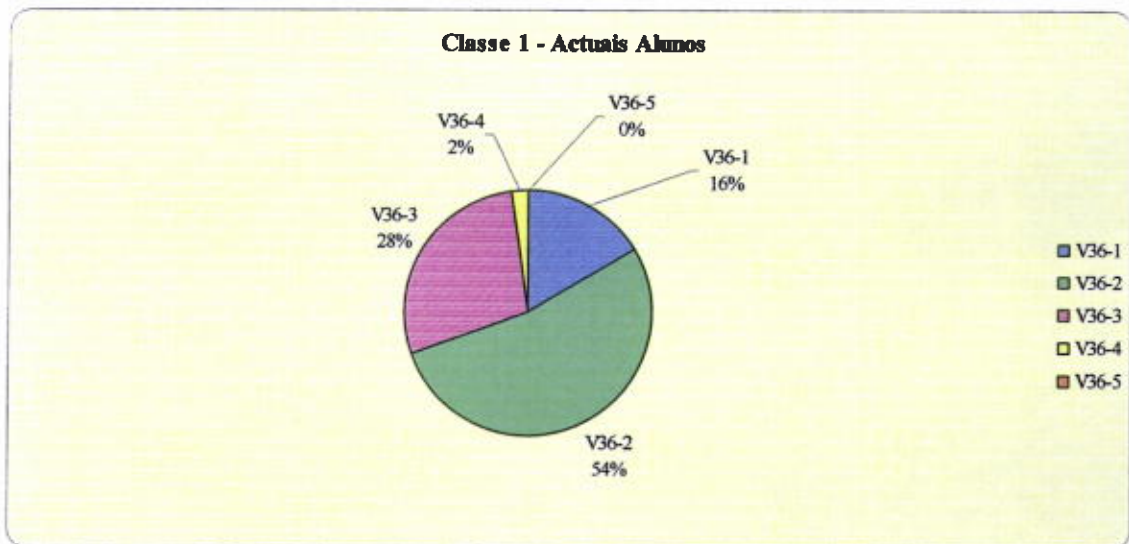
V36-1: Concordo totalmente

V36-2: Concordo

V36-3: Hesitante ou indeciso

V36-4: Discordo

V36-5: Discordo totalmente



V37: A formação militar deve ser maximizada, com mais tempos escolares.

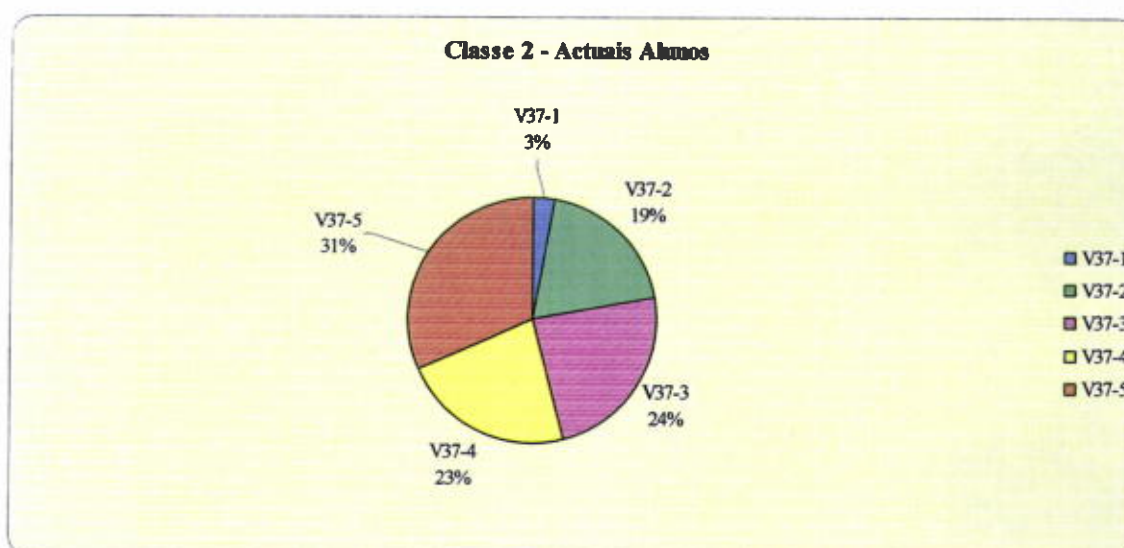
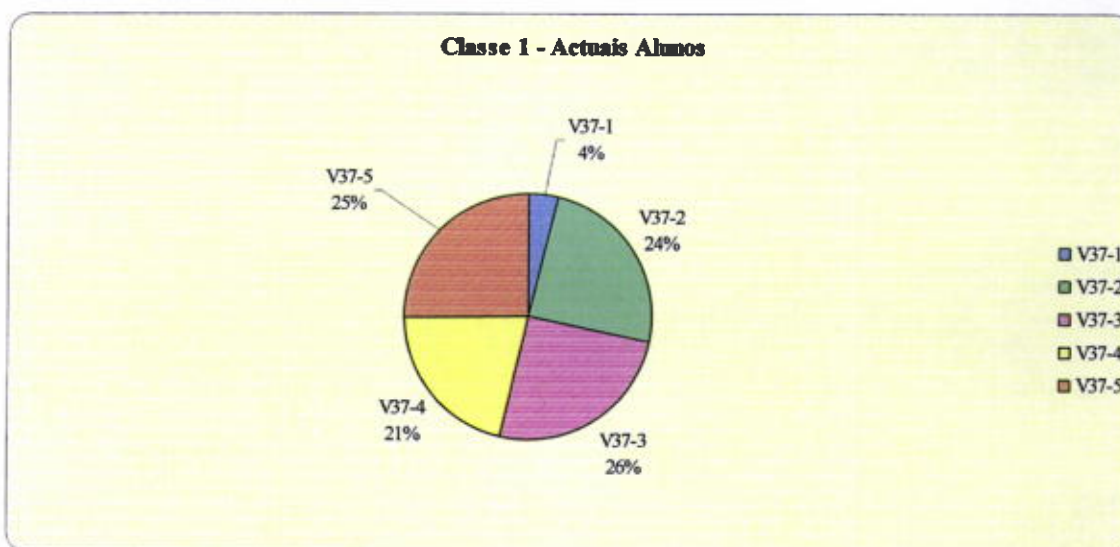
V37-1: Concordo totalmente

V37-2: Concordo

V37-3: Hesitante ou indeciso

V37-4: Discordo

V37-5: Discordo totalmente



V38: A formação militar deve ser reduzida, porque a carga horária é excessiva.

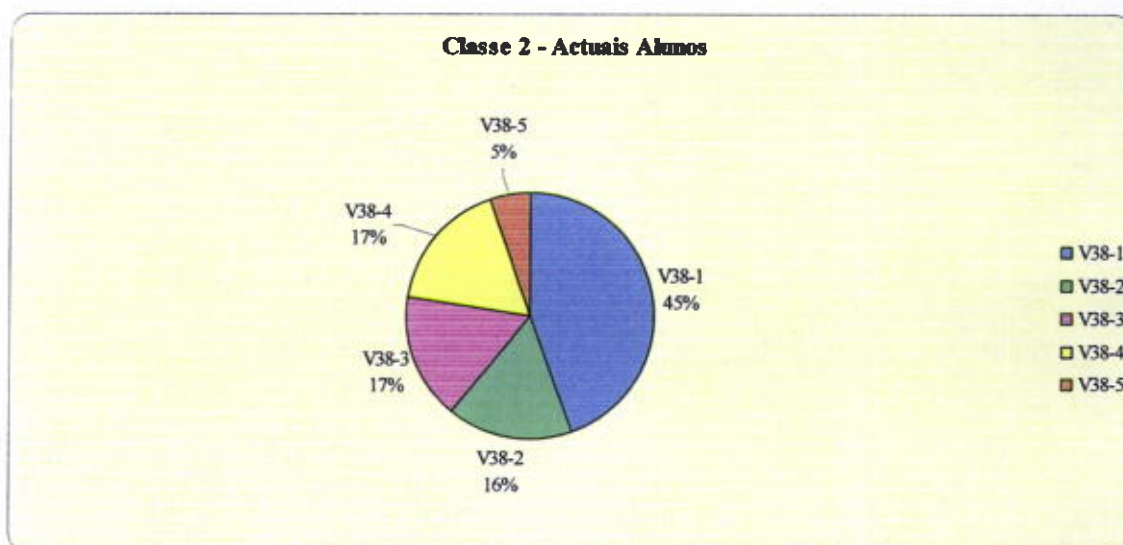
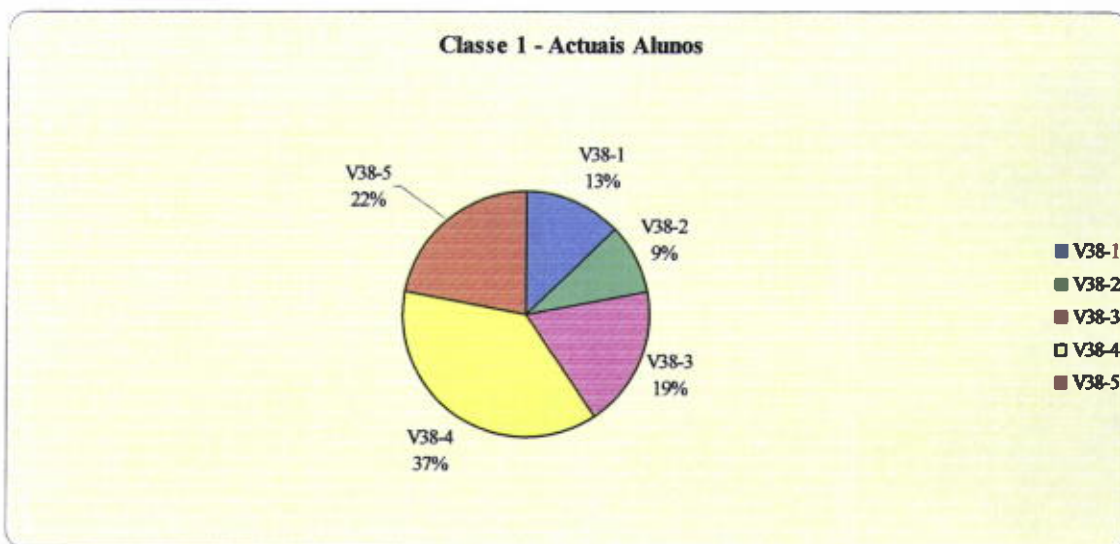
V38-1: Concordo totalmente

V38-2: Concordo

V38-3: Hesitante ou indeciso

V38-4: Discordo

V38-5: Discordo totalmente



V39: O IMPE deve continuar a existir como escola militar, ainda que reorganizado, porque responde a lacunas formativas do Colégio Militar (CM) e mesmo do Instituto de Odivelas (IO).

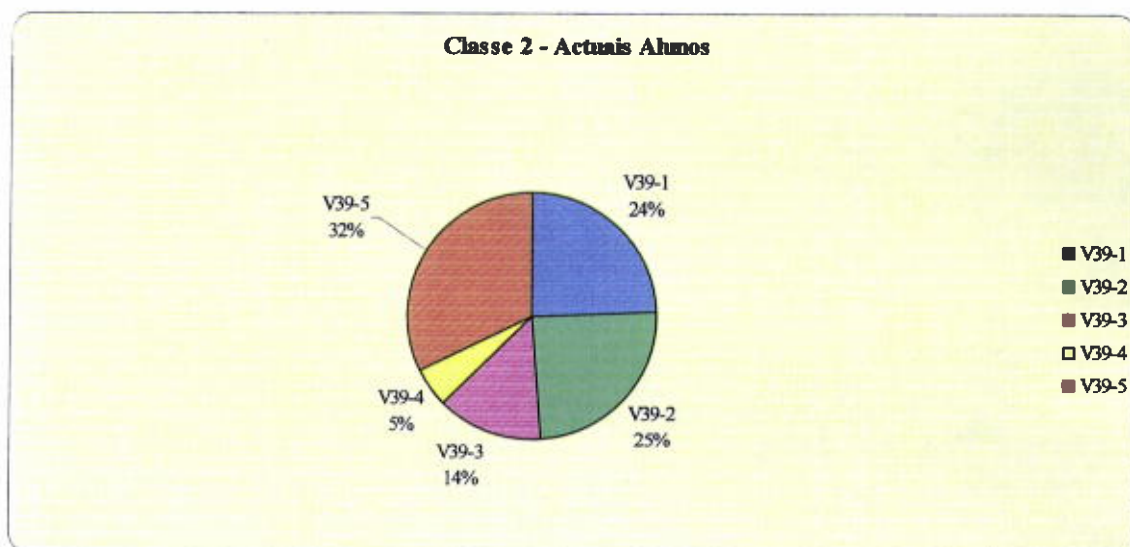
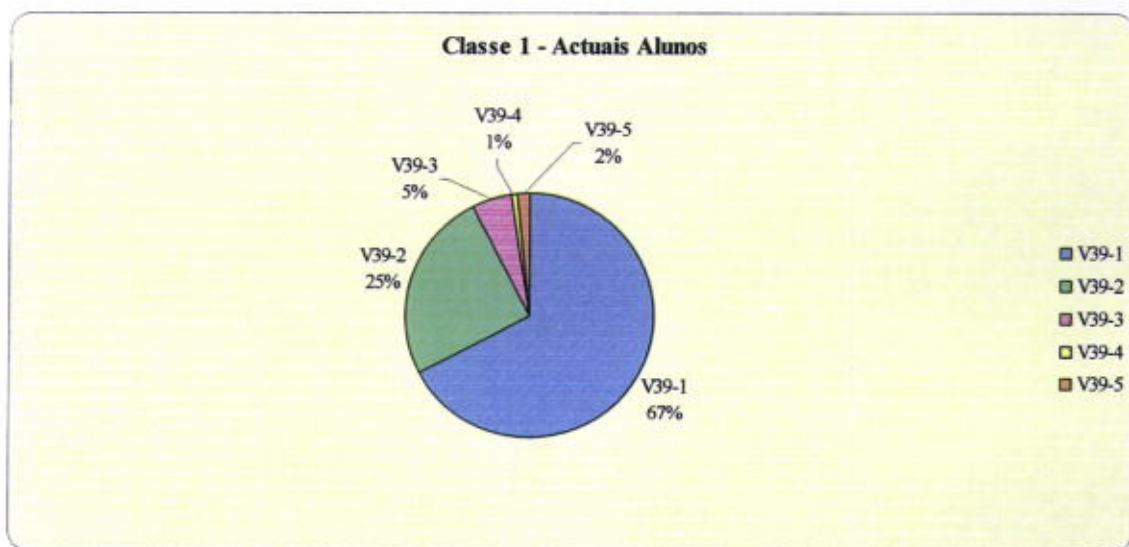
V39-1: Concordo totalmente

V39-2: Concordo

V39-3: Hesitante ou indeciso

V39-4: Discordo

V39-5: Discordo totalmente



V40: O IMPE deve ser privatizado, mantendo contudo a referência aos valores militares e sendo fiel à sua história e tradições.

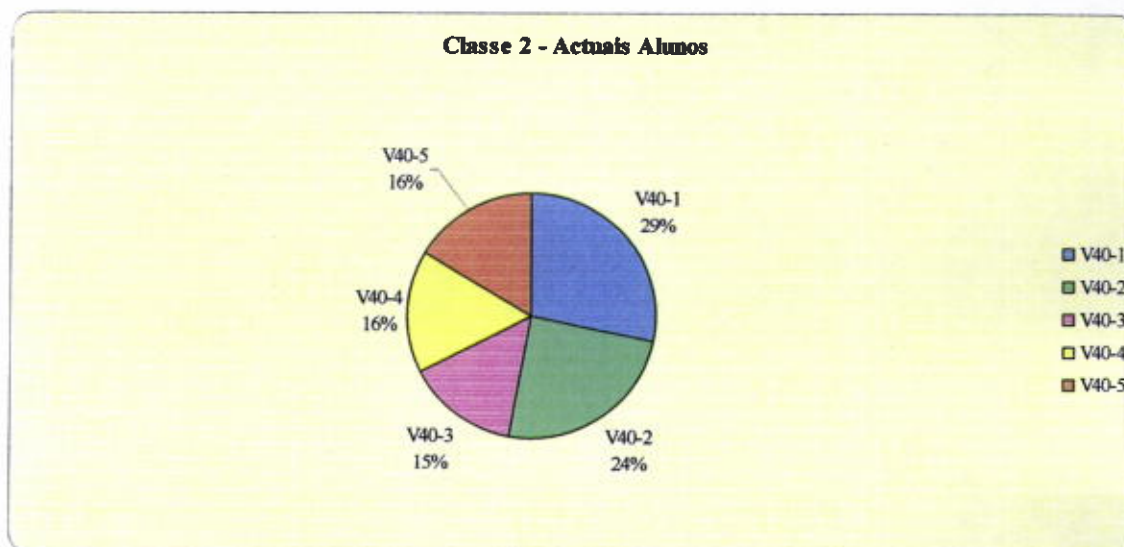
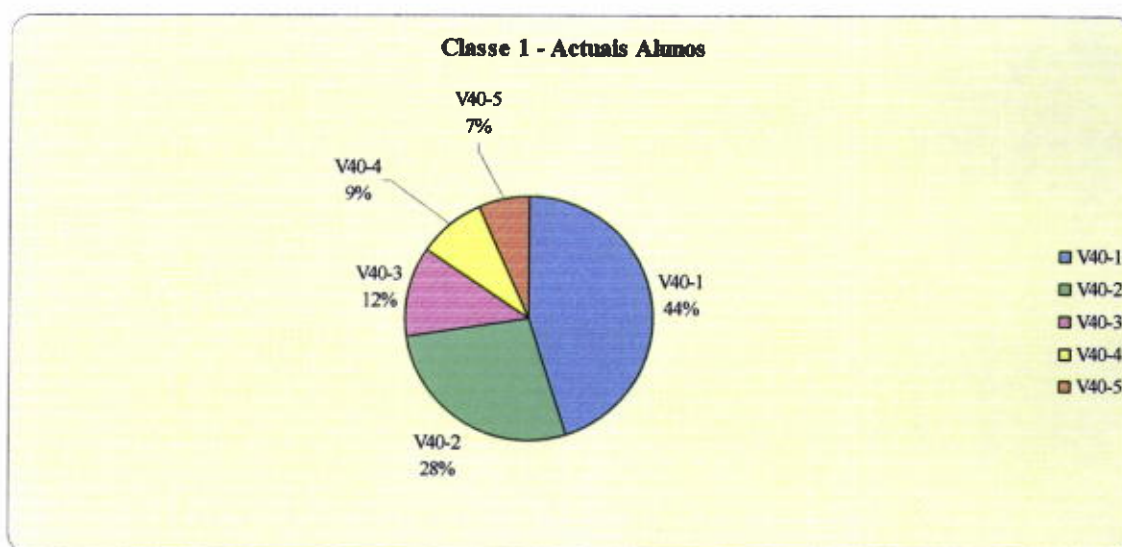
V40-1: Concordo totalmente

V40-2: Concordo

V40-3: Hesitante ou indeciso

V40-4: Discordo

V40-5: Discordo totalmente



V41: O IMPE deve ser extinto, pois não se enquadra no ensino contemporâneo e já existem no quadro nacional outras escolas análogas como o CM e o IO que são suficientes.

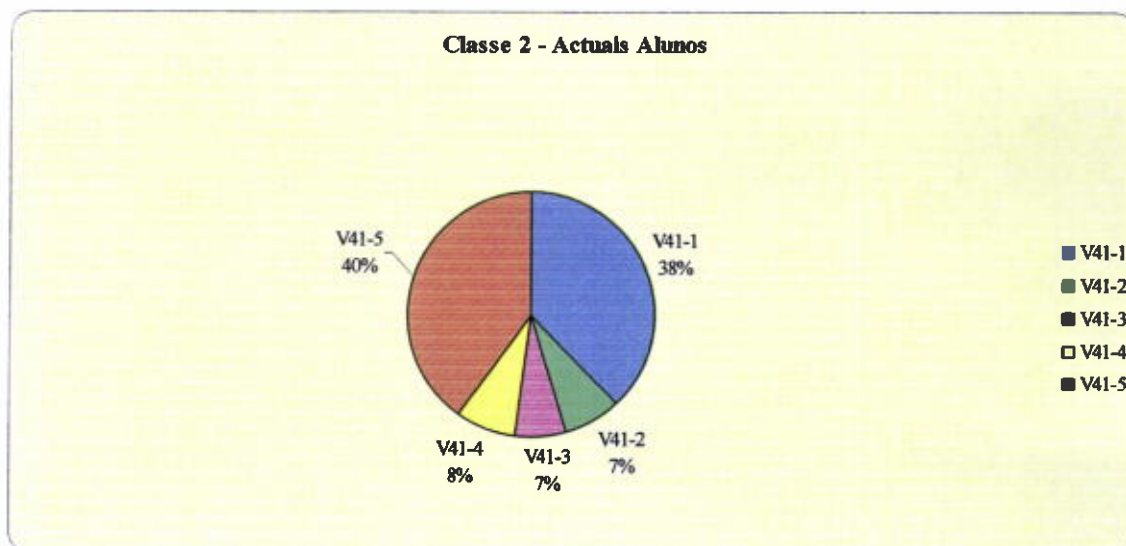
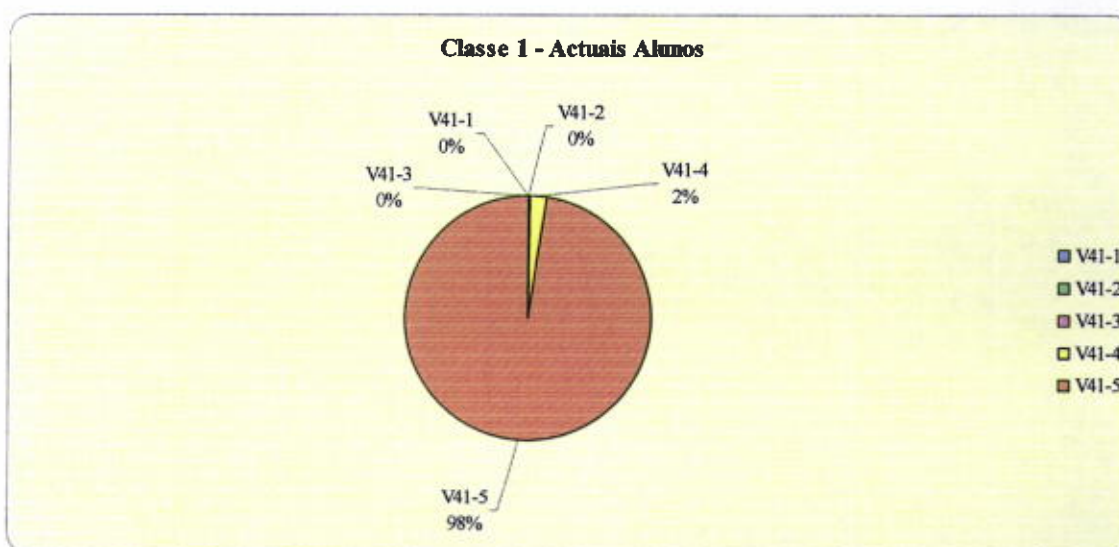
V41-1: Concordo totalmente

V41-2: Concordo

V41-3: Hesitante ou indeciso

V41-4: Discordo

V41-5: Discordo totalmente



V42: O IMPE deve ser integrado com os outros Estabelecimentos Militares de Ensino (CM e IO), sendo que a futura Instituição de Ensino a criar, deve conservar necessariamente as tradições de cada uma das três escolas originais, mas ter uma designação distinta.

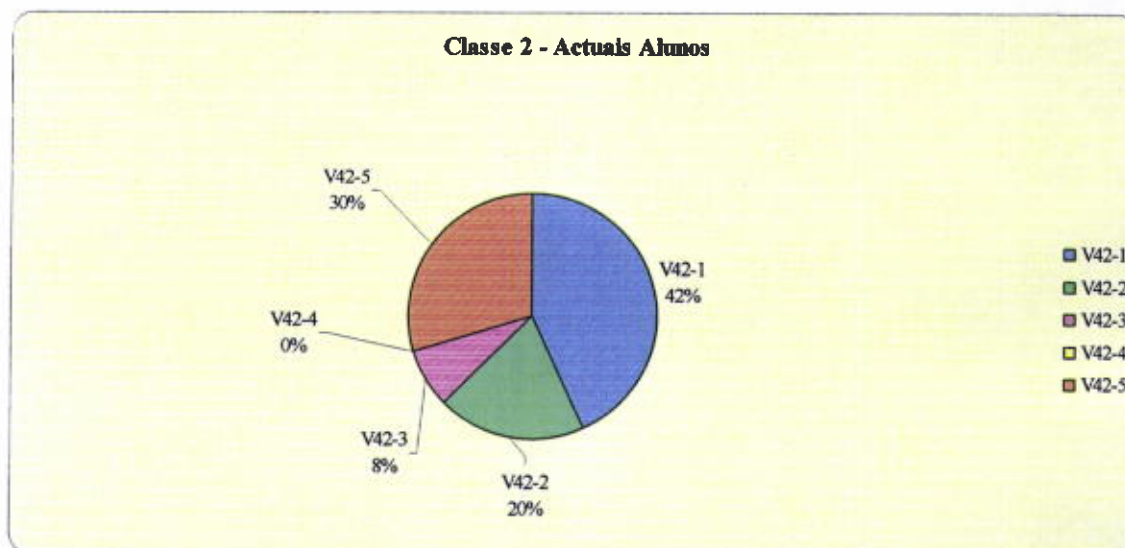
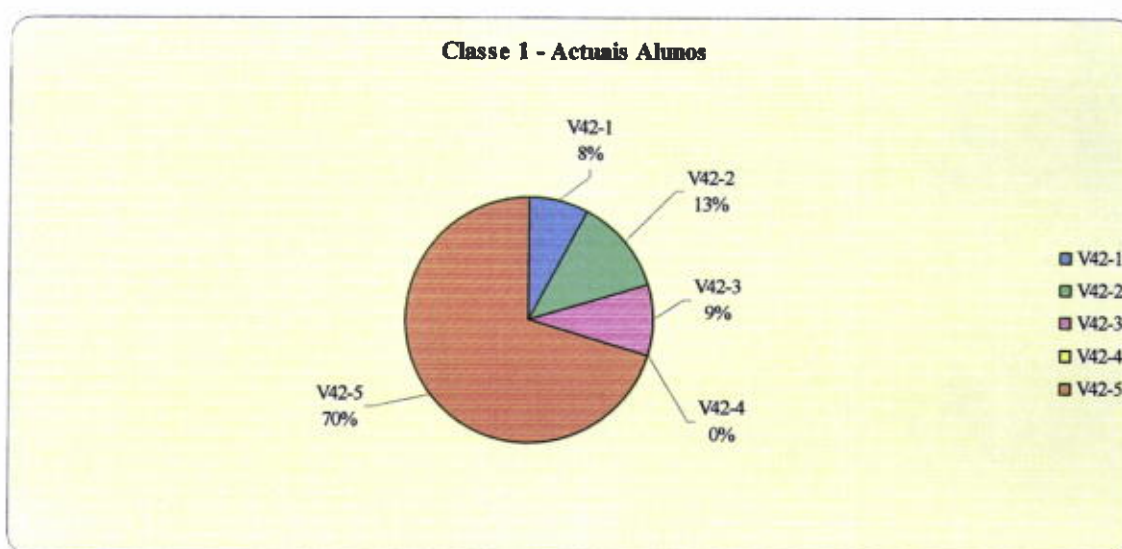
V42-1: Concordo totalmente

V42-2: Concordo

V42-3: Hesitante ou indeciso

V42-4: Discordo

V42-5: Discordo totalmente



2.2. Modelo aplicado aos Antigos Alunos dos Pupilos do Exército

QUESTIONÁRIO

Caro(a) Antigo(a) Aluno(a) do Instituto,

Este questionário insere-se no âmbito de uma investigação académica sobre o Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

As suas respostas são essenciais para levar o meu estudo a bom termo e serão tratadas com a máxima confidencialidade.

Por favor, não identifique nem assine a folha que contém a Grelha de Respostas e Dados Pessoais (frente e verso). Essa é a única folha que se destina a devolver à APE no envelope RSF em anexo.

Os dados pedidos no verso da Grelha de Respostas, destinam-se exclusivamente a tratamento estatístico e não permitirão qualquer identificação individual no estudo.

Em cada afirmação que encontrar, peço-lhe que indique o seu grau de concordância.

Para o fazer, utilize a Grelha de Respostas e de acordo com o número de cada uma das afirmações, exprima o seu grau de concordância assinalando com um **X** uma (e apenas uma) das seguintes opções:

- 1 - Concordo totalmente
- 2 – Concordo
- 3 - Hesitante ou indeciso
- 4 – Discordo
- 5 - Discordo totalmente

----- MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO -----

AFIRMAÇÕES:

1. É para mim um grande orgulho ter sido aluno do IMPE.
2. Os antigos alunos acham que o Instituto mantém uma imagem de prestígio.
3. O IMPE, pelo seu percurso desde a fundação em 1911, é uma instituição importante no contexto da socialização cívica, política e militar em Portugal.
4. O Instituto sempre teve a preocupação dominante de formar o carácter dos alunos, cultivando-lhes sentimentos patrióticos e iniciando-os na prática dos valores militares, independentemente de seguirem ou não, a carreira militar.
5. O Instituto incutiu-me o gosto pela disciplina e a criação do espírito de decisão, lealdade e responsabilidade, de obediência e sacrifício.
6. A minha família teve influência determinante na opção de ter sido aluno do IMPE.
7. O IMPE gera normas éticas relativas à identidade pílónica que são observadas por todos (alunos e professores, militares e civis).
8. O actual uniforme interno dos alunos é adequado e responde às necessidades.
9. O actual uniforme externo dos alunos projecta uma imagem positiva do IMPE.
10. Existe um culto da camaradagem no Instituto que se projecta desde os primeiros dias dos alunos na Escola, tendo como ponto de partida formal a Cerimónia do Apadrinhamento e o Abraço ao Batalhãozinho.

11. Embora a abertura ao exterior seja hoje manifestamente maior que no passado, os alunos deveriam ter mais contacto com outras escolas, entidades públicas e privadas, intercâmbios escolares e visitas de estudo.
12. As relações informais de pertença e de poder estavam bem definidas no seio da comunidade estudante no meu tempo de aluno, nomeadamente no conhecimento e no respeito pela hierarquia de Alunos Graduados e pelas antiguidades relativas, como a figura do “aluno mais velho”.
13. É positivo que o cenário das praxes académicas no IMPE tenha sido corrigido, porque pode ter havido no passado algumas situações onde foram praticados abusos ou excessos.
14. As tradições do IMPE são bem conhecidas e os antigos alunos interessam-se em defendê-las, pelo significado de que se revestem.
15. Como Escola que faz a ponte entre o ambiente civil e militar, o IMPE contribui para que a experiência da cidadania nos seus alunos seja mais profícua que nas outras escolas.
16. Relativamente às Actividades de Complemento Curricular (ACC), sejam estas de índole desportivo ou cultural, pode dizer-se que embora em menor número que no passado, estas ainda são satisfatoriamente diversificadas.
17. A nível institucional, as ACC projectam de forma significativa a imagem do IMPE para o exterior, dignificando-o (como seja pela participação do IMPE em campeonatos, exibições desportivas e outros eventos festivos).
18. O IMPE projecta uma imagem de prestígio para o exterior, porque a avaliação que a sociedade faz do Instituto é positiva, reconhecendo-o como uma escola de elite.
19. A imagem dos diferentes membros do IMPE (alunos, antigos alunos, educadores militares e civis) é forte e reflecte-se nas relações que estes elementos têm entre eles e com a sociedade em geral.
20. O IMPE sempre reflectiu, para o bom e para o menos bom (mudanças nos currículos, tentativas de encerramento, etc.), aquilo que se pode designar por fases e contextos políticos em Portugal.
21. Mudou muito o meu perfil sócio-político, enquanto cidadão, desde que saí do IMPE.
22. A Barretina e o Emblema da APE constituem-se, ambos, como elementos simbólicos da imagem pilónica.
23. Embora semelhante à Barretina do Colégio Militar (CM), a Barretina do IMPE tem características próprias que a distinguem facilmente da Barretina do CM, acabando assim por ser mais facilmente identificável para a sociedade civil como imagem simbólica do IMPE, do que o Emblema da APE.
24. A formação religiosa, no tempo em que era aluno, tinha relevância na vida dos estudantes.
25. O IMPE desempenhou um papel importante nas minhas opções pessoais e de carreira.
26. O IMPE influenciou, de alguma forma, as minhas opções políticas.
27. O IMPE influenciou, de alguma forma, as minhas opções religiosas.
28. A APE tem projectado uma boa imagem do IMPE, através de várias vertentes, como por exemplo a publicidade e os eventos comemorativos.
29. Entre as várias razões que explicam a redução do número de alunos, contam-se as mensalidades elevadas e os custos com o enxoval e despesas afins, por não serem competitivos quando comparados com a opção de colocar os filhos em outras instituições.
30. O ensino do IMPE não pode já ser considerado um ensino de elite.

31. A preferência histórica por uma educação virada para os ensinos técnicos, prejudicou o IMPE, porque não se soube abrir institucionalmente e em tempo, às outras vertentes do ensino.
32. Um aluno do IMPE pode ter expectativas altas quanto à sua carreira profissional, porque o Instituto é ainda uma escola de referência.
33. O IMPE ainda se depara com dificuldades sobre a continuidade da sua existência.
34. O regime de Externato é mais adequado do que o Internato à vida académica e militar dos alunos.
35. O regime de Internato é mais adequado do que o Externato à vida académica e militar dos alunos.
36. Os dois regimes (Internato e Externato) complementam-se e devem existir em simultâneo.
37. O IMPE deve continuar a existir como escola militar, ainda que reorganizado, porque responde a lacunas formativas do Colégio Militar (CM) e mesmo do Instituto de Odivelas (IO).
38. O IMPE deve ser privatizado, mantendo contudo a referência aos valores militares e sendo fiel à sua história e tradições.
39. O IMPE deve ser extinto, pois não se enquadra no ensino contemporâneo e já existem no quadro nacional outras escolas análogas como o CM e o IO que são suficientes.
40. O IMPE deve ser integrado com os outros Estabelecimentos Militares de Ensino (CM e IO), sendo que a futura Instituição de Ensino a criar, deve conservar necessariamente as tradições de cada uma das três escolas originais, mas ter uma designação distinta.
41. Do universo de antigos alunos, a sobrevivência dos laços de camaradagem e convívio subsiste sobretudo pela acção que a APE desenvolve.
42. A sobrevivência desses laços de camaradagem e convívio é sobretudo resultado da acção de alguns grupos de antigos alunos, mas que não estão enquadrados necessariamente em projectos da APE.
43. A sobrevivência dos laços de camaradagem e convívio entre os antigos alunos, é escassa.
44. A sobrevivência dos laços de camaradagem e convívio entre os antigos alunos, é intensa.

O Questionário terminou. Em folha anexa, a sua Grelha de Respostas deverá estar agora totalmente preenchida.

Por favor, responda também às perguntas de dados pessoais que se encontram no verso da Grelha de Respostas. Esses dados destinam-se exclusivamente a tratamento estatístico, indispensável ao estudo, e serão tratados com toda a confidencialidade.

Por fim, dobre a folha da Grelha de Respostas e envie-a no envelope RSF para a APE.

Muito obrigado pela sua colaboração.

GRELHA DE RESPOSTAS

N.º das afirmações	Grau de Concordância				
	1	2	3	4	5
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					
36					
37					
38					
39					
40					
41					
42					
43					
44					

----- POR FAVOR, NÃO SE IDENTIFIQUE E NÃO ASSINE -----

DADOS PESSOAIS (destinados exclusivamente a tratamento estatístico)

Em que período foi aluno/a do IMPE? (ex.º: 1975 a 1983) _____

Sexo (M/F): _____

Foi Aluno Graduado? (S/N) _____

Era aluno oriundo ou fez apenas os Cursos Superiores? _____

Que escolaridade/curso frequentou? _____

Idade actual: _____ anos

Foi/é militar ou pertenceu/pertence às Forças de Segurança? (S/N) _____ Activo/Reserva/Reforma _____

Se afirmativo, de que Ramo/Especialidade/Posto?

(exemplo: *Exército/Infantaria/Capitão*) _____ / _____ / _____

Em caso negativo ou se optou por outra carreira, qual é a sua actual ou última profissão? _____

Residência:

Localidade _____ Concelho _____ Distrito _____

Agregado familiar:

Qual a profissão dos pais? Pai _____ Mãe _____

Quantos elementos compunham o seu agregado familiar, incluindo a sua pessoa, aquando da sua admissão ao Instituto? _____

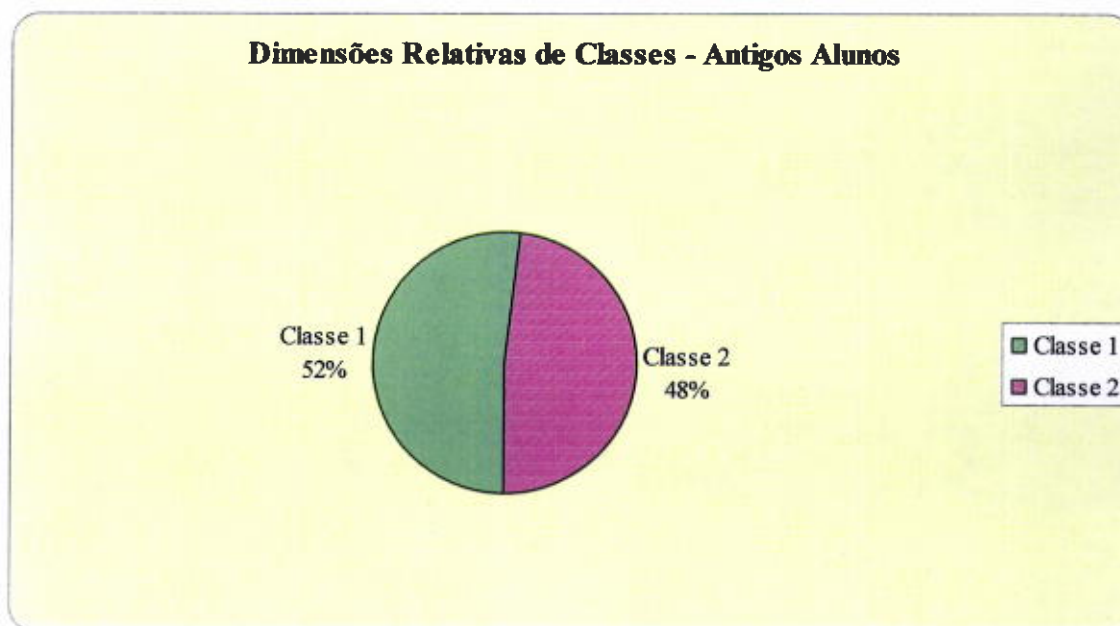
Tem outros familiares que frequentaram o IMPE? (S/N) _____

Se afirmativo, quem? _____

----- **MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO** -----

2.2.1. Resultados Globais: Dimensões Relativas de Classes

ANTIGOS ALUNOS		
	Classe 1	Classe 2
Dimensões Relativas de Classes	0,5191	0,4809



2.2.2. Resultados Globais: Probabilidades Condicionais

2.2.2.1. As Covariáveis

ANTIGOS ALUNOS		
Covariáveis	Classe 1	Classe 2
Década de 30	0,0631	0,0012
Década de 40	0,1947	0,0671
Década de 50	0,2606	0,2732
Década de 60	0,1617	0,2275
Década de 70	0,0597	0,1296
Década de 80	0,2216	0,2737
Década de 90	0,0385	0,0277
Género Masculino	0,9871	0,9723
Género Feminino	0,0129	0,0277
Aluno Graduado	0,5012	0,5680
Aluno N/Graduado	0,4988	0,4320
Aluno Oriundo	0,9738	0,9312
Aluno N/Oriundo	0,0262	0,0688
Idade 22-35	0,1701	0,2878
Idade 36-49	0,1499	0,1709
Idade 52-62	0,2002	0,2553
Idade 63-69	0,1958	0,1768
Idade 70-90	0,2841	0,1092
Média Ponderada	58,1460	51,3659
Militar	0,4726	0,4325
Não Militar	0,5274	0,5675
Reformado	0,3749	0,2607
Não Reformado	0,6251	0,7393
Opção Exército	0,3895	0,3282
Opção FAP	0,0385	0,0555
Opção Marinha	0,0318	0,0489
Opção F. de Seg.	0,0128	0,0000
Opção Civil	0,5274	0,5675
Patente Oficial	0,3045	0,3090
Patente Sargento	0,1681	0,1235
Patente Civil	0,5274	0,5675
Loc. Angra do Heroísmo	0,0128	0,0000
Loc. Beja	0,0000	0,0139
Loc. Braga	0,0126	0,0002
Loc. Coimbra	0,0104	0,0304
Loc. Faro	0,0391	0,0271
Loc. Funchal	0,0128	0,0000
Loc. Leiria	0,0257	0,0277
Loc. Lisboa	0,5358	0,6971
Loc. Mafra	0,0128	0,0000
Loc. Portalegre	0,0128	0,0139
Loc. Porto	0,0547	0,0103
Loc. S. Pedro	0,0128	0,0000
Loc. Santarém	0,0273	0,0399
Loc. Setúbal	0,1918	0,1256
Loc. Sintra	0,0128	0,0000

Loc. Viana do Castelo	0,0257	0,0000
Loc. Viseu	0,0000	0,0139
Agreg. Fam. 1	0,0128	0,0000
Agreg. Fam. 2	0,0713	0,0340
Agreg. Fam. 3	0,2043	0,2092
Agreg. Fam. 4	0,3008	0,3408
Agreg. Fam. 5	0,2047	0,2920
Agreg. Fam. 6	0,0747	0,0302
Agreg. Fam. 7	0,0803	0,0658
Agreg. Fam. 8	0,0134	0,0271
Agreg. Fam. 10	0,0377	0,0009
Outros Fam. IMPE/S	0,3246	0,4122
Outros Fam. IMPE/N	0,6754	0,5878

2.2.2.2. As Variáveis

ANTIGOS ALUNOS		
Variáveis	Classe 1	Classe 2
V1-1	0,9436	0,7143
V1-2	0,0508	0,1670
V1-3	0,0054	0,0773
V1-4	0,0000	0,0000
V1-5	0,0002	0,0414
V2-1	0,4584	0,1290
V2-2	0,3751	0,3021
V2-3	0,1312	0,3021
V2-4	0,0325	0,2144
V2-5	0,0028	0,0525
V3-1	0,7555	0,3766
V3-2	0,2399	0,5312
V3-3	0,0038	0,0375
V3-4	0,0006	0,0271
V3-5	0,0001	0,0276
V4-1	0,7107	0,3558
V4-2	0,2729	0,4818
V4-3	0,0152	0,0945
V4-4	0,0006	0,0132
V4-5	0,0007	0,0547
V5-1	0,9090	0,5853
V5-2	0,0904	0,3461
V5-3	0,0006	0,0132
V5-4	0,0000	0,0000
V5-5	0,0001	0,0554
V6-1	0,5621	0,5022
V6-2	0,2894	0,2976
V6-3	0,0551	0,0653
V6-4	0,0568	0,0774
V6-5	0,0366	0,0575
V7-1	0,3355	0,0954
V7-2	0,5336	0,4499
V7-3	0,1123	0,2808
V7-4	0,0163	0,1210
V7-5	0,0024	0,0529
V8-1	0,1764	0,0314
V8-2	0,4311	0,2139
V8-3	0,3265	0,4516
V8-4	0,0590	0,2275
V8-5	0,0070	0,0756
V9-1	0,3387	0,0642
V9-2	0,4305	0,2700
V9-3	0,1977	0,4105
V9-4	0,0314	0,2157
V9-5	0,0017	0,0397
V10-1	0,6860	0,2022
V10-2	0,2858	0,4678
V10-3	0,0273	0,2478

V10-4	0,0008	0,0407
V10-5	0,0001	0,0414
V11-1	0,5716	0,3534
V11-2	0,3788	0,4783
V11-3	0,0417	0,1075
V11-4	0,0044	0,0230
V11-5	0,0035	0,0378
V12-1	0,7084	0,5246
V12-2	0,2720	0,3857
V12-3	0,0146	0,0397
V12-4	0,0000	0,0000
V12-5	0,0050	0,0500
V13-1	0,4042	0,3816
V13-2	0,3990	0,4011
V13-3	0,1289	0,1381
V13-4	0,0437	0,0499
V13-5	0,0242	0,0294
V14-1	0,6489	0,1174
V14-2	0,3326	0,5143
V14-3	0,0175	0,2307
V14-4	0,0010	0,1099
V14-5	0,0000	0,0277
V15-1	0,5600	0,1441
V15-2	0,4087	0,5570
V15-3	0,0301	0,2171
V15-4	0,0011	0,0405
V15-5	0,0002	0,0414
V16-1	0,1083	0,0355
V16-2	0,4305	0,2839
V16-3	0,4266	0,5654
V16-4	0,0259	0,0691
V16-5	0,0086	0,0461
V17-1	0,6326	0,2182
V17-2	0,3161	0,4351
V17-3	0,0485	0,2665
V17-4	0,0024	0,0529
V17-5	0,0003	0,0274
V18-1	0,5840	0,0488
V18-2	0,3899	0,4247
V18-3	0,0254	0,3608
V18-4	0,0006	0,1103
V18-5	0,0000	0,0554
V19-1	0,4249	0,0542
V19-2	0,5351	0,5175
V19-3	0,0379	0,2779
V19-4	0,0020	0,1088
V19-5	0,0001	0,0415
V20-1	0,2890	0,1317
V20-2	0,4836	0,4207
V20-3	0,1922	0,3193
V20-4	0,0294	0,0931
V20-5	0,0058	0,0353
V21-1	0,1207	0,1054

V21-2	0,2893	0,2700
V21-3	0,1735	0,1731
V21-4	0,3165	0,3376
V21-5	0,0999	0,1139
V22-1	0,5626	0,2938
V22-2	0,3859	0,4568
V22-3	0,0295	0,0791
V22-4	0,0174	0,1060
V22-5	0,0047	0,0643
V23-1	0,4303	0,4366
V23-2	0,3000	0,3000
V23-3	0,1342	0,1324
V23-4	0,0878	0,0854
V23-5	0,0476	0,0456
V24-1	0,1140	0,0849
V24-2	0,2848	0,2470
V24-3	0,2920	0,2948
V24-4	0,2582	0,3035
V24-5	0,0510	0,0697
V25-1	0,5087	0,2272
V25-2	0,4088	0,4321
V25-3	0,0542	0,1356
V25-4	0,0238	0,1407
V25-5	0,0046	0,0644
V26-1	0,1178	0,0530
V26-2	0,2663	0,1700
V26-3	0,2304	0,2088
V26-4	0,2519	0,3242
V26-5	0,1336	0,2440
V27-1	0,0750	0,0576
V27-2	0,1936	0,1653
V27-3	0,1708	0,1622
V27-4	0,3700	0,3908
V27-5	0,1906	0,2240
V28-1	0,3874	0,0948
V28-2	0,5262	0,4717
V28-3	0,0731	0,2400
V28-4	0,0127	0,1527
V28-5	0,0006	0,0271
V29-1	0,2798	0,1555
V29-2	0,3530	0,2982
V29-3	0,2581	0,3314
V29-4	0,0823	0,1607
V29-5	0,0171	0,0508
V30-1	0,1763	0,2117
V30-2	0,3638	0,3837
V30-3	0,3110	0,2881
V30-4	0,1025	0,0834
V30-5	0,0464	0,0331
V31-1	0,0992	0,1009
V31-2	0,2988	0,3013
V31-3	0,2334	0,2333
V31-4	0,2812	0,2787

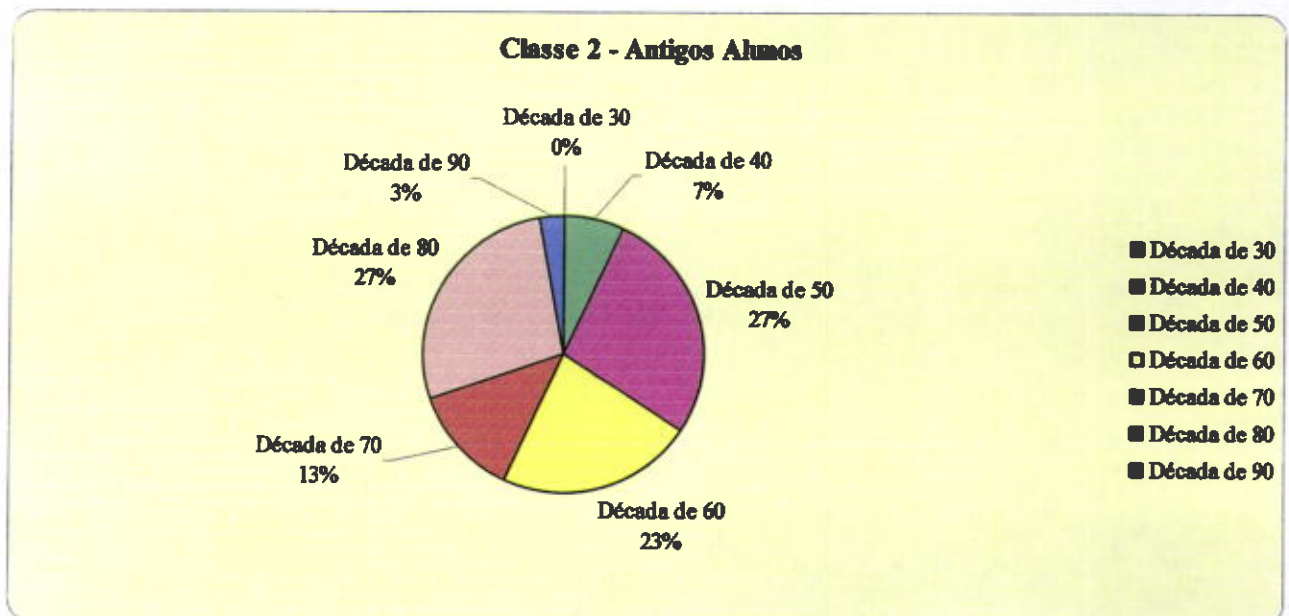
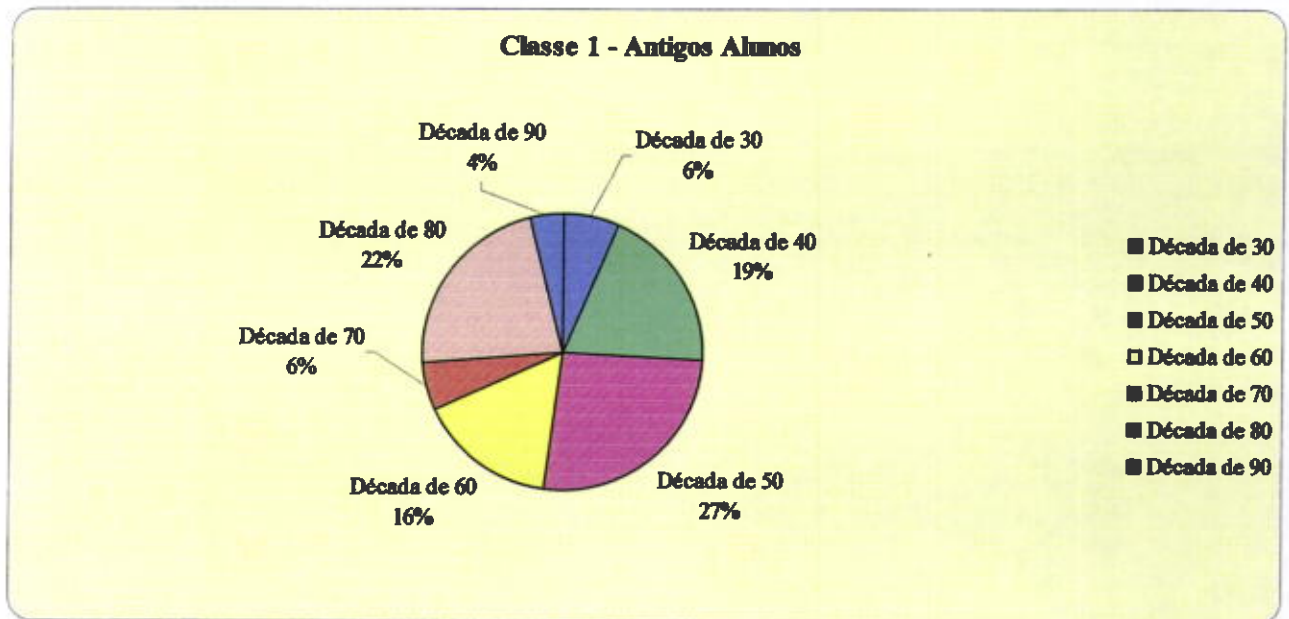
V31-5	0,0874	0,0859
V32-1	0,2639	0,0201
V32-2	0,5645	0,2778
V32-3	0,1496	0,4763
V32-4	0,0090	0,1844
V32-5	0,0003	0,0413
V33-1	0,3754	0,3711
V33-2	0,4795	0,4806
V33-3	0,1125	0,1143
V33-4	0,0066	0,0068
V33-5	0,0261	0,0273
V34-1	0,0171	0,0647
V34-2	0,0626	0,1403
V34-3	0,2769	0,3665
V34-4	0,4096	0,3203
V34-5	0,2338	0,1081
V35-1	0,3078	0,1114
V35-2	0,4191	0,3100
V35-3	0,1872	0,2831
V35-4	0,0765	0,2363
V35-5	0,0094	0,0592
V36-1	0,2671	0,2662
V36-2	0,3001	0,2998
V36-3	0,2465	0,2468
V36-4	0,1131	0,1135
V36-5	0,0731	0,0736
V37-1	0,5729	0,2549
V37-2	0,3648	0,4796
V37-3	0,0447	0,1736
V37-4	0,0055	0,0634
V37-5	0,0008	0,0269
V38-1	0,0773	0,0829
V38-2	0,1895	0,1975
V38-3	0,1788	0,1813
V38-4	0,2551	0,2514
V38-5	0,2993	0,2869
V39-1	0,0002	0,0136
V39-2	0,0022	0,0531
V39-3	0,0235	0,0994
V39-4	0,1121	0,1979
V39-5	0,8619	0,6361
V40-1	0,1213	0,0770
V40-2	0,1579	0,1207
V40-3	0,3117	0,2874
V40-4	0,1139	0,1266
V40-5	0,2866	0,3838
V41-1	0,3083	0,1108
V41-2	0,4294	0,3128
V41-3	0,1573	0,2323
V41-4	0,0953	0,2853
V41-5	0,0097	0,0589
V42-1	0,1473	0,0628
V42-2	0,5700	0,4383

V42-3	0,2136	0,2962
V42-4	0,0542	0,1355
V42-5	0,0149	0,0671
V43-1	0,0674	0,0937
V43-2	0,2832	0,3320
V43-3	0,2950	0,2915
V43-4	0,2610	0,2173
V43-5	0,0934	0,0656
V44-1	0,0758	0,0290
V44-2	0,3513	0,2169
V44-3	0,3140	0,3126
V44-4	0,2324	0,3730
V44-5	0,0265	0,0685

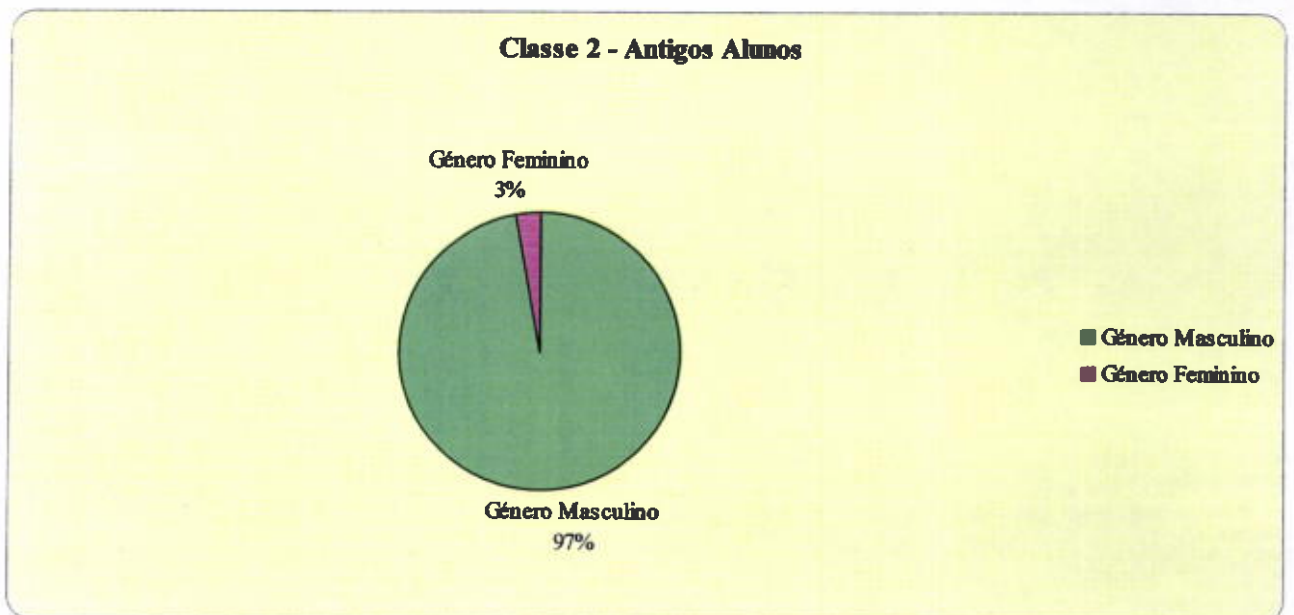
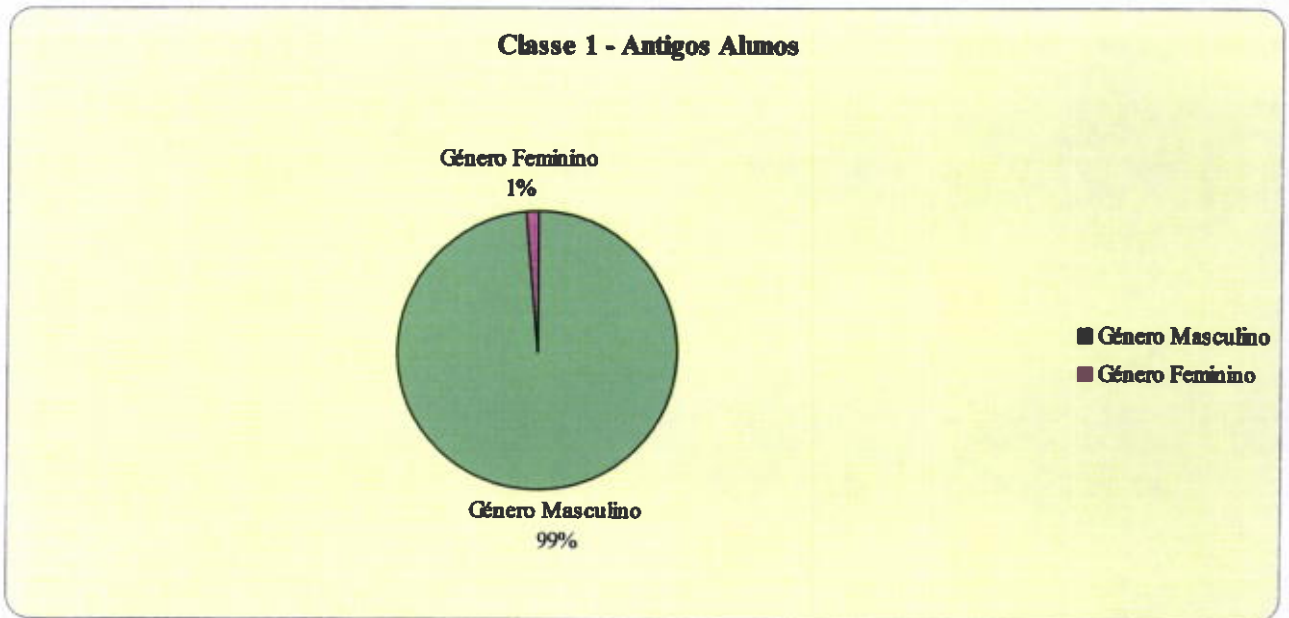
2.2.3. Resultados em Detalhe: Probabilidades Condicionais

2.2.3.1. As Covariáveis

Covariável: Década



Covariável: Género

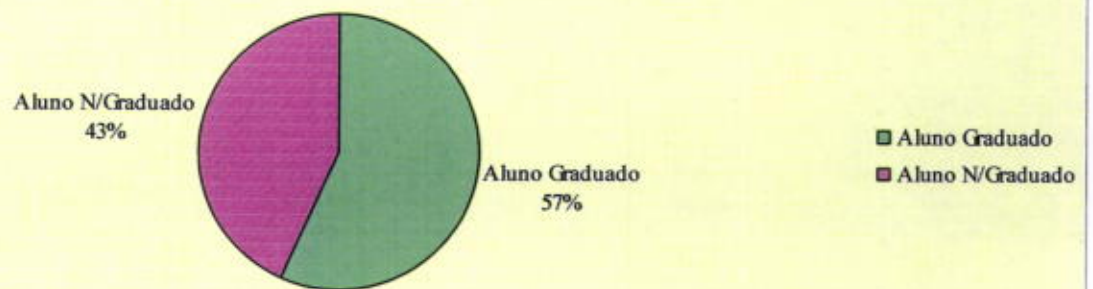


Covariável: Graduação

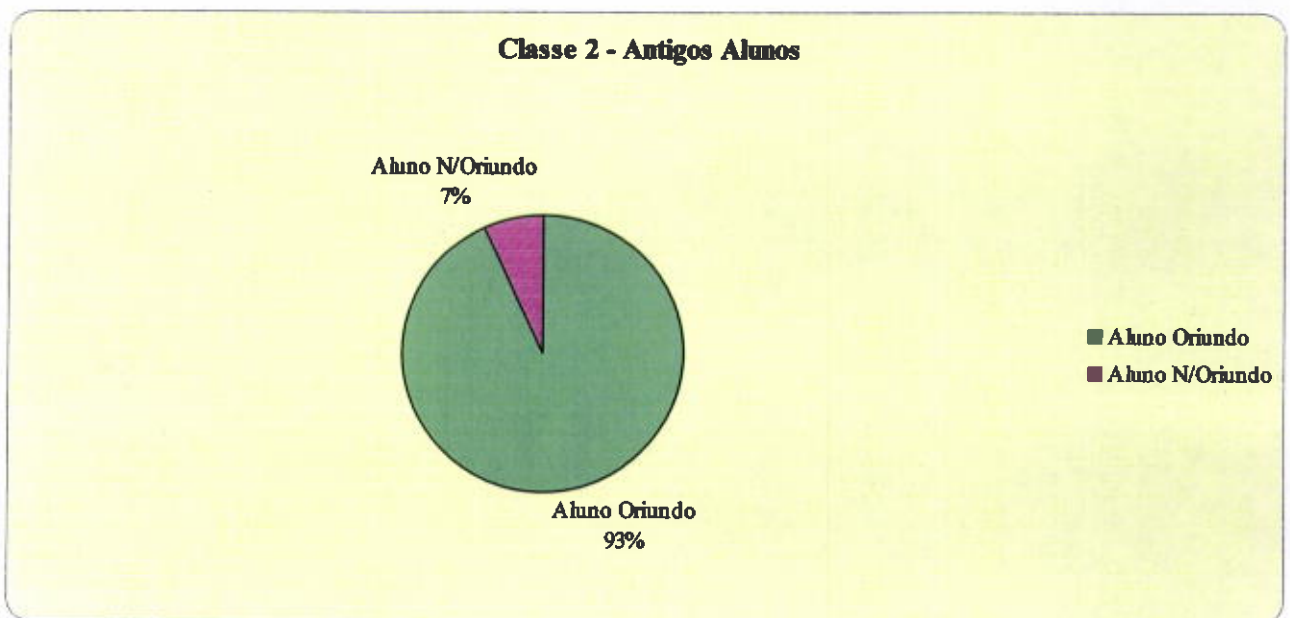
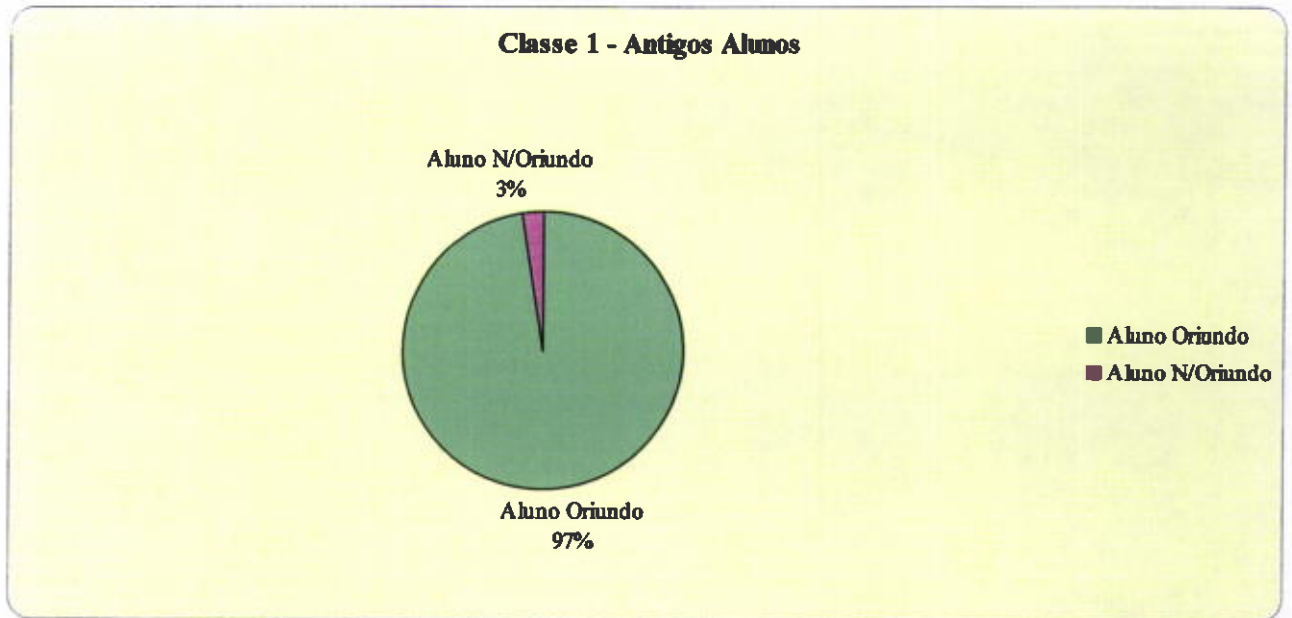
Classe 1 - Antigos Alunos



Classe 2 - Antigos Alunos

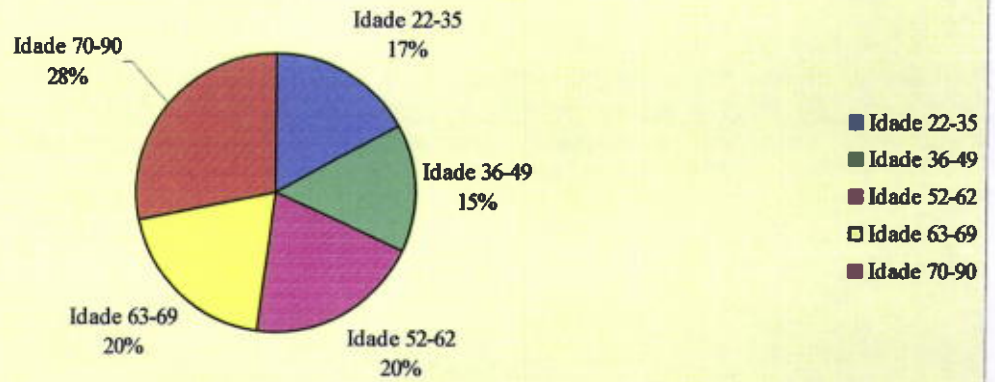


Covariável: Oriundo

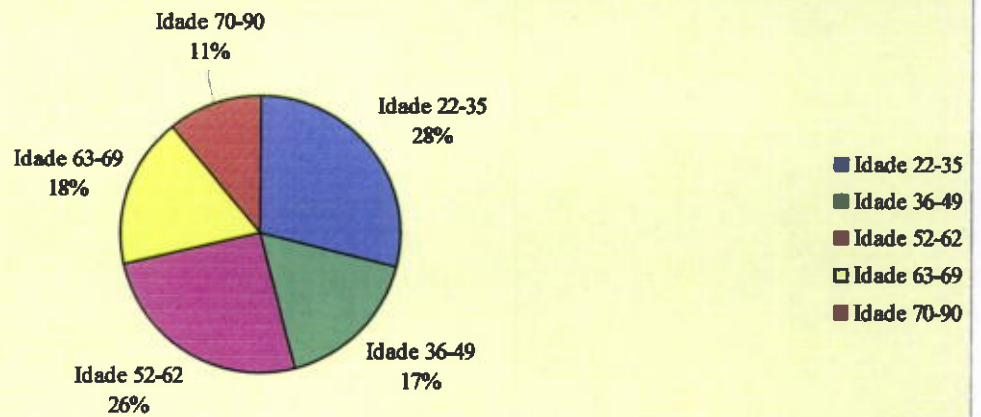


Covariável: Idade

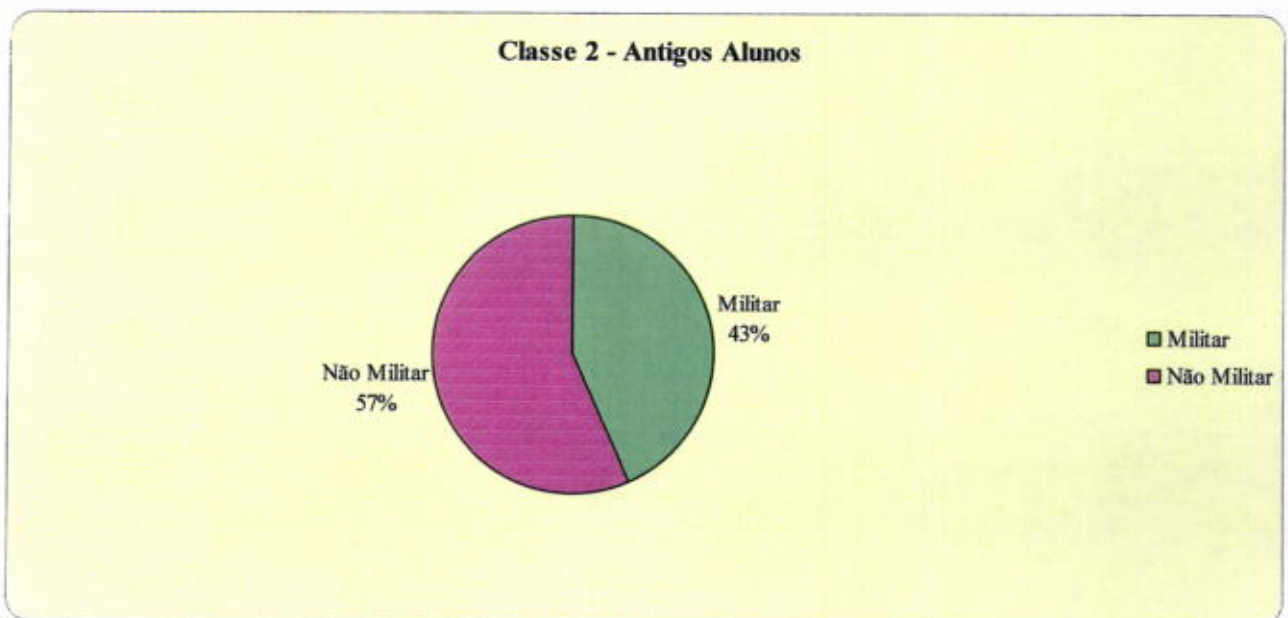
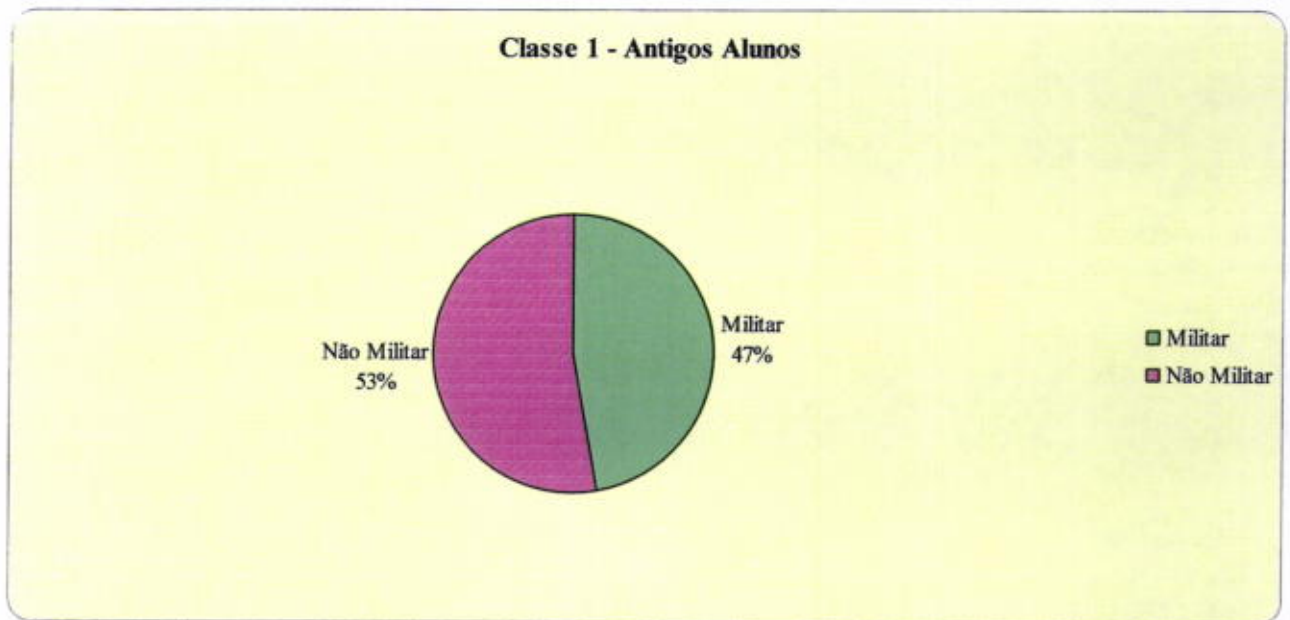
Classe 1 - Antigos Alunos



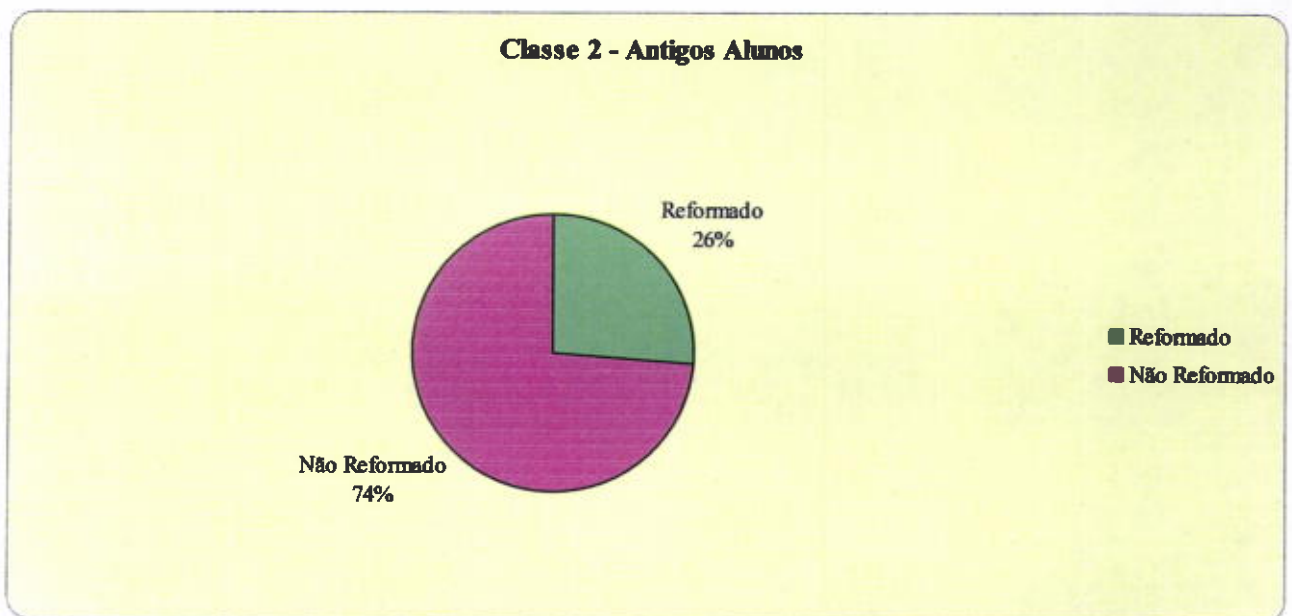
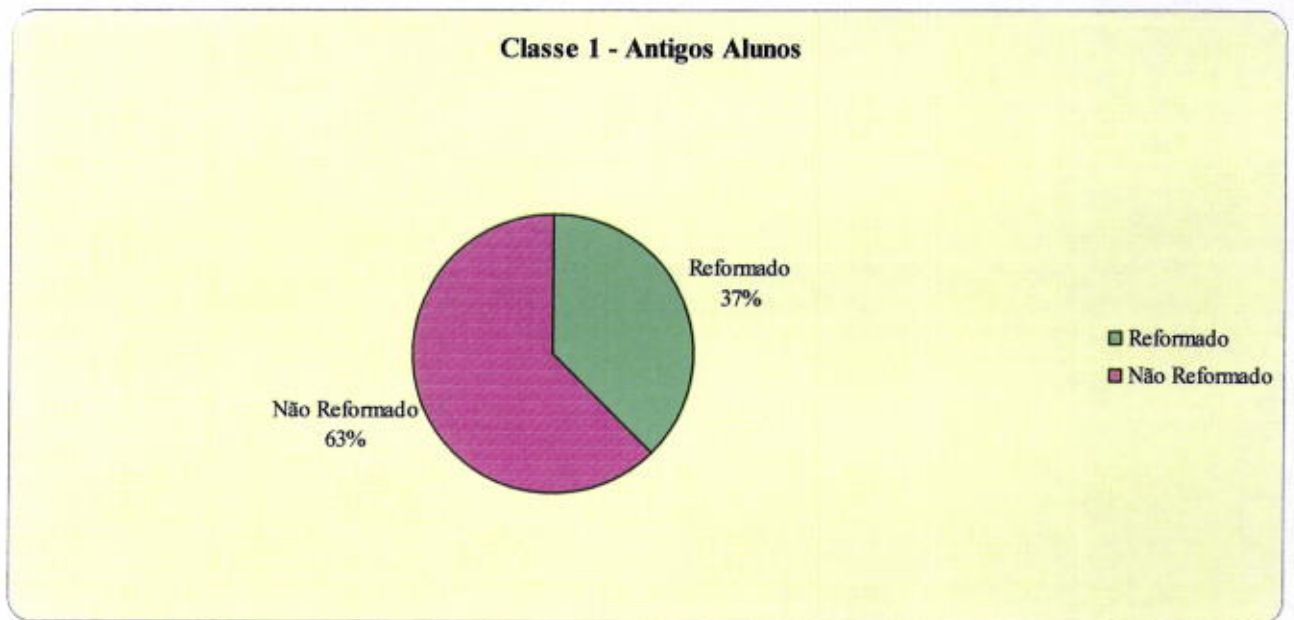
Classe 2 - Antigos Alunos



Covariável: Militar

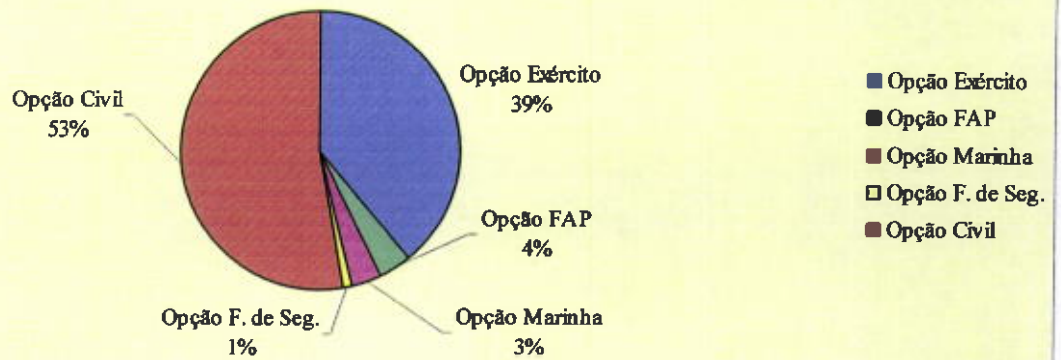


Covariável: Reformado

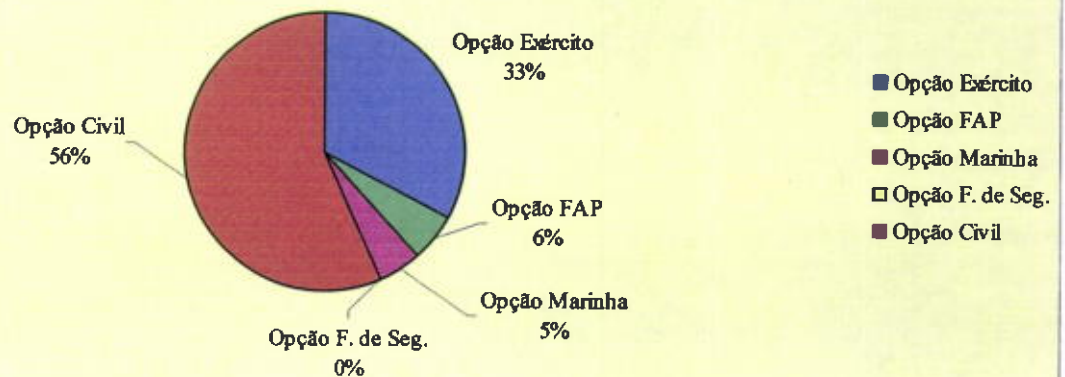


Covariável: Opção Profissional

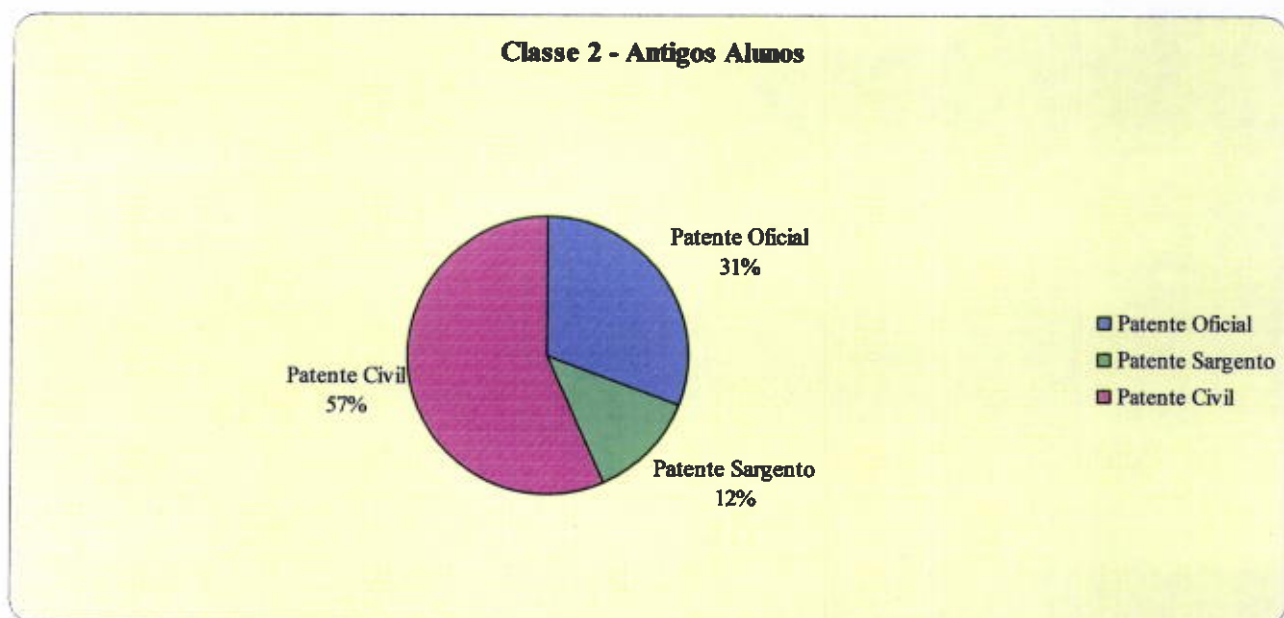
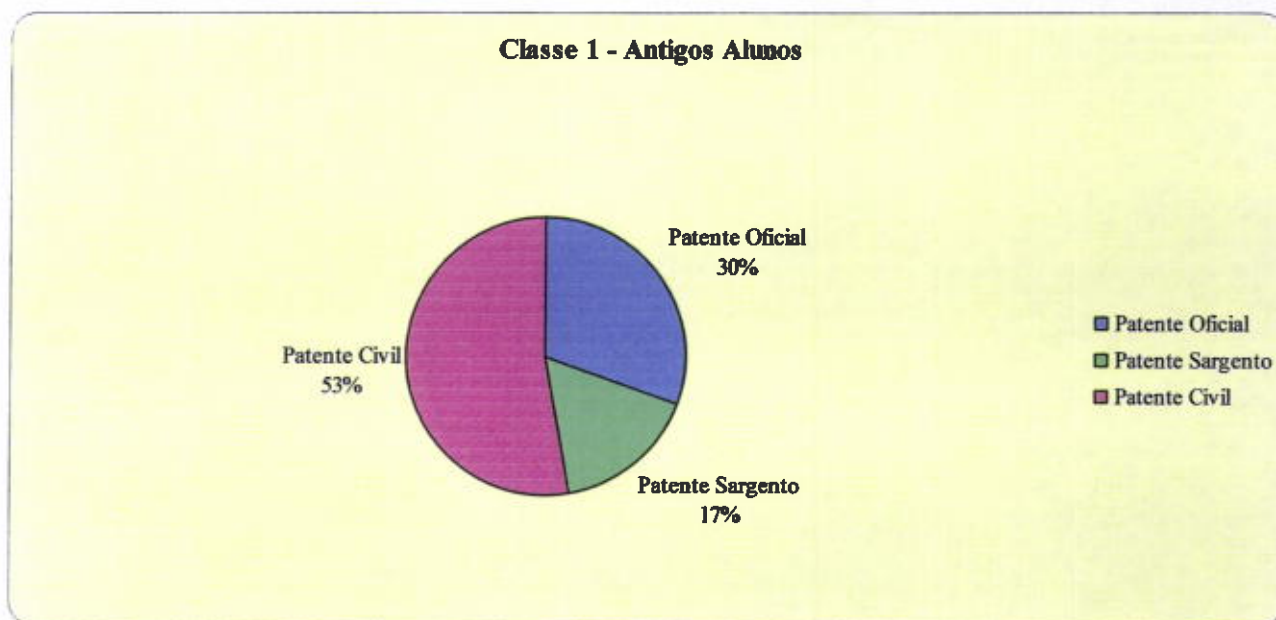
Classe 1 - Antigos Alunos



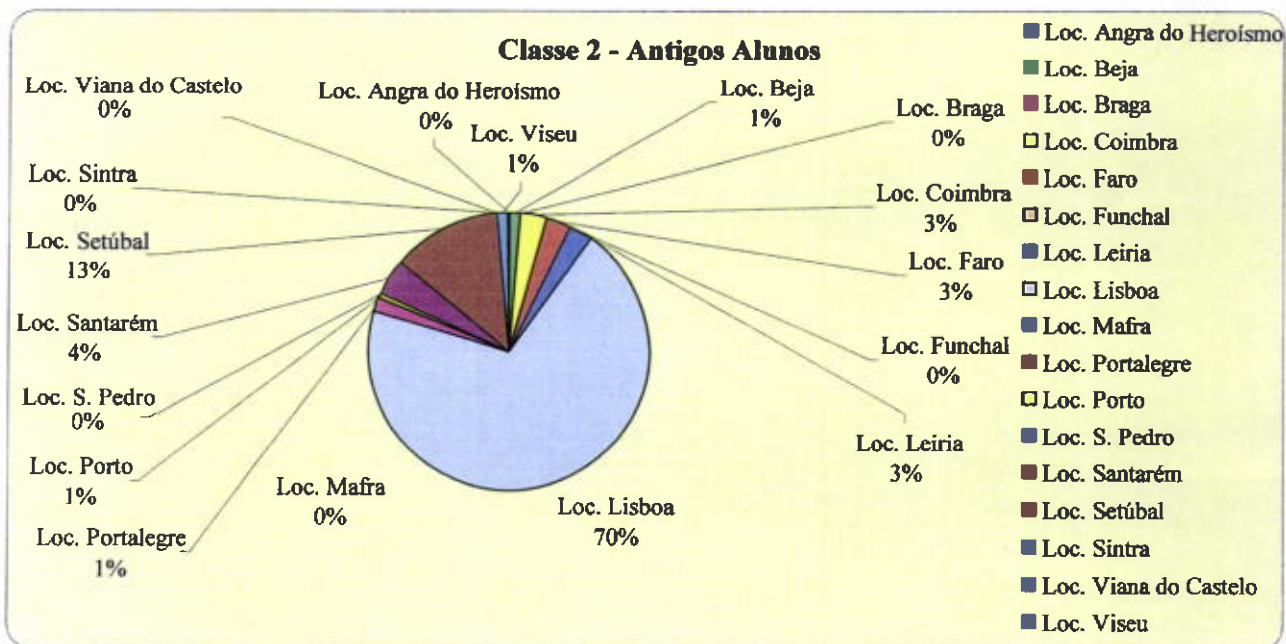
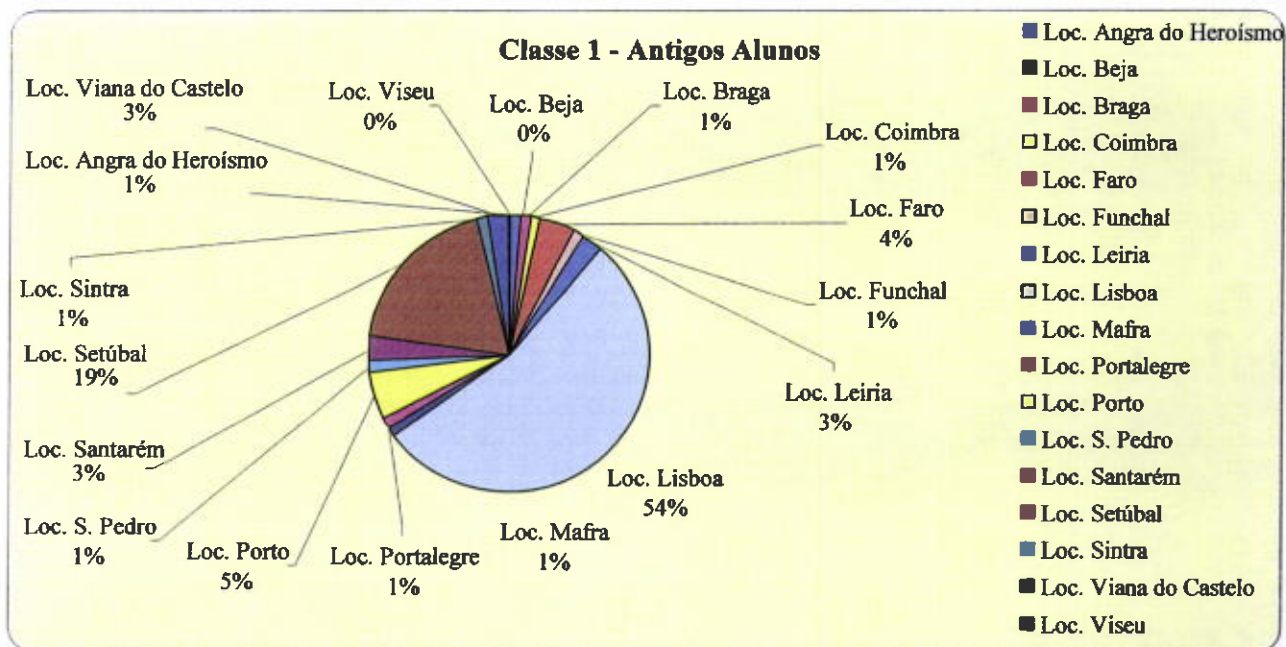
Classe 2 - Antigos Alunos



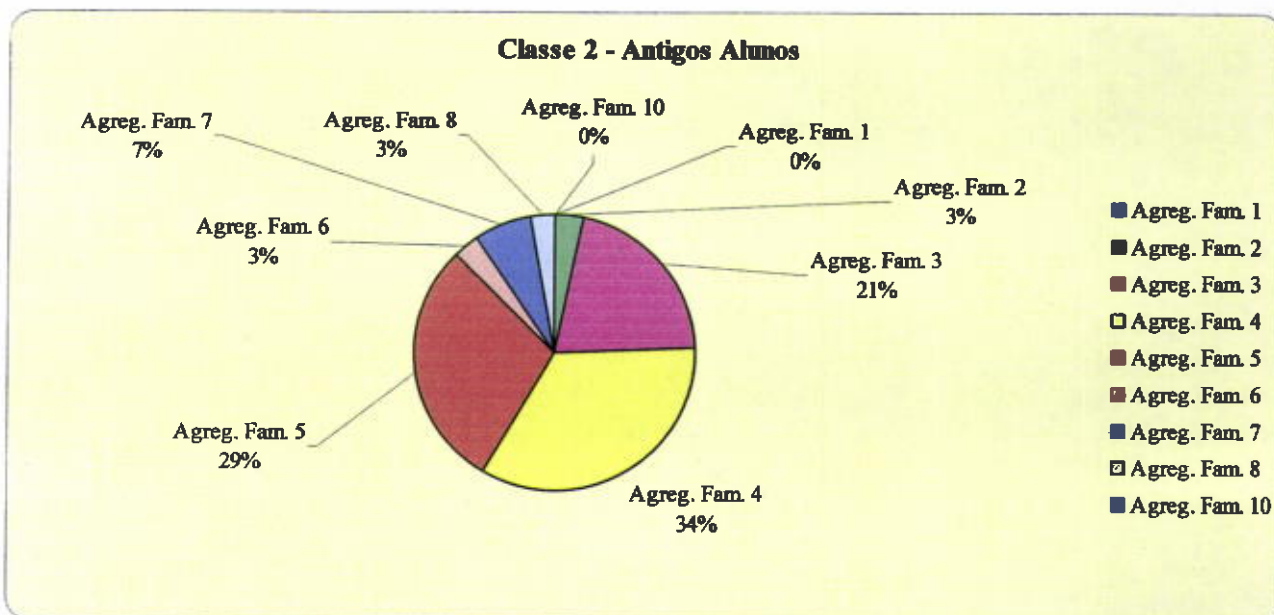
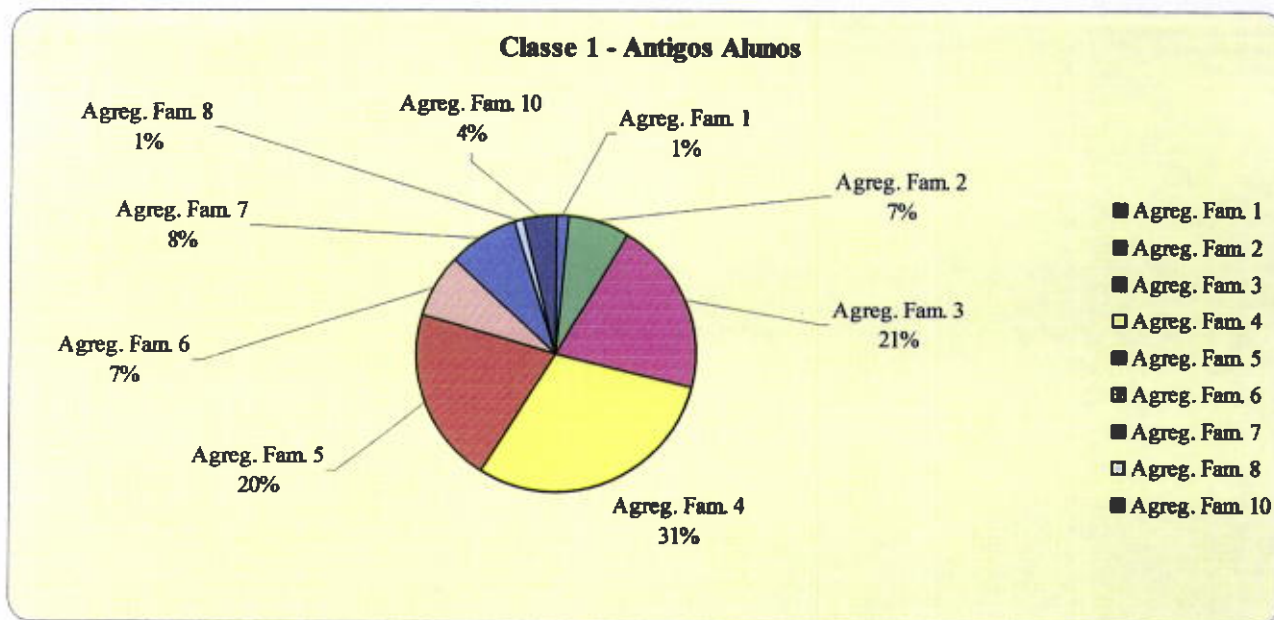
Covariável: Patente



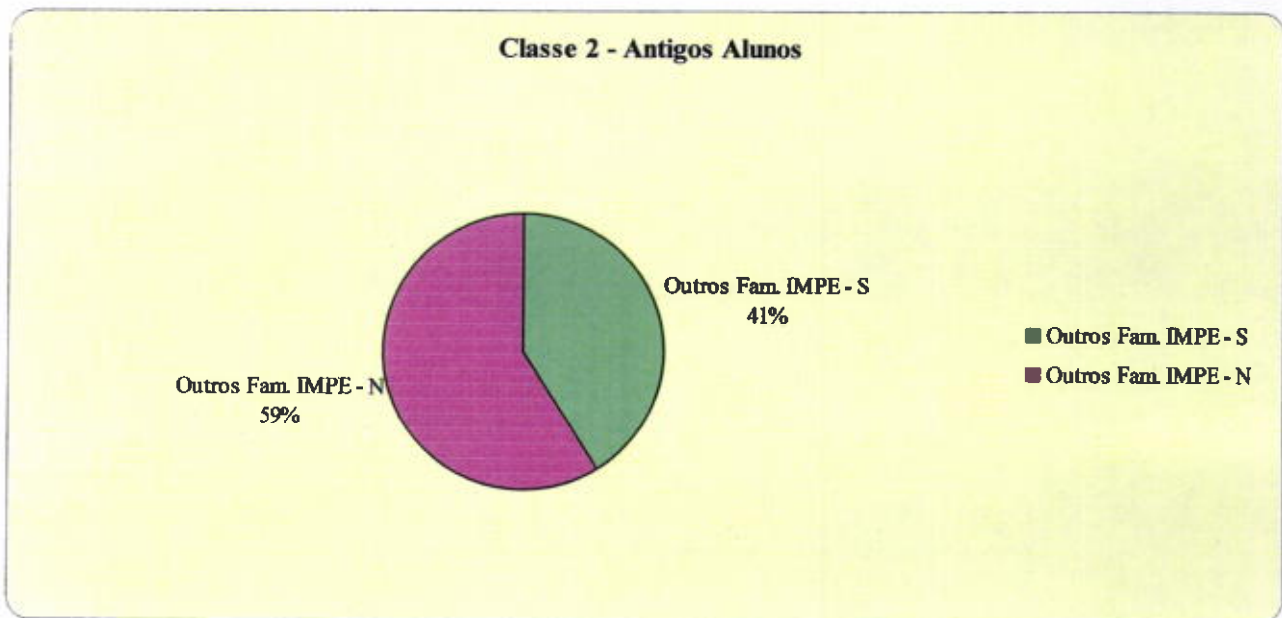
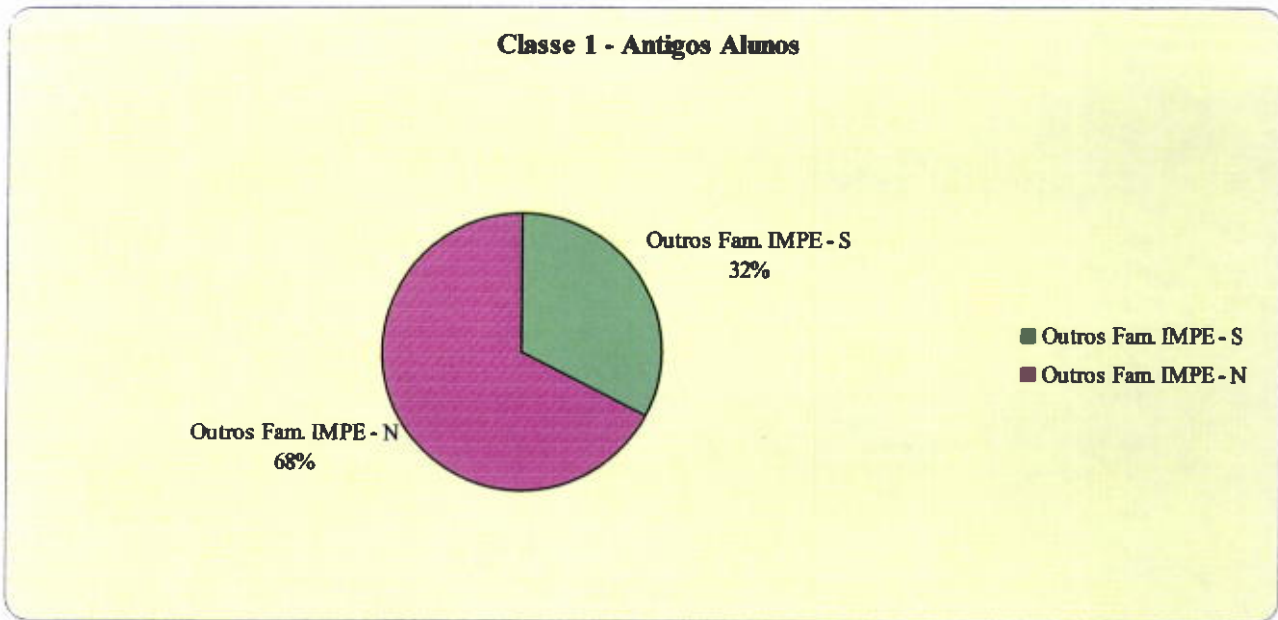
Covariável: Localidade



Covariável: Agregado Familiar



Covariável: Frequência do IMPE por parte de outros familiares



2.2.3.2. As Variáveis

V1: É para mim um grande orgulho ter sido aluno do IMPE.

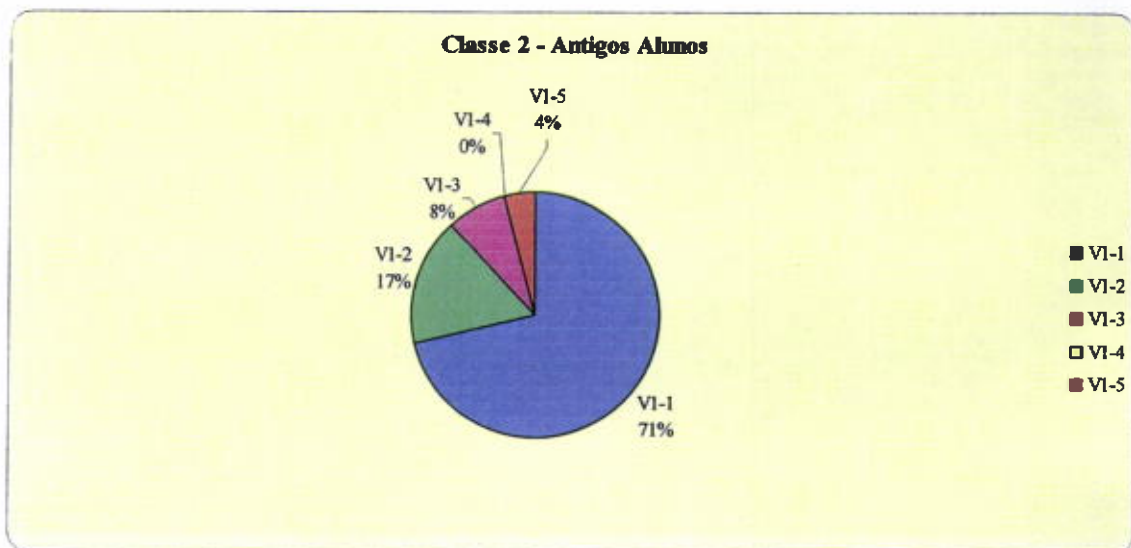
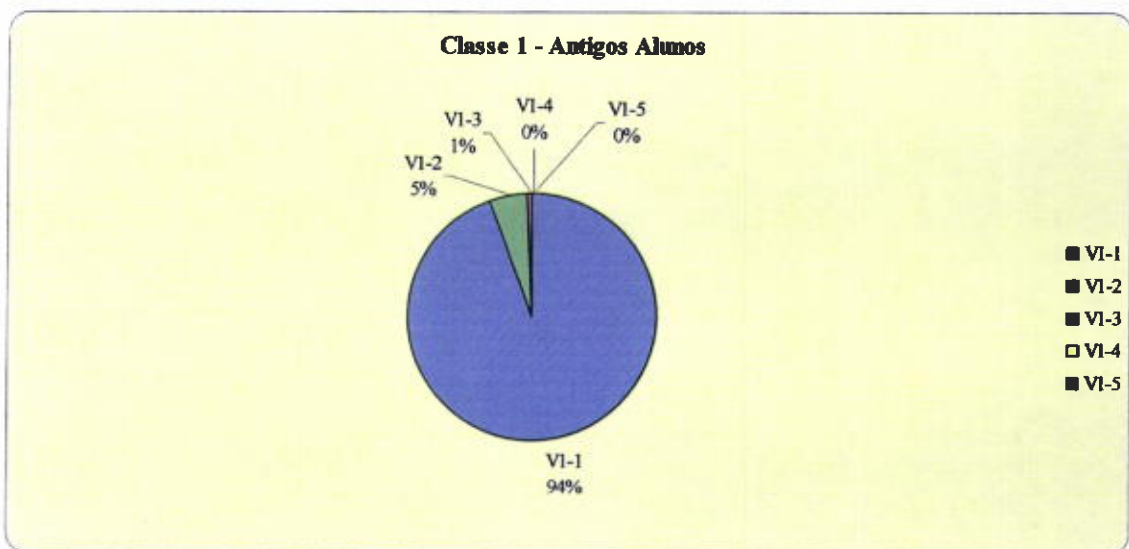
V1-1: Concordo totalmente

V1-2: Concordo

V1-3: Hesitante ou indeciso

V1-4: Discordo

V1-5: Discordo totalmente



V2: Os antigos alunos acham que o Instituto mantém uma imagem de prestígio.

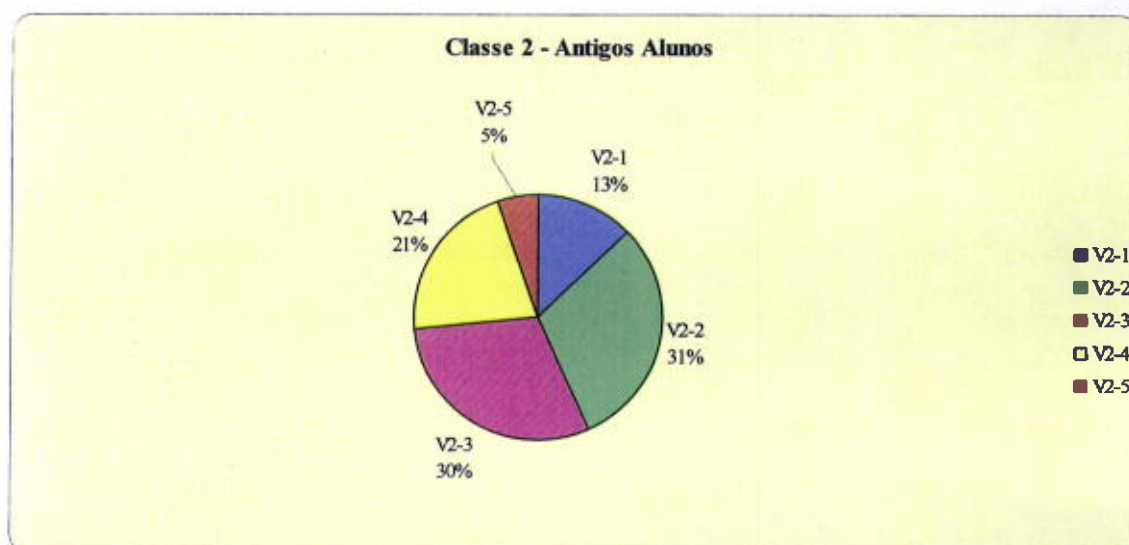
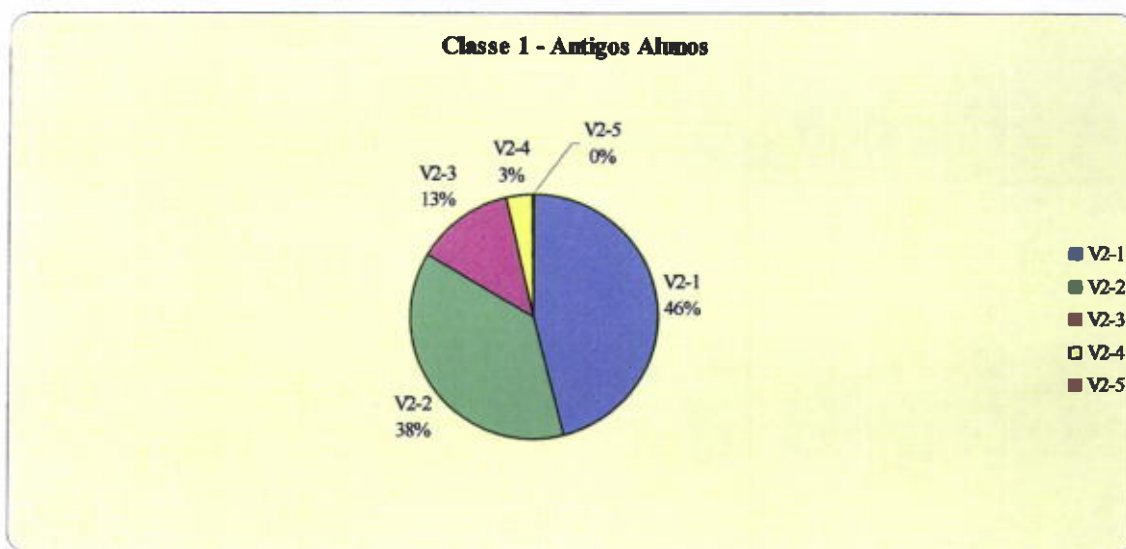
V2-1: Concordo totalmente

V2-2: Concordo

V2-3: Hesitante ou indeciso

V2-4: Discordo

V2-5: Discordo totalmente



V3: O IMPE, pelo seu percurso desde a fundação em 1911, é uma instituição importante no contexto da socialização cívica, política e militar em Portugal.

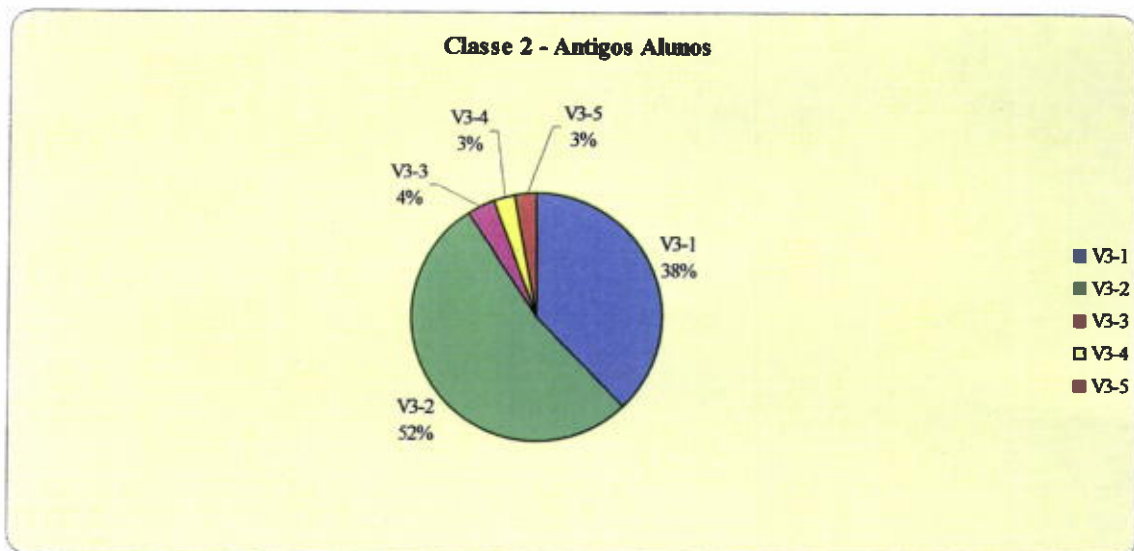
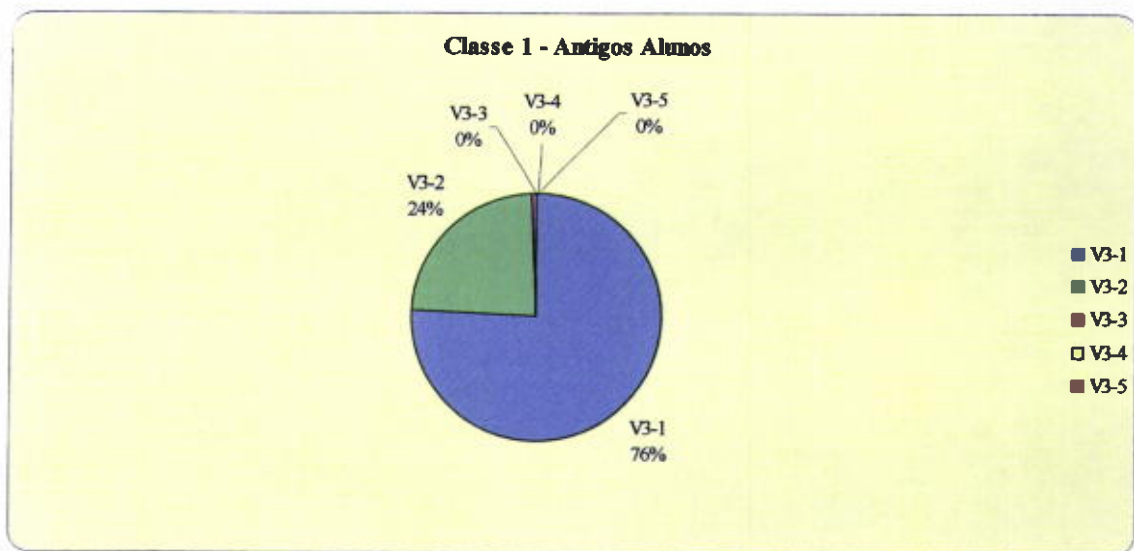
V3-1: Concordo totalmente

V3-2: Concordo

V3-3: Hesitante ou indeciso

V3-4: Discordo

V3-5: Discordo totalmente



V4: O Instituto sempre teve a preocupação dominante de formar o carácter dos alunos, cultivando-lhes sentimentos patrióticos e iniciando-os na prática dos valores militares, independentemente de seguirem ou não, a carreira militar.

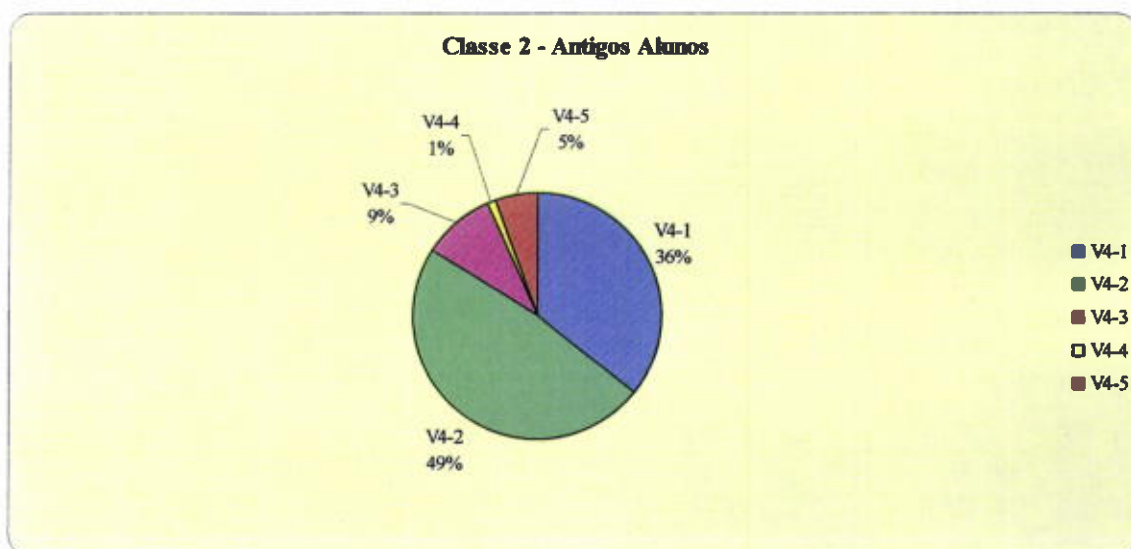
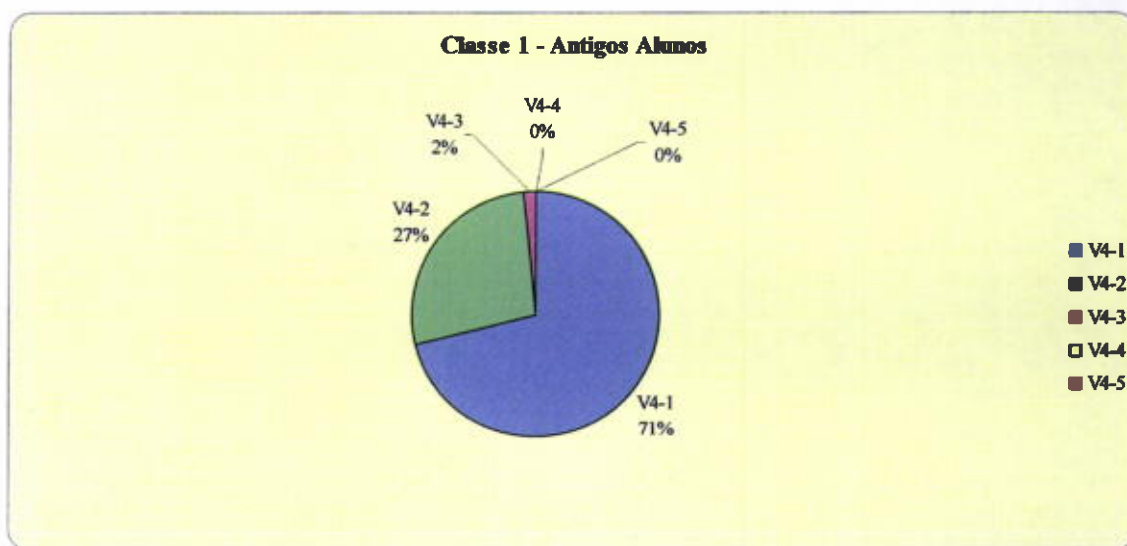
V4-1: Concordo totalmente

V4-2: Concordo

V4-3: Hesitante ou indeciso

V4-4: Discordo

V4-5: Discordo totalmente



V5: O Instituto incutiu-me o gosto pela disciplina e a criação do espírito de decisão, lealdade e responsabilidade, de obediência e sacrifício.

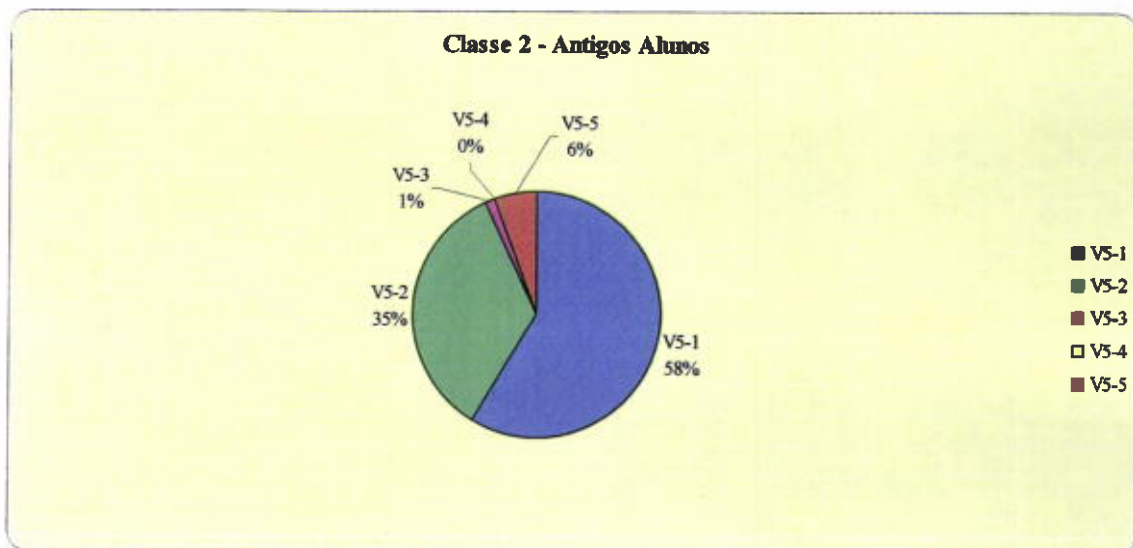
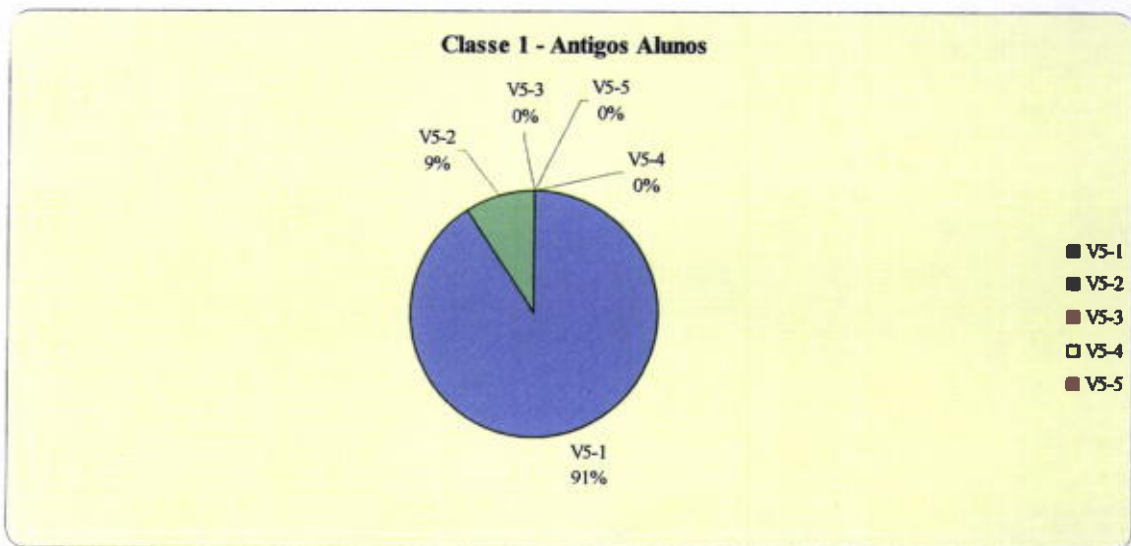
V5-1: Concordo totalmente

V5-2: Concordo

V5-3: Hesitante ou indeciso

V5-4: Discordo

V5-5: Discordo totalmente



V6: A minha família teve influência determinante na opção de ter sido aluno do IMPE.

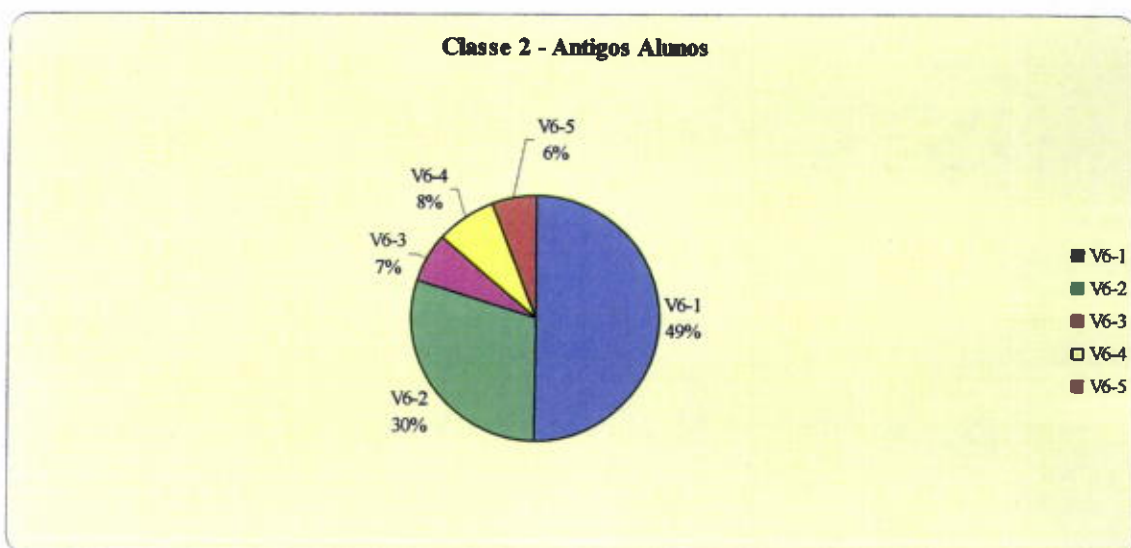
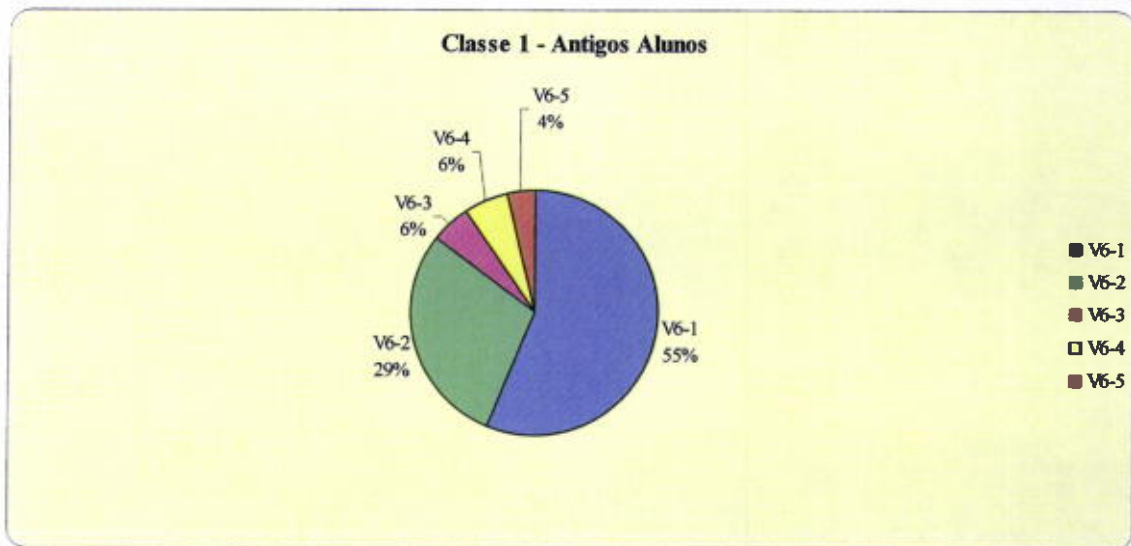
V6-1: Concordo totalmente

V6-2: Concordo

V6-3: Hesitante ou indeciso

V6-4: Discordo

V6-5: Discordo totalmente



V7: O IMPE gera normas éticas relativas à identidade pilónica que são observadas por todos (alunos e professores, militares e civis).

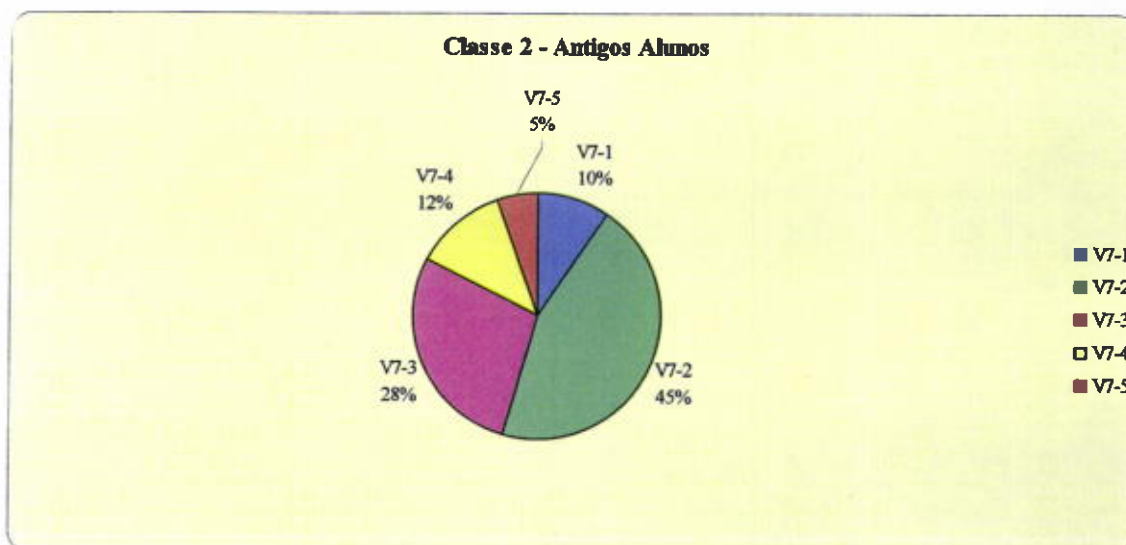
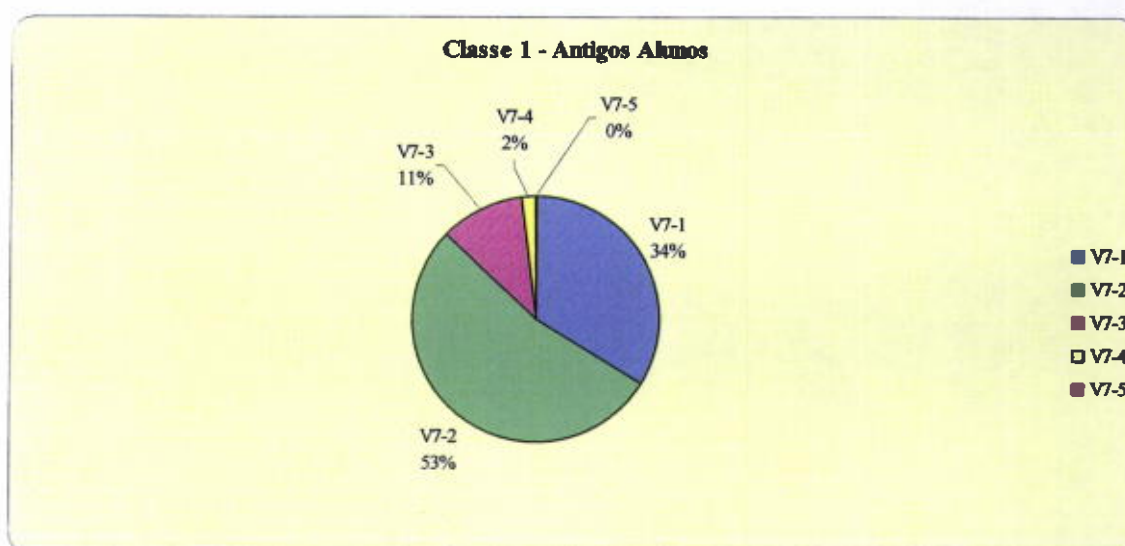
V7-1: Concordo totalmente

V7-2: Concordo

V7-3: Hesitante ou indeciso

V7-4: Discordo

V7-5: Discordo totalmente



V8: O actual uniforme interno dos alunos é adequado e responde às necessidades.

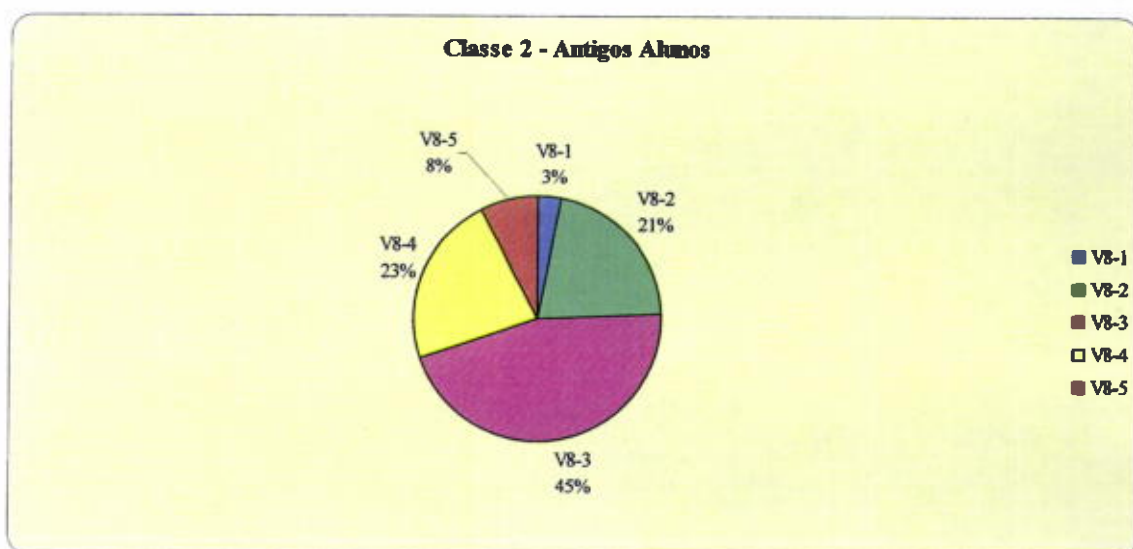
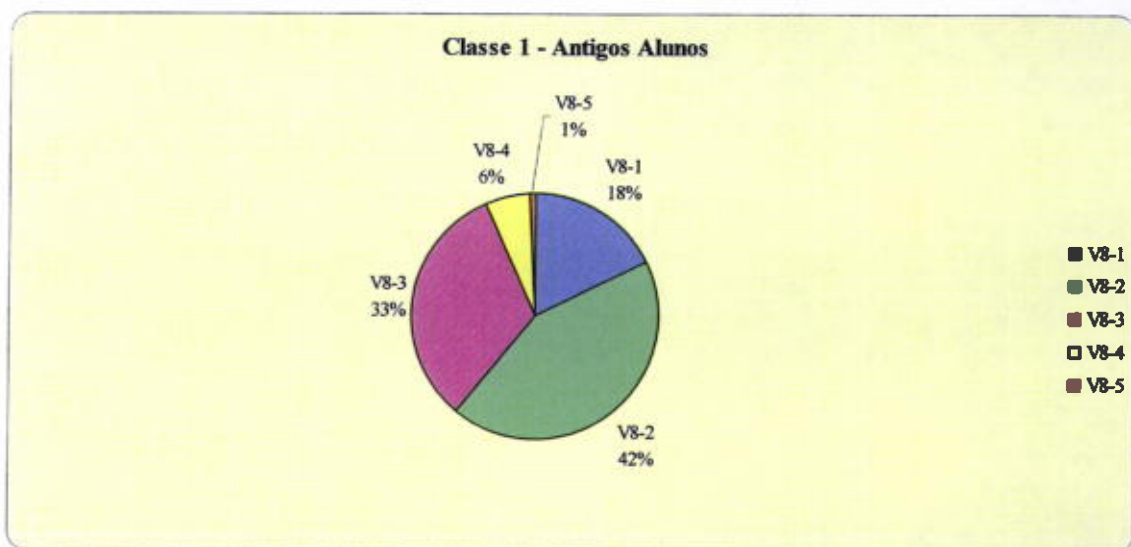
V8-1: Concordo totalmente

V8-2: Concordo

V8-3: Hesitante ou indeciso

V8-4: Discordo

V8-5: Discordo totalmente



V9: O actual uniforme externo dos alunos projecta uma imagem positiva do IMPE.

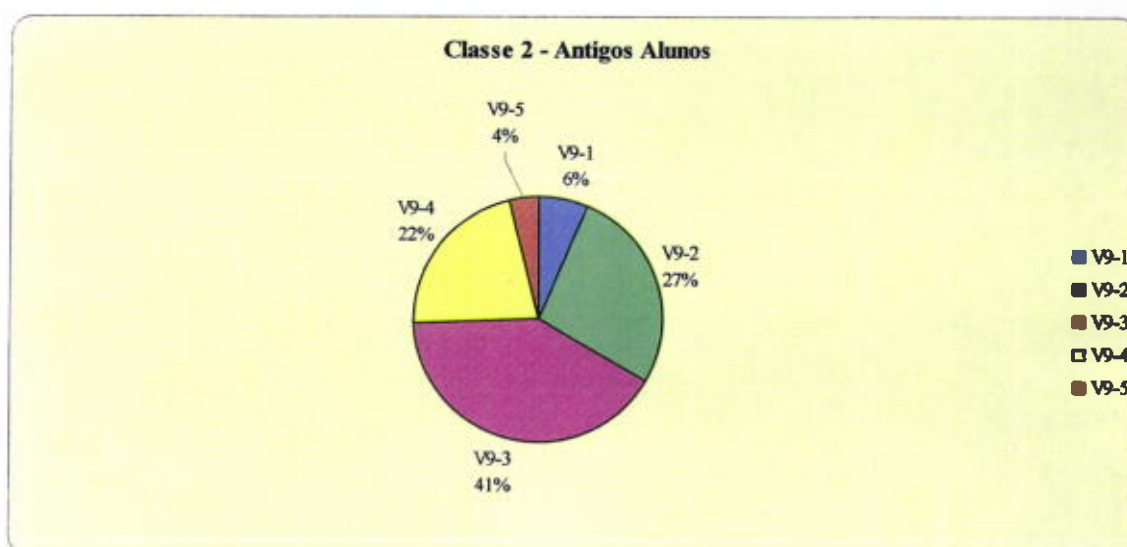
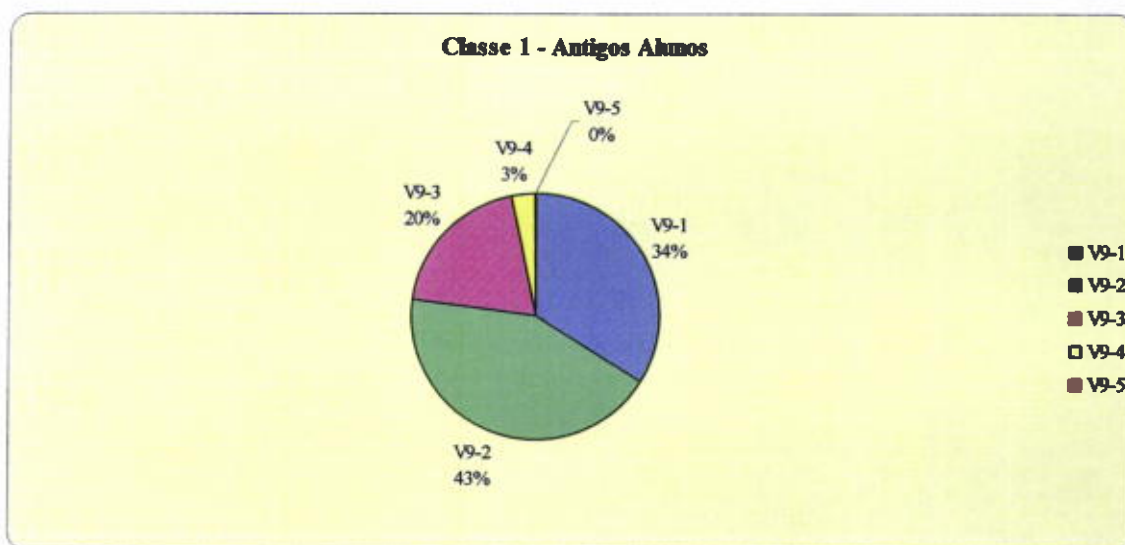
V9-1: Concordo totalmente

V9-2: Concordo

V9-3: Hesitante ou indeciso

V9-4: Discordo

V9-5: Discordo totalmente



V10: Existe um culto da camaradagem no Instituto que se projecta desde os primeiros dias dos alunos na Escola, tendo como ponto de partida formal a Cerimónia do Apadrinhamento e o Abraço ao Batalhãozinho.

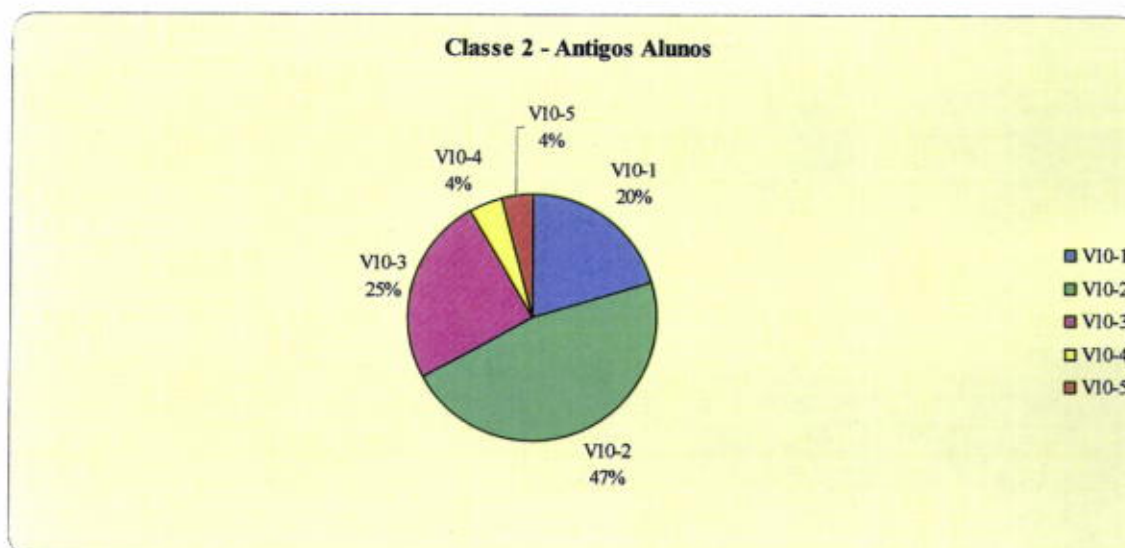
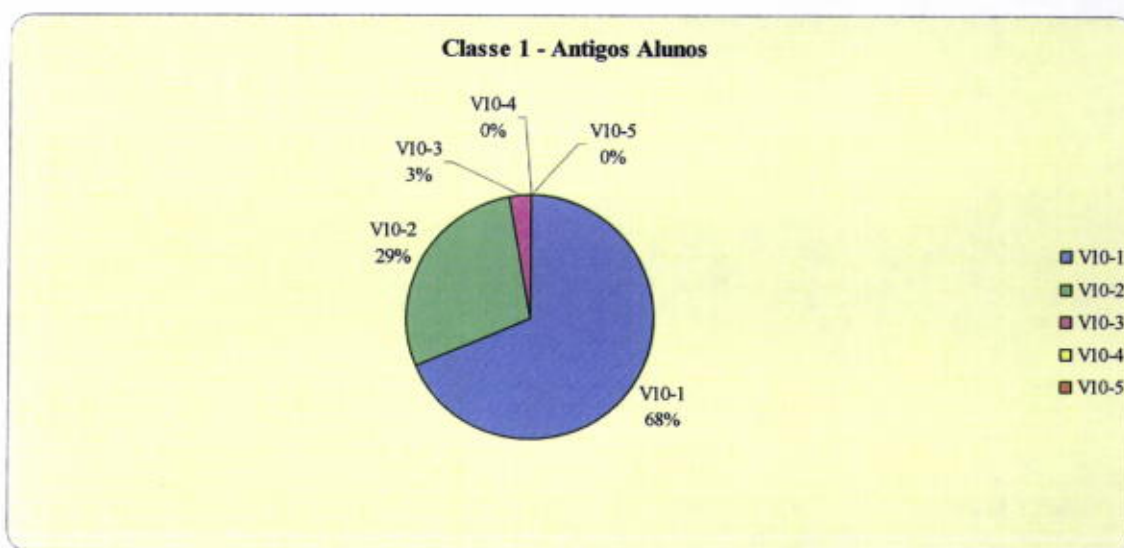
V10-1: Concordo totalmente

V10-2: Concordo

V10-3: Hesitante ou indeciso

V10-4: Discordo

V10-5: Discordo totalmente



V11: Embora a abertura ao exterior seja hoje manifestamente maior que no passado, os alunos deveriam ter mais contacto com outras escolas, entidades públicas e privadas, intercâmbios escolares e visitas de estudo.

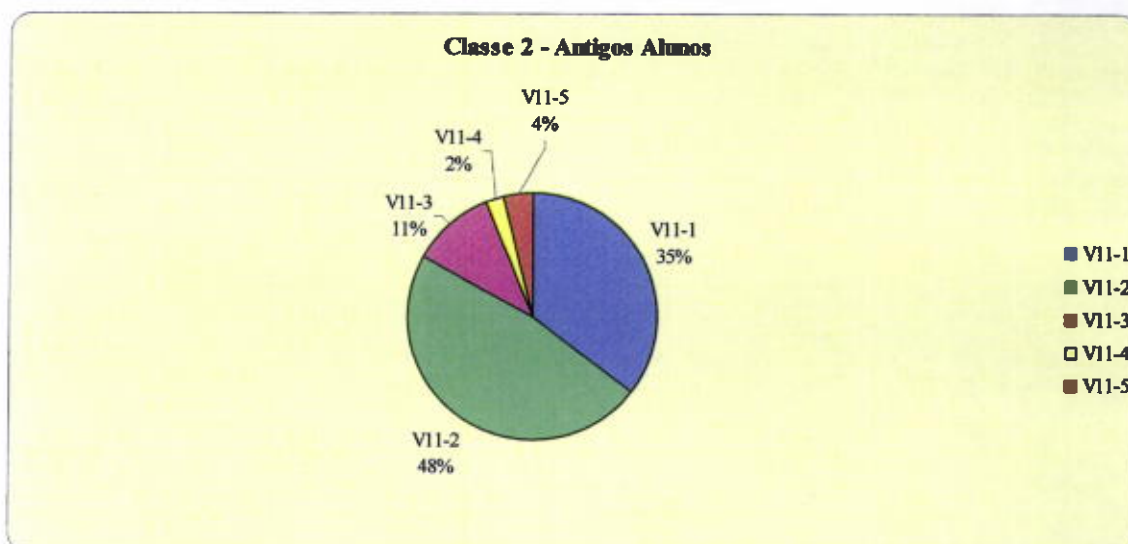
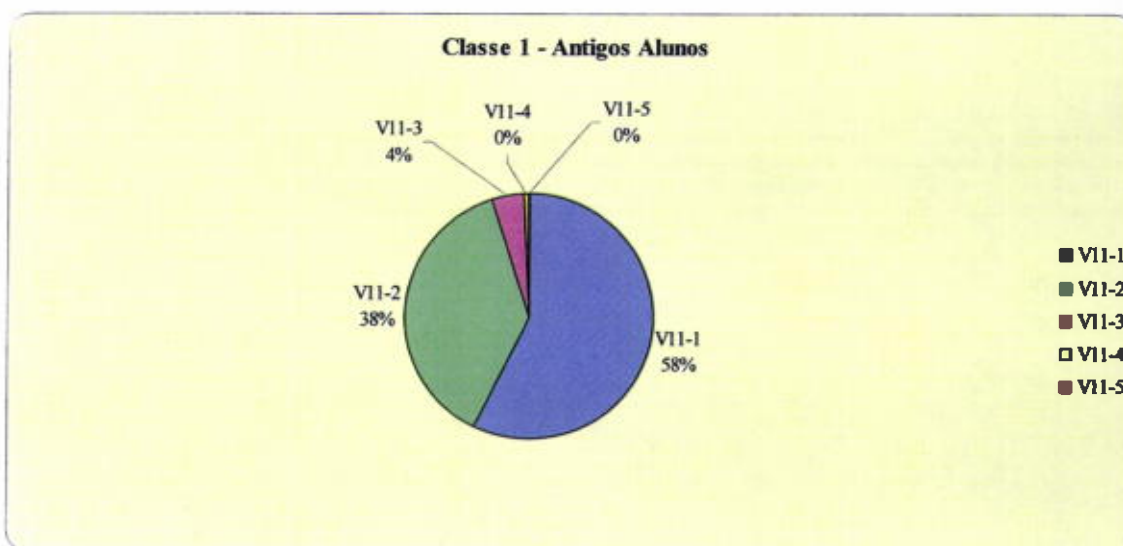
V11-1: Concordo totalmente

V11-2: Concordo

V11-3: Hesitante ou indeciso

V11-4: Discordo

V11-5: Discordo totalmente



V12: As relações informais de pertença e de poder estavam bem definidas no seio da comunidade estudante no meu tempo de aluno, nomeadamente no conhecimento e no respeito pela hierarquia de Alunos Graduados e pelas antiguidades relativas, como a figura do “aluno mais velho”.

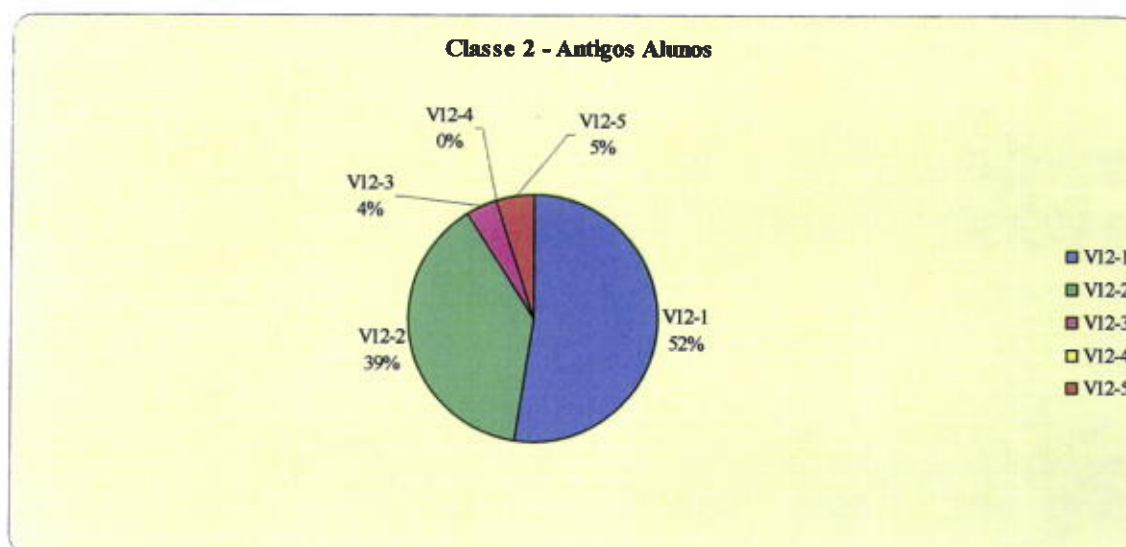
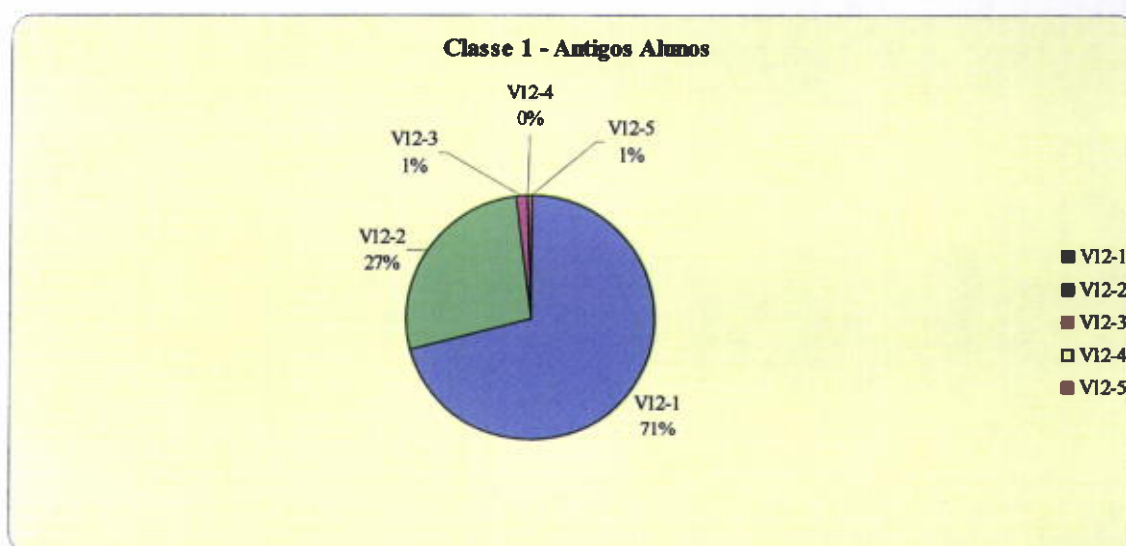
V12-1: Concordo totalmente

V12-2: Concordo

V12-3: Hesitante ou indeciso

V12-4: Discordo

V12-5: Discordo totalmente



V13: É positivo que o cenário das praxes académicas no IMPE tenha sido corrigido, porque pode ter havido no passado algumas situações onde foram praticados abusos ou excessos.

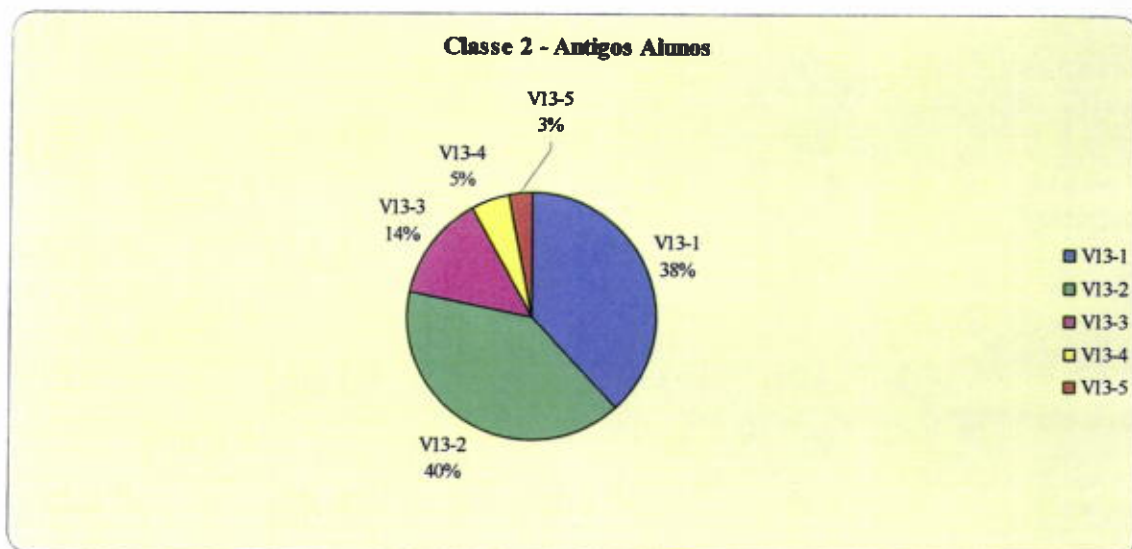
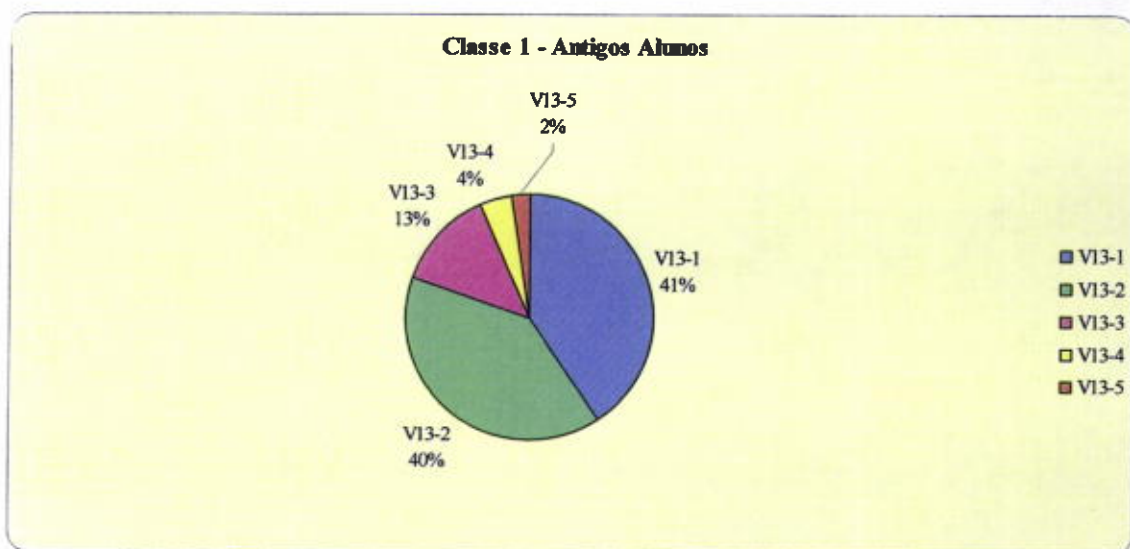
V13-1: Concordo totalmente

V13-2: Concordo

V13-3: Hesitante ou indeciso

V13-4: Discordo

V13-5: Discordo totalmente



V14: As tradições do IMPE são bem conhecidas e os antigos alunos interessam-se em defendê-las, pelo significado de que se revestem.

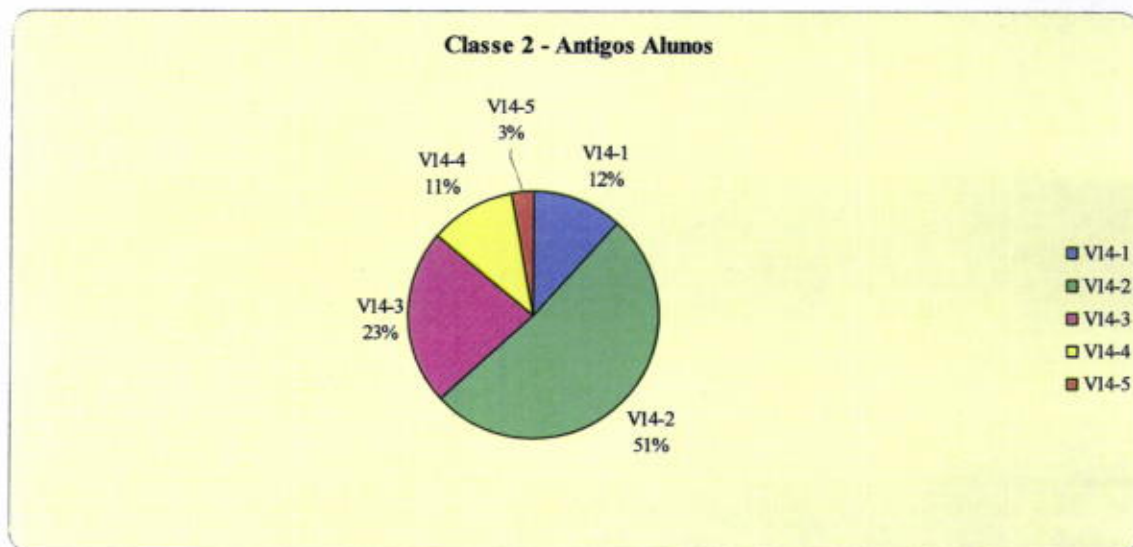
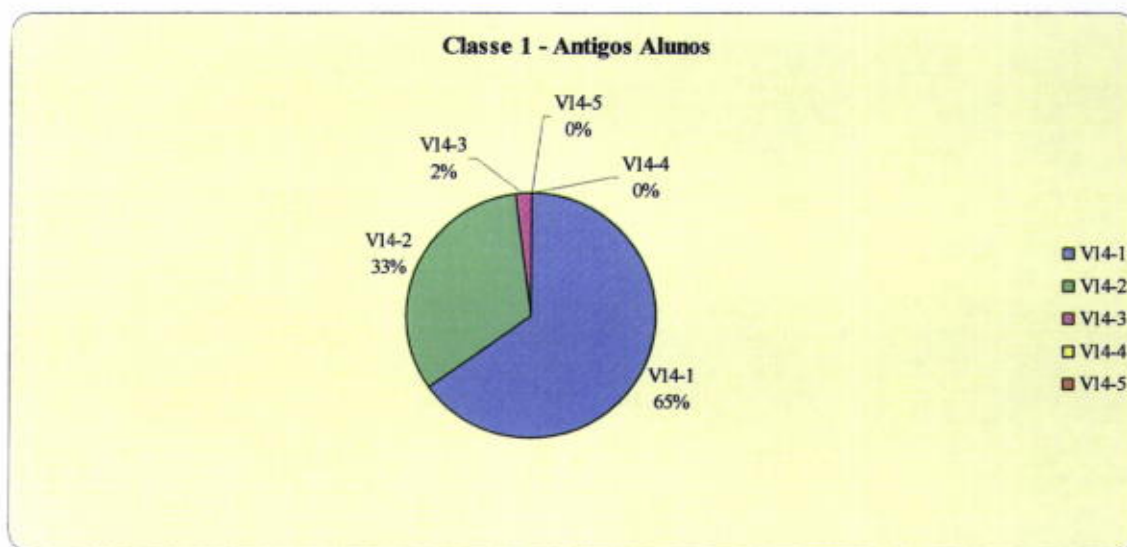
V14-1: Concordo totalmente

V14-2: Concordo

V14-3: Hesitante ou indeciso

V14-4: Discordo

V14-5: Discordo totalmente



V15: Como Escola que faz a ponte entre o ambiente civil e militar, o IMPE contribui para que a experiência da cidadania nos seus alunos seja mais proficua que nas outras escolas.

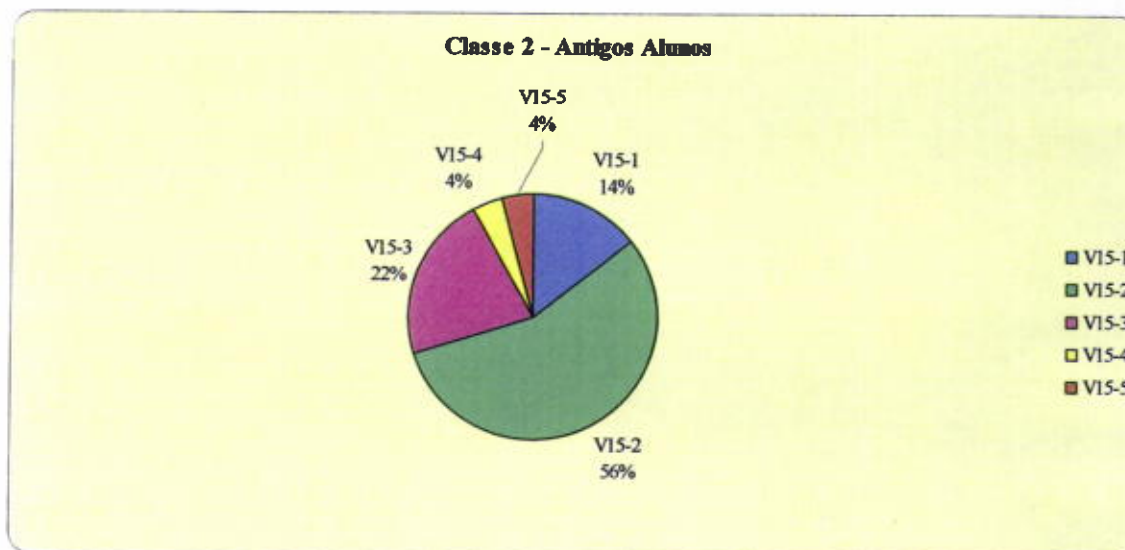
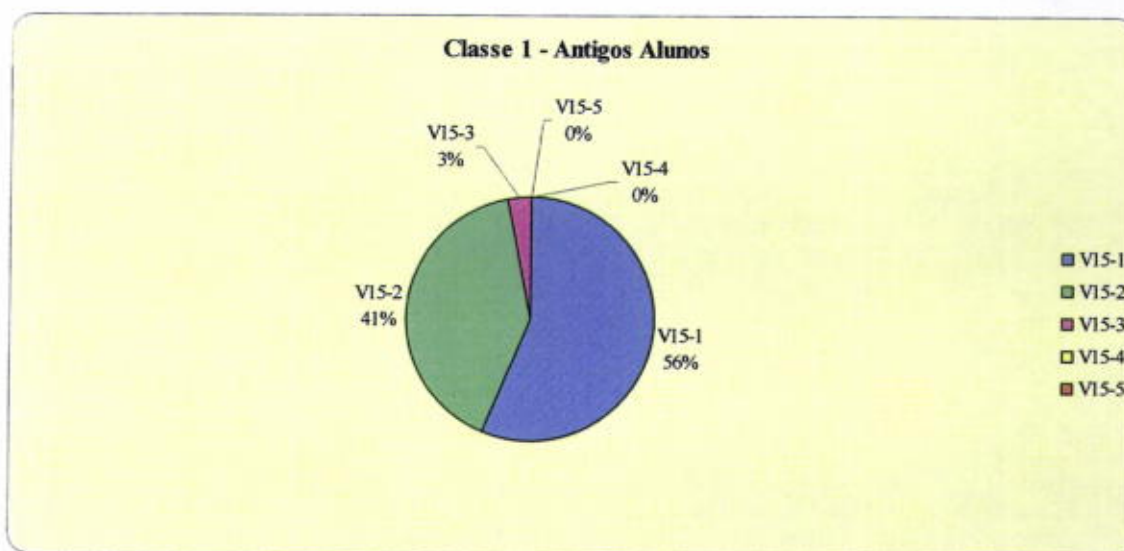
V15-1: Concordo totalmente

V15-2: Concordo

V15-3: Hesitante ou indeciso

V15-4: Discordo

V15-5: Discordo totalmente



V16: Relativamente às Actividades de Complemento Curricular (ACC), sejam estas de índole desportivo ou cultural, pode dizer-se que embora em menor número que no passado, estas ainda são satisfatoriamente diversificadas.

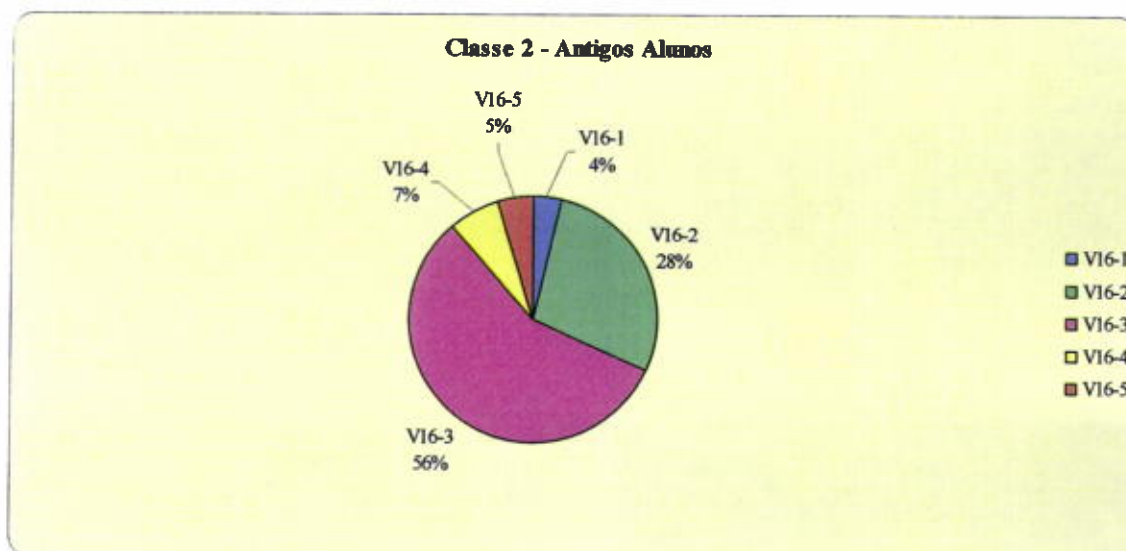
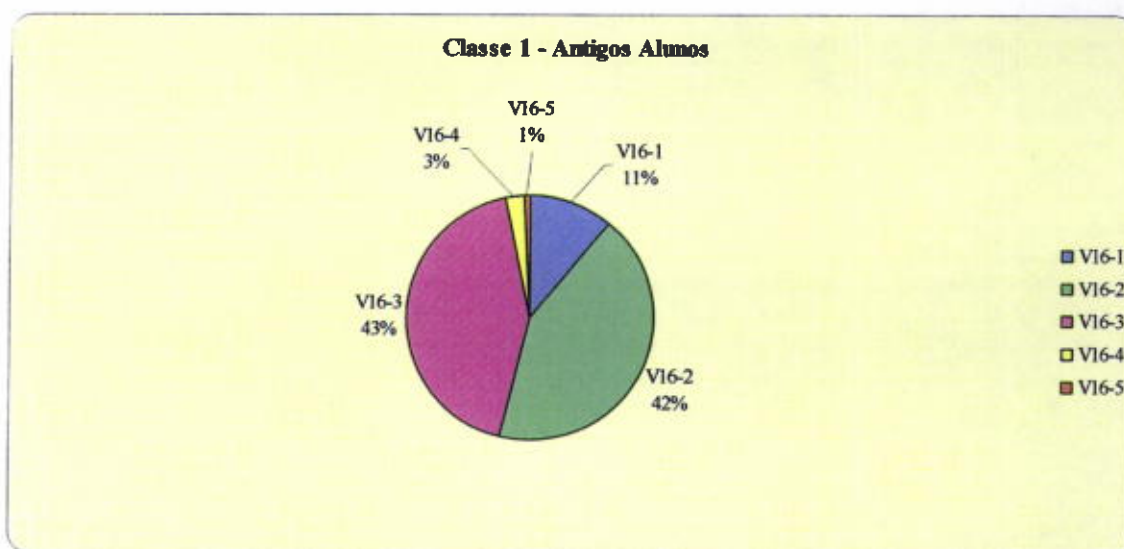
V16-1: Concordo totalmente

V16-2: Concordo

V16-3: Hesitante ou indeciso

V16-4: Discordo

V16-5: Discordo totalmente



V17: A nível institucional, as ACC projectam de forma significativa a imagem do IMPE para o exterior, dignificando-o (como seja pela participação do IMPE em campeonatos, exibições desportivas e outros eventos festivos).

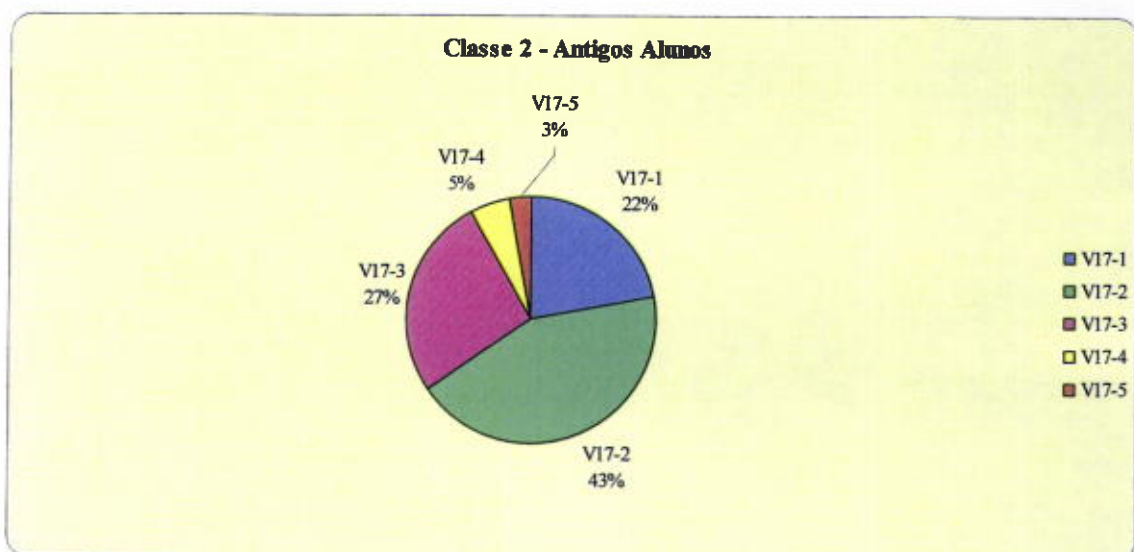
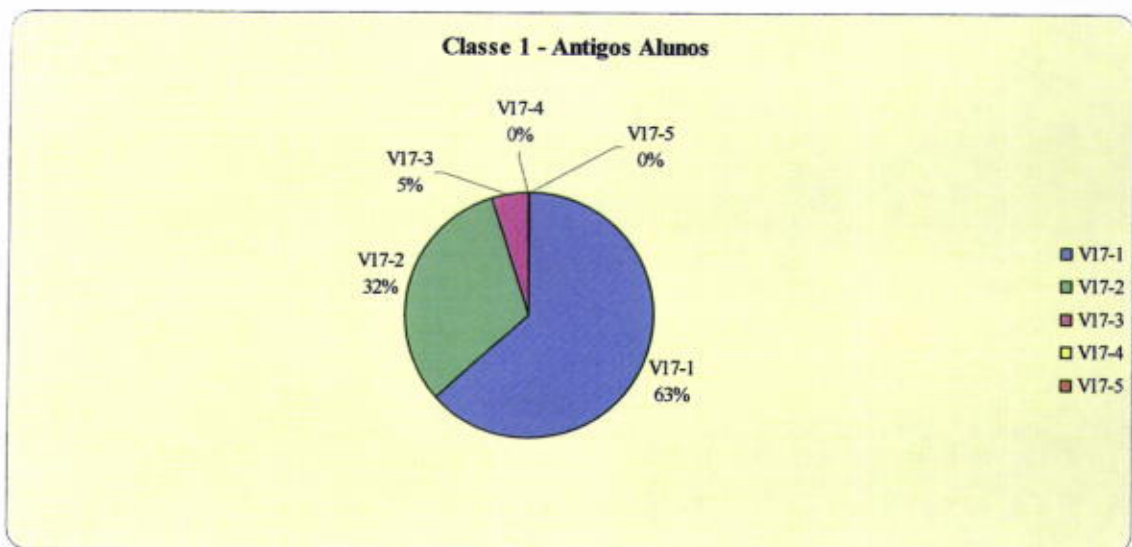
V17-1: Concordo totalmente

V17-2: Concordo

V17-3: Hesitante ou indeciso

V17-4: Discordo

V17-5: Discordo totalmente



V18: O IMPE projecta uma imagem de prestígio para o exterior, porque a avaliação que a sociedade faz do Instituto é positiva, reconhecendo-o como uma escola de elite.

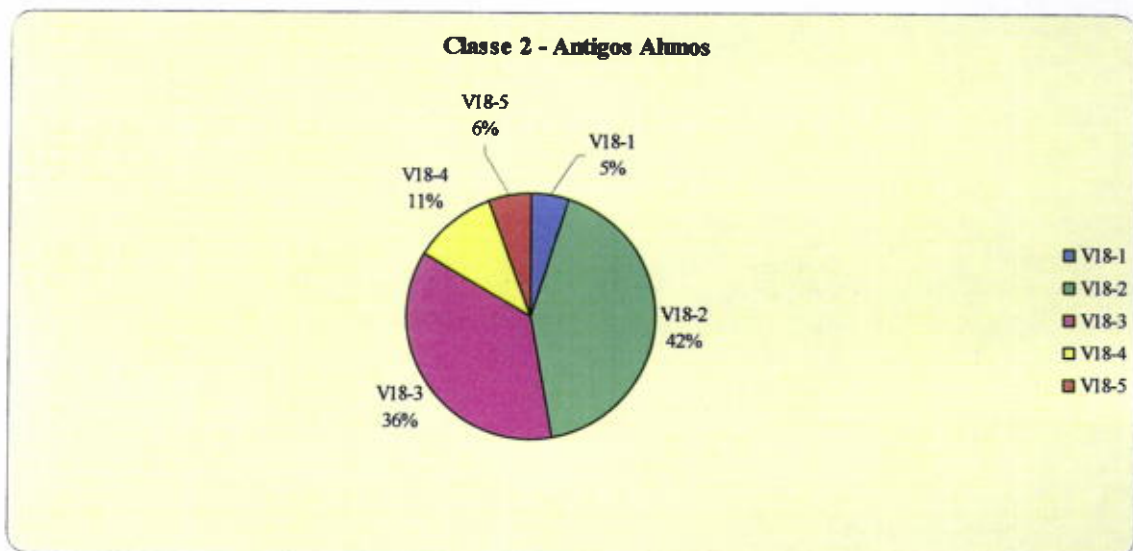
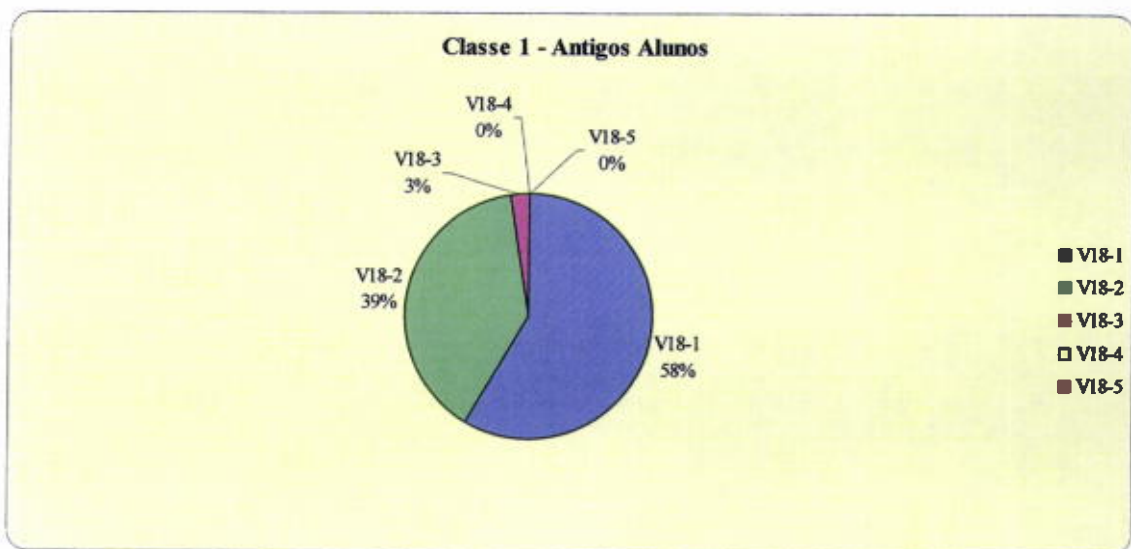
V18-1: Concordo totalmente

V18-2: Concordo

V18-3: Hesitante ou indeciso

V18-4: Discordo

V18-5: Discordo totalmente



V19: A imagem dos diferentes membros do IMPE (alunos, antigos alunos, educadores militares e civis) é forte e reflecte-se nas relações que estes elementos têm entre eles e com a sociedade em geral.

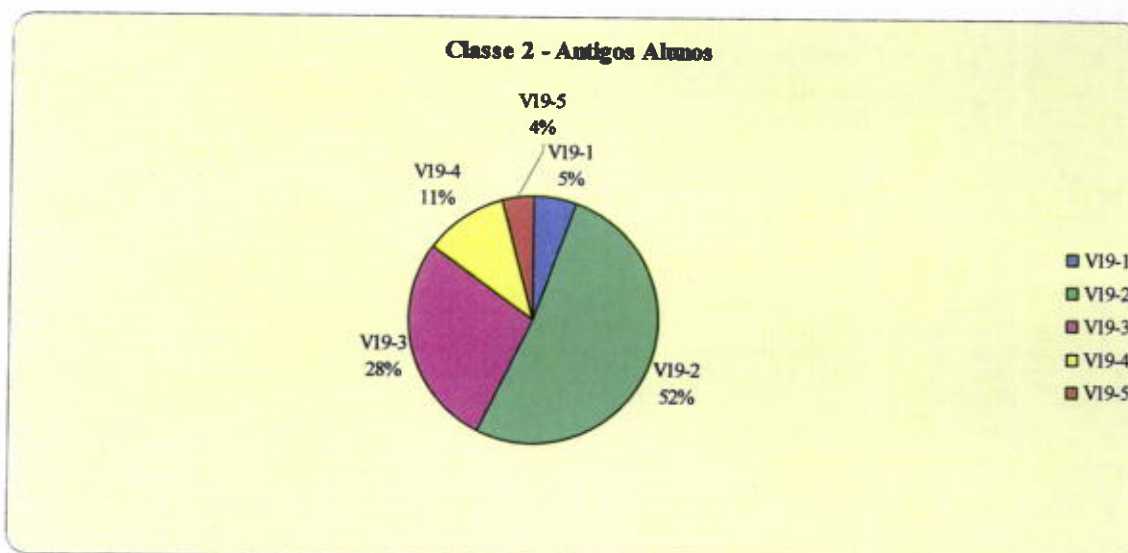
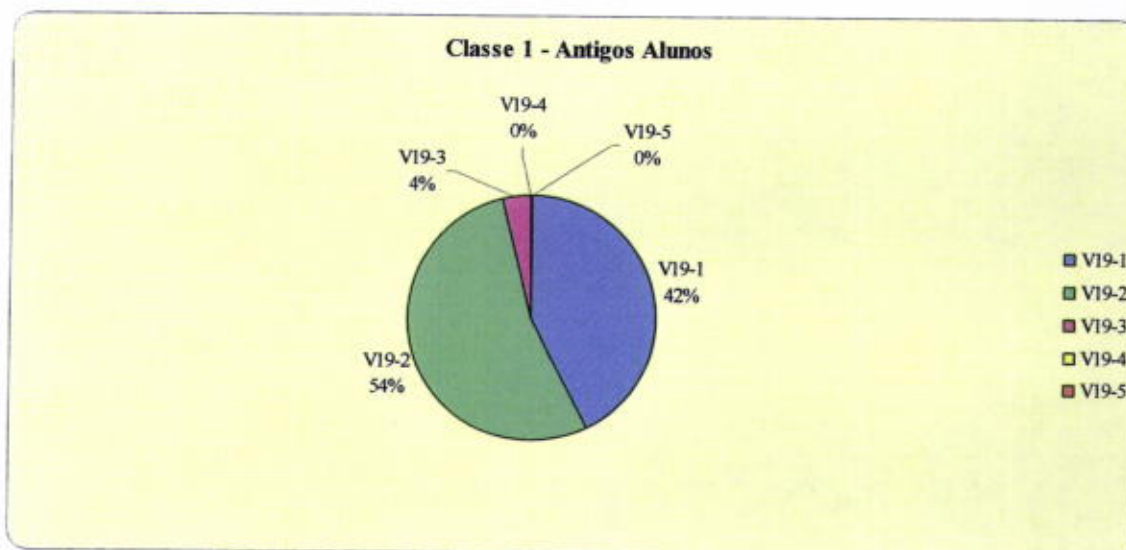
V19-1: Concordo totalmente

V19-2: Concordo

V19-3: Hesitante ou indeciso

V19-4: Discordo

V19-5: Discordo totalmente



V20: O IMPE sempre reflectiu, para o bom e para o menos bom (mudanças nos currículos, tentativas de encerramento, etc.), aquilo que se pode designar por fases e contextos políticos em Portugal.

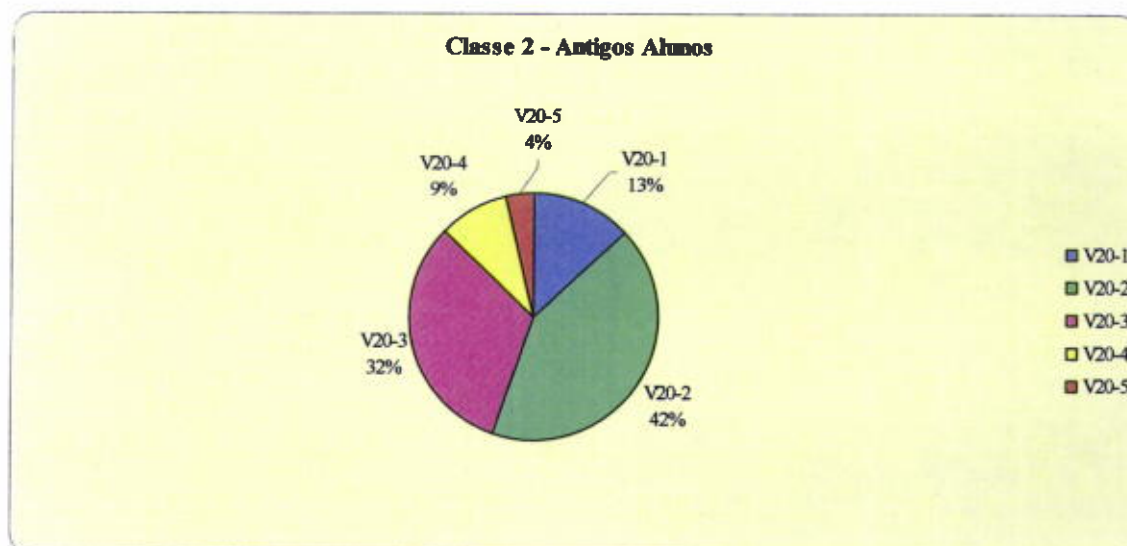
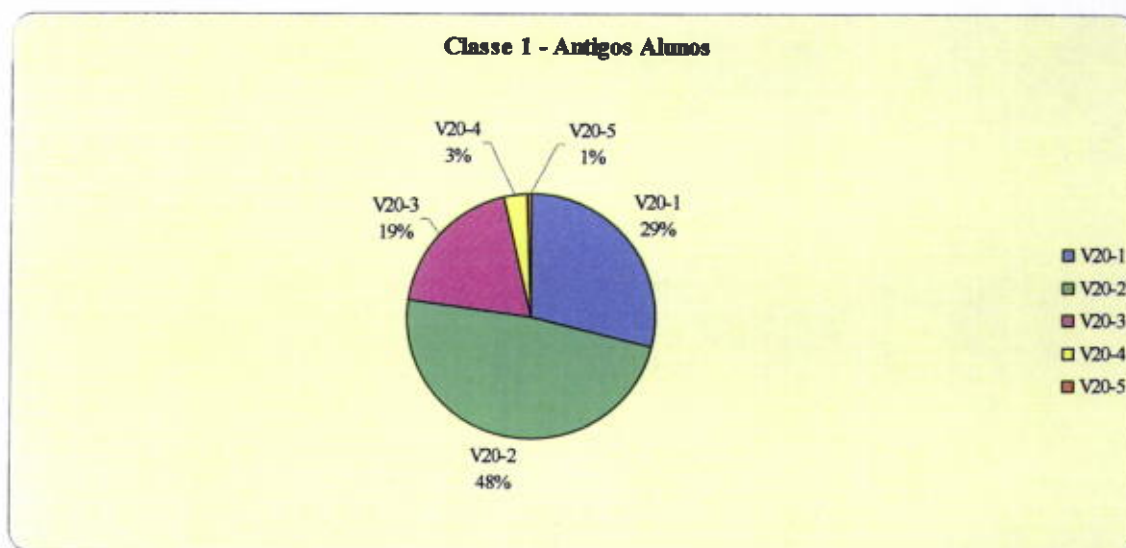
V20-1: Concordo totalmente

V20-2: Concordo

V20-3: Hesitante ou indeciso

V20-4: Discordo

V20-5: Discordo totalmente



V21: Mudou muito o meu perfil sócio-político, enquanto cidadão, desde que saí do IMPE.

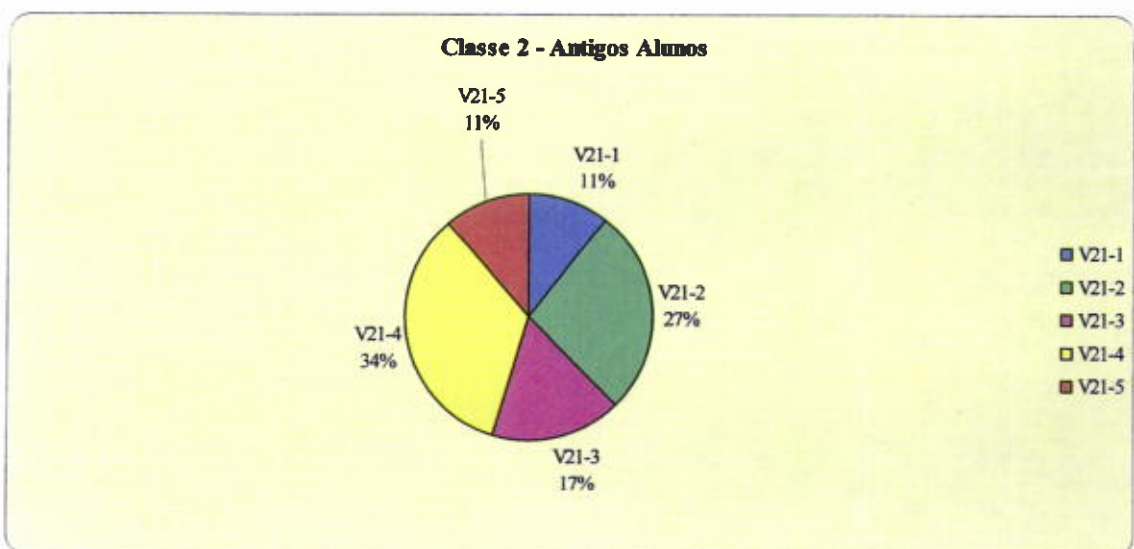
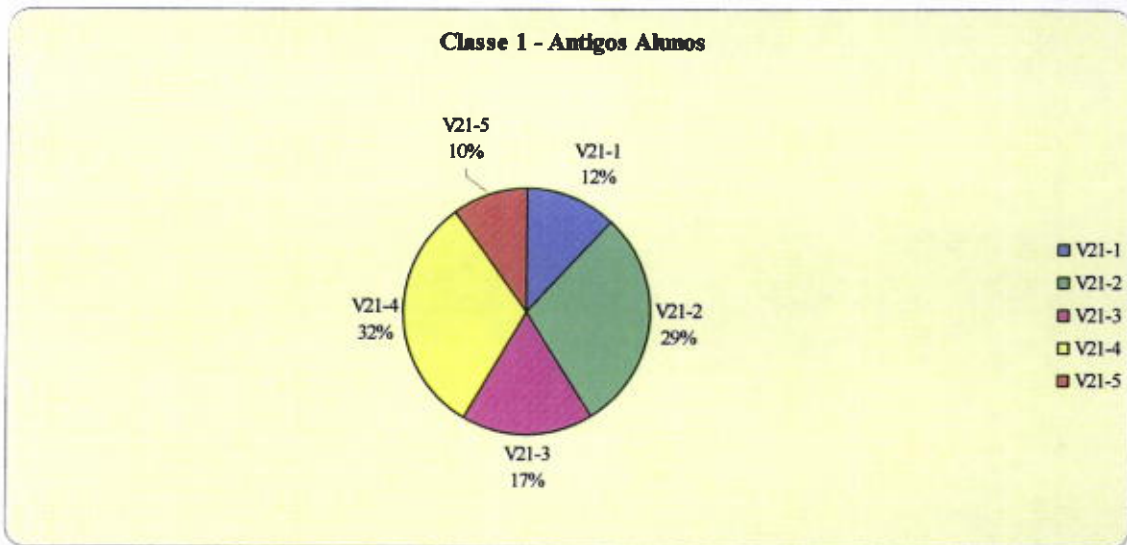
V21-1: Concordo totalmente

V21-2: Concordo

V21-3: Hesitante ou indeciso

V21-4: Discordo

V21-5: Discordo totalmente



V22: A Barretina e o Emblema da APE constituem-se, ambos, como elementos simbólicos da imagem pilónica.

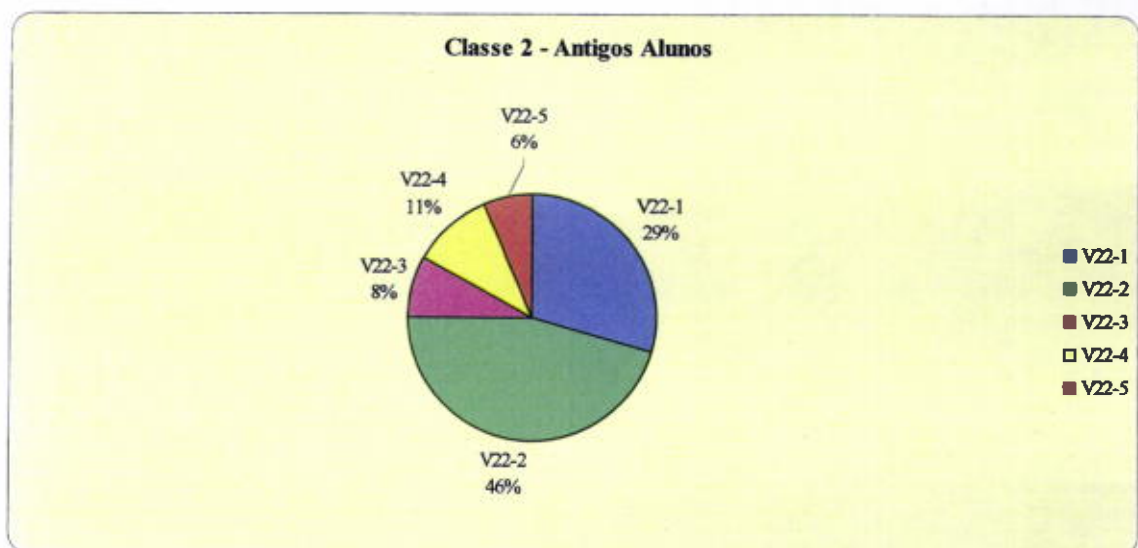
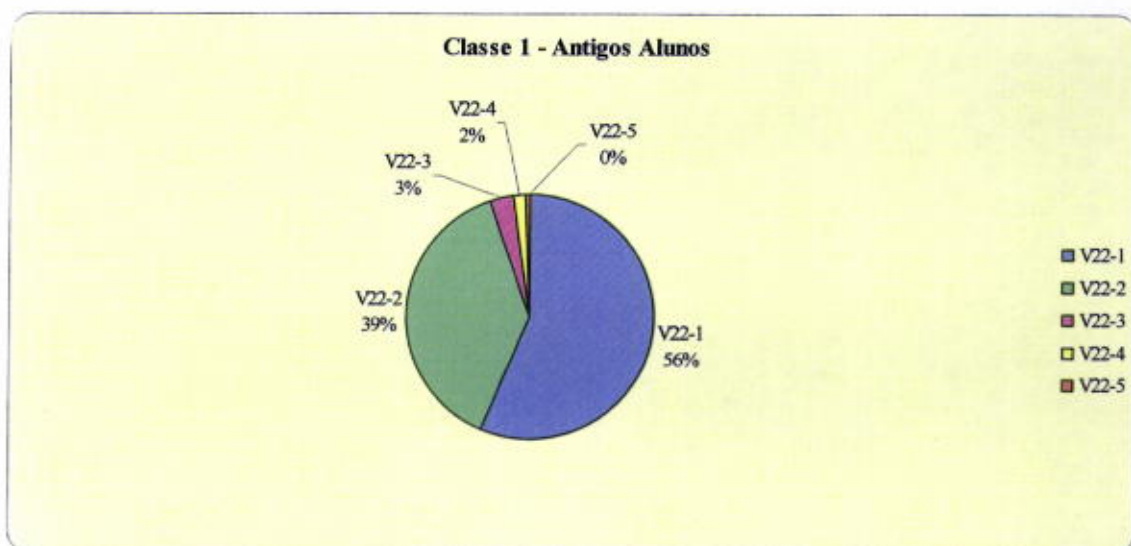
V22-1: Concordo totalmente

V22-2: Concordo

V22-3: Hesitante ou indeciso

V22-4: Discordo

V22-5: Discordo totalmente



V23: Embora semelhante à Barretina do Colégio Militar (CM), a Barretina do IMPE tem características próprias que a distinguem facilmente da Barretina do CM, acabando assim por ser mais facilmente identificável para a sociedade civil como imagem simbólica do IMPE, do que o Emblema da APE.

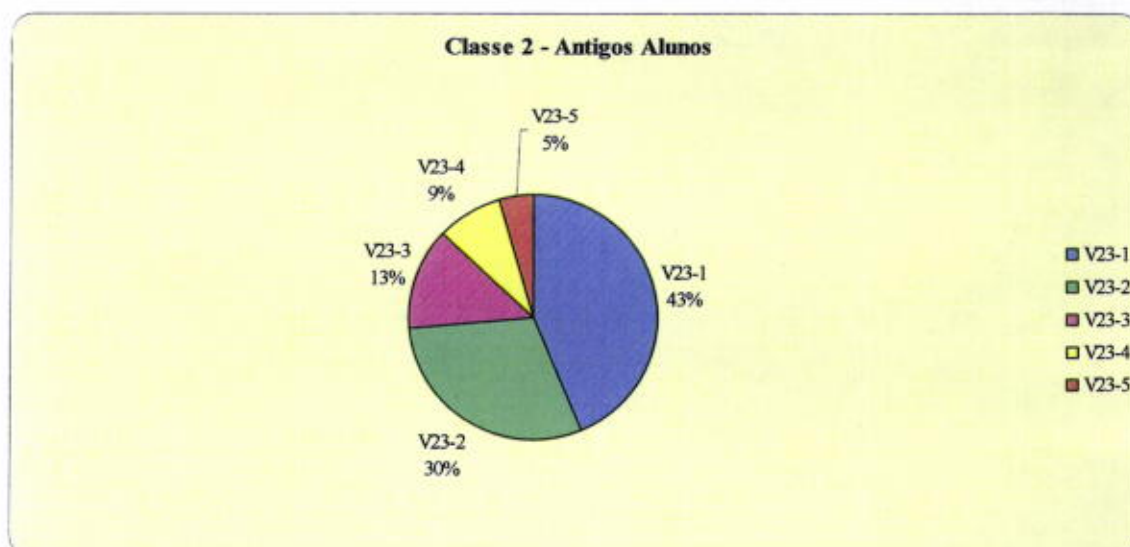
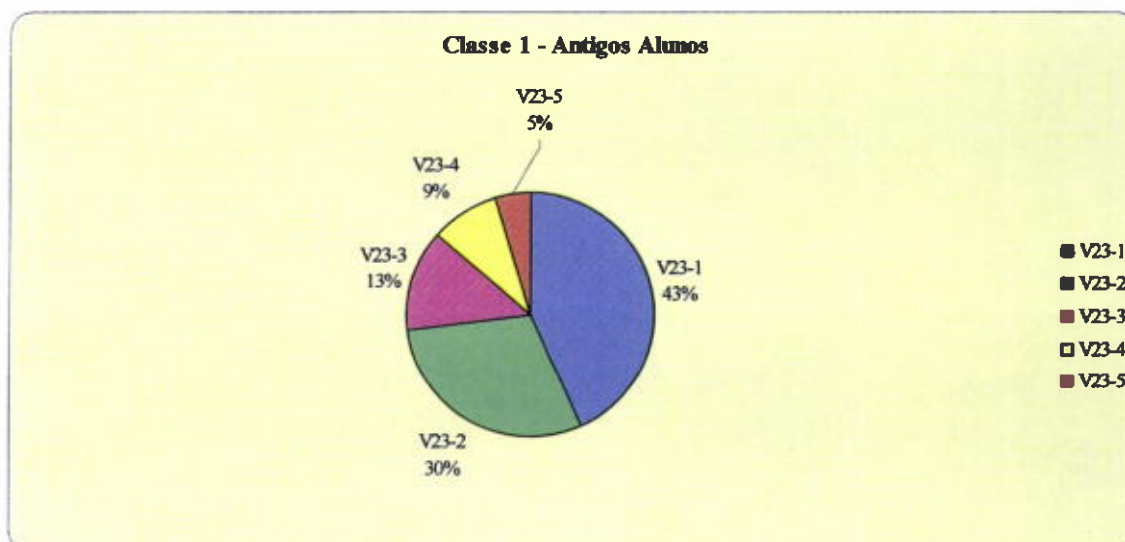
V23-1: Concordo totalmente

V23-2: Concordo

V23-3: Hesitante ou indeciso

V23-4: Discordo

V23-5: Discordo totalmente



V24: A formação religiosa, no tempo em que era aluno, tinha relevância na vida dos estudantes.

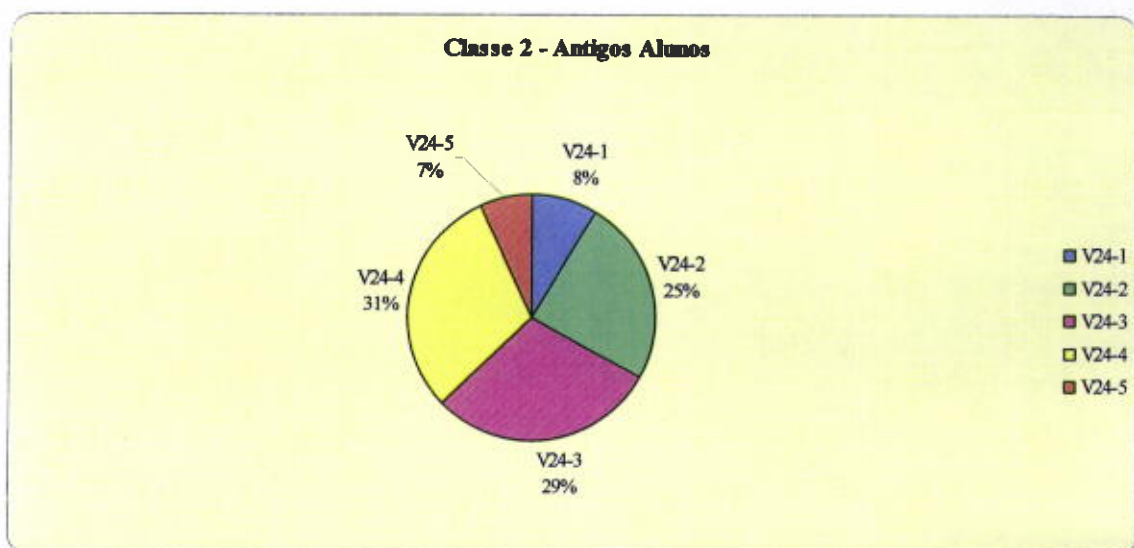
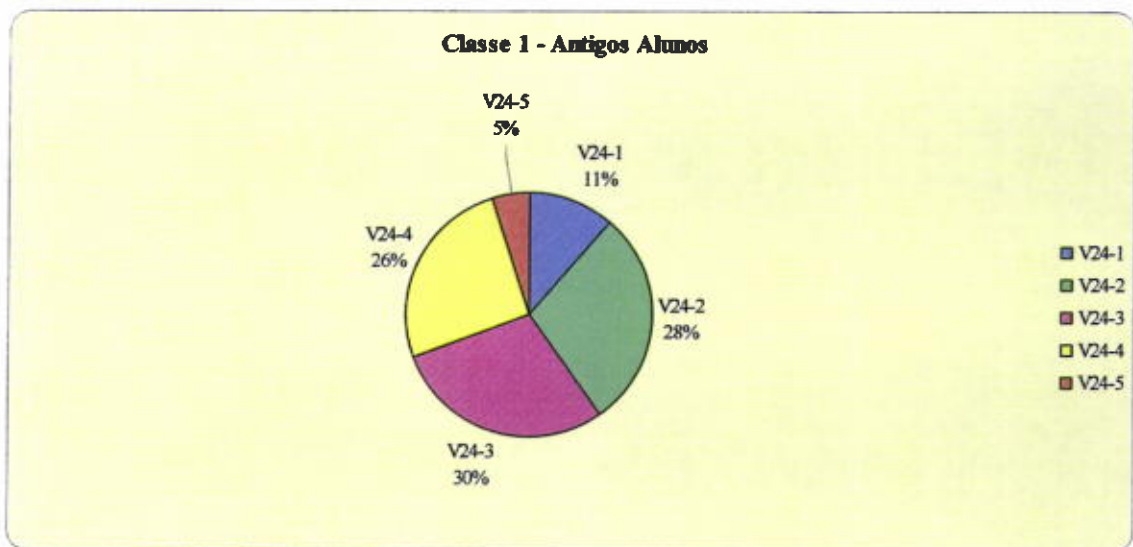
V24-1: Concordo totalmente

V24-2: Concordo

V24-3: Hesitante ou indeciso

V24-4: Discordo

V24-5: Discordo totalmente



V25: O IMPE desempenhou um papel importante nas minhas opções pessoais e de carreira.

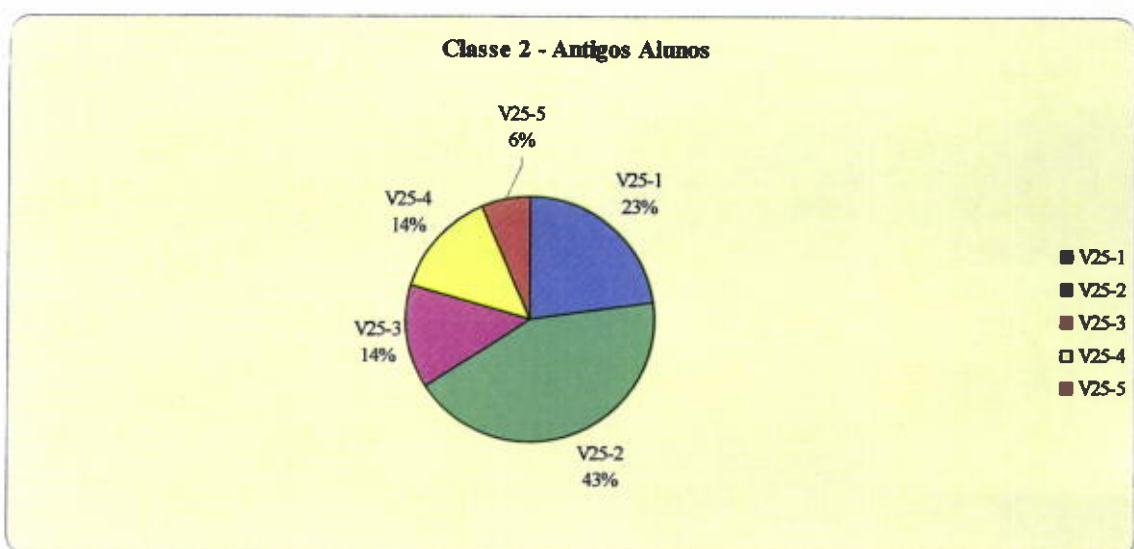
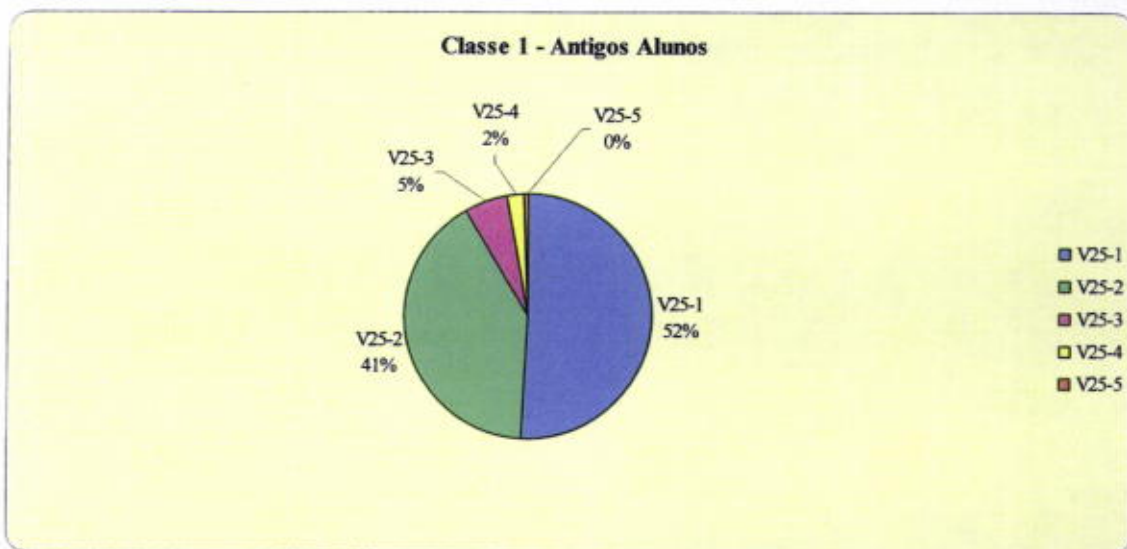
V25-1: Concordo totalmente

V25-2: Concordo

V25-3: Hesitante ou indeciso

V25-4: Discordo

V25-5: Discordo totalmente



V26: O IMPE influenciou, de alguma forma, as minhas opções políticas.

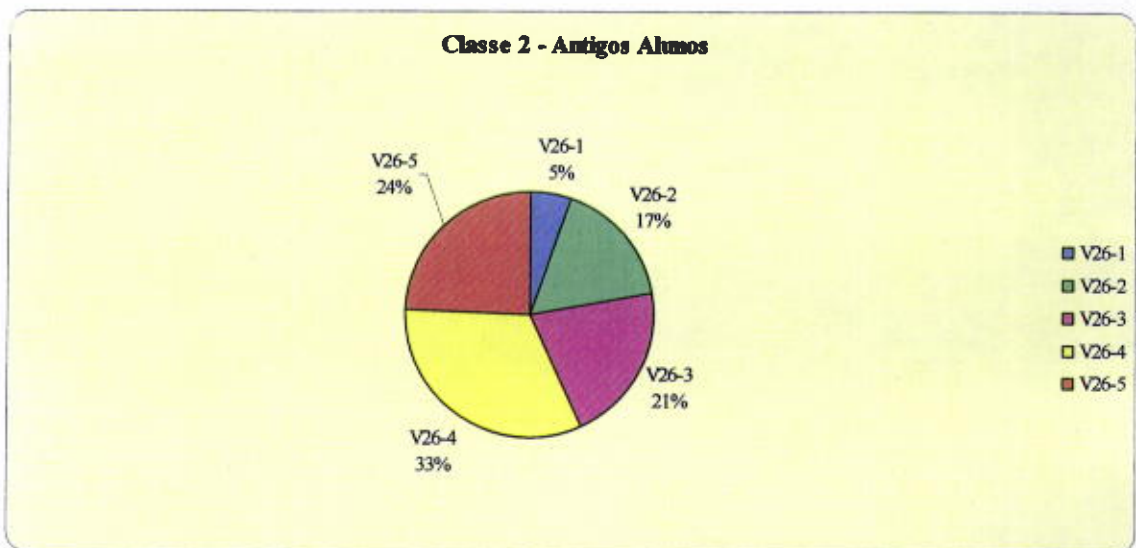
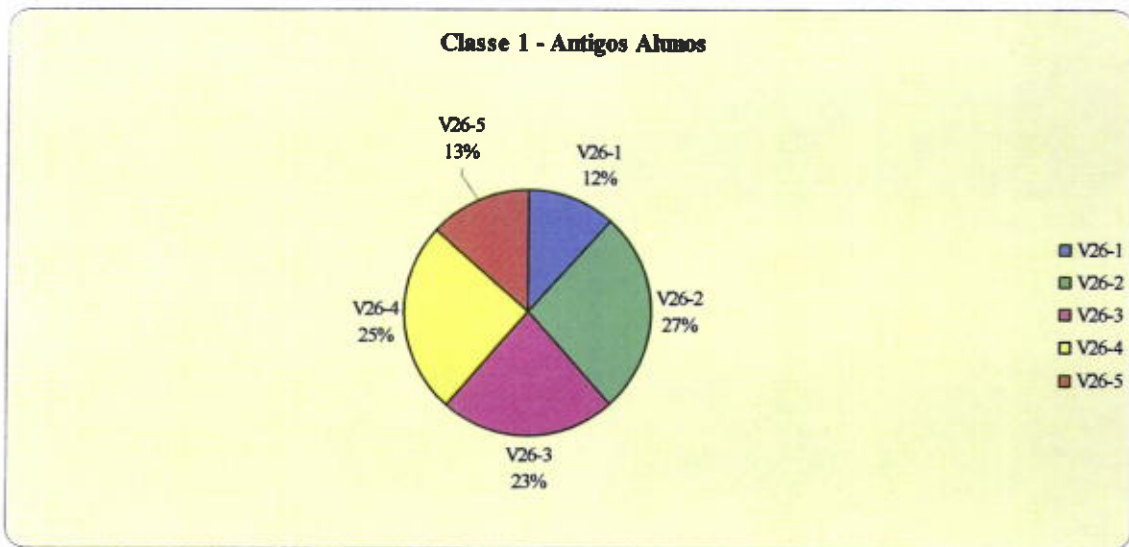
V26-1: Concordo totalmente

V26-2: Concordo

V26-3: Hesitante ou indeciso

V26-4: Discordo

V26-5: Discordo totalmente



V27: O IMPE influenciou, de alguma forma, as minhas opções religiosas.

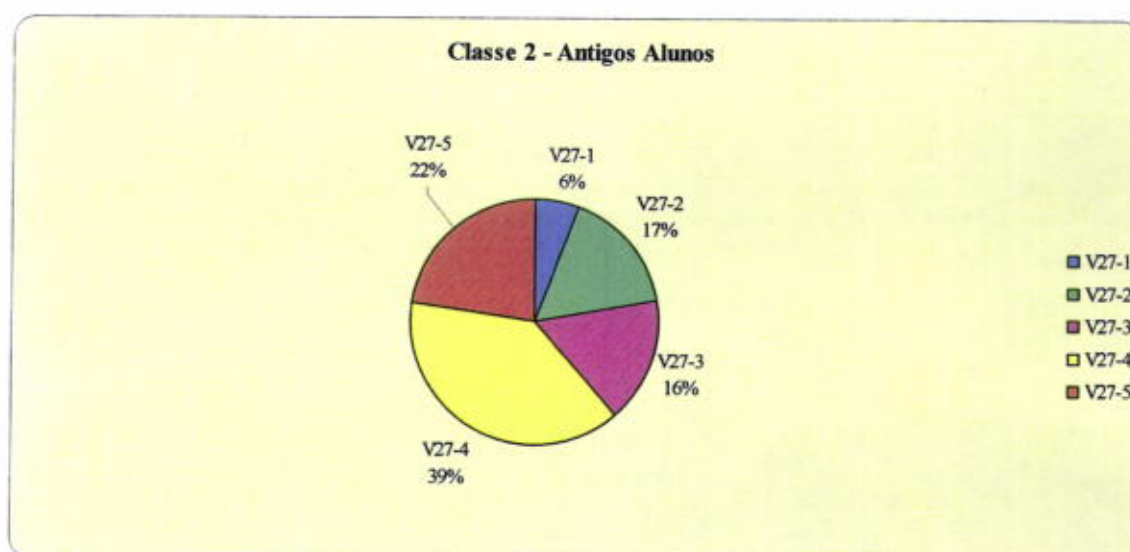
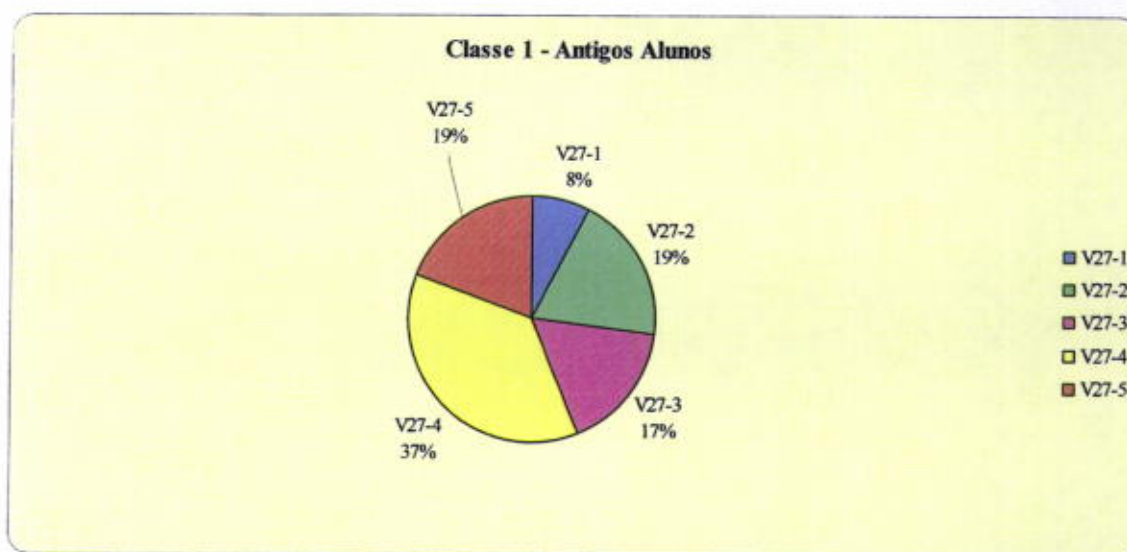
V27-1: Concordo totalmente

V27-2: Concordo

V27-3: Hesitante ou indeciso

V27-4: Discordo

V27-5: Discordo totalmente



V28: A APE tem projectado uma boa imagem do IMPE, através de várias vertentes, como por exemplo a publicidade e os eventos comemorativos.

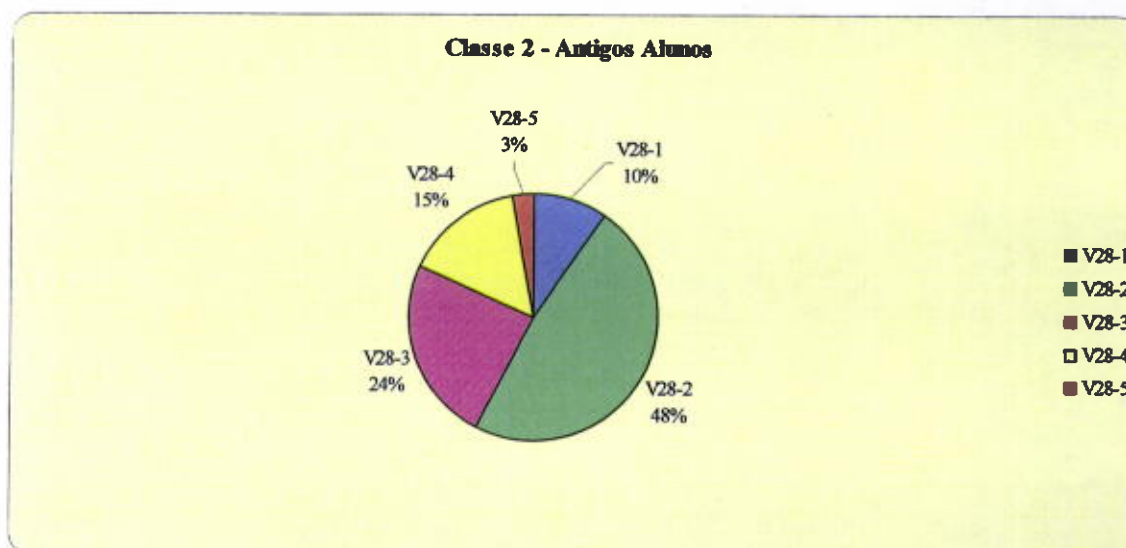
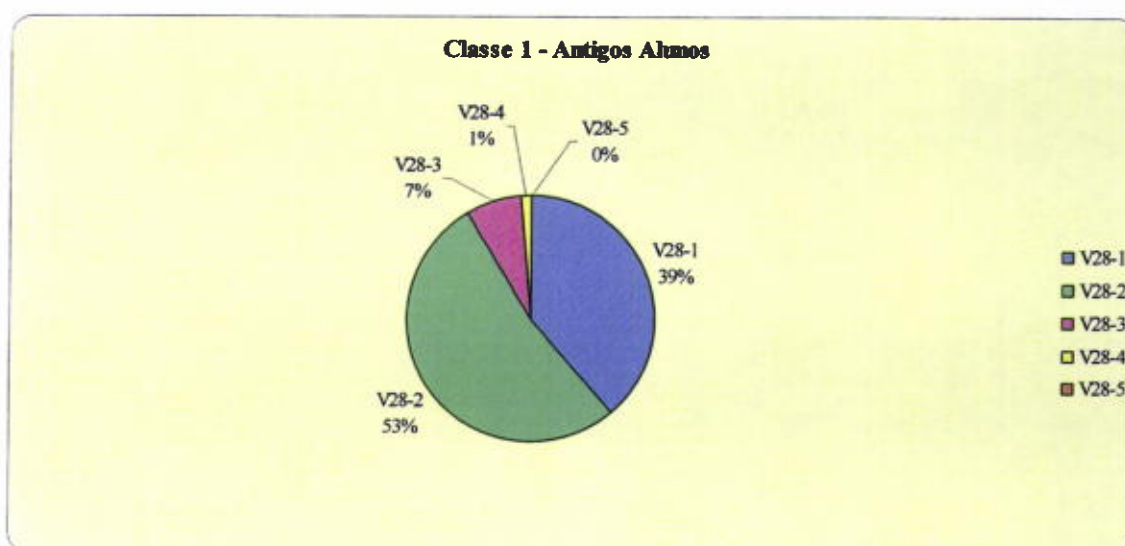
V28-1: Concordo totalmente

V28-2: Concordo

V28-3: Hesitante ou indeciso

V28-4: Discordo

V28-5: Discordo totalmente



V29: Entre as várias razões que explicam a redução do número de alunos, contam-se as mensalidades elevadas e os custos com o enxoval e despesas afins, por não serem competitivos quando comparados com a opção de colocar os filhos em outras instituições.

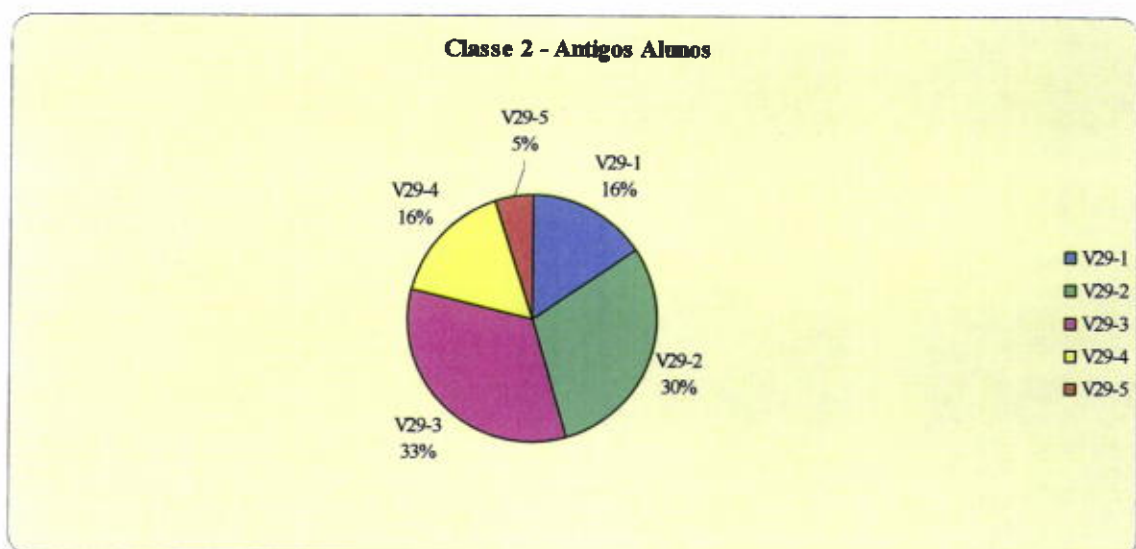
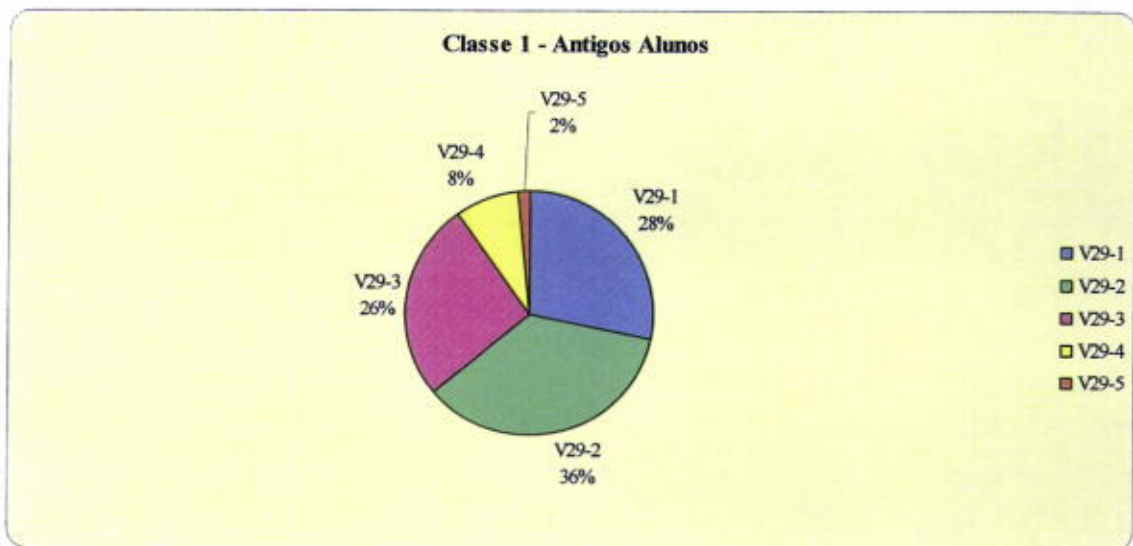
V29-1: Concordo totalmente

V29-2: Concordo

V29-3: Hesitante ou indeciso

V29-4: Discordo

V29-5: Discordo totalmente



V30: O ensino do IMPE não pode já ser considerado um ensino de elite.

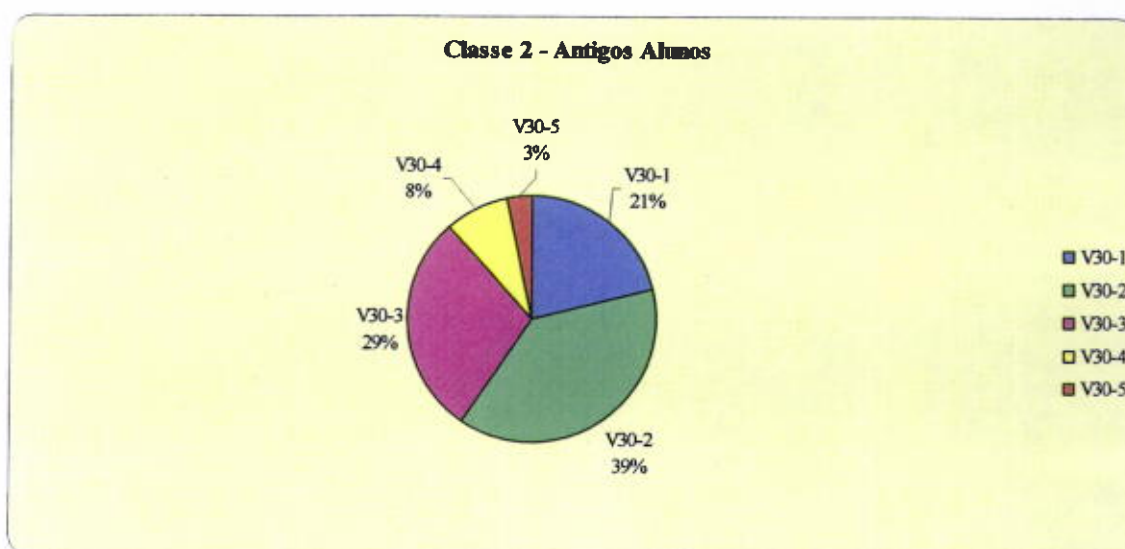
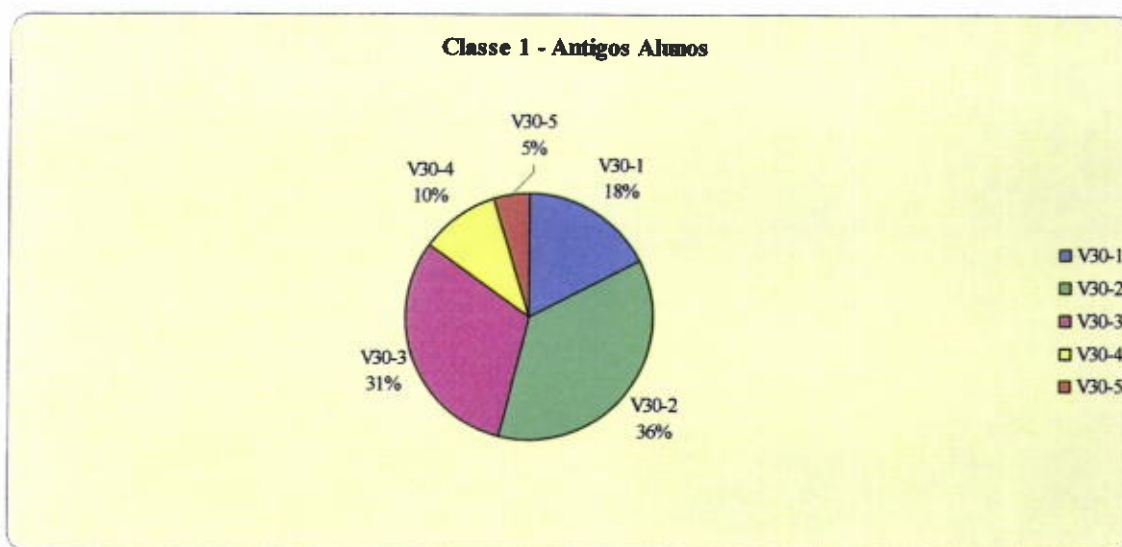
V30-1: Concordo totalmente

V30-2: Concordo

V30-3: Hesitante ou indeciso

V30-4: Discordo

V30-5: Discordo totalmente



V31: A preferência histórica por uma educação virada para os ensinos técnicos, prejudicou o IMPE, porque não se soube abrir institucionalmente e em tempo, às outras vertentes do ensino.

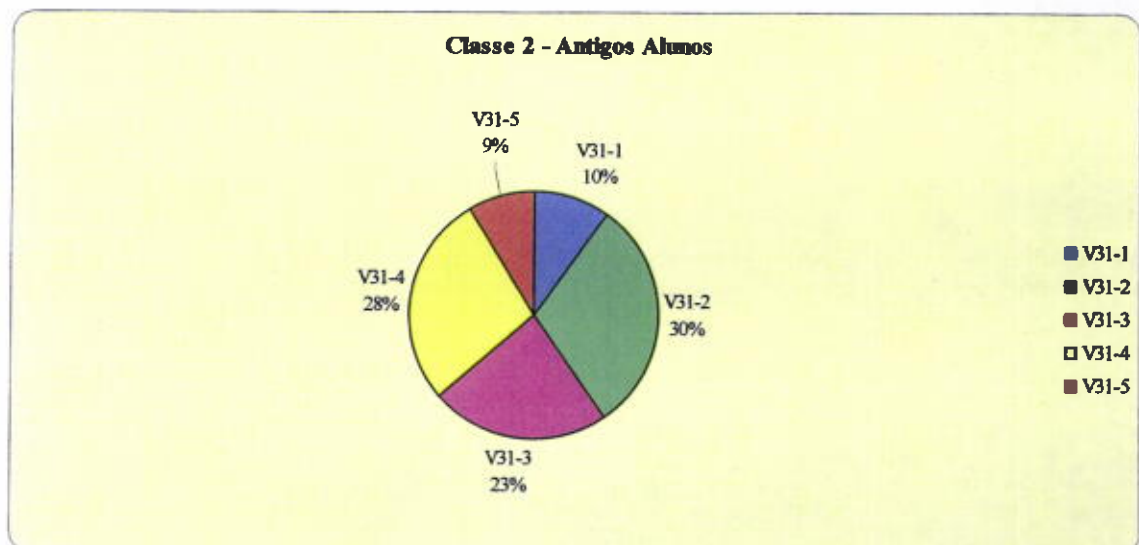
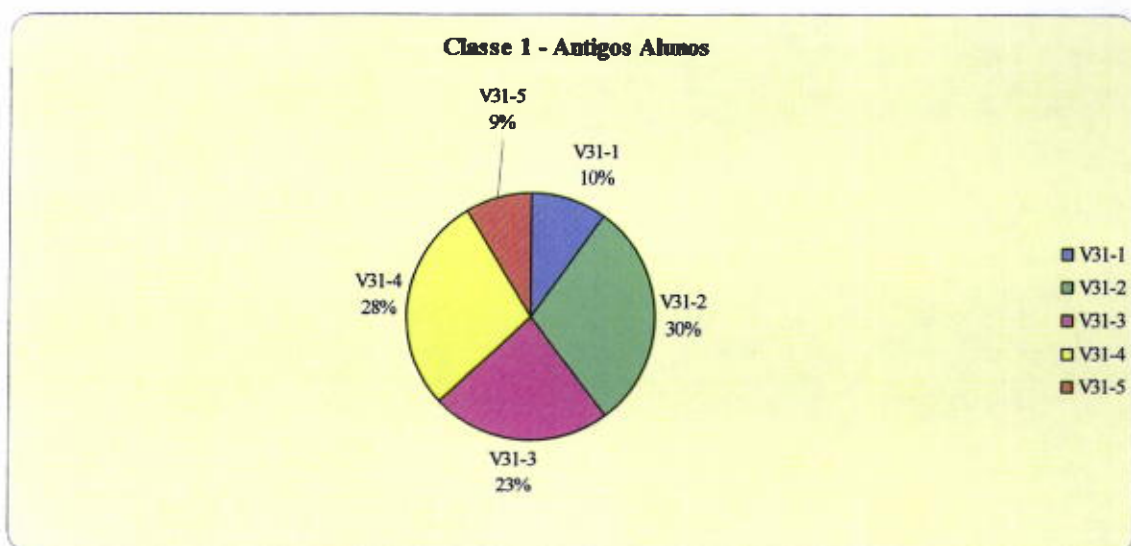
V31-1: Concordo totalmente

V31-2: Concordo

V31-3: Hesitante ou indeciso

V31-4: Discordo

V31-5: Discordo totalmente



V32: Um aluno do IMPE pode ter expectativas altas quanto à sua carreira profissional, porque o Instituto é ainda uma escola de referência.

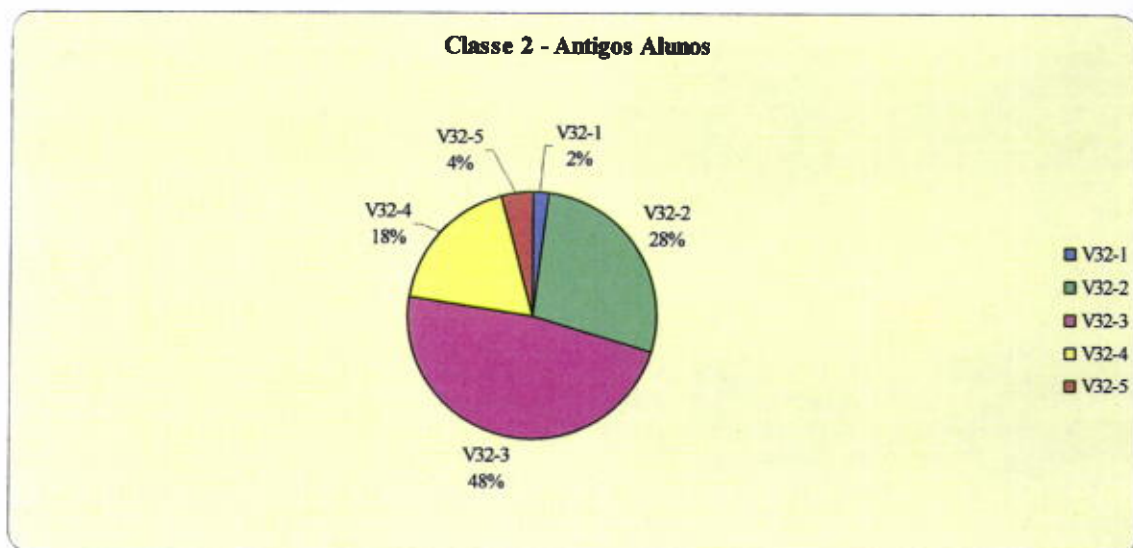
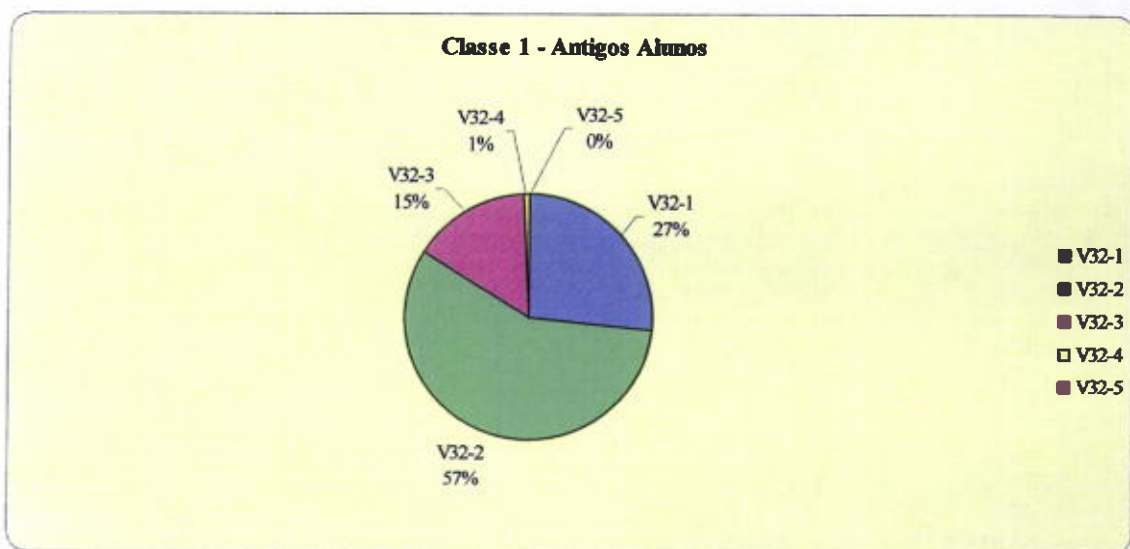
V32-1: Concordo totalmente

V32-2: Concordo

V32-3: Hesitante ou indeciso

V32-4: Discordo

V32-5: Discordo totalmente



V33: O IMPE ainda se depara com dificuldades sobre a continuidade da sua existência.

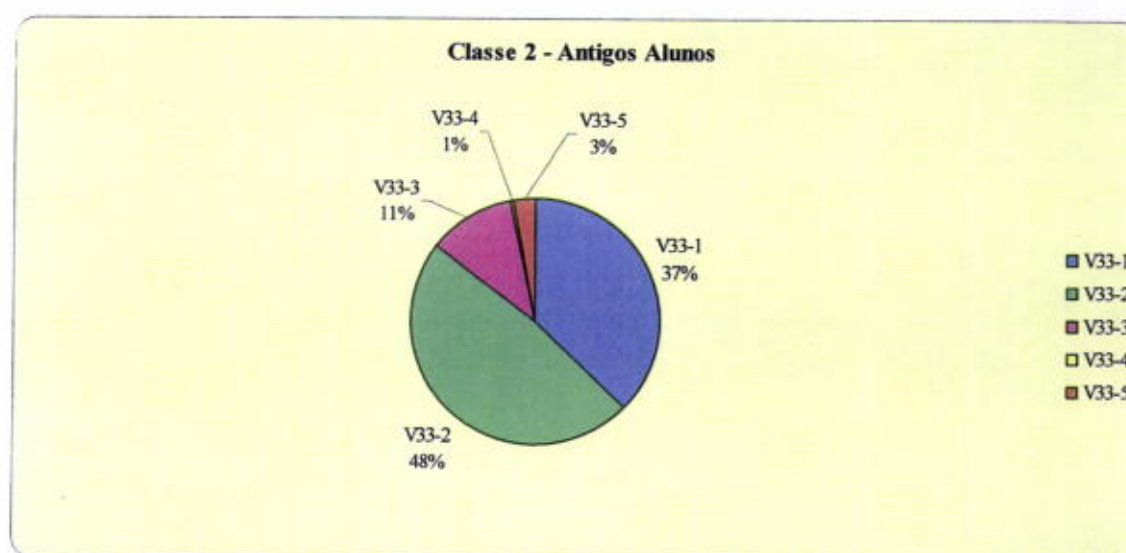
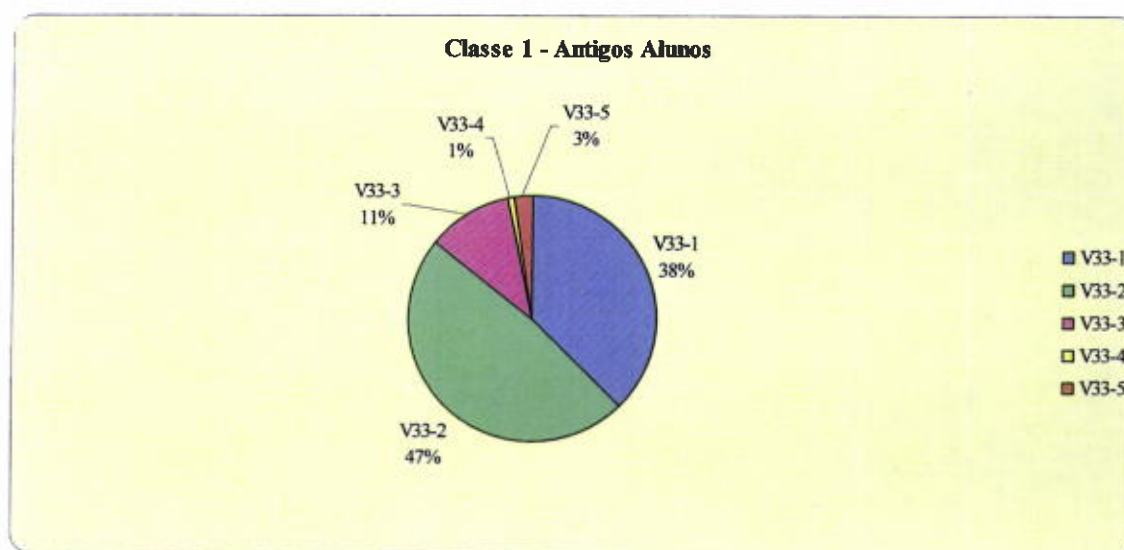
V33-1: Concordo totalmente

V33-2: Concordo

V33-3: Hesitante ou indeciso

V33-4: Discordo

V33-5: Discordo totalmente



V34: O regime de Externato é mais adequado do que o Internato à vida académica e militar dos alunos.

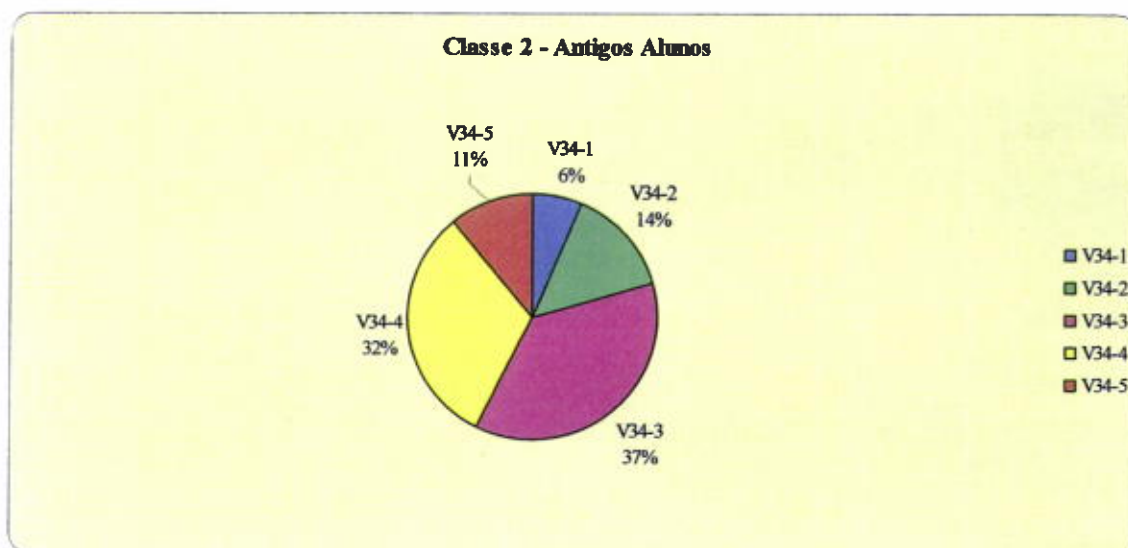
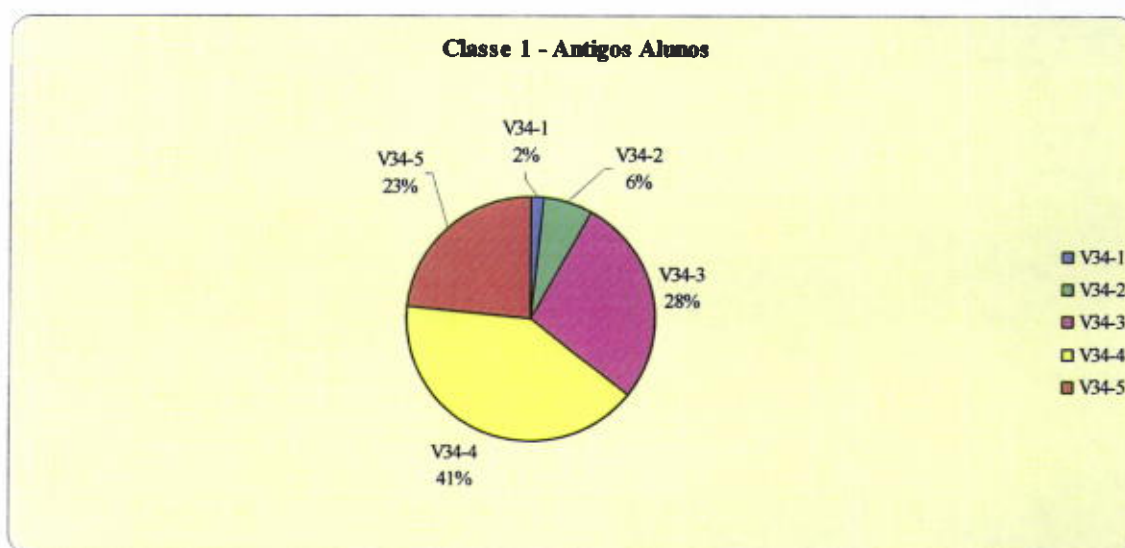
V34-1: Concordo totalmente

V34-2: Concordo

V34-3: Hesitante ou indeciso

V34-4: Discordo

V34-5: Discordo totalmente



V35: O regime de Internato é mais adequado do que o Externato à vida académica e militar dos alunos.

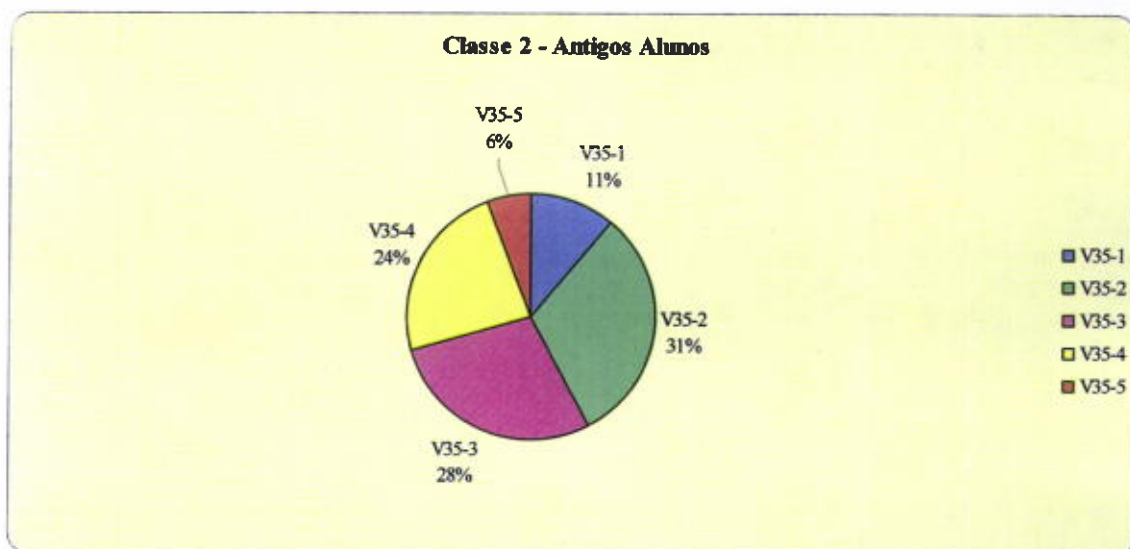
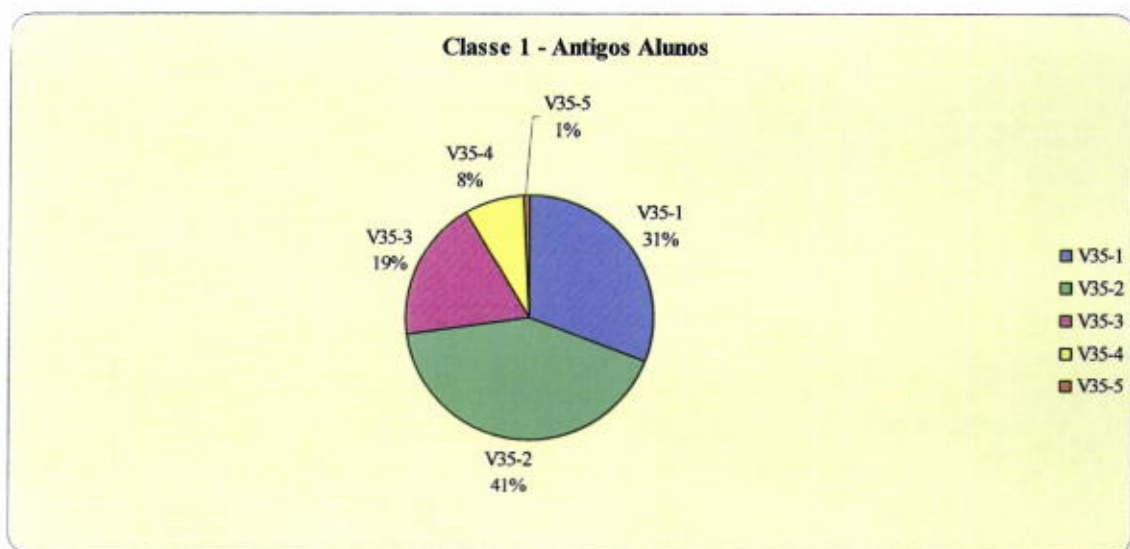
V35-1: Concordo totalmente

V35-2: Concordo

V35-3: Hesitante ou indeciso

V35-4: Discordo

V35-5: Discordo totalmente



V36: Os dois regimes (Internato e Externato) complementam-se e devem existir em simultâneo.

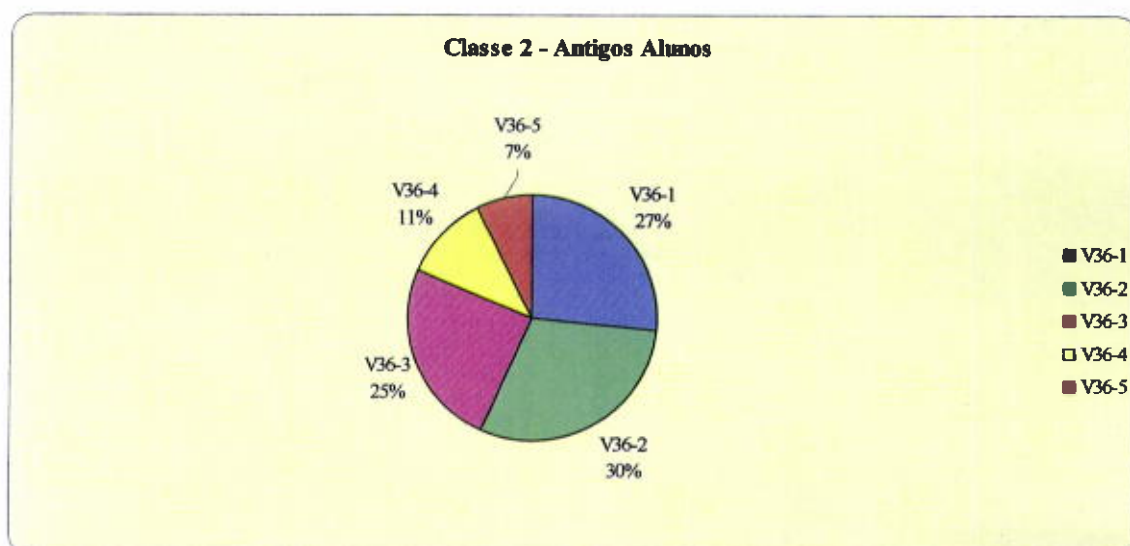
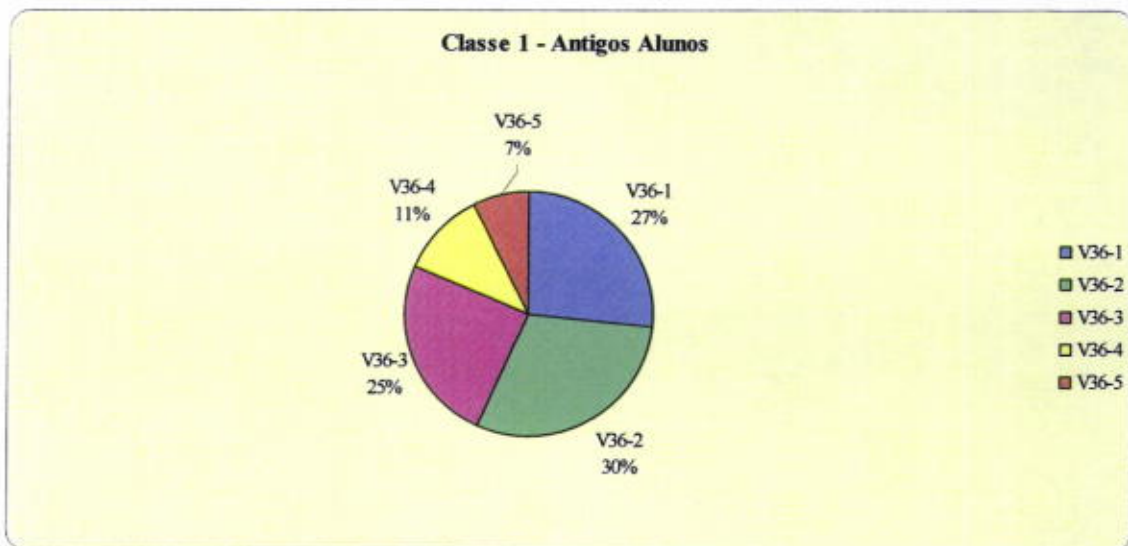
V36-1: Concordo totalmente

V36-2: Concordo

V36-3: Hesitante ou indeciso

V36-4: Discordo

V36-5: Discordo totalmente



V37: O IMPE deve continuar a existir como escola militar, ainda que reorganizado, porque responde a lacunas formativas do Colégio Militar (CM) e mesmo do Instituto de Odivelas (IO).

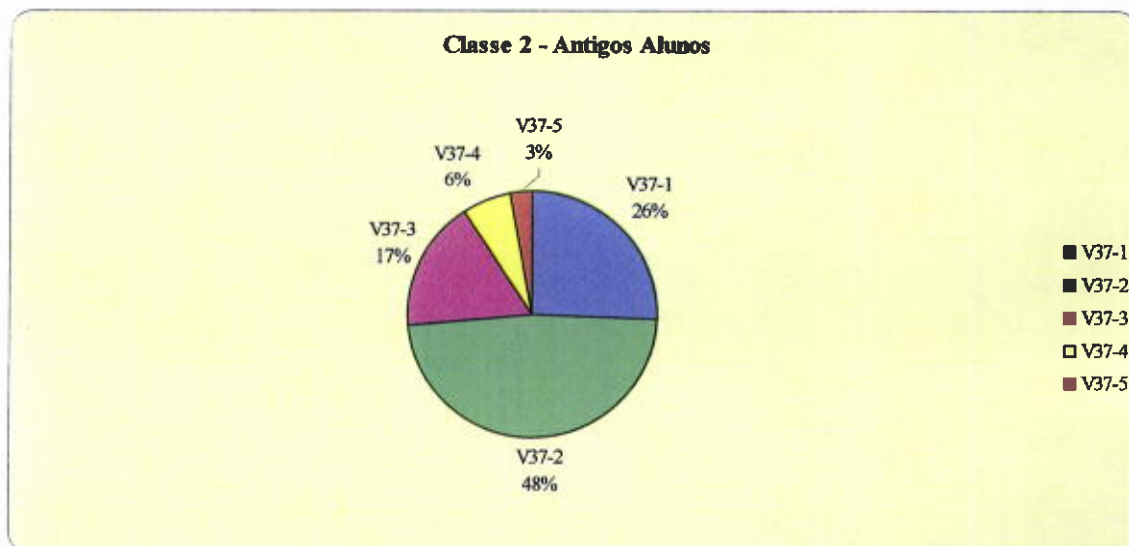
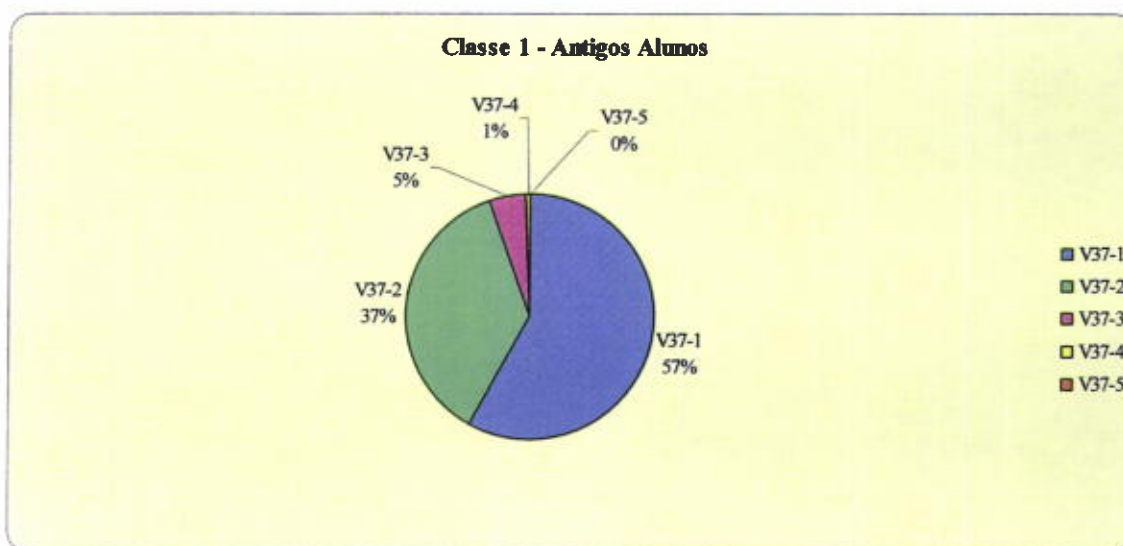
V37-1: Concordo totalmente

V37-2: Concordo

V37-3: Hesitante ou indeciso

V37-4: Discordo

V37-5: Discordo totalmente



V38: O IMPE deve ser privatizado, mantendo contudo a referência aos valores militares e sendo fiel à sua história e tradições.

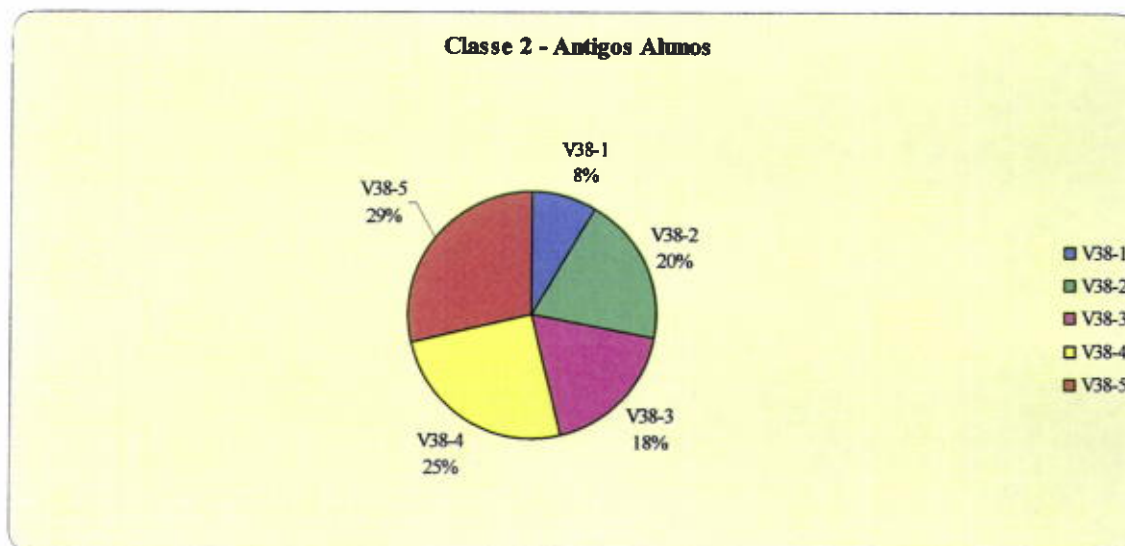
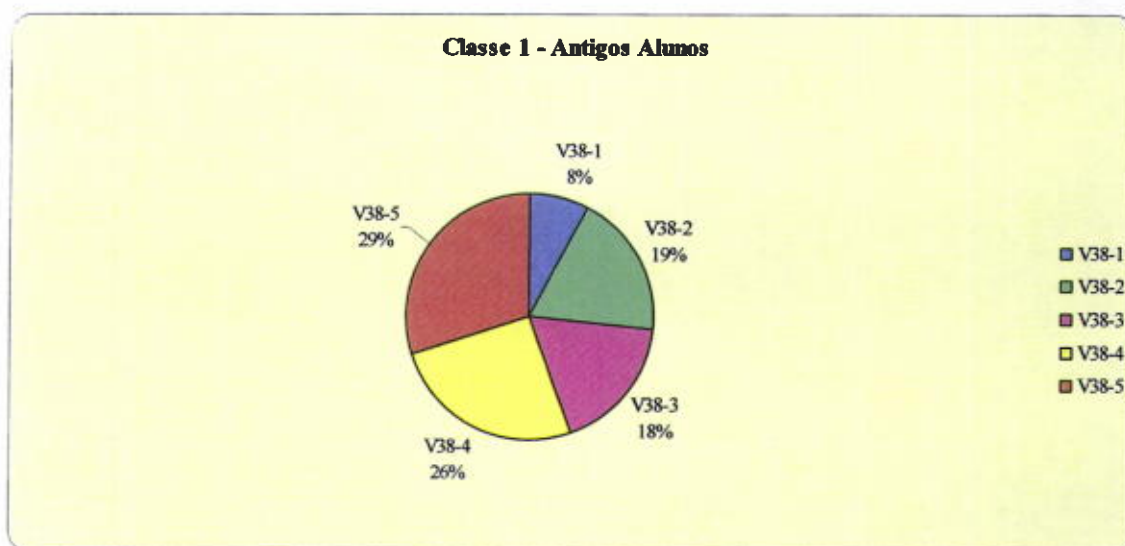
V38-1: Concordo totalmente

V38-2: Concordo

V38-3: Hesitante ou indeciso

V38-4: Discordo

V38-5: Discordo totalmente



V39: O IMPE deve ser extinto, pois não se enquadra no ensino contemporâneo e já existem no quadro nacional outras escolas análogas como o CM e o IO que são suficientes.

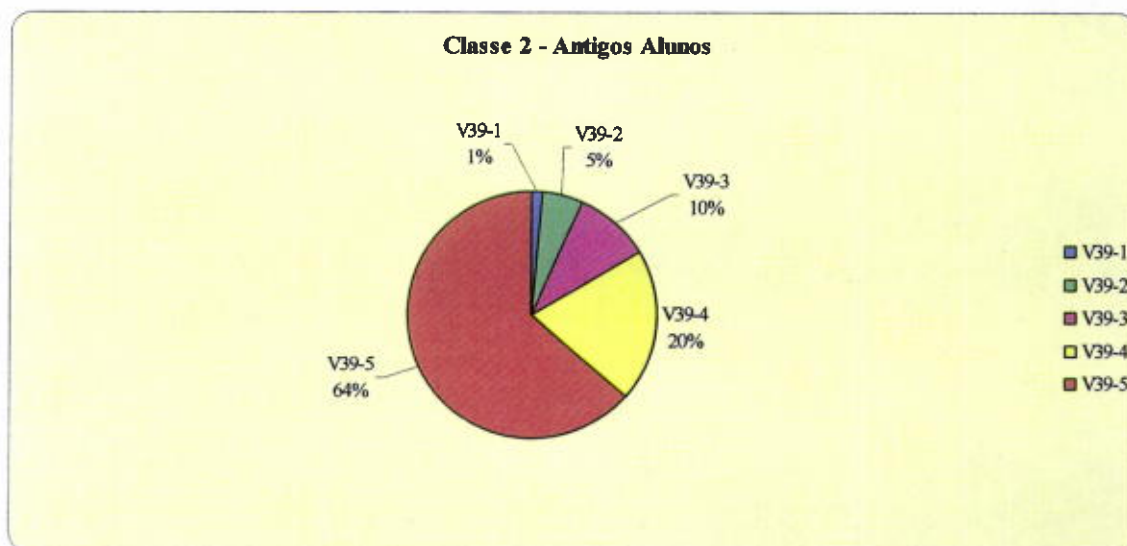
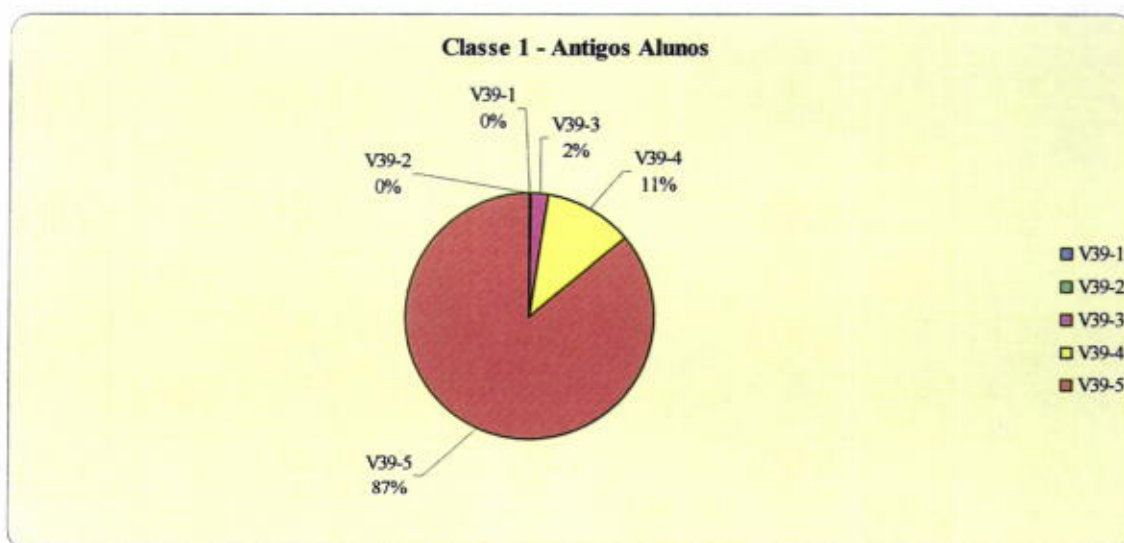
V39-1: Concordo totalmente

V39-2: Concordo

V39-3: Hesitante ou indeciso

V39-4: Discordo

V39-5: Discordo totalmente



V40: O IMPE deve ser integrado com os outros Estabelecimentos Militares de Ensino (CM e IO), sendo que a futura Instituição de Ensino a criar, deve conservar necessariamente as tradições de cada uma das três escolas originais, mas ter uma designação distinta.

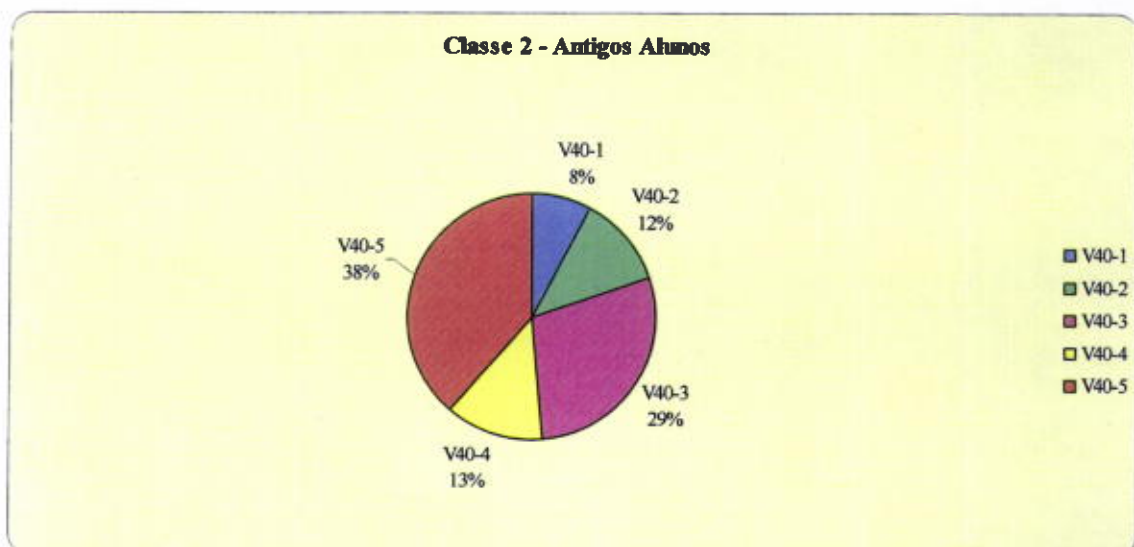
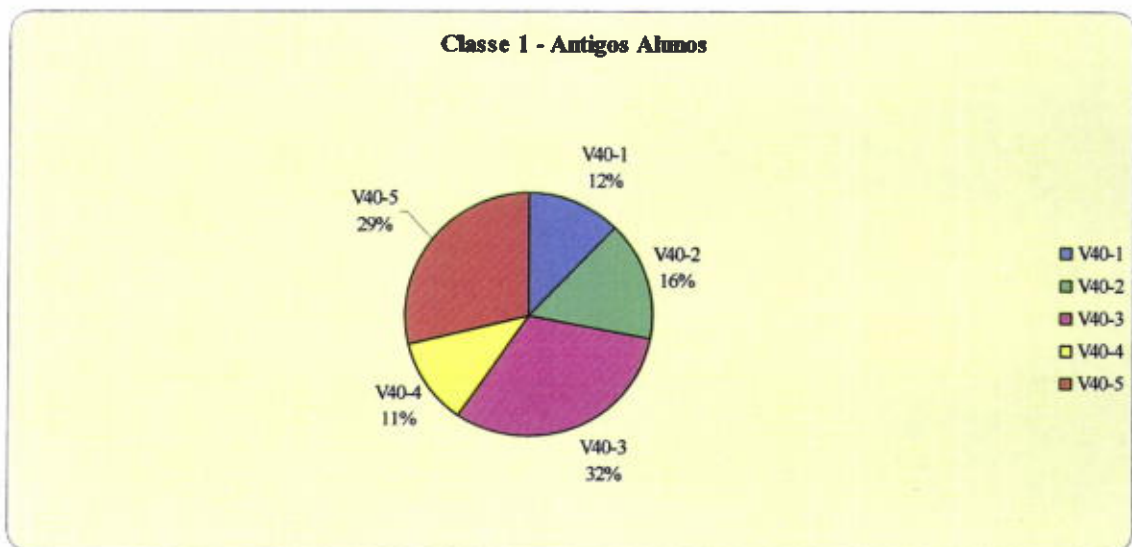
V40-1: Concordo totalmente

V40-2: Concordo

V40-3: Hesitante ou indeciso

V40-4: Discordo

V40-5: Discordo totalmente



V41: Do universo de antigos alunos, a sobrevivência dos laços de camaradagem e convívio subsiste sobretudo pela acção que a APE desenvolve.

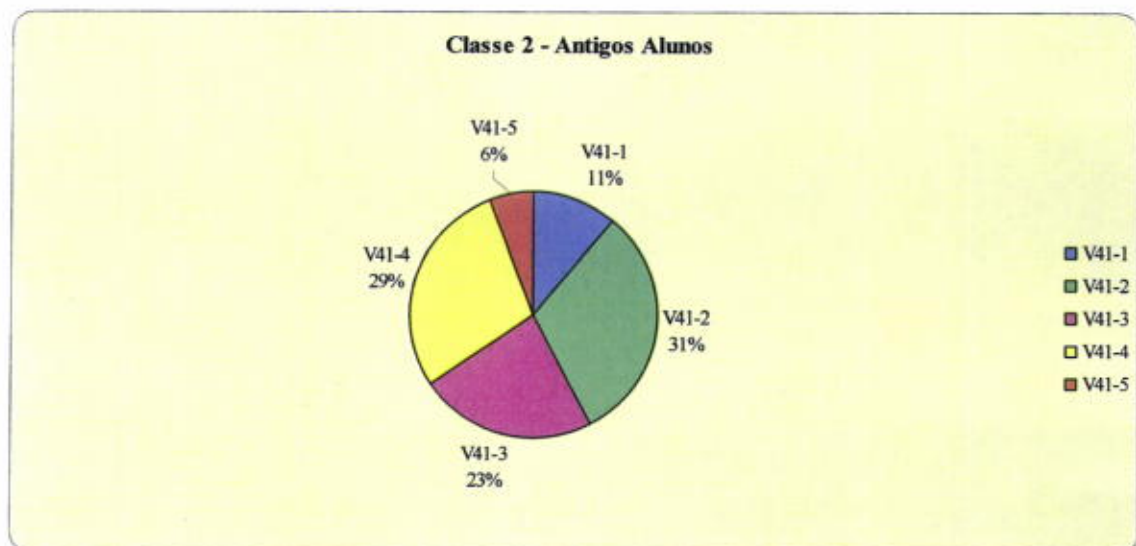
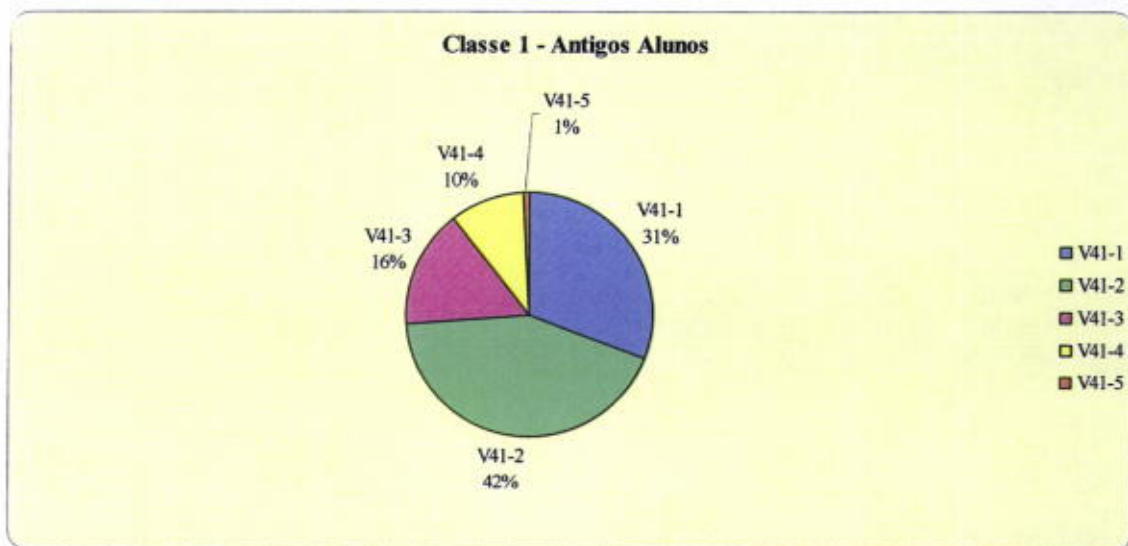
V41-1: Concordo totalmente

V41-2: Concordo

V41-3: Hesitante ou indeciso

V41-4: Discordo

V41-5: Discordo totalmente



V42: A sobrevivência desses laços de camaradagem e convívio é sobretudo resultado da acção de alguns grupos de antigos alunos, mas que não estão enquadrados necessariamente em projectos da APE.

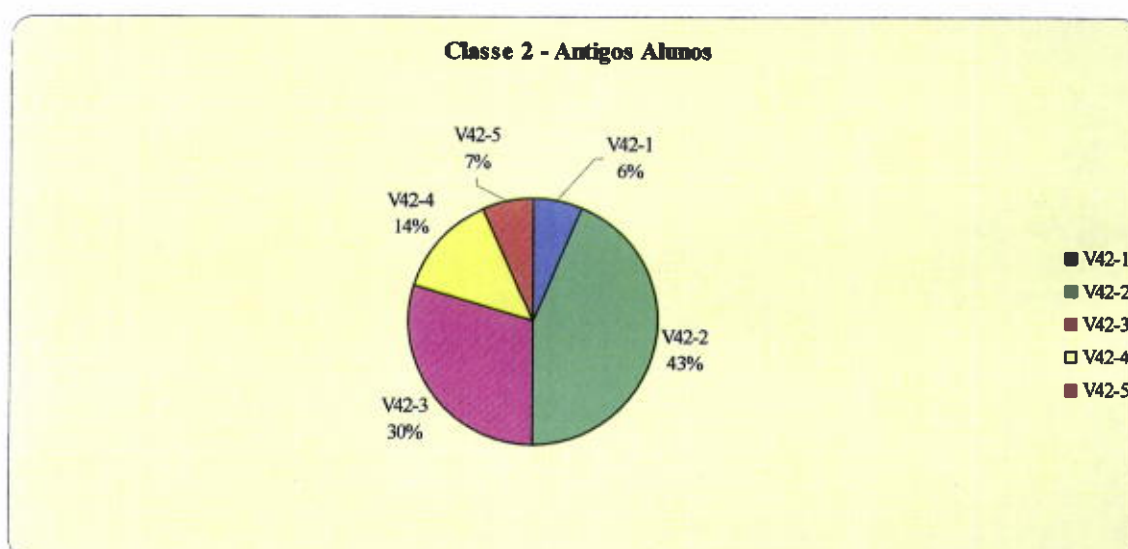
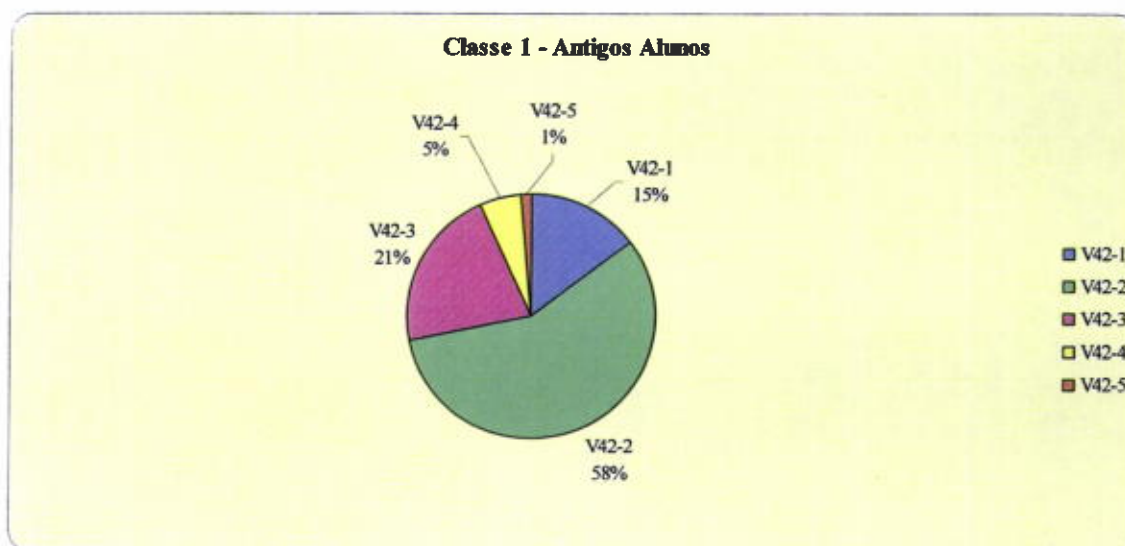
V42-1: Concordo totalmente

V42-2: Concordo

V42-3: Hesitante ou indeciso

V42-4: Discordo

V42-5: Discordo totalmente



V43: A sobrevivência dos laços de camaradagem e convívio entre os antigos alunos, é escassa.

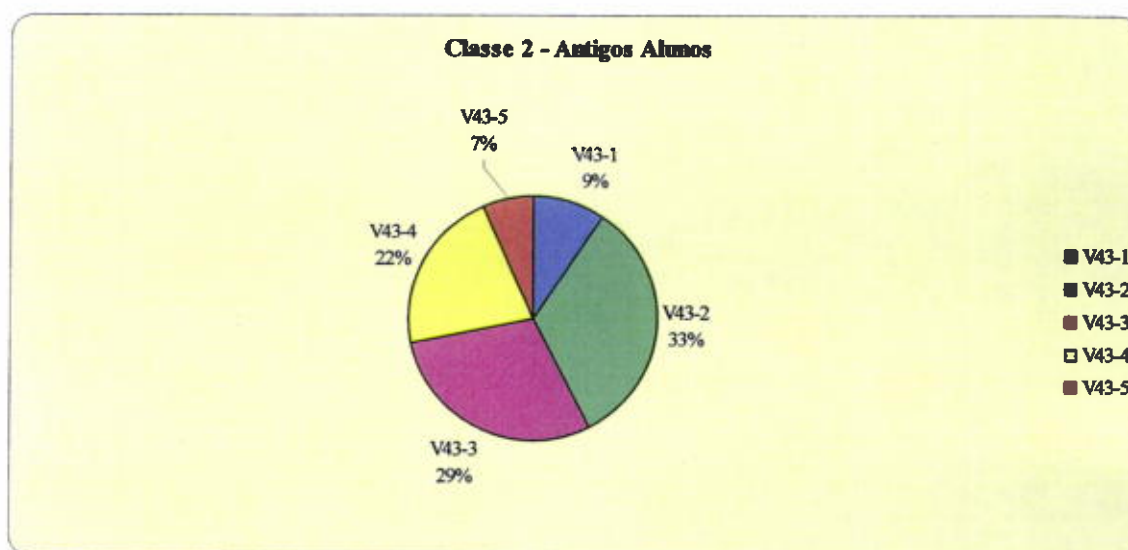
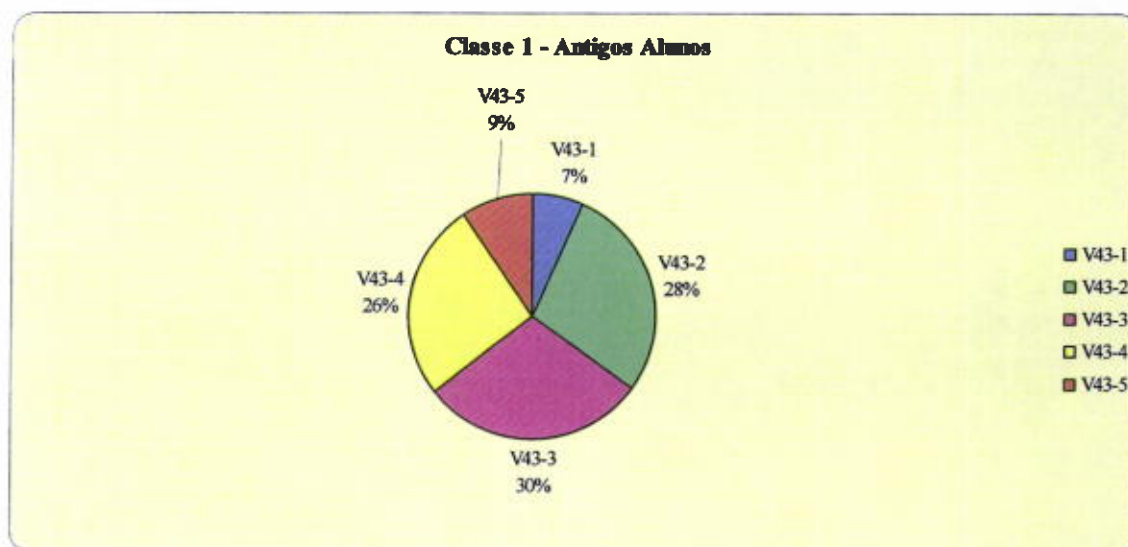
V43-1: Concordo totalmente

V43-2: Concordo

V43-3: Hesitante ou indeciso

V43-4: Discordo

V43-5: Discordo totalmente



V44: A sobrevivência dos laços de camaradagem e convívio entre os antigos alunos, é intensa.

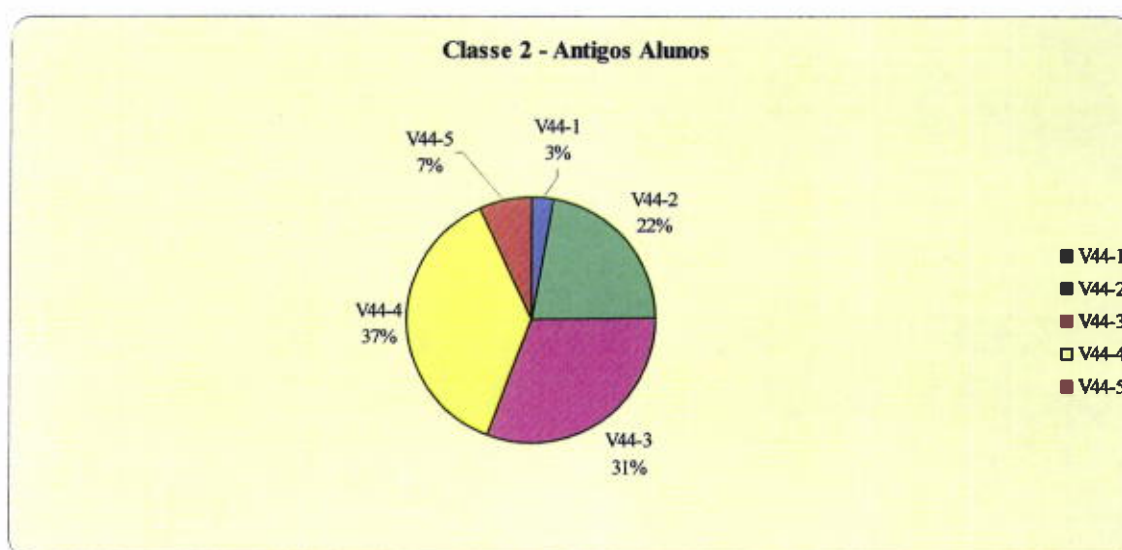
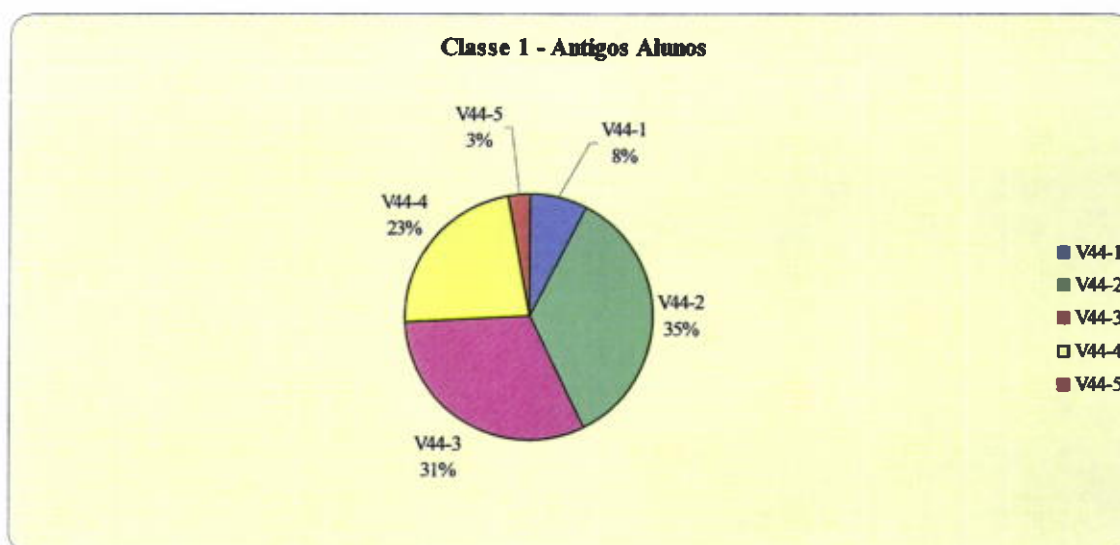
V44-1: Concordo totalmente

V44-2: Concordo

V44-3: Hesitante ou indeciso

V44-4: Discordo

V44-5: Discordo totalmente



APÊNDICE VI

RESULTADOS DA GESTÃO FINANCEIRA DO BOLETIM DA APE

(ANOS 2003, 2004, 2005 E 2006)

	Totais/Ano						Média/Ano				Média Geral	
	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006	2003	2004		2005
N.º de Páginas	196	232	276	204	49	58	69	68	81,33333333			
N.º	37,25	59	59	43,75	9,31	14,75	18,44	14,58	19,02666667			
Custos												
Impressão	8.565,07 €	11.355,10 €	23.607,64 €	16.295,50 €	2.141,27 €	2.838,78 €	5.901,91 €	5.431,83 €	5.437,93 €			
Expedição	2.247,40 €	2.666,57 €	3.158,59 €	2.396,69 €	561,85 €	666,64 €	789,65 €	798,90 €	939,01 €			
Outros Custos	0,00 €	0,00 €	2.567,09 €	210,00 €	0,00 €	0,00 €	641,77 €	70,00 €	237,26 €			
Totais	10.812,47 €	14.021,67 €	29.333,32 €	18.902,19 €	2.703,12 €	3.505,42 €	7.333,33 €	6.300,73 €	6.614,20 €			
Publicidade	12.984,00 €	19.289,00 €	24.505,00 €	17.290,66 €	3.246,00 €	4.822,25 €	6.126,25 €	5.763,55 €	6.652,68 €			
Totais	12.984,00 €	19.289,00 €	24.505,00 €	17.290,66 €	3.246,00 €	4.822,25 €	6.126,25 €	5.763,55 €	6.652,68 €			

Resultados da Gestão do Boletim da APE (Proveitos - Custos)		
2003	2004	2006
2.171,53 €	5.267,33 €	-1.611,53 €

APÊNDICE VII

MATERIAL ORGÂNICO PRINCIPAL DO IMPE EM 31 DE MARÇO DE 2006

MATERIAL ORGÂNICO PRINCIPAL DO IMPE EM 31MAR2006						
DESIGNAÇÃO (NOMENCLATURA)	ORG	EXIST	G	Y	R	OPER %
Carabina Manliker 5,6 mm m/845-46	155	155				100%
Carabina Manliker 6,5 mm m/86-96	353	353				100%
Espada C m/915	29	29				100%
Espada Ol m/909	13	13				100%
Esp Aut G-3 7,62mm m/63	66	65	45		20	66%
Esp Mauser 7,9 m/904	40	40				100%
Esp Mauser 7,9 m/937	59	59				100%
Esp Mauser 7,9 m/937-A	34	34				100%
Met Lig HK21 7,62 mm	2	2			2	0%
Pist Met FBP 9 mm m/63	2	2			2	0%
Pist Walther 9 mm m/61	12	12	10		2	83%
Redutor de calibre 5,6 mm (22LR) p/Esp Aut G-3 7,62	11	11				100%
Reforçador recuo (batente de exercício) p/Esp Aut G-3 7,62	17	17				100%
Sabre baioneta c/bainha e suporte par Esp Aut G-3 7,62	1	1				100%
Sabre baioneta m/904	329	329				100%
Au TP 4 Fiat 4x2 mF/94 Tipo 1,7 DS	1	1				100%
Au TP 4 Renault D 4x2 mF/91 19 Chamade	1	1				100%
Au TP 8 Mercedes-Benz D 4x2 m/85-86 140/25	1	1				100%
Au TP 21 Mercedes-Benz D 4x2 mF/78-80-81 0309D35 Mot OM314	1	1			1	0%
Au TP 21 Mercedes-Benz D 4x2 mF/80-81-82 0309D35 Mot OM314	1	1				100%
Au TP 27 Toyota BB 32L 4x2 mF/89-91	1	1				100%
Au TG 0,765 1 Citroën D 4x2 mF/92 C15 D Furgão	2	2				100%
Au TG 2 T 9 Mercedes-Benz D 4x2 mF/80-82 L508D	2	2				100%

APÊNDICE VIII

**PREVISÃO GLOBAL DE RECEITAS PROVENIENTES DAS MENSALIDADES
DOS ALUNOS PARA O ANO LECTIVO 2006/2007**

Ensino Básico e Secundário (Despacho 124/CEME/2006)												
Grupos	Alunos						Receita Mensal			Previsão Anual (9,5 meses)		
	Internos		Semi-Internos		Graduados		Internos	Semi-Internos	Graduados	Internos	Semi-Internos	Graduados
	Quant.	Mens.	Quant.	Mens.	Quant.	Mens.						
1º A												
1º B												
2º	1	183,00		137,00		91,50	183,00				1 738,50	
3º	4	234,00	1	176,00		117,00	936,00	176,00			8 892,00	1 672,00
4º	14	313,00	2	235,00	3	156,50	4 382,00	470,00	469,50		41 629,00	4 465,00
5º	2	417,00	7	313,00	2	208,50	834,00	2 191,00	417,00		7 923,00	20 814,50
6º	8	470,00	11	353,00	2	235,00	3 760,00	3 883,00	470,00		35 720,00	36 888,50
7º	39	626,00	17	470,00	2	313,00	24 414,00	7 990,00	626,00		231 933,00	75 905,00
Soma	68		38		9		34.509,00	14.710,00	1.982,50		327.835,50	139.745,00
Total	115						51.201,50			486.414,25		
Ensino Superior (Despachos 124 e 129/CEME/2006)												
Grupos	Alunos						Receita Mensal			Previsão Anual (9 meses)		
	Internos		Semi-Internos		Graduados		Internos	Semi-Internos	Graduados	Internos	Semi-Internos	Graduados
	Quant.	Mens.	Quant.	Mens.	Quant.	Mens.						
1º A												
1º B												
2º		183,00		95,00		91,50						
3º		234,00	2	120,00	1	117,00		240,00	117,00		2 160,00	1 053,00
4º		313,00		162,00	3	156,50			469,50			4 225,50
5º		417,00	2	215,00		208,50		430,00			3 870,00	
6º		470,00		243,00	3	235,00			705,00			6 345,00
7º		626,00	7	323,00	2	313,00		2 261,00	626,00		20 349,00	5 634,00
Soma	0		11		9		0,00	2.931,00	1.917,50		0,00	26.379,00
Total	20						4.848,50			43.636,50		
Resumo: Ensino Básico, Secundário e Ensino Superior												
Grupos	Alunos						Receita Mensal			Previsão Anual		
	Internos		Semi-Internos		Graduados		Internos	Semi-Internos	Graduados	Internos	Semi-Internos	Graduados
	Quant.	Mens.	Quant.	Mens.	Quant.	Mens.						
Soma	68		49		18		34.509,00	17.641,00	3.900,00		327.835,50	166.124,00
Total	135						56.050,00			530.050,75		